



Âncoras e Fuzis

Corpo de Fuzileiros Navais



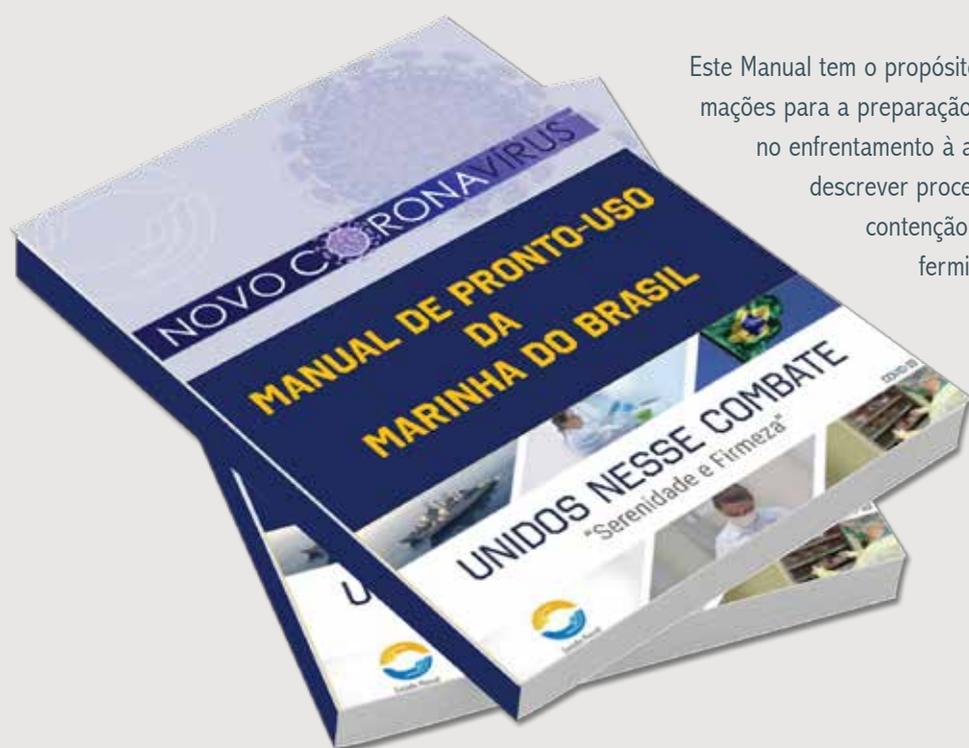
Ano XXII • Nº 51 • 2020 • Nº 08 publicada pelo CDDCFN • ISSN 2177-7608

A BATALHA DE RETAGUARDA E A LOGÍSTICA DE SUSTENTAÇÃO



MANUAL DE PRONTO-USO DA MARINHA DO BRASIL

Uma Edição da Saúde Naval para o combate à Pandemia do COVID-19.



Este Manual tem o propósito de fornecer importantes informações para a preparação e conscientização dos militares no enfrentamento à ameaça da COVID-19, bem como descrever procedimentos para a prevenção e a contenção dos riscos e efeitos dessa enfermidade em todas as nossas Organizações Militares.



Quando você mantém suas mãos higienizadas, **#vocêajuda** a combater a COVID-19.

Vamos em frente. **Juntos.**

Outras medidas importantes:



Se precisar sair de casa, use sempre a máscara.



Lave sempre as mãos ou use álcool em gel.



Mantenha distância física das pessoas.



Sempre leve um frasco com álcool em gel.



Higienize os objetos que manipula.



Palavras do Comandante

Caro leitor,

A equipe de edição da revista *Âncoras e Fuzis* vem, mais uma vez, convidá-lo a assistir um verdadeiro desfile de conhecimentos, ideias e propostas expostos por nossos autores nesta edição cujo tema central é “A Batalha de Retaguarda e a Logística de Sustentação”.

O estudioso da profissão das armas perceberá, ao longo destas páginas, a importância de se estruturar corretamente uma força para fazer face a sua sustentação no combate. Assim, duas facetas do problema são apresentadas: a primeira diz respeito à logística militar, vivida principalmente, mas não somente, na Área de Retaguarda, a segunda diz respeito à sobrevivência dessa mesma logística e de outras atividades realizadas nessa área, a faceta da segurança.

Os artigos sobre o tema central da *Âncoras e Fuzis* nº 51 compõe-se de treze textos que buscam dissecá-lo. Iniciamos essa jornada abordando o marco teórico dos assuntos, acrescentando algumas experiências comentadas. Passamos a examinar as atividades de polícia na Área de Retaguarda, segue-se a abordagem sobre o Controle de Danos, vertente fundamental da Segurança da Área de Retaguarda, para, em seguida, vermos as considerações sobre os Assuntos Cíveis. O Crescente Logístico aborda como construir, desde um zero inicial, esse braço da Batalha de Retaguarda. O tema dos Comboios de Acompanhamento vem em seguida, com especial visão do nosso Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR). Voltando para esmiuçar a logística, abordamos em um artigo a Função Logística Saúde, em outro artigo a Função Recursos Humanos e num terceiro juntamos numa visão holística as Funções Manutenção, Transporte, Suprimento e Salvamento. Abordamos as possibilidades do apoio aéreo à logística, para logo tratarmos da Sustentação do Combate em si. Fechamos essa parte da revista apresentando como a Mobilização pode criar condições para sustentar uma tropa em operações continuadas e falando do Grupo de Apoio ao Desembarque Administrativo (GRADA), necessário para acolher uma tropa que chega à Área de Operações.



Nélio de Almeida

Contra-Almirante (FN)

Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do CFN

Prossegue o desfile com seis colaborações voluntárias, como sempre faz *Âncoras e Fuzis*. Um mergulho profundo no arcabouço teórico militar dos EUA e seus paradigmas, emoldurado pela Guerra Fria. Passamos à atuação do CFN em resposta ao apelo da representação diplomática do Brasil na Bolívia. Não esquecendo os temas tecnológicos, trazemos a predição do comportamento dos sinais de comunicações, apoiada por software, numa determinada área de cobertura. Do combate, analisamos a sinergia gerada no emprego de duas armas de apoio do Batalhão de Infantaria dos *Marines*, as metralhadoras pesadas e o míssil anticarro. Avaliamos a transição por que passam os *Marines* americanos, buscando ensinamentos e aplicabilidades ao nosso contexto.

Além dos artigos, *Âncoras e Fuzis* traz novamente outras seções como o nosso tradicional e desafiador Decida; indica alguns artigos interessantes publicados em outras revistas; bem como resgata edições mais antigas da própria revista. Temos também a Seção Doutrina em Evolução; a Seção Conhecendo Quem Conhece que traz também os militares que participaram do Fórum de Leituras do CFN de 2019; e apresentamos, de forma inédita, a iniciativa da Semana do Conhecimento realizada no 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas, em Manaus.

Prezado leitor, nós da revista *Âncoras e Fuzis* não pretendemos ser a palavra final nos assuntos que abordamos. Pretendemos, tão somente, despertar o senso crítico que há em todos nós e a vontade de debater.

Aguardamos suas sugestões e críticas. Fale conosco nos endereços edson@marinha.mil.br, raissa.alencar@marinha.mil.br, e anias.santos@marinha.mil.br. Ajude-nos a aperfeiçoar cada vez mais nosso produto.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

ADSUMUS!

Expediente

A Revista *Âncoras e Fuzis*, desde a edição nº 42, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras - Decretos números 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

Distribuição Gratuita

Ano XXII • Número 51 • 2020
ISSN 2177-7608

Número 07 publicada pelo CDDCFN

Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais
Rua Magno Martins, S/Nº - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 21911-000

Paulo Martino Zulcaro
Almirante de Esquadra (FN)
Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Nélio de Almeida
Contra-Almirante (FN)
Comandante do CDDCFN

Márcio da Mota Xerém
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Imediato do CDDCFN

Editor-Chefe

Edson de Oliveira
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)
edson@marinha.mil.br

Editor-Adjunto

Raíssa Maria de Sousa Alencar
Primeiro-Tenente (RM2-T)
raissa.alencar@marinha.mil.br

Editor-Assistente

Raíssa Maria de Sousa Alencar
Primeiro-Tenente (RM2-T)

Revisão

1º T (RM2-T) Raíssa Maria de Sousa Alencar

Revisão Bibliográfica

1º T (RM2-T) Linda Mara Gomes de F. Castro Menezes

Projeto Gráfico

Agência 2A Comunicação



As opiniões emitidas nos artigos deste periódico são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o pensamento ou atitude do Corpo de Fuzileiros Navais ou da Marinha do Brasil, a não ser que assim esteja expressamente declarado. Todos os trabalhos aqui publicados são de caráter gratuito. É permitida a reprodução total ou parcial das matérias. Solicita-se a citação da fonte e a remessa de um exemplar da publicação.

Sumário

Cartas dos Leitores

VA André Luiz **Silva Lima** de Santana Menezes
(Vice-Almirante | Comandante)

“ Comando do 2º Distrito Naval
Prezado Almirante Nélio,
Muito obrigado pelo envio do número 50 da Revista
“Âncora e Fuzis”.
Excelente a coluna “A Doutrina em Evolução”, assim
como os demais artigos.
Um Abraço. ”

VA Cláudio Henrique **Mello** de Almeida
(Vice-Almirante | Comandante em Chefe)

“ Estimado Alte Nélio,
Transmito os meus agradecimentos pela gentileza do envio
do exemplar 50 da Revista “Âncoras e Fuzis”, bem como
os meus cumprimentos pela já tradicional qualidade do
conteúdo.
Foi com grande satisfação que constatei a contribuição
dos Comandantes do PHM “Atlântico” e do NDM “Bahia”,
com um artigo sobre as capacidades de Comando e
Controle daqueles navios, que ampliam as possibilidades à
disposição do Conjugado Anfíbio.
Um forte abraço. ”

Sr. Ruy Flaks Schneider

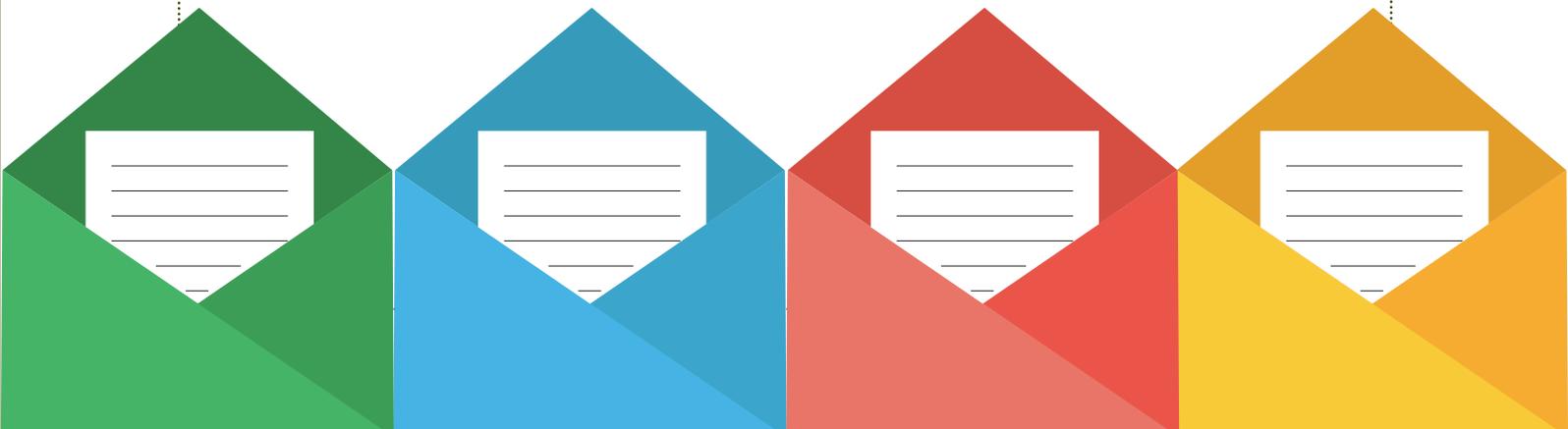
“ Prezado Comandante Edson,
Fico-lhe muito grato e vou proceder ao encaminhamento
e divulgação!
Permaneço à disposição e reitero minhas congratulações
pela qualidade da revista “ÂNCORAS E FUZIS”!
Abraços. ”

CA (FN) José Henrique Salvi **Elk fury**

“ Bom dia grande combatente!
Recebi o exemplar da Revista “Âncoras e Fuzis”, como
sempre alto padrão!
Os artigos mostram bem a importância de executarmos
o ciclo OODA com eficiência e mais rapidamente do que o
oponente.
Forte abraço!
ADSUMUS! ”

CA (FN) **Jorge Mendes** Bentinho
(CALte-FN Refo)

“ Caro Alte Nélio,
Agradeço pelo gentil envio de mais um exemplar da Revista “Âncoras e Fuzis”. Como de praxe, produção esmerada, em forma e
conteúdo. Cumprimentos à equipe editorial e aos articulistas. Conformante constatar que a doutrina anfíbia continua a ser bem
desenvolvida e disseminada.
Bravo Zulu!
Bons Ventos! ”





Doutrina em Evolução

Plano de Desenvolvimento de Publicações da Série CGCFN (PDPS-CGCFN)

Figura 1: Capa do Novo Manual CGCFN-0-1.



Fonte: CGCFN

Em 26 de março de 2020, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou mediante uma circular o PDPS-CGCFN.

Visando atender ao regulamento do CGCFN que lhe atribui a tarefa de “orientar o Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), a fim de contribuir para o preparo e emprego de Fuzileiros Navais (FN),

com vistas ao cumprimento das tarefas básicas do Poder Naval”, o plano foi elaborado com o propósito de apresentar a nova estrutura da Série CGCFN e orientar a execução dos trabalhos referentes ao desenvolvimento de suas publicações, no período de 2020 a 2025.

Lembrando que nos idos de 1989 foi editada a primeira publicação CGCFN, tratando de Fundamentos de Operações Terrestres, e que em 2002 publicou-se o primeiro Plano de Desenvolvimento da Série sistematizando, então, uma série de publicações. Esse novo plano busca detalhar preceitos doutrinários, naquilo que se referir ao emprego de FN, em consonância com a Doutrina Militar Naval (DMN), baseando-se nas publicações emanadas do Estado-Maior da Armada (EMA) e do Ministério da Defesa (MD) e em coordenação com o Setor Operativo da Marinha.

A Estrutura da Série CGCFN, detalhada num dos apêndices do plano, foi concebida para distribuir os conteúdos em diferentes níveis hierárquicos, organizando-os em “famílias” de assuntos correlatos, de forma a facilitar a compreensão, a identificação e o manuseio por parte dos usuários, além de facilitar a incorporação de novos assuntos e atender tanto o setor operativo quanto o de ensino. Tal estrutura não será rígida, podendo evoluir com o tempo e com novas necessidades, devendo estar sempre em constante evolução e aprimoramento.

A Série está reestruturada em quatro níveis de assuntos:

a) Nível 0 – Manuais Fundamentais – Este nível tratará dos manuais fundamentais que norteiam o preparo e emprego dos FN, bem como a organização e a concepção de emprego das tropas de FN, os quais servirão de base para as demais publicações da Série CGCFN;

b) Nível 1 – Operações de Fuzileiros Navais – Este nível será reestruturado conforme o disposto nos capítulos 3, 4 e 5 do EMA-305 – DOCTRINA MILITAR NAVAL, abordando a forma como devem ser empregados os FN em cada uma das Operações e Ações de Guerra Naval, de Emprego Limitado da Força e das Atividades Benignas descritas na DMN;

c) Nível 2 – Funções de Combate – Este nível abordará o Emprego e as Normas, estruturando-se segundo as Funções de Combate: Proteção, Inteligência, Movimento e Manobra, Logística, Apoio de Fogo e Comando e Controle, detalhando aspectos táticos das ações de FN; e

d) Nível 3 – Normas, Básicos, Técnicos e Ambientes Especiais – Este nível abordará as formas mais elementares de emprego dos FN, considerando Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) das menores frações de FN no cumprimento das ações voltadas para atender o previsto nos manuais do Nível 2. Abordará o emprego individual dos FN, por meio de manuais Básicos que devem ser conhecidos por todos os FN para desempenho mínimo de suas tarefas. Especificará o desempenho das tropas de FN em Ambientes Especiais (caatinga, deserto, ribeirinho e etc.) de forma a cumprirem suas tarefas. E, finalmente, trará as Normas Administrativas de responsabilidade do CGCFN.

Há ainda as Publicações Históricas que não serão consideradas como um nível específico, porém elas são essenciais para a preservação da memória, da história e das tradições do CFN.

O plano traz também a Lista de Publicações da Série, em um de seus apêndices, contendo uma relação das publicações já existentes, agregando suas novas denominações e numerações, bem como aquelas previstas para elaboração nos próximos anos. A Sequência de Elaboração e Revisão de Publicações, outro apêndice, apresenta uma prioridade de publicações a serem revistas, atualizadas e elaboradas. Para levar a cabo esse trabalho, está previsto que o CDDCFN deverá elaborar e submeter, anualmente, ao CGCFN um Plano Corrente de Desenvolvimento das Publicações da Série CGCFN (PCDPSCGCFN), quando tais prioridades poderão ser revistas.

Também em decorrência do EMA-411 o CGCFN poderá adotar, integral ou parcialmente, publicações nacionais (PNA) e/ou publicações estrangeiras (PES) de forma a suprir as lacunas que por ventura sejam detectadas na doutrina, podendo considerar o posicionamento de OM do setor CGCFN e do setor operativo do CFN, caso julgue necessário.

O plano concede permissão para certas OM emitirem publicações Classe C, de acordo EMA-411, conforme o seguinte:

Figura 2: Estrutura de Manuais da Série CGCFN.

Nível 0 – Fundamentos:

Fundamentos de Fuzileiros Navais CGCFN 0-1

Organização de Referência e Concepção de Emprego CGCFN 0-2

Nível 1 – Operações de Fuzileiros Navais:

Operações de Guerra Naval de FN CGCFN 1-0

Operações da ForDbq CGCFN 1-1

Operações Ribeirinhas CGCFN 1-2

Operações Especiais CGCFN 1-3

Operações Cívico-Militar CGCFN 1-4

Operações Terrestres CGCFN 1-5

Operações Psicológicas CGCFN 1-6

Def. Ilhas Oceânicas CGCFN 1-7

Operações com Emprego Limitado da Força de FN CGCFN 2-0

Operações de GLO CGCFN 2-1

Operações de Paz CGCFN 2-2

Operações de ENC CGCFN 2-3

Operações Ret. e Resgate CGCFN 2-4

Operações C. For. Irregulares CGCFN 2-5

Atividades Benigna de FN CGCFN 3-0

Operações Humanitárias CGCFN 3-1

Nível 2 – Funções de Combate:

10 Proteção

- 10 Proteção
- 10.1 DAAe
- 10.2 DAC
- 10.3 DefNBQR
- 10.4 OT e InstCmp
- 10.5 DefCiber
- 10.6 Polícia

20 Inteligência

- 20 Inteligência
- 20.1 ReconVig

30 Movimento e Manobra

- 30 Operações
- 31.1 BtlInfFuzNav
- 31.2 CialnfFuzNav
- 31.3 PellnfFuzNav
- 31.4 PelPtr
- 31.5 GC e ET
- 31.6 PelMrt81mm
- 31.7 PelPtrP
- 31.8 PelMAC
- 31.9 PelReconVig
- 31.10 Básico CmbAnf
- 32.1 Blindados
- 33.1 Engenharia
- 33.2 ApDbq
- 34.1 Apoio Aéreo
- 34.2 SARP
- 34.3 RTPA
- 34.4 CtAetat
- 35.1 BtlOpRib
- 36.1 Unidades Distritais

40 Logística

- 40 Logística
- 40.1 BtlLogFuzNav
- 40.2 RH
- 40.3 Manutenção
- 40.4 Suprimento
- 40.5 Transporte
- 40.6 EmbCarreg
- 40.7 GRADA
- 40.8 DeslMtz
- 40.9 Saúde
- 40.10 Sv Gerais

50 Apoio de Fogo

- 50 Apoio de Fogo
- 50.1 Coord Apf
- 50.2 Art Cmp
- 50.3 AFN
- 50.4 Art Foguetes
- 50.5 ApFAe

60 Comando e Controle

- 60 Cmdo e Controle
- 60.1 Comunicações
- 60.2 Aç GCiber
- 60.3 GE
- 60.4 Planejamento
- 60.5 Dados de Plj
- 60.6 Despistamento

Nível 3 – Normas, Básicos, Técnicos e Ambientes Especiais:

100 Normas

- 101 Adm Pessoal
- 102 PODERH-CFN
- 103 Adm Material
- 104 Política Mnt
- 105 Normas Gerais
- 106 SGC-FN
- 107 CDM
- 108 TFM e TAF
- 109 TM Funcional
- 110 Cães de Guerra
- 111 Ensino
- 112 CPP
- 113 CIAsA
- 114 PROFESP-MB

200 Básicos

- 201 Fuzileiro Naval
- 202 Ordem Unida
- 203 OU Bandas
- 204 Toques Corneta

300 Técnicos

- 301 Topografia
- 302 Patrulha
- 303 Camuflagem
- 304 ReconEng
- 305 Expl demolições
- 306 Estradas
- 307 Pontes
- 308 Trat D'água
- 309 CD
- 310 Negociação
- 311 Cães de Guerra
- 312 Fund Comunic.
- 313 seg. Comunic.
- 314 Antenas
- 315 Seg. Instalações
- 316 Seg. Embaixadas
- 317 seg. Autoridades
- 318 CLAnf
- 319 CC
- 320 ReconBld
- 321 TrnspBld
- 322 Mementos

400 Ambientes Especiais

- 401 OMAU

Publicações Históricas do CFN:

H1 A Conquista de Caiena

H2 Histórica do CFN

H3 Comandantes do CFN

H4 História da Fortaleza de São José

H5 das Praias de Caiena às Ruas do Haiti

H6 Combatentes Anfíbios - 1997

H7 Combatentes Anfíbios - 2007

H8 Manual do GDB - 1957

Fonte: CGCFN.

- a) OM do setor operativo do CFN poderão emitir Procedimento Operativo Padronizado (POP), de forma a especificar como a OM aplicará a doutrina aprovada pelo CGCFN, compatibilizando-a com as especificidades da OM; e
- b) OM de ensino do CFN poderão emitir Notas de Aula (NA) para facilitar o ensino/aprendizagem, podendo explicar mais detalhadamente a teoria já contemplada nas publicações existentes, reunir em uma NA partes de uma ou várias publicações ou para facilitar o acesso dos alunos aos conteúdos doutrinários, citando, sempre, a publicação utilizada como referência.

O CDDCFN poderá emitir Notas Doutrinárias (ND) sempre que houver necessidade de formular ou detalhar, com certa brevidade, algum aspecto novo para atender, ampliar ou dirimir algumas dúvidas doutrinárias ou até mesmo padronizar procedimentos de emprego de equipamentos adquiridos pelo CFN. Tais ND terão caráter temporário e permanecerão em vigor até que seus conteúdos sejam absorvidos por alguma publicação da Série. Da mesma forma o CDDCFN poderá emitir Pareceres Doutrinários quando verificar a necessidade de melhorar o entendimento de determinado assunto, visando esclarecer, interpretar e/ou explicar aspectos doutrinários.

Decorrente do PDPS-CGCFN, o Comando-Geral do CFN editou diversas circulares e distribuiu os manuais com as novas desig-

nações e títulos, ressaltando que essas atualizações visavam tão somente adequar as publicações ao plano.

ComOpNav-303 - Manual de Apoio Aéreo

Em 05 de março de 2020 o Comandante de Operações Navais aprovou para emprego na MB a primeira modificação da publicação ComOpNav – 303.

A modificação tem o propósito de divulgar a substituição do termo Destacamento Aéreo (DA), anteriormente usado na publicação, assim como o termo Destacamento Aéreo Terrestre (DAT) eventualmente empregado, mas que não contava com amparo no manual em lide, pelo termo Destacamento Aéreo Naval (DAN). Tal modificação foi procedida dentro do Capítulo 2 – Orientações para o Apoio Aéreo no Cenário Terrestre.

O Destacamento Aéreo Naval (DAN) foi definido nessa modificação como sendo: “uma fração de um Esquadrão de aeronaves, constituída por um “Escalão Aéreo” e por um “Escalão de Manutenção”, com a tarefa de apoiar Distritos Navais, Organizações Militares sediadas em terra, GptOpFuzNav, Unidades / Subunidades/Frações de Unidades de Fuzileiros Navais ou de Operações Especiais”.

Assim passam a vigorar, tão somente, os termos Destacamento Aéreo Naval (DAN) e Destacamento Aéreo Embarcado (DAE), conforme o caso.

Figura 2: Operação de um Destacamento Aéreo Naval (DAN).



Fonte: CDDCFN



CA (FN) **Nélio** de Almeida
nelio@marinha.mil.br

CMG (RM1-FN) **Edson** de Oliveira
cffnedson2000@yahoo.com.br

A Batalha de Retaguarda e a Logística de Sustentação: Marco Teórico



O CA (FN) **Nélio** é atualmente o Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. É oriundo da Escola Naval. cursou os Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval e o *Command and Staff College and On-The-Job Training* nos Estados Unidos. Já Comandou o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, o Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e o Centro de Reparos e Suprimentos Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais. É, também, cursado nos cursos de Formação de Avaliadores de Prêmio da Qualidade do Governo Federal e de Autoavaliação de Gestão.



CMG (RM1-FN) **Edson** serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Difusão. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) da EGN, em 2001, e o Curso de Política, Estratégia e Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME, em 2010, como correspondente ao CPEM. Serviu no 3ºBtlInfFuzNav – Batalhão Paissandu – como Oficial de Estado-Maior e Comandante de Companhia, Comandou o 2ºBtlInfFuzNav – Batalhão Humaitá – e o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, comandou, também, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti, 3º Contingente. Possui MBA em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas.

O Espaço de Batalha

Inspirado no conceito do *United States Marine Corps* (USMC) do *Marine Air-Ground Task Force* (MAGTF) o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) desenvolveu o conceito de emprego em Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) que, já em 2010, foi alçado à condição de um dos três Eixos Estruturantes do CFN¹ (MONTEIRO, 2010, p. 35). As necessidades geradoras que levaram os americanos a optarem por essa filosofia de organização se referem à grande amplitude que tomou o apoio logístico nas Operações Anfíbias (OpAnf) bem como o apoio de aviação, tornando difícil para um único comandante tratar todos os aspectos relativos à operação, além de conduzir a manobra propriamente dita. Os MAGTF são organizados em quatro componentes principais: um Componente de Comando (CCmdo) (*Command Element*), um Componente de Combate Terrestre (CCT) (*Ground Combat Element – GCE*); um Componente

de Combate Aéreo (CCA) (*Aviation Combat Element – ACE*); e um Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC) (*Logistics Combat Element – LCE*) (ESTADOS UNIDOS, 2011, p. 2-6) e (BRASIL, no prelo a, p.1-2).

Essa forma de organizar uma força combatente trouxe consigo uma outra vantagem, a possibilidade da aplicação da filosofia da divisão do trabalho, um conceito da ciência da administração.

O Espaço de Batalha é definido no Glossário das Forças Armadas como:

Espaço composto pelo ambiente e por fatores e condições que devem ser compreendidos para a adequada aplicação do poder de combate, proteção da Força e cumprimento da missão. Abrange [...] Forças amigas e inimigas, o espectro eletromagnético [...] na área em que uma Força exerce todas as funções do combate necessárias ao cumprimento de sua missão. É normalmente dividido em Áreas de Responsabilidade ou de Operações, de Influência e de Interesse. [...] O Campo de Batalha está incluído no Espaço de Batalha (BRASIL, 2015, p. 105/288).

¹Os outros dois são: o primeiro é valorizar a capacidade de realizar Operações Anfíbias e o terceiro é a adoção do estilo de Guerra de Manobra (MONTEIRO, 2010, p. 35).

Figura 1: Espaço de Batalha.

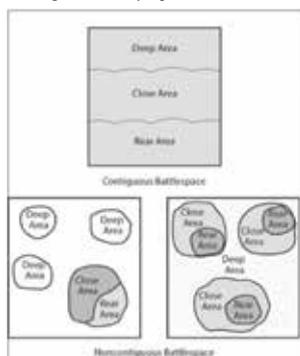


Figure 1. National contiguous and noncontiguous battlegroups (Deep Area/Close Area/Rear Area).

Fonte: LCE as Rear Area Command (CARLSON et al, 2019, p. 56).

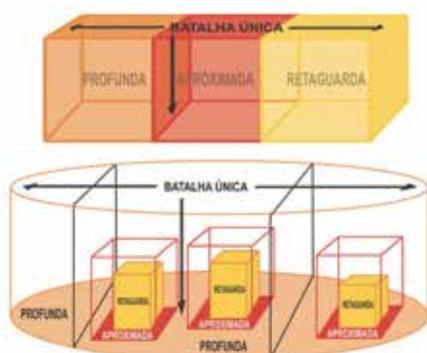
Com o advento da organização por componentes o Espaço de Batalha passou a ser tratado, também, segundo o preceito da divisão de trabalho, ele foi dividido em espaços dedicados à Batalha Aproximada, à Batalha Profunda e à Batalha de Retaguarda (ver Figura 1). O conceito se aplica quando para cada um desses espaços há um comandante para tratar de seus problemas específicos

e o Comandante do GptOpFuzNav, com uma visão holística do problema, deve se ocupar de integrar e coordenar os esforços de seus comandantes subordinados naquilo que seria a Batalha Única, ao mesmo tempo em que realiza ligações externas para coordenação de manobra, fogos, apoio logístico, aspectos estratégicos e outros, intra e extra força.

Às Batalhas já mencionadas agregou-se a Batalha de Comando e Controle. Amplamente debatido na Edição nº 50 da Âncoras e Fuzis. Elemento fundamental para a integração dos esforços dos distintos componentes e com importante papel frente ao ciclo decisório do inimigo. O Comando do GptOpFuzNav, operando segundo o conceito da Batalha Única, persegue a atuação integrada e compartilhada de seus componentes numa unidade de esforços, de forma a que os comandantes subordinados tenham uma percepção única do todo.

Essa organização também aborda outro moderno conceito de administração: o planejamento centralizado e a execução descentralizada. Novamente o intuito é de garantir unidade de esforço e possibilitar, ao subordinado, o exercício da iniciativa e a exploração de oportunidades. A Batalha Única deve-se valer do conceito de armas combinadas e do exercício do esforço principal, para que todos trabalhem em prol do que é prioritário (BRASIL, no prelo a, p. 1-8).

Figura 2: Divisão do Campo de Batalha.



Fonte: CGCFN-30 (BRASIL, no prelo a, p. 1-6).

Esse modelo organizacional confere flexibilidade e versatilidade pois combina as capacidades e potencialidades dos meios

de combate terrestre, aéreos, de apoio ao combate, de controle aerotático, de defesa antiaérea e logísticos, integrados por uma estrutura de comando e controle (C2) (BRASIL, no prelo a, p. 1-1).

Pensando no por vir do emprego dos Fuzileiros Navais podemos ver que há uma dificuldade na identificação de ameaças ao Brasil, ainda que essa percepção não encontre sustentação histórica. Todavia, na atual dinâmica do emprego do Poder Naval, fica fácil perceber a realidade das ameaças existentes que estão sempre a cobrar crescentes níveis de prontidão. O entorno estratégico brasileiro definido na Política Nacional de Defesa (PND) subentende um ambiente operacional marítimo e fluvial caracterizado como uma porta aberta para o intercâmbio de riquezas, ao mesmo tempo em que mostra perigos de toda a ordem (BRASIL, 2017a).

Não é difícil constatar que num futuro previsível nossos adversários empreguem meios convencionais e irregulares em uma forma híbrida de conflito. Essas operações podem envolver força militar e outros elementos de poder. Provavelmente essas operações devem ocorrer em situações emergenciais, de rápida mobilização e em condições austeras. Essas condições já conformam, hoje, e devem continuar conformando o Espaço de Batalha no futuro (ESTADOS UNIDOS, 2011, p. 1-15 a 1-17).

A projeção de poder sobre terra significa a transposição da influência do Poder Naval sobre uma área de interesse. O Poder Naval será capaz de projetar poder na medida em que dispuser de uma força com capacidade expedicionária - O Conjugado Anfíbio. Entendido como uma Força Naval com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) embarcado e meios aeronavais adjudicados. A capacidade de aplicação do Poder Naval também passa por poder ser empregado em operações e ações de Guerra Naval; nas Atividades de Emprego Limitado da Força; e em Atividades Benignas (BRASIL, 2017b, 2017).

O Ambiente natural do GptOpFuzNav é, portanto, a Operação Anfíbia, operação típica para ser empregada na tarefa básica de projetar poder sobre terra, tanto no conflito, quanto na crise, quanto em tempo de paz. Pode ser adequada, também, para cumprir múltiplos propósitos em proveito das atividades de emprego limitado da força ou nas atividades benignas (BRASIL, 2017b).

Fruto dessa situação e da organização modular do GptOpFuzNav, ele é o elemento que melhor se adapta a uma determinada missão. Essa abordagem de blocos de construção também torna a reorganização uma questão de rotina. Além de seus componentes, lhe podem ser agregadas outras tropas especializadas, tropas de outras Forças ou nações. Uma característica fundamental do GptOpFuzNav é a sua capacidade de expansão, essa estrutura modular facilita a rápida expansão para uma força de maior vulto, conforme a situação exija (ESTADOS UNIDOS, 2011, p. 1-15 a 1-17).

A Batalha de Retaguarda

Particularizando o estudo da Batalha de Retaguarda, podemos dizer, desde já, que ela possui duas vertentes. Na primeira, são executadas as atividades de apoio de serviços a todos os

elementos da força e ocorre boa parte das atividades de Comando e Controle dos escalões superiores, as reservas podem estar se preparando para alguma tarefa, há instalações importantes para as atividades da força, tais como as próprias instalações logísticas, aeródromos, portos. Não podemos esquecer também que pode haver uma localidade com uma população demandante de serviços de toda ordem, que pode vir a dificultar as operações da força. Na segunda vertente, o gerenciamento da Batalha de Retaguarda deve se ocupar em proteger as atividades da primeira, assim como as tropas que as executam, com um mínimo de interferência. Para essa proteção o GptOpFuzNav executa as operações de Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR).

Como vimos na divisão de tarefas, o espaço onde se “joga” a Batalha de Retaguarda é o espaço natural do CASC, em outras palavras, “O conjunto de ações ligadas ao espaço de atuação do CASC configura a Batalha de Retaguarda. Esta batalha enfatiza a segurança e a continuidade das ações dos demais componentes” (BRASIL, no prelo a, p. 1-7).

Da mesma forma que o GptOpFuzNav possui, no seu Espaço de Batalha, Áreas de Operações, de Influência e de Interesse, o CASC também terá suas respectivas Áreas de Operações, de Influência e de Interesse. A primeira área corresponde, logicamente, a própria Área de Retaguarda. A Área de Influência vai abranger boa parcela da dedicada à Batalha Aproximada, pois lá o CASC deve ter condições de enviar comboios com suprimentos, realizar salvamentos, instalar Postos de Controle de Trânsito, executar serviços, evacuar baixas e muitas outras atividades. Deve-se agregar a esta última uma razoável parcela da área dedicada à Batalha Profunda pois lá estão elementos de combate como pessoal de reconhecimento e vigilância, elementos de operações especiais e até tropas de linha, que são demandantes de suprimentos e serviços como os demais, bem como as áreas de retaguarda de forças amigas. A Área de Interesse vai abranger boa parcela da dedicada à Batalha Profunda, pois de lá podem partir elementos combatentes inimigos, regulares ou irregulares, capazes de interferir na missão do CASC na Segurança da Área de Retaguarda.

Normalmente, a delimitação do Espaço de Batalha é representada linearmente onde as unidades encontram-se contíguas na Área de Operações, em largura e em profundidade. Porém, é pos-

Figura 3: Ataque Suicida em Beirute, em 1983, resultou na morte de muitos *Marines*.



Fonte: <<https://fpif.org/wp-content/uploads/2014/05/BombenanschlagUS-BotschaftBeirut.jpg>>.

sível que o GptOpFuzNav receba a tarefa de conduzir uma Operação dentro do Espaço de Batalha com frentes e profundidades não lineares. Nesse caso as ações da Batalha de Retaguarda podem ser conduzidas nas áreas em que são desenvolvidas as Batalhas Aproximadas. Essa situação é passível de ocorrer quando a missão impõe a dispersão das peças de manobra, como nos casos de segurança de instalações (portos, aeroportos, embaixadas etc), na guerra irregular e no combate ao terrorismo (Figura 2) (BRASIL, no prelo a, p. 1-5 a 1-6).

A batalha de retaguarda ganhou contornos dramáticos quando o campo de batalha perdeu sua linearidade (figuras 1 e 2). Particularmente as áreas de operações, de influência e de interesse se mesclaram, em maior grau, com as dos demais componentes do GptOpFuzNav. Ainda assim continua válida a divisão de tarefas entre esses comandantes que operam nas batalhas profunda, aproximada e de retaguarda, posto que suas tarefas conservam suas peculiaridades, mas devem se complementar e se apoiar mutuamente, essa necessidade será crucial no compartilhamento de informações. Operações como Somália, Afeganistão e Iraque desafiaram as noções tradicionais dessa divisão de espaço. A guerra irregular pode envolver todas as áreas de operações, compartilhando o mesmo espaço, comprimindo o tempo entre ações táticas e efeitos estratégicos. Entretanto, em face às ações de guerra irregular, as operações na área de retaguarda podem ser mais uma função do tempo ou da atividade do que do espaço em si (ESTADOS UNIDOS, 2011 p. 3-12 - 3-13).

O CASC deve ser organizado para oferecer todas as funções de logística necessárias a manter a disponibilidade dos meios e a sustentação continuada do GptOpFuzNav. Outros serviços podem-lhe ser agregados, como correios, apoio religioso e moral, recreação e outras atividades. Ele pode variar em tamanho e composição, a exemplo da organização-por-tarefas do próprio GptOpFuzNav. Também pode operar a partir de bases marítimas, segundo o conceito de *Sea Basing* ou de bases estabelecidas em terra (ESTADOS UNIDOS, 2011, p. 2-8).

Os GptOpFuzNav realizam operações em suas respectivas áreas de retaguardas. A sustentação de suas forças e segurança são normalmente as atividades dominantes na área de retaguarda, ambas garantem a liberdade de ação, a continuidade logística e o exercício do comando e controle das operações. O comandante que ficar com o encargo de conduzir as ações na área de retaguarda, para conduzir ambas as ações pode necessitar de recursos adicionais, tais como força de combate, recursos de apoio de fogo, de apoio aéreo, elementos de inteligência e elementos de comando e controle (ESTADOS UNIDOS, 2011, p. 3-12 a 3-13).

A Logística e o Apoio de Serviços ao Combate

Logística, do ponto de vista mais amplo do conhecimento humano, é um termo comumente usado para descrever o processo de aquisição, manutenção, distribuição e substituição de recursos. Tais atividades possuem muitos pontos em comum

com a Logística Militar que se vale desses conceitos, técnicas e tecnologias, adequando-os às especificidades e necessidades militares. A Logística é a ciência de planejar e executar a movimentação e a manutenção de uma força militar durante sua missão. Ela deve prover os recursos necessários para que a força disponha de poder de combate suficiente nos locais apropriados, dentro das Áreas de Operações (AOp), e os sustente durante toda a ação (BRASIL, no prelo b, p. 1-1).

A Logística, a Estratégia e a Tática são indissociáveis e devem nortear as análises do problema militar. O Comandante deve estar alerta para balanceá-las, posto ser a primeira vital para as demais que não podem ser sustentadas sem seus recursos. A interação desses três elementos determinará os objetivos a alcançar e os meios para atingi-los, estabelecendo, em última análise, a relação entre o “desejável” e o “possível”.

O que se espera da Logística e o que ela é capaz de fornecer são profundamente influenciados pelas circunstâncias do conflito, aí incluídas a geografia, o clima, o tempo, os recursos, a tecnologia, a população, a cultura, a política, o estilo de guerra, enfim, todos os parâmetros existentes no Espaço de Batalha (BRASIL, no prelo b, p. 2-1).

A conjunção de incerteza², fluidez³, fricção⁴ e da dimensão humana⁵ conformam uma das principais características da natureza da guerra a desordem ou o caos do combate. A Logística não escapa ilesa a essa realidade. Os logísticos devem, sempre que possível, evitar as duas posturas antagônicas resultantes desse caos. Na primeira, os profissionais da Logística se rendem à inevitável desordem e buscam compensá-la abrindo mão de virtudes, como a economia. Na segunda, buscam compensar a falta de um ambiente ordenado com a adoção de procedimentos burocráticos, que visam apresentar uma falsa ideia de ordem. Como de costume, a virtude está no meio. O logístico deve balancear essas tendências evitando o excesso de desperdícios sem abrir mão da eficácia na prestação do apoio logístico (BRASIL, no prelo b, p. 2-3).

A Logística não pode ser reduzida a um grupo de procedimentos padronizados, mas há muitos benefícios no seu uso, eles contribuem para minimizar os efeitos da fricção e orientar ações em ambientes de incerteza. É mister entender que ela é ao mesmo tempo uma ciência e uma arte. Como ciência, beneficia-se

²Boa parte do esforço logístico depende de cálculos que podem sofrer os efeitos da incerteza. O Logístico deve esperar que suas atividades sejam baseadas, muitas vezes, em dados incompletos e estimativas pouco exatas. É a consequência da “névoa da guerra” (BRASIL, no prelo b, p. 2-3).

³A fluidez da guerra é caracterizada pela continuidade dos acontecimentos e suas interdependências (BRASIL, no prelo b, p. 2-2).

⁴A fricção do combate é o aspecto da guerra que torna complexa a ação mais simples. A simplificação dos planos e processos podem reduzir essa fricção, apesar da inerente complexidade das Atividades Logísticas (BRASIL, no prelo b, p. 2-2).

⁵A dimensão humana, atributo associado à natureza da guerra, se caracteriza pela condução dos combates por pessoas, cujos comportamentos são influenciados por emoções, seres passíveis de serem impactados pelas agruras físicas, morais e intelectuais do combate. (BRASIL, no prelo b, p. 2-2).

de regras que possibilitam conformar uma base de cálculo para suas atividades, em que pese a natureza caótica da guerra, essa característica possibilita dar ao seu exercício alguma previsibilidade no campo de batalha. Como arte requer a aplicação criativa do conhecimento científico por meio do julgamento, experiência e intuição na busca de soluções práticas para sua execução. Afinal a aplicação pura e simples de fórmulas e procedimentos pode conduzir ao fracasso (BRASIL, no prelo b, p. 1-1).

Outra forma de entender a logística é que ela é a ponte que liga a capacidade dos recursos da economia de uma nação com suas forças de combate. O processo logístico é o meio pelo qual essa transição é efetivada. Esse processo se desenvolve, em qualquer nível, em quatro etapas: aquisição, distribuição, sustentação, e realocação. Esse processo obedece a um ciclo que deve ser percorrido diuturnamente e, quando suas fases são melhoradas continuamente, torna-se virtuoso resultando numa força cada vez mais bem aprestada. O ciclo tem três fases básicas em cujo início os utilizadores dos recursos demandados procuram realizar a **determinação de necessidades**. Segue-se a **obtenção** que representa a logística de produção, com seu caráter econômico, político e civil, típico da logística de alto nível. Posteriormente, os recursos reunidos passam à **distribuição** aos usuários. A determinação de necessidades é a base da logística que, junto com a distribuição, referem-se à logística de consumo, mais militar e mais voltada para os níveis operativos (BRASIL, no prelo b, p. 1-1).

Embora diferentes, os termos “Logística” e “Apoio de Serviços ao Combate” (ApSvCmb) costumam ser empregados indistintamente. Entretanto o ApSvCmb é a atividade que, efetivamente, fornece os recursos logísticos às Forças em combate, reúne as capacidades, funções, atividades e tarefas necessárias à sustentação das forças operando em um Teatro de Operações (TO). Está diretamente relacionado às atividades voltadas à sustentação das forças no Espaço de Batalha (BRASIL, no prelo b, p. 1-1).

Os profissionais da Logística, apesar de operarem, em geral, mais afastados da linha de contato, sofrem também os efeitos do combate, agravados pelas pressões dos encargos e responsabilidades inerentes às suas atividades. Os compensadores alvos das vulneráveis instalações logísticas e das linhas de comunicações muito distendidas sempre serão sérios candidatos a troféus de guerra para o inimigo. Essa realidade ficou potencializada quando caiu a linearidade do campo de batalha (BRASIL, no prelo b, p. 2-1).

O CASC provê ao GptOpFuzNav o ApSvCmb, por meio de execução das funções logísticas essenciais à sua operacionalidade, excetuadas aquelas atividades específicas de aviação (BRASIL, no prelo a, p.1-2).

A Guerra de Manobra depende muito do uso judicioso do tempo, o comandante busca operar em um ritmo maior do que o inimigo, conquistando a iniciativa. A logística contribui para esse ritmo ao distribuir rapidamente os suprimentos e reposicionar as forças para o combate. Na sua condução, a definição do Ponto Focal do Esforço (PFE), modela a ideia de manobra do coman-

dante, isso dá ao ApSvCmb uma clara sinalização de qual unidade de combate está exercendo o Esforço Principal. Onde estiver localizado o PFE, aí estará a mais alta prioridade no atendimento das atividades logísticas. Conhecer antecipadamente as expectativas do Comandante dá ao logístico a vantagem para se antecipar às necessidades do combate, a iniciativa confere liberdade de ação ao Comandante do CASC e aos demais comandantes (BRASIL, no prelo b, p. 2-5 a 2-7).

Para que a capacidade logística seja eficaz deve haver recursos humanos, doutrina, instrução, adestramento, procedimentos padronizados, organização, equipamentos e tecnologia. Os recursos humanos fazem o sistema logístico funcionar, seu grau de capacitação é determinante para minimizar os efeitos da fricção, seus fatores críticos compreendem: liderança, disciplina, atenção aos detalhes e capacidade de resposta. Entende-se por doutrina o conjunto de princípios e conceitos que fornecem a base para a ação harmônica e compreensão mútua. Sendo a filosofia de guerra de manobra um dos Eixos Estruturantes da Doutrina de Emprego do CFN, as capacidades logísticas do CFN devem atentar para tal filosofia. O adestramento é vital para o combate, e não seria diferente para a logística, realizada em conjunto permite o necessário entrosamento entre os diferentes componentes do GptOpFuzNav (BRASIL, no prelo b, p. 2-12).

A Proteção da Logística - Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR)

Vimos nos últimos conflitos que, depois de um grande sucesso inicial, com combates rápidos e de grande letalidade, implicando na neutralização de forças significativas, seguiu-se uma fase de dominação do outrora território inimigo. Nessa fase, ações espetaculares contra as tropas dominantes, particularmente elementos de logística como comboios, ocorreram com igual sucesso e efeitos devastadores para o outrora vencedor.

Atuar contra os elementos de retaguarda normalmente será a opção do mais fraco. Esses eventos, além de uma grande notoriedade e uma atenção para a causa do elemento mais fraco, muitas vezes um combatente irregular, desperta um sentimento de insegurança da força atacada, mesmo porque os danos são dirigidos contra combatentes menos preparados para o enfrentamento direto, ao mesmo tempo em que as capacidades de subsistência da força ficam comprometidas.

A natureza pouco combativa das instalações logísticas, seu afastamento da frente de contato, a extensão das linhas de comunicações, a importância para a preservação do poder de combate, fazem dessas instalações, muitas vezes vulneráveis, alvos compensadores. Isso enseja a adoção de medidas protetoras das instalações e unidades logísticas, além de um planejamento acurado das ações de Segurança da Área de Retaguarda (BRASIL, no prelo b, p. 2-5).

Cabe ao Comandante preservar a capacidade de combate do GptOpFuzNav. Ele, junto com seu estado-maior, analisa o Centro de Gravidade da própria força, assim como procura identificar

suas Vulnerabilidades Críticas passíveis de serem exploradas e planeja as atividades de proteção (BRASIL, no prelo a, p. 6-13). Assim como nos demais espaços, a Batalha de Retaguarda também deve ser **moldada**. O Comandante deve ser capaz de antecipar necessidades, facilitar a manobra dos demais componentes, moldar as expectativas de um possível inimigo, promover o engano, o disfarce, “camuflar” suas ações, protegendo as forças.

O propósito da Segurança de Área de Retaguarda é evitar ou minorar a interferência do inimigo em nossas atividades e controlar os efeitos de um possível evento destruidor ou catástrofe da natureza sobre as operações. Nesse ponto o prezado leitor vai permitir que lembremos uma conhecida “fórmula matemática”:

$$\text{SEGAR} = \text{DEFAR} + \text{CD}$$

Ela exprime um processo mnemônico que não é exatamente matemático e sim doutrinário. Na doutrina podemos dizer que a Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR) abrange, ou melhor, é a integração de dois tipos de ações a Defesa da Área de Retaguarda (DEFAR) e o Controle de Danos(CD) (BRASIL, 2011, p. 52/128).

De acordo com o manual do Ministério da Defesa (MD) todo comandante a quem for atribuída uma Área de Responsabilidade terá certamente uma porção que será a sua Área de Retaguarda, ele deve “designar o seu Controlador de SEGAR” (BRASIL, 2011, p. 52/128). Para o USMC há três opções para o exercício do comando e controle das operações da Área de Retaguarda: reter o comando e o controle com o comandante do GptOpFuzNav; designar um coordenador; e designar um comandante dessa área. Esse coordenador ou comandante normalmente estabelece uma instalação para o exercício do C2, a *Rear Area Operations Center* (RAOC) ou *Rear Area Command Post* (RACP), conforme o caso (ESTADOS UNIDOS, 2000, p. 7-4). Já no manual do CGCFN consta que “A responsabilidade geral pela SEGAR dos GptOpFuzNav cabe ao comandante do Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC)” (BRASIL, 2020 p. 14-10).

Para qualquer dos casos, as instalações de C2 devem contar com uma célula logística e uma célula de operações para coordenar forças de segurança; como elementos de Polícia e força combatentes; agências de apoio de fogo; unidades de apoio de serviços ao combate; agências de controle de movimento; outras instalações de comando e controle; áreas de apoio e instalações de base; e outras organizações, conforme necessário (ESTADOS UNIDOS, 2000, p. 7-4).

Também para qualquer dos casos devem ser elaborados dois planejamentos distintos, o Planos de Defesa da Área de Retaguarda e o de Controle de Danos que se complementam, uma vez que a finalidade de ambos é a preservação das unidades desdobradas na área de retaguarda, das instalações, das atividades de apoio logístico e de C2 e das vias de transporte na área de retaguarda.

Um sistema eficaz de SEGAR deve primar por ter um único comandante que deve contar com um estado-maior com as capa-

idades necessárias para gerenciar tais tarefas e os respectivos meios de C2 que o habilitem a exercer esse comando; deve haver uma área de responsabilidade bem definida; deve contar com uma Força de Reação dimensionada segundo as possibilidades do inimigo levantadas; elementos de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate desdobrados; e, caso existam, elementos de Forças Auxiliares (BRASIL, 2011, p. 53/128 e 54/128).

É possível reduzir as necessidades de elementos para a segurança minimizando-se a **pegada logística** da força. Mediante o emprego do conceito de *Sea Basing*⁶, desde que haja condições de permanência de navios nas proximidades com segurança, ou então pode-se explorar o apoio da nação anfitriã, ou a infraestrutura existente. Isso reduz as necessidades de instalações na área de retaguarda, não só de logística mas também de C2 e outras (ESTADOS UNIDOS, 2011 p. 3-12 e 3-13).

A proliferação de armas de destruição em massa, além do aumento das ameaças terroristas, traz, sob o ponto de vista da segurança, riscos crescentes para uma força expedicionária que baseia seu apoio logístico em terra. Acrescentar tropas para a segurança dessa força, paradoxalmente, só fará agravar o problema da segurança, que pode acabar oferecendo um alvo compensador para forças inimigas de menor envergadura (BRASIL, no prelo b, p.3-12).

Defesa da Área de Retaguarda (DEFAR)

É um conjunto de ações e medidas para assegurar a normalidade no desempenho das atividades dos elementos dispostos nesse espaço (BRASIL, 2011, p. 52/128).

“A DEFAR compreende as medidas e/ou ações que tenham por finalidade evitar ou minimizar a intervenção do inimigo, visando a assegurar a normalidade no desempenho das atividades dos elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, além dos de comando e controle localizados nas respectivas áreas de retaguarda” (BRASIL, 2020 Pg 14-10).

É normal acreditar que nessa parte do campo de batalha o inimigo possa dispor da iniciativa das ações e que sua concretização pode ter um efeito desmoralizante e comprometedor para as atividades de comando e controle e apoio logístico. É normal, também, que tal inimigo, para contar com uma certa surpresa necessite ser mais leve, móvel e com efetivo reduzido, para que possa buscar o choque nas suas ações. Porém, a atenção ao trabalho da inteligência pode permitir conquistar e manter essa iniciativa nesse recorte do Espaço de Batalha.

O Plano de Defesa da Área de Retaguarda (DEFAR) deve buscar conter a ameaça inimiga, para isso é importante realizar uma análise contínua sobre as reais possibilidades do inimigo, inclusive quanto ao emprego de ações irregulares. Esses planos

⁶*Sea Basing* – Um dos três métodos básico de sustentação de uma força nas OpAnf, prevê a prestação do ApSvCmb a partir de plataformas marítimas para a tropa em terra. A prestação do ApSvCmb vindo do mar depende das condições climáticas e meteorológicas, especialmente no que tange ao emprego de plataformas aéreas para a distribuição de suprimentos (BRASIL, no prelo b, no prelo, p. 4-4).

deverem integrar todos os meios existentes na Área de Retaguarda. Uma DEFAR bem-sucedida, com a consequente destruição das forças inimigas na área de retaguarda, depende de um eficiente sistema de C2, da capacidade de as forças amigas reagirem rapidamente e cerrarem sobre o inimigo, quando localizado. A eficiência exige preparação e a realização de ensaios, além disso as forças designadas para a DEFAR devem ter um valor adequado capaz de conter as ameaças inimigas.

São vitais as vias de transporte por onde passam suprimentos e serviços que vão sustentar o esforço dos demais componentes do GptOpFuzNav, sua interrupção tem o condão de prejudicar o cumprimento da missão da força.

Figura 4: PO em Área de Retaguarda.



Fonte: O autor.

As instalações são vitais para a continuidade do ApSvCmb, portanto, para a DEFAR as suas defesas também são vitais. As tropas que as guarnecem devem ter uma capacidade mínima para defendê-las. Uma vez localizado o inimigo, a Força de Reação, dotada de mobilidade tática, desloca-se para bloquear a ameaça. Outros elementos da força de DEFAR não engajados são reunidos rapidamente, para a ação decisiva de sua destruição ou neutralização.

A natureza da ameaça pode exigir a existência de forças altamente móveis. A localização e a fixação do inimigo são os principais problemas na DEFAR, por isso é importante uma vigilância constante sobre áreas favoráveis às ações inimigas, combinado com um patrulhamento agressivo (BRASIL, 2011, p. 53/128).

Controle de Danos (CD)

O Controle de Danos é um conjunto de medidas preventivas e corretivas que visam minimizar os efeitos de qualquer evento destruidor decorrente de ações inimigas, de graves desastres ou de eventos da natureza e assegurar a continuidade ou a normalização da estrutura de comando e controle e do fluxo do apoio logístico. Essas medidas podem ser preventivas ou executivas: no primeiro grupo estão a camuflagem, a dispersão de tropas e instalações, a utilização de abrigos, os sistemas de alarme, a adoção de medidas de contrainformação e despistamento e a criação de uma sistemática de avaliação dos danos; no segundo grupo, as medidas, cujo foco é o restabelecimento das condições anteriores ao evento, devem ser desencadeadas imediatamente após a ocorrência dos incidentes, visam recuperar as estruturas

de comando e controle, o tratamento e evacuação das baixas, o combate a incêndios, a ação de destacamentos de controle de danos, o isolamento de áreas afetadas, o salvamento e outras ações (BRASIL, 2014, 2020).

Figura 5: Furacão no Haiti.



Fonte: O autor.

A Logística de Sustentação e seu Entendimento

O desdobramento bem-sucedido de um GptOpFuzNav, seu emprego pelo tempo planejado, a sustentação de suas capacidades por este tempo e sua realocação para outra missão é o resultado da coordenação de atividades de Apoio Logístico realizadas nos níveis estratégico, operacional e tático. Assim, a despeito do GptOpFuzNav atuar preponderantemente no nível tático. A logística voltada para os Fuzileiros Navais deve integrar os níveis estratégico, operacional e ático. Para tal, três níveis de gerenciamento logístico atuam de forma harmônica, integrada e coordenada: do Combatente; de Campanha; e de Sustentação (BRASIL, no prelo a, p. 6-11).

A Logística do Combatente refere-se aos militares em geral, considerados individualmente e as frações constituídas dos componentes que formam a organização-por-tarefas do GptOpFuzNav, incluindo o próprio CASC, reunindo os recursos transportados para o emprego imediato das tropas. São elas: a Carga Prescrita Individual (CPI) e a Carga Prescrita da Unidade (CPU) normalmente empregadas no ApSvCmb nas Operações Anfíbias (BRASIL, no prelo b, p. 3-3).

A Logística de Campanha refere-se ao GptOpFuzNav como um todo, incluindo a sua interface com o Comando da Força a qual está subordinado. Diz respeito aos recursos que o próprio GptOpFuzNav é capaz de conduzir até a área de operações e pode reunir ou armazenar em suas instalações logísticas, sejam elas em terra ou no mar (*Sea Basing*). Nas Operações Anfíbias são os Suprimentos Remanescentes⁷ (BRASIL, no prelo b, p. 3-3).

É na Logística de Campanha que a postura **proativa** é mais importante. O oficial de Logística deve contar com sua experiência para saber onde e quando o ApSvCmb será mais oportuno, conhecer a matriz de sincronização do planejamento será

⁷Suprimentos Remanescentes – Categoria de desembarque que consiste dos suprimentos de assalto e equipamentos que não foram incluídos nas cargas prescritas (CPI e CPU), nos Depósitos Flutuantes nem nos Suprimentos Helitransportados, portanto não se enquadram nas demais Categorias de Desembarque. Constituem a maior parte dos suprimentos transportados para a área de operações (BRASIL, 1994, p. 8-9).

fundamental. Preparar e encaminhar pacotes padronizados de suprimentos e serviços às unidades, levando em consideração as tarefas que estão cumprindo e as dificuldades próprias do ambiente operacional, fará a diferença no combate. A munição que chega com atraso, pode não encontrar mais o atirador que a necessitava.

Figura 6: Ressuprimento de comboios durante Operação Desert Storm.



Fonte: <https://cdn.theatlantic.com/static/infocus/iraq031813/i11_ORTXLUJF.jpg>

A Logística de Sustentação é aquela que repõe, periodicamente, os níveis de estoques do GptOpFuzNav em combate, garantindo sua **permanência** na ação. Ela é gerenciada por organizações externas à Força à qual o Grupamento estará subordinado. Essa organização, normalmente formada *ad hoc*, busca observar a cadeia logística prevista para a operação e distribui os recursos aos órgãos responsáveis pelo nível da campanha. A determinação de necessidades, nesse nível, ganha importância capital por envolver a necessidade de previsão de recursos para **emprego futuro**, mas para um **tempo** razoavelmente **dilatado** (BRASIL, no prelo a; BRASIL, no prelo b).

O CFN deve-se ocupar em garantir as capacidades logísticas estratégicas essenciais que permitirão adquirir armas e equipamentos, mobilizar e desmobilizar forças e efetivamente gerenciar o fluxo dos recursos do nível estratégico para o tático. De forma a apoiar, da melhor maneira, os GptOpFuzNav que puder formar (BRASIL, no prelo b, p. 2-8).

Logística do Nível Tático

A logística no Nível Tático se preocupa com a manutenção das Forças em operações dentro do TO. Envolve o desempenho efetivo das funções logísticas, principalmente durante o combate. O papel do CASC é fundamental nesse nível de aplicação da logística, pois dá suporte ao Conceito da Operação enquanto maximiza a flexibilidade e a liberdade de ação do Comandante do GptOpFuzNav. O ApSvcmb é a logística no Nível Tático (BRASIL, no prelo b, p. 3-19).

A Logística no Nível Tático é o campo dos gerentes do Nível do Combatente, isto é, os comandantes de pequenas frações, cuidando de determinar as necessidades em termos de recursos logísticos para que os Oficiais de Logística possam obtê-los e provê-los, satisfazendo aquelas necessidades. Os recursos empregados nesse nível geram necessidades para o gerente do Nível de Campanha, que estará no Comando do GptOpFuzNav e daí por diante até o gerente do Nível de Sustentação, caracterizando o chamado *continuum logístico*.



Figura 7: Pacotes de Suprimentos.

Logística do Nível Operacional

No nível operacional, a logística deve estar pronta para apoiar as tropas desdobradas no TO, deve ser capaz de transportá-las e a seus equipamentos e suprimentos; estabelecer bases de apoio intermediárias e avançadas; apoiar a chegada e reunião dessas tropas dentro do TO; reconstituir e reorientar os GptOpFuzNav para prosseguir em operações futuras, e prover-lhe comando e controle operacionais para o planejamento e gerenciamento desse esforço logístico (BRASIL, no prelo b, p. 2-8).

A Logística no Nível Operacional está relacionada à capacidade de o país, por intermédio do MD, organizar, empregar e sustentar forças em operações. Ela deve ser capaz de proporcionar condições apropriadas para que o CASC se estruture e opere desde suas bases em terra ou em coordenação com o apoio dos navios do Conjugado Anfíbio (BRASIL, no prelo b, p. 2-8).

Logística do Nível Estratégico

No Nível Estratégico a Logística liga a base econômica nacional – a população, os recursos primários e industrializados e a indústria – às operações militares. Ela envolve a gestão da mobilidade estratégica, combinando modais de transporte marítimo, fluvial, aéreo e terrestre. Depois de organizar o GptOpFuzNav e transportá-lo para o TO, caberá à Logística estratégica prever e prover os recursos para sustentá-lo em combate pelo tempo necessário ao cumprimento da missão. Aqui cabe ressaltar a ne-

cessidade de a inteligência estratégica e operacional fazer um amplo levantamento de dados sobre a possibilidade de utilização de recursos logísticos obtidos a partir de fornecedores locais, bem como verificar a capacidade de certas facilidades locais existentes como portos, aeroportos e campos de pouso, estradas e pontes, a fim de permitir o planejamento logístico tático do CASC (BRASIL, no prelo b, p. 3-3 e 3-4).

O apoio logístico que extrapole a capacidade logística disponível deverá ser provido por intermédio de mobilização, que será desencadeada segundo o Plano de Gerenciamento de Mobilização (BRASIL, no prelo b, p. 3-5).

A Experiência Comentada

Um artigo da *Marine Corps Gazette* descreve a experiência do Comandante do *1st Marine Logistic Group* (1ºMLG) que no *Marine Expeditionary Force Exercise 2018* (MEFEX18) exerceu o comando do *Logistic Combat Element* (LCE) de uma *Marine Expeditionary Force* (MEF), como já visto o equivalente ao nosso CASC. O artigo descreve já de início a experiência do comando na condução da Batalha de Retaguarda, indicando que para serem bem sucedidas as operações há que se ter comando e controle eficazes (C2) (CARLSON et al, 2019).

O Comandante do 1ºMLG foi designado como *Rear Area Command* (RACOM) e o Comandante do Regimento de Comando, como coordenador da área de retaguarda, tendo estabelecido o *Rear Area Operations Centers* (RAOC) adjacente ao PC do 1ºMLG.



Fonte: <https://archive.defense.gov/dodcmsshare/homepagephoto/2009-11/hires_227824ab.jpg>

O Regimento de Comando foi reforçado para permitir a execução eficaz de suas tarefas, com pessoal do G-3 (operações); do G-2 veio um oficial de inteligência especializado no gerenciamento da busca e análise de alvos; com dois Batalhões de Infantaria, um Batalhão de Polícia e um Destacamento de Assuntos Cívicos; o *3rd Marine Air Wing* (3^ªMAW) forneceu um oficial para o Controle Aerotático.

O comandante avaliou que a capacidade do Regimento de Comando era suficiente para operar numa escala de trabalho de 12 horas, porém insuficiente para suportar operações contínuas com ciclos de 24 horas de duração. Concluindo que, no MEFEX 18, foi clara a demonstração de que para fornecer apoio logístico adequado a uma MEF e servir como Comandante da Batalha de Retaguarda em grandes operações de combate, o 1^º MLG necessita de capacidades adicionais, tais como coordenação de apoio de fogo, coordenação de apoio de aviação e inteligência.

Ficou claro, também, que as operações de SEGAR requerem a capacidade para coordenar fogos letais e não letais, tendo sido reforçado de uma seção de ligação e mobilizar um centro de coordenação de apoio de fogos (CCAF) regimental. Da mesma forma, percebeu-se que o gerenciamento da SEGAR exige um elemento de apoio aéreo para coordenar suas próprias necessidades de apoio aéreo.

O exercício MEFEX 18 validou o requisito para aumento de forças de segurança (Infantaria e Polícia), reequilibrando suas capacidades, entre apoio logístico e forças de segurança. Outra capacidade que foi identificada como de grande demanda foram os assuntos cívicos.

Embora as necessidades tenham sido descritas para o nível de um MLG, eles se aplicam, também, a qualquer outro valor de CASC.

Há uma corrente de pensamento, dentro da comunidade logística, que afirma que os MLG e outros CASC devem se concentrar em sua missão de apoio de serviços ao combate, eximindo-se dos demais assuntos do comando da Batalha de Retaguarda. O comando do 1^º MLG argumenta o contrário, pois é uma questão fundamental para o próprio desempenho dessa atribuição: se não o CASC, quem? Que elemento do GptOpFuzNav está mais apto e alinhado às operações integradas a um hospital da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); desdobrar um destacamento de apoio aéreo com aeronaves C-130; desdobrar as *Quick Reaction Forces* (QRF) da ISAF; e organizar uma *Operational Mentoring and Liaison Teams* (OMLT) para ajudar na formação de unidades militares das Forças Armadas do Afeganistão (RODRIGUES, 2011, p. 140).

O emprego de tropas de Portugal acompanhou a evolução das operações no terreno. Numa primeira fase disponibilizou-se unidades baseadas majoritariamente em destacamentos da Força Aérea, destinados ao apoio logístico e ao comando e controle de instalações aéreas. Numa segunda fase, já contando com a prioridade de meios do Exército, disponibilizou-se unidades de combate. Finalmente, numa terceira fase apoiou à constituição de forças armadas e forças de segurança afegãs, projetando equipes de formação e ligação.

O Autor lista abaixo uma série de Lições Aprendidas, particularmente com relação à SEGAR:

- **Adequada Proteção da Força:** considerando a especificidade do TO, foi muito importante proceder à adequação das medidas de segurança à evolução da situação operacional.
- **Maior Capacidade de Sustentação Logística:** em vista das dificuldades do canal logístico, houve uma demanda por procedimentos excepcionais como a contratação de empresas especializadas e a manutenção de maiores estoques.
- **Localização Centralizada:** apesar da dispersão dos pontos, foi vantajosa uma maior concentração possível do contingente nacional, maximizando os meios logísticos e de segurança.
- **Melhoria na Contratação e Emprego de Tradutores:** apesar de não parecer ter relação com a SEGAR ela foi considerada como fator importante na melhor integração com a população local e melhorando, também, as condições de segurança.
- **Coordenação com os Diversos Atores no Terreno:** o conhecimento mútuo, com afegãos, com entidades da ISAF e outros atores (ONU e ONG), facilitou a coordenação de diversas tarefas.
- **Adequação de Procedimentos às Leis e Costumes Locais:** esse aspecto permitiu uma maior facilidade no cumprimento da missão, em especial quando dependia da ligação e criação de laços pessoais e profissionais.
- **Desenvolvimento de Ações Humanitárias:** apesar de não constarem da missão específica das forças nacionais, foi um grande facilitador para uma eficaz integração.

Conclusão

De tudo que vimos neste artigo, podemos sumarizar dizendo que, para que se possa sustentar um GptOpFuzNav em operações continuadas, é de vital importância entender que o Comandante do CASC é o comandante natural da Batalha de Retaguarda, como bem observou o Comandante do 1ºMLG no exercício MEFEX 2018. Ele está inextricavelmente ligado a Segurança da Área de Retaguarda simplesmente porque não há outro comandante com igual relevância, dentro da estrutura do GptOpFuzNav, capaz de realizar essa tarefa.

Para bem jogar o jogo da Batalha de Retaguarda o Comandante do CASC tem que visualizar, desde o início, onde estão as suas Áreas de Operações, de Influência e de Interesse, e quem são os outros comandantes com os quais têm de se ligar para poder obter apoio mútuo e fluxo de informações a respeito dessas áreas. Precisa estruturar corretamente a sua força e o seu comando de forma a fazer face, não só a própria sustentação do combate, segundo o entendimento logístico do problema, mas também a sobrevivência da logística que ele provê aos demais componentes do GptOpFuzNav. Essa sobrevivência é, em última análise, a segurança de sua própria tropa, bem como de outros elementos existentes na Área de Retaguarda.

O sucesso da operação do GptOpFuzNav depende, em grande medida, dessa capacidade de sustentar o combate brindado pelo CASC. Logicamente ele depende, também, da capacidade do CFN e da Marinha e, porque não dizer, do próprio País em sustentá-lo pelo tempo que durar a operação.



Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-1301:** Manual para Instrução de Operações de Forças de Desembarque. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-1-5:** Manual de Operações Terrestres de Caráter Naval. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-30:** Manual de Operações dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro. No Prelo a.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-40:** Manual de Logística dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro. No Prelo b.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-300:** Plano Estratégico da Marinha – PEM (Rev3). Brasília, DF, 2017a.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305:** Doutrina Militar Naval – DMN (Mod.1), 2017b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD30-M-01:** Doutrina de Operações Conjuntas. Brasília, DF, 2011. v. 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01:** Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF, 2015.

CARLSON, Katharine E.; EDWARDS, Joshua S.; HENSIEN, James R.; SKLENKA, Stephen D. LCE as Rear Area Command: 1st MLG embraces the RACOM mission. **Marines Corps Gazette**, Quantico, VA, v. 103, n 3, mar. 2019.

ESTADOS UNIDOS. Marines Corps. **MCDP 1-0:** Marine Corps Operations. Washington, DC., 2011.

ESTADOS UNIDOS. MCTP 3-30C: Rear Area Operations (Formerly MCWP 3-41.1). Washington, DC., 2000.

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. A Próxima Singradura. **O Anfibio**, Rio de Janeiro, n. 28, 2010.

RODRIGUES, Domingos. As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão. **Nação e Defesa**. n. 130 – 5.ª Série. Lisboa, 2011. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7645/1/NeD130_DomingosRodrigues.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.



CC (FN) Thiago **Ribeiro** de Jesus
thi_cfn@yahoo.com.br

Atividades de Polícia nos GptOpFuzNav



O CC (FN) **Ribeiro** é o atual Comandante da Companhia de Polícia da Tropa de Reforço. É oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais em 2012 e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários da EGN em 2015. Já serviu como Oficial da Equipe do BtlInfFuzNav do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais na Namíbia, no 1º BtlInfFuzNav – Batalhão Riachuelo como Oficial de Estado-Maior, Comandante de Companhia e Comandante de Pelotão, integrou o 11º Contingente do GptOpFuzNav Haiti, como Comandante de Pelotão, serviu também no Colégio Naval como Comandante da 2ª Companhia de Alunos.

Introdução

O conceito da Atividade de Polícia tem papel fundamental na função de combate *logística*, assegurando a capacidade do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) de permanecer em combate e, na função de combate *proteção da força*, atuando contra as ações inimigas na retaguarda dos GptOpFuzNav.

Este artigo será desenvolvido com base no emprego dos elementos de polícia¹ e sua organização, sua atuação nas possíveis ameaças ao GptOpFuzNav e, apesar da variedade das tarefas desempenhadas, as quais serão brevemente citadas no artigo, abordaremos com mais detalhes o trato com Prisioneiros de Guerra (PG) e o estabelecimento do Posto de Controle de Trânsito (PCTran). Ao final, espera-se que este trabalho sirva como fonte de fomento ao desenvolvimento doutrinário da atividade de polícia no âmbito do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), tendo em vista seu constante emprego nas operações, desde a Guerra Naval até as Atividades Benignas.

Na pesquisa realizada, buscamos fundamentos doutrinários em manuais das Forças Armadas dos EUA e demais Forças do Brasil, adaptando os conceitos à realidade do CFN, particularmente no caráter expedicionário da nossa tropa e sua necessidade logística de retaguarda.

Inicialmente nos EUA, o “*Military Police*” não era organizado para missões de combate tático, após alguns anos, a polícia mili-

¹O autor utilizou este termo, elemento de polícia, para caracterizar os militares do Corpo de Fuzileiros Navais vocacionados para a atividade de serviço de polícia.

tar, por seu extraordinário heroísmo em combate, foi direcionada para serviços de apoio ao combate. Particularmente, no teatro do Pacífico, sua demanda foi grande em operar e evacuar os PG e conforme as ações se interiorizavam crescia de importância a segurança das instalações contra ações de pequenas unidades e guerrilhas, controle de trânsito e tráfego. E mais recentemente, nas operações no Iraque, demonstrou a necessidade de uma força policial altamente flexível e organizada, capaz de ser empregada em amplo espectro de atividades.

Na Batalha de Retaguarda, espaço de batalha sob responsabilidade do Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC), a Unidade vocacionada para as Atividades de Polícia, no âmbito do CFN, é a Companhia de Polícia (CiaPol) subordinada à Tropa de Reforço. Criada em 1995, a CiaPol vem desenvolvendo e aprimorando doutrinariamente seu emprego em apoio aos GptOpFuzNav. Sendo suas principais tarefas: prover segurança de instalações na Área de Retaguarda (ARTg), como Posto de Comando (PC) e Área de Apoio Logístico (AAPL); realizar escoltas; prover coleta, evacuação e guarda de PG; guarnecer postos de controle de trânsito; prover o estabelecimento de rotas e sinais de trânsito; controle de distúrbios.

Conforme o manual *Military Police Operations*, as Atividades de Polícia visam a facilitar a circulação dos meios no campo de batalha, permitindo um fluxo contínuo de suprimentos para os elementos na frente de combate, assim como auxiliando nos movimentos da frente para a retaguarda, como no caso dos prisioneiros de guerra, feridos em combate e extraviados. Para isso, são estabelecidas regras de circulação, postos de controle e patrulhas ao longo dos eixos principais de abastecimento.

Figura 1: A Companhia de Polícia no Pátio dos Imigrantes.



Fonte: O autor.

Emprego

O fato dos litorais estarem apresentando um elevado crescimento populacional e as Operações Anfíbias terem em sua grande maioria a utilização destas áreas, a participação dos elementos de polícia têm sido cada vez mais utilizada no controle de trânsito, segurança de instalações e controle de distúrbios na área de retaguarda, proporcionando proteção aos elementos de combate e garantindo o apoio logístico adequado.

Essa participação é destinada a reduzir a probabilidade ou minimizar os efeitos de ataques inimigos contra pessoal, instalações, equipamentos e pontos críticos. Também visa controlar ou impedir o acesso de viaturas e pessoal a áreas sensíveis, tais como PC e AAPL. Para isso, são realizadas patrulhas no perímetro da ARTg e estabelecimento de Postos de Controle de Trânsito (PCTran), visando detectar atividade inimiga e com reduzido poder de fogo fixar pequenos efetivos inimigos, interrompendo ou retardando suas ações, proporcionando tempo de reação ao GptOpFuzNav.

Com a finalidade de apoiar sua mobilidade, o CFN vem estudando o emprego de motocicletas nas Operações de Polícia em proveito dos GptOpFuzNav. Apesar de não termos uma doutrina desenvolvida para esse emprego, visualizou-se que sua utilização seria incluída no Conceito de Emprego da própria CiaPol, como meio de deslocamento de elementos pertencentes as frações dos Pelotões de Polícia (PelPol), proporcionando maior mobilidade, flexibilidade e rapidez na execução das

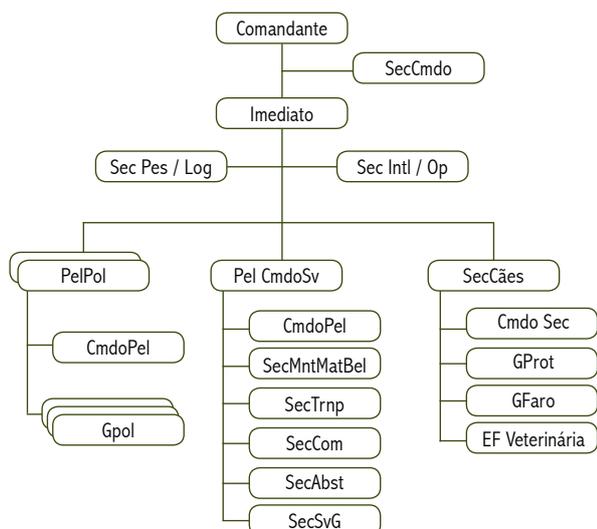
tarefas já atribuídas, como no controle de trânsito, segurança de área e das estradas principais de abastecimento (EPA), aumentando a eficiência do policiamento ostensivo, uma vez que possibilita trafegar na maior parte dos terrenos e em curto espaço de tempo, ampliando a cobertura do policiamento, inclusive em regiões urbanizadas. Além do emprego nas tarefas mais estáticas e de manutenção de vigilância, basicamente como elemento de ligação.

Organização

No USMC, para atender as missões atribuídas a unidade especializada pela Atividade de Polícia, emprega-se uma organização adaptável a tarefa a ser cumprida, sendo o PelPol (1-40) a unidade mínima de emprego. Podendo ter seu comando e execução centralizado ou descentralizado.

No CFN, a CiaPol está organizada com 02 PelPol (1-29) para atender todas essas tarefas em apoio a uma Brigada Anfíbia (BANf) no estabelecimento da Cabeça de Praia (CP). Sabemos que a necessidade logística de uma BANf requer o estabelecimento de uma Área de Retaguarda de grandes dimensões. Com isso, visualiza-se a necessidade de uma quantidade maior de pelotões de polícia, permitindo atender com efetividade suas tarefas, levando-se a uma possível elevação do nível de CiaPol para Batalhão de Polícia, de acordo com estudos que vem sendo realizado.

Figura 2: Organograma da Companhia de Polícia - CiaPol.



Fonte: Organização de Combate da CiaPol.

Como experiências adquiridas e fatos observados ao longo dos anos, podemos observar que a atuação dos elementos de polícia ocorre de forma descentralizada, com isso, este artigo segue a linha de pensamento do trabalho desenvolvido pelo Comando do Desenvolvimento Doutrinário do CFN no estudo da Tabela Mestre de Força de Trabalho, no tocante ao emprego dos elementos de polícia ser coordenado por um Centro de Operações de Polícia (COP), organizado por tarefas. Esse Centro de Operações tendo a capacidade de coordenar todas as atividades de polícia realizadas no âmbito da Força de Desembarque, processando e analisando todas as informações recebidas dos diversos destacamentos de polícia que estiverem guarnecendo PCTran ou realizando patrulhamentos.

Ameaças

Podemos notar que a Atividade de Polícia tem papel fundamental na defesa das áreas vulneráveis dos GptOpFuzNav e na manutenção do fluxo ininterrupto de suprimentos na Área de Operações, sendo suas ações voltadas para amenizar as ameaças decorrentes das atividades de forças adversas. Essa proteção é de suma importância, tendo em vista que a ação inimiga na ARtg pode impactar a operação em todo o espaço de batalha e o inimigo tentará de toda maneira atuar nessa área, buscando desestabilizar a força, interrompendo seu fluxo logístico. Além de buscar atrair o nosso poder de combate da batalha aproximada para a batalha de retaguarda.

No estudo dos combates recentes, observamos que as forças têm enfrentado uma gama de ameaças, e mais intensamente as ditas “não tradicionais”, como os atos de sabotagem, emboscadas, incursões noturnas com reduzido efetivo. Tal fato, demonstra a preocupação com a segurança física das instalações e principalmente no levantamento de informações de inteligência visando se contrapor a tais ameaças. Os elementos de polícia estabelecidos nos PCTran, nas patrulhas realizadas na área de retaguarda, são fontes essenciais na obtenção destes dados.

Os militares que atuam na Atividade de Polícia deverão estar cada vez mais preparados para combater no campo informacional. Pois o aprimoramento de tecnologia voltada para rápida divulgação de propaganda, alinhado com a facilidade em cooptação tem crescido a ameaça na área de retaguarda, local normalmente mais urbanizado, próximos ao litoral, onde a concentração de população é maior.

Além disso, o deslocamento em toda a Área de Operações tem se tornado um momento de vulnerabilidade, isso faz com que a proteção de autoridades e do comboio logístico, por intermédio de escoltas requeira sua atenção e preparo.

Figura 3: Escolta de Comboio em exercício.



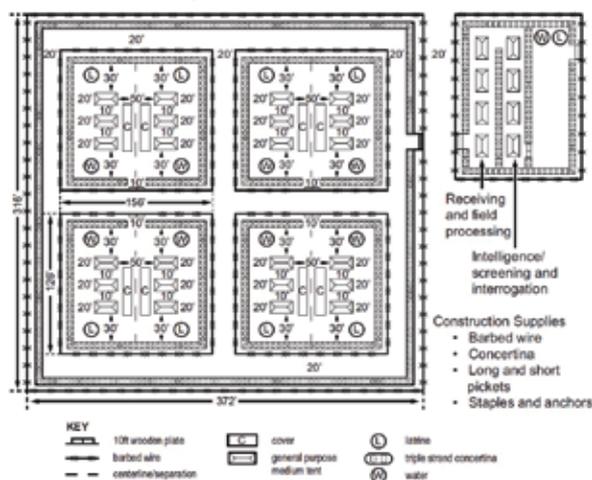
Fonte: O autor.

Trato com Prisioneiros de Guerra

Na Área de Operações, uma das atividades de polícia é a coleta, evacuação e guarda temporária de presos. O aprestamento deste serviço, particularmente no tocante a uma rápida coleta e evacuação do PG da frente de combate evita a quebra do ritmo das operações.

O planejamento do efetivo empregado para esta tarefa, deverá ser cuidadosamente estudado visando ter capacidade para atender a quantidade estimada de PG. A instalação montada para esta atividade é o Posto de Coleta de Prisioneiros de Guerra (PColPG), estabelecidos, normalmente, nas Unidades de combate em primeiro escalão e no GASC, na Área de Apoio Logístico. A seguir é apresentado um exemplo dessa instalação, devendo levar em consideração o efetivo a ser detido e o tempo que ficará.

Figura 4: Posto de Coleta de PG.



Fonte: MCTP 10-10F: Military Police Operations.

Figura 5: Adestramento de trato com PG.



Fonte: O autor.

Em qualquer conflito, a garantia da segurança e tratamento humano dos detidos é exigida pelo direito internacional, sendo assegurada a sua integridade física e moral. O respeito pelo ser humano, seus direitos e preocupações humanitárias são bases das Convenções de Genebra e da Lei dos Conflitos Armados. Com isso, podemos observar que a falha na condução das opera-

ções dos detidos poderá causar impactos táticos e estratégicos significativos. Logo, o preparo e adestramento dos militares que atuam nesta atividade requer atenção tanto na parte prática como no conhecimento das leis que regem o trato com os PG.

Na fase de planejamento da operação, alguns tópicos são importantes de serem levantados e estudados pelo Estado-Maior, tais como o emprego de militares do sexo feminino para realização de revistas em PG do mesmo gênero; procedimentos com menores; regras de engajamento; como realizar os deslocamentos dos PG; cadeia de evacuação a ser seguida; para qual local serão levados após a operação, haverá evacuação utilizando os navios? Temos espaço? Esses são pontos os quais não estamos acostumados a abordar em nossos exercícios.

Atividade de PCTran

O principal objetivo do controle de trânsito em um ambiente operacional é a garantia do movimento rápido e ininterrupto do poder de combate e do apoio logístico para que as peças de manobra possam ser ressupridas em um determinado local e no tempo necessário.

Para alcançar esse objetivo, uma das medidas empregadas pelos GptOpFuzNav é o Posto de Controle de Trânsito (PCTran). De acordo com o CGCFN-33, o PCTran é uma instalação de ApSvCmb operada, geralmente, por elementos de polícia, em pontos críticos de circulação de pessoal e viaturas, com a finalidade de exercer a fiscalização e a orientação do trânsito militar.

Figura 6: Adestramento de PCTran.



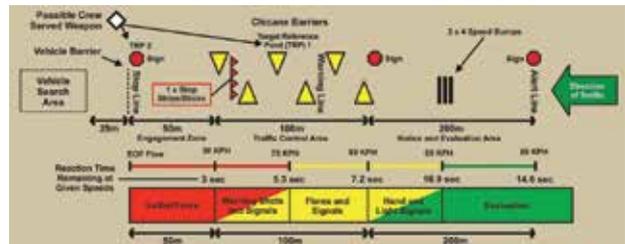
Fonte: O autor.

Ao buscarmos definições de tal medida, principalmente em publicações americanas, observamos que estes abordam com conceitos diferentes o PCTran e *Check Point*. Sendo o PCTran basicamente estabelecido para controle do tráfego, visando impedir a interrupção do fluxo ao longo de uma determinada rota e o *Check Point* com o propósito de monitorar e controlar o movimento de pessoas e veículos, realizando inspeções. Com isso, concluímos que apesar de se assemelharem na estrutura montada, seriam diferentes na abordagem e execução. Neste artigo, utilizamos a medida de controle PCTran de uma forma generalizada, com seu objetivo de controlar tráfego, impedir infiltrações inimigas nas áreas ou instalações protegidas e como fonte de obtenção de informações.

Quanto a estrutura a ser montada em um PCTran, a Nota Doutrinária provisória sobre o assunto aborda de maneira mais detalhada os equipamentos a serem utilizados, posicionamento e sua organização, buscando basicamente atender a segurança e sinalização do local.

Na figura a seguir, o exemplo de PCTran apresentado divide a estrutura em três setores: Área de Aviso e Avaliação, Área de Controle de Tráfego e Zona de Engajamento. Salientando que o uso da força será proporcional ao nível de cooperação do condutor do veículo.

Figura 7: Croqui de um PCTran.



Fonte: Smartcard – Traffic Control Points (USArmy).

O sistema viário de maior prioridade para realização dos trabalhos de manutenção e controle de trânsito é onde são estabelecidas as EPA. Elas, geralmente ligando as AAPL dos diversos escalões, visam garantir o apoio logístico contínuo aos elementos em combate. Sendo áreas de total restrição de acesso, são estabelecidos PCTran, sempre que possível, em suas entradas e no acesso aos Postos de Comando. Além dessa preocupação no eixo de abastecimento e áreas sensíveis, são levantados pontos críticos de circulação onde possam ocorrer congestionamentos ou requeiram regulação de trânsito, como nas saídas de praia e, nos pontos onde as estradas penetrantes cortam determinadas linhas de coordenação, como as Linhas de Escurecimento Total (LET) e Parcial (LEP) e de Controle de Extraviados.

Como abordado anteriormente, o ambiente operacional tem se apresentado com grande concentração populacional e as Operações Anfíbias influenciarão no cotidiano local. Com isso, o controle do trânsito será fundamental para manutenção da ordem local. Os elementos de polícia envolvidos nesta atividade deverão estar familiarizados com as regras e “educação” de trânsito daquela região, permitindo uma fácil compreensão dos

condutores e pedestres. Desta forma, atuando até mesmo como agente do trânsito e preocupados em fazer cumprir as normas estabelecidas, além de servirem como fontes de obtenção de dados referente a atividade de forças adversas.

Conclusão

Acompanhando o tema de capa da revista “A Batalha de Regatuarda e a Logística de Sustentação” e com o desenvolvimento deste trabalho, observamos que a Atividade de Polícia nos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais tem uma grande contribuição, sendo responsável por diversas tarefas com seus elementos de polícia atuando descentralizados. Esses elementos possuem como principais tarefas a de assegurar a capacidade de permanecer em combate do GptOpFuzNav por meio das ações que visem segurança das instalações logísticas e de comando e a de realizar as ações que permitam um fluxo contínuo de suprimentos para a frente de combate. Além de possuir capacidade mesmo que redu-

zida de combater as atuais ameaças que enfrentamos atualmente, como as realizadas por pequenos efetivos adversos.

Este artigo buscou elencar algumas das atividades desenvolvidas para alcançar os objetivos citados acima, porém abordando com mais detalhes o trato com Prisioneiros de Guerra e o estabelecimento do Posto de Controle de Trânsito, por sugestão da equipe de difusão do periódico, sem o intuito de esgotar o assunto.

No que pese termos uma variedade de atividades de polícia realizada na Área de Operações, atualmente notamos que não há uma fonte doutrinária consolidada para o assunto. Com este artigo, espera-se que seja fomentado o estudo acerca de tais atividades, tendo em vista a importância do seu emprego diante do cenário atual. E fruto do que foi abordado e com as recentes demandas de emprego dos elementos de polícia, estudos vem sendo realizados com a finalidade de reestruturar a Unidade vocacionada para a atividade.



Referências

BRASIL, Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. Nota Doutrinária (provisória) - Atividade de Posto de Controle de Trânsito (PCTran) nos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). No prelo.

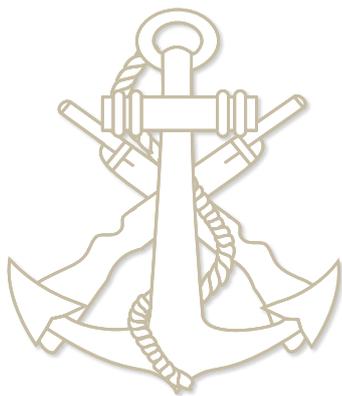
BRASIL, Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. CGCFN-33: Manual de Operações do Componente de Apoio de Serviço ao Combate dos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Army. FM 3-19.4: Military Police Leaders Handbook. Washington, D.C., 2002.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. MCTP 10-10F: Military Police Operations. Washington, D.C., 2019.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. MCWP 3-34.1: Military Police in Support of the MAGTF. Washington, D.C., 2000.





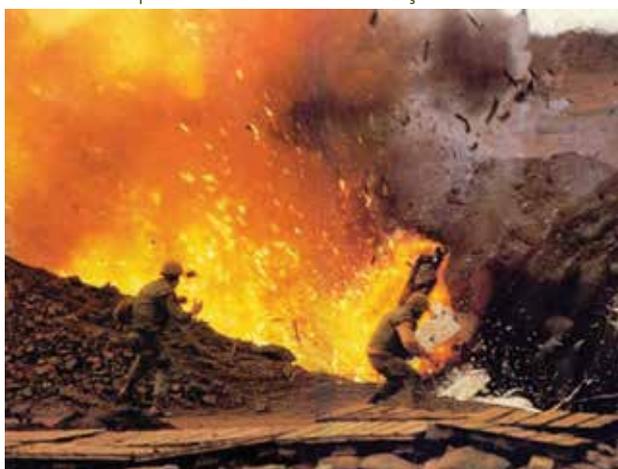
CF (FN) **Adler** Cardoso Ferreira
adler@marinha.mil.br

O Controle de Danos na Segurança da Área de Retaguarda



O CF (FN) **Adler** serve atualmente na Escola de Guerra Naval (EGN), como Encarregado da Área de Estudos IV (Operações de Fuzileiros Navais). É oriundo da Escola Naval e serviu no Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais por mais de nove anos, tendo sido sua última função a de Imediato. Possui os seguintes cursos: Estágio Básico de Engenharia de Combate (EsBEng); além dos curso de carreira: CAOCFN; C-EMOI e C-EMOS. A atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da EGN. Foi Monitor de Desminagem na Missão de Assistência à Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS, 2007-2008), Oficial de Pessoal/Logística do GptOpFuzNav Haiti (13º Contingente da MINUSTAH, 2010-2011), e Oficial de Inteligência da Missão Híbrida das Nações Unidas e União Africana em Darfur (UNAMID, 2017-2018). Dentre outras funções, foi Imediato do Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e Encarregado da Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (atual COpPazNav) do CIASC.

Figura 1: Viatura depósito de munição explode ao ser atingida por um obus no interior da Área de Retaguarda do 26º Regimento de Fuzileiros Navais, durante a Batalha de Khe Sanh, no Vietnã, em 1968. A foto foi capa da revista *Newsweek* em março de 1968.



Fonte: Robert Ellison (1944-1968). Disponível em <<http://digitaljournalist.org/issue9711/req14.htm>>. Acesso em: 03 Set. 2020.

Introdução

O Controle de Danos (CD), atividade de caráter logístico que, junto com a Defesa da Área de Retaguarda (DefAR) compõe a Segurança da Área de Retaguarda (SegAR), é um tema doutrinário não abordado com a mesma frequência que a DefAR. Sua relevância secundária pode ser resultado de que a DefAR, caracterizada como atividade tipicamente de combate e de caráter ativo, como veremos adiante, induza maior discussão e frequência de adestramento.

O presente artigo busca contribuir para ampliar o conhecimento sobre o CD e sua importância, abordando seus conceitos básicos, sua relação com as funções logísticas, os recursos materiais potencialmente demandados em sua implementação, assim como seus aspectos de comando e controle (C²) e estrutura organizacional, valendo-se, para estes últimos, de conceitos doutrinários acerca do tema estabelecidos pelo *United States Marine Corps* (USMC) e pelo Exército Brasileiro (EB). Faremos também uma breve abordagem sobre a interação da atividade de CD com a população local e demais atores civis presentes e, por fim, algumas considerações finais que podem servir como incentivo para posterior discussão doutrinária.

O Controle de Danos: definição e conceitos básicos

No espaço de batalha, conceito abordado pelo Contra-Almirante (FN) Nélio de Almeida na edição de *Âncoras e Fuzis* que tratou da “Batalha Profunda” (2018) e definido como uma composição de ambiente, fatores e condições a serem compreendidos para a adequada aplicação do poder de combate, proteção da Força e cumprimento da missão, a Área de Retaguarda (ARtgd) é “a parte do espaço geográfico de uma Força destinado ao desdobramento de sua reserva e da maior parte dos elementos de comando, apoio ao combate e apoio de serviços ao combate” (BRASIL, 2020b, p. 10-13). Portanto, para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), a ARtgd é a porção da Área de Responsabilidade (AResp) de um Grupamento Operativo

de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) no qual se desenvolve a denominada “Batalha de Retaguarda”, conjunto de ações ligadas ao espaço de atuação do Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC) (ALMEIDA, 2018).

A Segurança da Área de Retaguarda (SegAR), de capital importância para a proteção e sustentação do GptOpFuzNav e, conseqüentemente, para a continuidade de suas operações e cumprimento de sua missão, é definida como o conjunto de “todas as medidas e/ou ações executadas visando assegurar a normalidade das atividades de comando, controle e apoio logístico dos elementos lá situados, bem como de suas instalações, vias de transporte, etc.” (BRASIL, 2020b, p. 10-14).

A SegAR possui amplitude funcional, sendo composta pela Defesa da Área de Retaguarda (DefAR) e pelo CD (BRASIL, 2020b, p. 10-14). Seu primeiro elemento constituinte, a DefAR, é definido da seguinte maneira:

compreende as medidas e/ou ações que tenham por finalidade evitar ou minimizar a intervenção do inimigo, visando a assegurar a normalidade no desempenho das atividades dos elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, além dos de comando e controle localizados nas respectivas áreas de retaguarda. (BRASIL, 2020b, p. 10-15).

Por sua vez, o CD é definido como o conjunto de:

todas as providências adotadas para minimizar os efeitos de qualquer evento destruidor de vulto lançado pelo inimigo e para assegurar a continuidade das atividades dos elementos situados na área de retaguarda. Por razões práticas, o CD é aplicado, também, na ocorrência de desastres ou de catástrofes provocadas pelas forças da natureza. (BRASIL, 2020b, p. 10-18).

Da última definição, é possível afirmar que o CD é elemento de amplitude funcional da SegAR de caráter reativo, ou seja, que objetiva mitigar os efeitos desfavoráveis que as ações do inimigo, assim como o infortúnio das forças da natureza, logram infligir a nosso poder de combate, sendo o complemento natural da DefAR, esta de viés predominantemente ativo, pois busca impedir ou dificultar ao máximo as ações inimigas na ARTgd. Corroborando tal entendimento, é possível constatar que a definição do termo “Defesa Passiva”¹, presente no Glossário das Forças Armadas, compreende o CD, além de outras medidas (BRASIL, 2015, p. 87).

¹Segundo o MD35-G-01 – Glossário das Forças Armadas, a Defesa Passiva é definida como a “Defesa de um local sem a utilização de armas, baseadas na proteção, despistamento, dispersão, aproveitamento do terreno, camuflagem, controle de danos e outros”.

O Controle de Danos e sua relação com as funções logísticas

À luz das funções logísticas, cujas definições conceituais encontramos, de maneira uniforme, tanto no EMA-400 – Manual de Logística da Marinha, quanto no MD42-M-02 – Doutrina de Logística Militar, o CD é classificado como atividade da função logística Salvamento (BRASIL, 2003, 2016b), definida como “o conjunto de atividades que são executadas para salvaguarda (preservação) e resgate de recursos materiais, suas cargas ou itens específicos” (BRASIL, 2016b, p. 31), e que comporta, além do CD, as atividades de combate a incêndio, controle de avarias, remoção, reboque, desencilhe, emersão ou reflutuação de meios e resgate de recursos materiais acidentados, cargas ou itens específicos. Nas publicações supramencionadas, a definição do CD é materialmente idêntica àquela aqui já consignada, constante na publicação CGCFN 1-5 – Manual de Operações Terrestres de Caráter Naval.

Não obstante o enquadramento do CD como atividade da função logística Salvamento, o envolvimento das demais funções logísticas na condução da mesma é inafastável e, dentre tais funções, duas merecem destaque, tendo em vista abrangerem atividades diretamente desempenhadas no CD: Engenharia e Saúde.

Figura 2: Resgate de vítimas do atentado a bomba à base de Fuzileiros Navais *Peacekeepers* dos EUA, desdobrados em Beirute como integrantes da *Multinational Force in Lebanon* (MNF). O atentado ocorreu em 23OUT1983, e matou 241 Fuzileiros Navais dos EUA e mais 58 militares franceses.



Fonte: Pierre Sabbagh/Al Jazeera. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/1983-beirut-barracks-bombing-lens-camera-181022055902870.html>>. Acesso em: 03 Set. 2020.

A primeira, sendo consubstanciada pelas “atividades planejadas e executadas, como obras e serviços, com o objetivo de obter e adequar à infraestrutura física e as instalações existentes às necessidades das forças” (BRASIL, 2016b, p. 28), abrange atividades de reparação; restauração; demolição; remoção e desobstrução, todas voltadas à finalidade de manter a disponibilidade de recursos físicos, particularmente de infraestrutura e instalações. Depreendemos, portanto, que tal função logística será a responsável pela restituição de recursos físicos imóveis da ARTgd às condições necessárias e suficientes para seu normal emprego, após debelados os fatores danosos resultantes da ação inimiga ou do infortúnio da natureza.

Por sua vez, a função logística Saúde, entendida como “o conjunto de atividades relacionadas com a conservação do pessoal, nas condições adequadas de aptidão física e psíquica, por intermédio de medidas sanitárias de prevenção e de recuperação” (BRASIL, 2016b, p. 24), será a responsável pelas atividades em proveito da salvaguarda da vida e da saúde do pessoal direta ou indiretamente atingido pelos fatores danosos resultantes da ação inimiga ou de catástrofe natural, particularmente por meio das atividades de tratamento e proteção da saúde.

Abordadas as principais funções logísticas atuantes no CD é possível inferir, ao menos preliminarmente, que a gama de capacidades e recursos em pessoal e material para sua implementação serão, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, ponderável e complexa.

Controle de Danos: recursos materiais empregados

Visualizada a complexidade quantitativa e qualitativa de recursos que devem ser empenhados no CD, enumeramos aqui alguns itens específicos que, ainda que de emprego comum por entidades de defesa civil e busca e salvamento em todo o mundo, normalmente correspondem às dotações de pequenas parcelas de forças armadas regulares, e que constituem desafio para estas últimas no que tange, sobretudo, à capacitação de pessoal para sua adequada operação.

Outros itens existem que, embora comuns às dotações de unidades de engenharia (equipamentos portáteis e pesados, como serras elétricas e pneumáticas a exemplo dos primeiros, e retroescavadeiras como exemplo dos subsequentes; equipamentos de Desativação de Artefatos Explosivos – DAE), poderão requerer técnicas e procedimentos específicos quando empregados em tarefas de CD, particularmente quando consideramos a execução de busca e salvamento ou abertura de passagem em estruturas colapsadas ou em incêndio.

Dentre equipamentos de combate a incêndio, abordagem e salvamento em estruturas colapsadas, a análise dos fatores de decisão podem levar a determinar necessidades de itens como: viaturas especiais com cisterna e capacidade de bombeamento de água e outros agentes extintores em pressão e alcance apropriados; equipamentos leves e pesados de engenharia, aqui já mencionados; equipamentos e acessórios de salvamento em altura, incluindo escadas especiais e material de escalada; equipamentos multiplicadores de força, como macacos, tesouras e serras elétricas, manuais e pneumáticas; roupas de proteção e de aproximação ao fogo; sistemas autônomos de proteção respiratória, dentre outros.

De igual forma, podem surgir necessidades de equipamentos para salvamento em ambientes alagados, por exemplo, caso seja previsível a ruptura de barragens próximas ou a ocorrência de grandes enchentes em períodos chuvosos. Embarcações pneumáticas e rígidas, equipamentos de mergulho autônomo, ferra-

mentas de corte em ambiente subaquático e recursos de reflu-tuação de material podem ser itens necessários em tais cenários.

Outro aspecto que requer atenção é a possibilidade de emprego, pelo inimigo, de agentes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos (NBQR) contra nossos meios e instalações na ARTgd, ou até mesmo a incidência de tais agentes, provenientes de instalações militares ou civis no interior da ARTgd (como indústrias químicas, por exemplo), ocasionada por catástrofes naturais. Em ambos os casos, importa dispor de meios de defesa NBQR para a devida detecção, descontaminação de pessoal, material e instalações, e proteção individual de operadores, como os já empregados pelas unidades e subunidades de defesa NBQR do CFN.

Por fim, é natural que a ação inimiga resulte na existência de artefatos explosivos não detonados nas áreas e instalações sob ataque, ou até mesmo, minas terrestres (previamente lançadas em áreas anteriormente ocupadas pelo inimigo, ou resultantes do emprego de munição especial, como bombas de aviação para neutralização de pistas de pouso) e Artefatos Explosivos Improvisados (AEI). Tal situação requer a pronta ação de Equipes de Desativação de Artefatos Explosivos (EqDAE), com seus equipamentos específicos.

Portanto, mesmo que determinados recursos materiais já sejam de emprego comum por algumas unidades de apoio ao combate (ApCmb) e apoio de serviços ao combate (ApSvCmb) de nosso CFN, é possível que sua utilização específica no CD requeiram adaptações técnicas, acessórios e treinamento de pessoal específicos, tanto no que tange aos aspectos técnicos quanto de segurança da operação do item em cenário próprio da atividade, como em desabamentos, incêndios e alagamentos. Daí se entende que o CD constitui atividade desafiadora quanto à logística: demandará recursos específicos ainda não disponíveis e também outros já existentes, mas que são caros ao apoio às peças de manobra em primeiro escalão, a exemplo de meios de engenharia.

Comando, controle e estrutura organizacional do CD

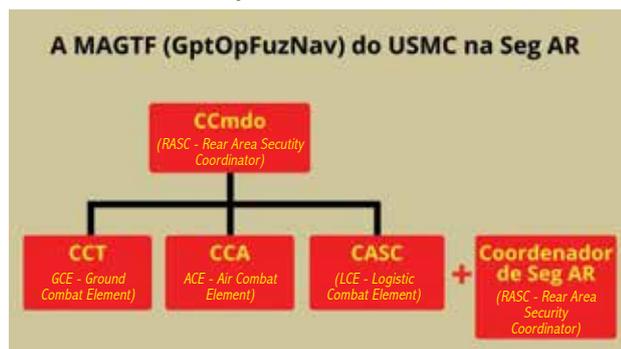
Segundo a publicação CGCFN 1-5, nos GptOpFuzNav, a responsabilidade pela SegAR e, portanto pelo CD, é do Comandante do CASC (CmtCASC) (BRASIL, 2020b, p. 10-14). Nesse sentido, é primordial que o mesmo conduza o planejamento e execução de tal atividade, valendo-se de estrutura apropriada. Valendo-nos da doutrina militar de outras Forças, abordaremos agora as estruturas organizacionais doutrinárias, tanto de C² quanto de execução do CD, no USMC e no EB.

C² e estrutura organizacional do CD no USMC

Em sua publicação MCRP 3-30C.1 – *MAGTF² Rear Area Security*, o USMC atribui a função de *Rear Area Security* ²*Marine Air Ground Task Force*, organização por tarefas de emprego do USMC, equivalente a nosso GptOpFuzNav.

Coordinator – RASC (Coordenador da Segurança da ARTgd) ao *Logistics Combat Element Commander* – LCE Cmdr (CmtCASC), ou seja, atribui, assim como ocorre em nossa doutrina, a responsabilidade pela SegAR ao CmtCASC³. Para tanto, o LCE Cmdr exercerá suas funções como RASC por meio de uma agência específica, mobiliada dentro do *Combat Service Support Operations Center* – CSSOC (Centro de Operações de ApSvCmb, equivalente ao nosso Centro Operações Logísticas – COL): o *Rear Area Operations Center* – RAOC (Centro de Operações de ARTgd), responsável por auxiliar o RASC na condução da *Rear Area Security* – RAS (ESTADOS UNIDOS, 2018).

Ilustração 1: A MAGTF na SEGAR.



Fonte: O autor.

Enquanto a responsabilidade pelo funcionamento do CSSOC será do Oficial de Operações do LCE, o que em nossa doutrina equivale a atribuir ao Oficial de Operações do CASC a responsabilidade pelo funcionamento do COL, a responsabilidade pelo funcionamento do RAOC será do *Tactical Security Officer* (TSO) do LCE, Oficial Ajudante do Oficial de Operações do LCE responsável pela prontidão tática e treinamento. Normalmente, o TSO desempenhará suas funções à frente do RAOC com o assessoramento de um *Fire Support Coordinator* – FSC (Oficial Coordenador de Apoio de Fogo – CAF), um *Air Liaison Officer* – ALO

³A responsabilidade atribuída, no USMC, tanto ao LCE Cmdr como RASC quanto aos Oficiais designados Coordenadores da RAS noutros níveis e elementos organizacionais da MAGTF (como no exemplo, ainda a ser abordado, dos *Tactical Security Officers* (TSO) que estarão a cargo da coordenação da RAS em suas respectivas bases aéreas (instalações a cargo do *Air Combat Element* - ACE) quando estabelecidas fora da AResp do LCE, é de **coordenação**. Na doutrina estadunidense, tal nível de autoridade dá, ao indivíduo designado, o poder/dever de consultar as agências ou seus representantes envolvidos no tema sob coordenação com o fim de obter dos mesmos a postura desejada para a condução do tema, mas sob qualquer hipótese o mesmo terá poder para compelir a agência ou seu representante a concordar com ou adotar a postura requerida. Tal anuência ou atitude deverá ser obtida, pelo Coordenador, apenas de duas formas: ou por meio de persuasão (ampla discussão com o discordante e demais interessados), ou levando a controvérsia à autoridade superior com competência para decidir e compelir, tanto o discordante quanto os demais envolvidos, incluindo o Coordenador, a adotar a postura que lhe aprovar (ESTADOS UNIDOS, 2018). A definição do verbete “coordenação” constante da publicação MD – Glossário das Forças Armadas permite depreender significado similar àquele da doutrina estadunidense, uma vez que comporta “ato ou o efeito de **conciliar interesse e conjugar esforços** para a consecução de um objetivo, tarefa, propósito ou missão comum” (BRASIL, 2015b-, p. 77, grifo nosso), excluindo de seu agente, portanto, a faculdade de compelir partes envolvidas.

(Oficial de Ligação de Aviação – OLigAv) e um *Nuclear Biologic and Chemical Representative* – NBCRep (Elemento de Ligação de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica – ElmLigDefNB-QR), além de pessoal de apoio administrativo.

Importa ressaltar que o RAOC é o Centro de Operações que abrange integralmente a SegAR, tratando tanto da DefAR quanto do CD. Atualmente, é previsto em nossa doutrina a divisão da coordenação da SegAR em duas agências distintas, dentro do CASC: o Centro de Operações de Combate (COC) e o COL⁴.

Ilustração 2: O C2 da SEGAR na MAGTF.



Fonte: O autor.

O manual MCRP 3-30C.1 do USMC ainda estabelece uma importante variante organizacional, alusiva ao *Air Combat Element* – ACE (equivalente a nosso Componente de Combate Aéreo – CCA): quando ele opera seus meios fora da ARTgd sob responsabilidade do LCE, caberá ao Comandante do ACE (ACE Cmdr) a responsabilidade pela RAS em proveito de seus meios orgânicos. Nesse caso, o ACE Cmdr determinará que sejam mobiliados tantos RAOC quantas sejam bases aéreas mobiliadas⁵. Nesse caso, os TSO⁶ de cada RAOC estarão a cargo da coordenação da RAS de sua respectiva base aérea, e por ela responderão ao *Airbase Commander* (Comandante da Base Aérea) (ESTADOS UNIDOS, 2018).

Quanto aos elementos organizacionais para execução do CD, o MCRP 3-30C.1 é enfático ao aduzir que “a disponibilidade de meios para CD na ARTgd da MAGTF será extremamente limitada” (ESTADOS UNIDOS, 2018, p. 4-3, tradução nossa). A publicação

⁴A publicação CGCFN-60 – Manual de Comando e Controle dos GptOpFuzNav define, para o CASC, duas agências de C²: o COL e o COC. Enquanto este último centro estaria a cargo da coordenação e controle da DefAR, das atividades de inteligência e contrainteligência do CASC e demais atividades relacionadas ao combate e ApCmb, aquele estaria a cargo da coordenação e controle das atividades de ApSvCmb, o que importa deduzir que o CD estaria sob a responsabilidade do COL, enquanto a DefAR permaneceria com o COC. Acentuando tal divisão de tarefas, a publicação preconiza que não deve haver confusão entre as atribuições de cada uma das referidas agências (BRASIL, 2020c).

⁵A *Marine Aircraft Wing* – MAW (Ala Aérea de Fuzileiros Navais), elemento organizacional do USMC que provê meios para mobiliar os ACE, possui quatro *Marine Wing Support Squadron* – MWSS (Esquadrão de Apoio de Ala Aérea de Fuzileiros Navais), cada um com capacidade para conduzir, de forma independente, operações de apoio de base aérea para um *Marine Aircraft Group* – MAG (Grupo Aéreo de Fuzileiros Navais).

⁶Na hipótese considerada, o Comandante do MWSS será designado o TSO de sua respectiva base aérea. Para MWSS, ver nota de rodapé anterior.

ainda consigna que todas as unidades/instalações são responsáveis por prover o máximo de assistência possível ao CD, dentro de suas capacidades operativas e materiais. A fim de contribuir para a redução dos efeitos de tal escassez e orientar a atuação de todas as unidades/instalações da MAGTF em proveito do CD, são prescritas medidas a serem adotadas antes, durante e após o incidente com efeito destrutivo, seja causado pelo inimigo ou pelo infortúnio natural. São eles:

a) ANTES do incidente:

- designar responsabilidades pelo CD;
- emprego de dispersão e trabalhos de fortificação em unidades/instalações;
- estabelecer prioridades para o CD e avaliar vulnerabilidades de unidades/instalações;
- preparar e coordenar planos de CD e realizar ensaios;
- estabelecer comunicações e procedimentos de alerta;
- designar áreas, locais e instalações alternativas para operação;
- manter atualizadas as listas de pessoal de cada unidade/instalação, a fim de facilitar o rápido desencadeamento de operações de busca e salvamento;
- identificar suprimentos críticos como rações, água, material de saúde, munição, combustíveis e baterias de equipamentos de comunicação para distribuição emergencial;
- coordenar com unidades não orgânicas a assistência ao CD; e
- coordenar com o país anfitrião eventual assistência local.

b) DURANTE e DEPOIS do incidente:

- avaliar danos, isolar áreas perigosas e prover dados atualizados ao RAOC;
- prevenir/combater incêndios;
- prover primeiros socorros e evacuar baixas;
- restabelecer operações essenciais ao cumprimento da missão;
- estabelecer comunicações;
- remover/neutralizar artefatos explosivos não detonados;
- conduzir detecção/descontaminação NBQR quando necessário;
- remover escombros e destroços, livrando áreas e vias de tráfego essenciais; e
- distribuir itens emergenciais previamente selecionados e identificados.

Portanto, depreende-se que, no USMC, as necessidades de adoção das medidas enumeradas impõe é que, à luz dos fatos da decisão, balizarão na fase de planejamento o desenho organizacional para a condução do CD, não havendo para tal estrutura organizacional fixa. Todas as unidades da MAGTF estão comprometidas com o CD, mesmo aquelas que não operam na ARTgd, e a coordenação será a chave para a definição de estruturas, ainda que temporárias, para a condução da atividade sob a coordenação das agências de C² do CD permanentemente estabelecidas.

C² e estrutura organizacional do CD no EB

O Manual de Campanha EB70-MC-10.216 – A Logística nas Operações determina que, nas operações conjuntas, o Comandante Logístico da Força Terrestre Componente (CLFTC) é o controlador da SegAR, compreendendo o CD, devendo realizar todos os planejamentos necessários a fim de definir quais elementos da Força Terrestre Componente (FTC) comporão a Força de SegAR (F SegAR) e as AResp de grandes unidades, unidades e subunidades necessárias ao cumprimento das atividades de SegAR. Para tal, haverá em sua organização uma célula de SegAR que trabalhará com a Seção de Operações (E3) e com a Seção de Logística (E4) da FTC, no que tange, respectivamente, à DefAR e ao CD (BRASIL, 2019).

Quanto ainda ao C² na SegAR e conseqüentemente no CD, a referida publicação encerra o tema prescrevendo que “deve ser ativada uma estrutura de C² que evite conflitos entre as organizações responsáveis pela defesa da área de retaguarda, pelo controle de danos e pelo apoio logístico” (BRASIL, 2019, p. 9-5) e que todos os comandantes são responsáveis pela DefAR e pelo CD de suas próprias forças e instalações. Portanto, não há necessariamente um C² com estrutura determinada para a condução da SegAR no âmbito de uma FTC, mas do texto se compreende que, no nível do Controlador da SegAR (CLFTC) haverá uma agência que integra DefAR e CD, mas que se relacionará com o escalão superior (CmndFTC) de forma apartada, tratando da DefAR com o E3 e do CD com o E4 (BRASIL, 2019).

No que se refere aos elementos organizacionais de execução do CD, a doutrina do EB não aprofunda o detalhamento, assim como foi possível observar, anteriormente, em relação à doutrina do USMC. O Manual de Campanha EB70-MC-10.216 só entra em mais detalhes sobre tal tópico quando fala na constituição de Equipes de Combate a Incêndio e de CD em capítulo específico sobre Operações de Garantia da Lei e da Ordem (OpGLO), a serem previstas no Plano Logístico (BRASIL, 2019). No modelo de apêndice de CD ao anexo de SegAR do Plano Logístico, constante da publicação, é prevista a atribuição de áreas de responsabilidade de CD aos comandos de grandes unidades, unidades e subunidades presentes na ARTgd, estas constituindo uma Organização por Tarefas (OrgTar). Portanto, a exemplo do que constatamos ao analisar a doutrina do USMC para o CD, também a doutrina do EB não estabelece uma estrutura organizacional fixa para a execução do CD, sendo a coordenação, mais uma vez, a chave para sua implementação.

Do que vimos nas doutrinas selecionadas para comparação neste estudo, as seguintes conclusões parciais podem ser enumeradas:

- o CD se baseia, sobretudo, em coordenação, devendo ser plenamente estabelecida durante a fase de planejamento e mantida na execução, baseando toda a atividade de CD no comprometimento e responsabilidade de todos os comandos participantes da operação, no consenso obtido em atenção às capacidades de cada escalão e na decisão superior em caso de divergências;
- o C² do CD não deve ser exercido apartado do C² da DefAR, uma vez que tais atividades são complementares e componentes da SegAR e, portanto, o princípio da unidade deve ser observado; e
- o CD não possuirá estrutura fixa de execução prevista em doutrina, beneficiando-se da flexibilidade resultante do estabelecimento de uma OrgTar composta por meios oriundos das diversas unidades e subunidades operando na ARTgd e até mesmo, quando necessário, de fora da mesma área e cujo esforço principal não seja exercido em proveito da batalha de retaguarda.

O CD e a interação com a população local e demais atores civis

O emprego de GptOpFuzNav importa na devida atenção à dimensão humana dos conflitos. Considerando que “com o crescente processo de urbanização nas faixas litorâneas cresce a possibilidade da ocorrência do combate urbano” (BRASIL, 2008, p. 1-2), é de se esperar a presença de civis não combatentes no espaço de batalha a ser dominado por Fuzileiros Navais. Nesse sentido, avulta a atenção aos “Assuntos Civis”, conceito definido como:

conjunto de atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização ou força militar com as autoridades civis e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força. (BRASIL, 2016a, p. 3).

Tal evolução impõe aos Comandantes e seus Estados-Maiores somar, aos fatores da decisão já conhecidos (Missão, Inimigo, Terreno e Condições Climáticas e Meteorológicas, Meios e Tempo Disponível), um novo fator, denominado “Considerações Civis”, destinado à “análise da influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da infraestrutura construída pelo homem e da organização civil dentro de uma Área de Operações (AOp).” (BRASIL, 2016a, p. 11).

No âmbito do CD, o aspecto que requer especial atenção quanto às considerações civis é a inevitável influência mútua entre a condução de suas tarefas e a população local e demais atores civis, como instituições governamentais do inimigo ou país anfitrião, Organizações Não Governamentais (ONG) e demais ins-

tuições privadas. Tal influência mútua pode se revelar tanto benéfica quanto prejudicial não somente ao CD, mas à SegAR como um todo. Recursos locais podem, por exemplo, ser empregados no CD mediante coordenação com seus detentores, se a situação de segurança permitir. Por outro lado, a adoção de medidas de CD desconsiderando a população local é um potencial fator de geração de descontentamento e de hostilidade às nossas tropas.

A fim de que a atividade de CD possa se valer das vantagens proporcionadas por recursos civis locais, contribuir para a obtenção de postura favorável à presença do GptOpFuzNav e às suas ações por parte da população civil e reduzir os riscos à segurança e reputacionais, é fundamental para que a autoridade responsável pelo CD mantenha coordenação com a Seção de Assuntos Civis do Comando do GptOpFuzNav. A troca de elementos de ligação entre a agência a cargo da coordenação do CD (seja ela o COL ou uma agência específica que reúna ambas as atividades de SegAR) e o Centro de Coordenação Civil-Militar (C³M), agência responsável pela coordenação com entidades civis na AOp (BRASIL, 2016a) é uma das medidas que podem facilitar a obtenção de tais efeitos relativos à interação entre o CD e a população e entidades civis locais.

Conclusão

Compreendidas a necessidade e importância do exercício da atividade de CD em proveito da continuidade das atividades de C² e do ApSvCmb prestado ao GptOpFuzNav, vimos que o seu caráter reativo não exclui um planejamento minucioso e alto nível de coordenação entre todos os componentes do Grupamento. A complexidade e multiplicidade de recursos em pessoal e material para sua execução, bem como a criticalidade das unidades e instalações que constituem potenciais alvos para o inimigo compelem Comandantes e Estados-Maiores dos GptOpFuzNav a dispensarem, ao CD, atenção equivalente àquela dada à DefAR, em face do caráter complementar de ambas as atividades no âmbito da SegAR.

A principal crítica erigida em desfavor do CD reside em seu caráter reativo: conforme aduziu o então Major de Engenharia do Exército dos EUA Grant D. Steffan em seu trabalho monográfico intitulado *Forts and Blockhouses: Field Fortification in the Rear Area*, apresentado à *United States Army Command and General Staff College* (1993), a doutrina para a SegAR no US Army, àquela época, dava pouca importância aos trabalhos de fortificação na ARTgd, enquanto dedicava extensas considerações ao CD, atividade reativa e que favorecia claramente a iniciativa do inimigo, carreando valiosos recursos de mobilidade, contramobilidade e proteção para uma atividade que nos induz à submissão ao que o inimigo nos impõe, o que vai ao encontro do conceito de Guerra de Manobra, estilo de condução dos conflitos adotado como um dos eixos estruturantes de nosso CFN (BRASIL, 2020a).

Em que pese o valor dos trabalhos de fortificação, é de se entender que a natureza dos GptOpFuzNav não nos encoraja a empreendê-los em volume e frequência que os tornem a melhor alternativa ao CD. Contudo, a resposta para tal problema apresentado ao CFN está justamente na sua

capacidade expedicionária, obtida por meio da associação sinérgica entre o GptOpFuzNav embarcado nos meios navais de uma Força Naval dotada de meios aeronavais adjudicados: o Conjugado Anfíbio (BRASIL, 2020a). É exatamente a expressão das características do Poder Naval (mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade) presentes no Conjugado Anfíbio que

podem proporcionar as necessárias proteção, dispersão rapidez e acurácia aos ApSvCmb, reduzindo as instalações e recursos empregados na batalha de retaguarda em terra e, assim, a necessidade do emprego de recursos no CD, assim como a eventual interferência mútua entre tal atividade e a população local e demais entes civis presentes na AOp.



Referências

ALMEIDA, Nélio de. Divisão do Campo de Batalha e Batalha Profunda. *Revista Âncoras e Fuzis*, Rio de Janeiro, ano XX, nº 49, p. 15-18, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.216**: A Logística nas Operações. 1ª ed. Brasília, 2019.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) nº P-001/2016**: Atividade de Assuntos Civis nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Mangaratiba, 2016a.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 0-1**: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020a.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-1-5**: Manual de Operações Terrestres de Caráter Naval. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020b.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-31.1**: Manual de Operações Militares em Ambiente Urbano dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 60**: Manual de Comando e Controle dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020c.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-400**: Manual de Logística da Marinha. 2ª rev. Brasília, 2003.

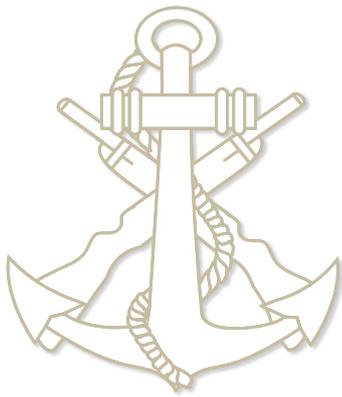
BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5ª ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD42-M-02**: Doutrina de Logística Militar. 3ª ed. Brasília, 2016b.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCRP 3-30C.1**: MAGTF Rear Area Security. Washington, DC, 2018.

STEFFAN, Grant D. **Forts and Blockhouses**: Field Fortification in the Rear Area. United States Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, 1993.





CC (FN) Ricardo Pitta de Aguiar
aguiar.1982@hotmail.com

Assuntos Cíveis e sua relação com as Operações de Fuzileiros Navais



O CC (FN) **Aguiar** serve atualmente no Porta-Helicópteros Multipropósito ATLÂNTICO, como Encarregado da 3ª Divisão. É oriundo de Escola Naval. Coursou o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) em 2012 e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI) da EGN em 2015. Possui o Curso Expedito de Operações no Pantanal (C-ExpOPant) e o Curso Expedito de Operações Ribeirinhas (C-ExpOpRib) de Belém. Como Oficial Superior serviu na Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), como Chefe de Departamento e Imediato Interino, Oficial de Estado-Maior no Comando da Tropa de Reforço (ComTrRef) e no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE). Possui, também, o curso de Coordenação Civil-Militar pelo CCOPAB.

Introdução

Desde os tempos mais antigos, as lideranças militares buscavam conseguir dados sobre o terreno e seus inimigos, como seus fatores de força e fraqueza, suas possibilidades e sua organização para o combate. No entanto, mesmo àquela época, quando não havia o termo “considerações cíveis”, alguns líderes já se preocupavam em obter informações que iam além do terreno e do inimigo. Outro fator importante é a abordagem e o tratamento dispensado a população local, que nas batalhas mais antigas – em que pese a disputa por expansão territorial – poderia se tornar um fator decisivo no resultado do conflito.

Alexandre, o Grande, ainda menino e na condição de príncipe da Macedônia, costumava perguntar aos visitantes estrangeiros não só a direção dos rios e estradas, localização das cidades, baías e praças fortificadas, mas também a produtividade do solo, o tamanho da população e a identidade dos cidadãos importantes de seus países. Essas informações obtidas ao longo dos anos foram de grande valia quando começou a invadir o Império Persa (KEEGAN, 2006). Trazendo para os dias atuais essas considerações cíveis seriam analisadas com os fatores operacionais e relacionadas dentro da matriz AECOPE/PMESII¹ de forma a subsidiar o planejamento das ações.

¹AECOPE (áreas, estruturas, capacidades, organizações, pessoas e eventos) e PMESII (político, militar, econômico, social, informação e infraestrutura).

Outro exemplo foi a Guerra Peninsular, conflito militar marcado pela disputa da Península Ibérica durante as Guerras Napoleônicas e considerada como uma das primeiras guerras do povo. Os franceses impuseram diversas restrições à circulação da população afetando economicamente diversas camadas da sociedade. Consequentemente aumentou o desemprego, a fome e a miséria. Por conta desses excessos, movimentos de guerrilha foram surgindo, e as vitórias alcançadas permitiram a libertação de Portugal e Espanha. O ódio pelos franceses ainda permitia para as tropas comandadas pelo general e estadista britânico Arthur Wellesley, o Duque de Wellington, uma vantagem no campo informacional, visto que a população levava as informações ao seu conhecimento, não havendo necessidade de buscá-las (KEEGAN, 2006).

Ao longo da história, são inúmeros os exemplos de que o levantamento e a utilização de dados referentes as “considerações cíveis” e os procedimentos adotados pelas tropas proporcionaram vantagens em todos os níveis de condução de uma guerra.

O campo da dimensão humana, vem causando um crescimento nos problemas enfrentados pelas forças militares, alterando as ações do espaço de batalha e com capacidade de interferir diretamente no resultado das operações.

O presente artigo visa mostrar ao leitor a importância das Operações Cíveis-Militares (OCM) e as atividades de Assuntos Cíveis (As Civ) para o planejamento e execução das operações dos

GptOpFuzNav, de forma a causar o mínimo de impacto na rotina população local e demais atores presentes na região bem como evitar que eles interfiram na manobra da Força.

Assuntos civis nas operações

Considerações Iniciais

Na fase do planejamento de uma operação, o Comandante e seu Estado-Maior (EM) buscam ter o máximo de conhecimento sobre os fatores da decisão a fim de permitir o entendimento e o aprimoramento da consciência situacional do problema em questão. Quando nos referimos aos fatores da decisão, inconscientemente pensamos em Missão, Inimigo, Terreno, Meios e Tempo disponíveis. No entanto, com a evolução do ambiente operacional no que diz respeito ao crescimento populacional, ao surgimento de novas estruturas habitacionais e comerciais e a participação e presença cada vez mais constante de diversas organizações (ONG, Internacionais, Governamentais) em regiões de conflito ou afetadas por desastres, faz-se cada vez mais necessária a busca e análise de informações sobre o “terreno humano”, ou seja, as Considerações Cívicas.

Após a análise das Considerações Cívicas juntamente com os demais fatores da decisão, é importante que o Comandante ao redigir sua Intenção especifique seus objetivos referentes as atividades em apoio ao ambiente civil.

A Seção de Assuntos Cívicos (SeçAsCiv) ao tomar conhecimento das informações cívicas e da Intenção do Comandante iniciará a confecção do Plano de Assuntos Cívicos. Por mais que as atividades pareçam ser desencadeadas de forma isolada das demais ações, o Plano de Assuntos Cívicos deve estar totalmente integrado com os demais. A SeçAsCiv também é responsável por estabelecer a ligação entre o GptOpFuzNav e a população civil e manter estreita coordenação com as organizações presentes na Área de Operações a fim de contribuir para minimizar a interferência das nossas operações na rotina da população e vice-versa, bem como evitar duplicidade de esforços no emprego de meios e pessoal.

Integrando Assuntos Cívicos ao planejamento

Após receber e analisar a Diretiva Inicial (DI), o Comandante se reúne com seu EM a fim de divulgá-la e transmitir suas orienta-

ções e recomendações para o prosseguimento do planejamento. Nessa fase, o EM, especificamente a Seção de Inteligência, apresentará sua Estimativa Preliminar, na qual deverão constar os dados disponíveis até então para o campo dos “Assuntos Cívicos”.

As informações de caráter civil geralmente são obtidas em fontes abertas de consulta, como internet, televisão, rádio e jornal. Existe uma grande disponibilidade de dados nesses meios de comunicação, por isso avulta de importância o trabalho da Seção de Inteligência nesse momento, verificando a confiabilidade das informações e das fontes para posterior disseminação.

Como dito anteriormente, a quantidade de informações cívicas é numerosa, então, para a Estimativa Preliminar de Inteligência (EPI), fica a pergunta: **O que deve ser considerado?**

Inicialmente, a SeçAsCiv necessita das informações abaixo:

- Costumes: identificação das religiões praticadas, hábitos e normas sociais;
- Leis locais;
- Líderes influentes: identificação de suas inclinações políticas e se são favoráveis ou não à missão do GptOpFuzNav;
- Estatísticas da população: identificação das principais cidades, localidades, comunidades etc., bem como tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, grau de escolaridade e índice de mortalidade;
- Economia: identificação da principal fonte de renda da população, como são empregados os recursos locais e processos de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços; e
- Quais organizações estão na área: identificação das principais organizações, sejam elas privadas, internacionais, governamentais ou não, que estão presentes e/ou trabalhando na região.

Importante ressaltar que a quantidade de dados que a SeçAsCiv precisa não se esgota com os que foram divulgados na EPI. O gerenciamento das informações cívicas é constante durante toda a operação. Ainda durante o processo de planejamento, a SeçAsCiv buscará detalhar as informações preenchendo a matriz AECOPE /PMESII.

Figura 1: Modelo de matriz AECOPE / PMESII.

	P (Político)	M (Militar)	E (Econômico)	S (Social)	I (Informação)	I (Infraestrutura)
A (Áreas)	Fronteira do distrito, áreas de afiliação a partidos.	Bases da coalizão e locais, emboscadas históricas e locais de dispositivos explosivos improvisados.	Bazares, lojas e mercados.	Parques e outras áreas de reunião.	TV / rádios / jornais (onde as pessoas se reúnem para propaganda boca-a-boca.	Redes de irrigação, lençóis freáticos e cobertura médica.
E (Estruturas)	Prefeituras e repartições públicas.	Sede da polícia, localização de quartéis-generais.	Bancos, mercados, instalações de armazenamento.	Igrejas, restaurantes, bares, etc.	Torres de TV / rádio / celular e lojas de impressão.	Capacidade de construir / manter estradas, muros e barragens.
C (Capacidades)	Resolução de disputas, capacidades de insurgentes.	Postura de segurança, pontos fortes e fracos.	Acesso a bancos, capacidade de resistir a desastres naturais.	Força dos laços locais e nacionais.	Taxa de alfabetização, disponibilidade de mídia / serviço telefônico.	Capacidade de construir / manter estradas, muros e barragens.

continua

O (Organizações)	Partidos políticos e outros agentes de poder.	Unidades militares, policiais e insurgentes presentes.	Bancos, grandes proprietários de terras e grandes empresas.	Tribos, Clãs, famílias, grupos de jovens e ONGs.	Grupos de notícias e pessoas influentes.	Ministérios do Governo e empresas de construção.
P (Pessoal)	Governadores, conselhos e anciões.	Líderes locais, da colizão e forças insurgentes	Banqueiros, proprietários de terras e comerciantes.	Líderes religiosos e família influentes.	Proprietários de mídi, liderança de comunidade mulçumana e chefes de famílias poderosas.	Construtores de infraestrutura, empreiteiros e conselho de desenvolvimento.
E (Eventos)	Eventos letais / não letais, perda de liderança, operações aniversários.	Eleições e reuniões do conselho.	Seca, colheita e negócios abertos / fechados.	Feriados, casamentos e dias religiosos.	Operações de informações, aberturas de projetos e eventos de casualidades civis.	construção de estradas / pontes, escavação de poços e manutenção programada.

Fonte: NCD Nº P-001/2016.

Operações Cívico-Militares

Antes iniciar a abordagem deste tópico, é importante ressaltar que, apesar de estarem intrinsecamente relacionadas, Assuntos Cívicos e Operações Cívico-Militares não são a mesma coisa. Enquanto o primeiro estabelece a ligação entre as Forças Militares e a população civil e coordena atividades com as diversas Organizações presentes na Área de Operações, as OCM são planejadas pela SeqAsCiv, mas executada por todos os elementos do GptOpFuzNav. As OCM são planejadas e executadas com o propósito de facilitar a condução de outras operações e ações, bem como a conquista de objetivos militares. Adicionalmente pode estimular o desenvolvimento de atitudes e comportamentos favoráveis à nossa presença e à nossa missão.

Planejar uma OCM pode ser mais complicado do que planejar operações de combate. Nas operações de combate, os efeitos diretos são atingíveis através de operações baseadas no desempenho, como conduta de ataque e defesa. Seus efeitos são geralmente claros e expressos em termos de destruição, atraso e negação e geralmente podem ser avaliados em horas, dias e semanas por meio de medidas quantitativas.

Durante as OCM, muitos efeitos desejados são descritos em termos relativos, e geralmente são avaliados em semanas, meses e anos por meio de medidas qualitativas. Os efeitos das operações, ações e atividades que não podem ser medidas diretamente geralmente são avaliados por meio de indicadores.

Nesse contexto, cresce de importância o gerenciamento das informações cívicas, atividade primordial em todas as fases do planejamento e da execução das tarefas, pois fornece aos decisores subsídios sobre os elementos sociais, culturais, físicos, informacionais e psicológicos que influenciam os atores no ambiente operacional. O processo do gerenciamento transforma dados brutos em informações para melhorar a compreensão do impacto das operações militares na população civil da região e subsidiar o planejamento das OCM.

O processo de gerenciamento deve apresentar uma estrutura que permita a coleta, consolidação e análise das informações que tramitam pelas diversas organizações presentes de forma a possibilitar a produção e o compartilhamento com o Comando e os militares de Assuntos Cívicos. O compartilhamento das informações é fundamental para o sucesso da missão.

O gerenciamento das informações normalmente obedece ao seguinte ciclo:

Figura 2: Ciclo do Gerenciamento de Informações.



Fonte: JP-3-57 Civil-Military Operations (2018 - tradução nossa).

Além das fontes de consultas abertas, as informações cívicas também são encontradas em relatórios de Operações Cívico-Militares, relatórios de situação, relatórios de avaliação civil e pesquisa, avaliações de localidades (vilas/aldeias/comunidades etc), relatórios sobre o engajamento de líderes e outros compromissos militares, avaliações do sistema civil e relatórios de projetos cívicos.

Alguns dos relatórios e atividades supracitados são executados pela SeqAsCiv como resultado da realização do Reconhecimento Civil, que consiste na coleta de informações planejadas pela observação direta e avaliação do ambiente operacional, visa preencher algumas lacunas deixadas durante a busca de informações no processo de planejamento e é conduzido em contato direto com a população local por meio de outras operações, ações, atividades e do engajamento civil, que consiste na interação com um ou mais indivíduos e pode ocorrer da seguinte forma:

- a) Engajamento com líderes: travando contato com pequenos grupos ou um por um. Consiste na busca de informações com pessoas possuidoras de autoridade ou responsabilidade. Ex.: prefeito, líder comunitário e/ou religioso, diretor de escola etc.
- b) Engajamento em massa: realização de assembleias, grandes reuniões, aproveitamento de eventos cívicos e atividades sociais.
- c) Pesquisa: interação com elevado número de pessoas, permitindo a coleta de grande quantidade de dados. Como exemplo podemos citar a atuação das Equipes de Assuntos Cívicos (EqAsCiv) no litoral pernambucano durante a Operação Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida! As Equipes realizaram o levantamento de dados de saúde junto às populações locais em contato com os resíduos

oleosos por meio do preenchimento de um Questionário de Avaliação. No período de 11 a 28 de novembro de 2019 foram entrevistadas 1.233 pessoas.

Figura 3: Aplicação do Questionário de Avaliação.



Fonte: O autor.

Integração das OCM outras Capacidades Relacionadas à Informação (CRI)

Conforme citado anteriormente, as OCM buscam criar um ambiente favorável às operações militares. A integração com outras CRI, em especial as células de Comunicação Social (Com-Soc) e Operações Psicológicas (OpPsc), em apoio as Operações de Informação (OpInfo) potencializam a criação desse ambiente, contribuindo para que o Estado Final Desejado seja alcançado.

As OCM focam suas ações na população e nas organizações presentes no interior da Área de Operações. A capacidade de influência digital da ComSoc sobre os públicos internos e externos por meio da propaganda e informação, combinada com as mensagens positivas e de incentivo produzidas e disseminadas pelas OpPsc, quando empregadas como vetor de divulgação das atividades executadas pelas OCM encorajam uma relação de confiança entre as partes envolvidas contribuindo dessa forma, para a obtenção da superioridade das informações e a conquista e manutenção do apoio popular.

No meio da população existirá indivíduos ou grupos selecionados como alvo de influência, incluindo potenciais adversários. A integração das OCM com outras CRI também contribuirá sobremaneira para auxiliar na identificação desses públicos-alvo.

O emprego isolado de cada CRI ou de meios a elas atribuídos dificilmente trará resultados eficazes.

Centro de Operações-Civis Militares (COCM)

É um mecanismo estabelecido para coordenar a execução das orientações e decisões do Comandante sobre as OCM que serão desencadeadas e manter a ligação entre o GptOpFuzNav e os demais atores civis. Manter essa ligação possibilita mitigar o efeito das operações militares sobre a localidade, bem como reduzir a influência da população sobre elas. Sua organização, composição e localização dependem de qual é a missão e o ambiente operacional.

A abordagem deste tópico focará no estabelecimento do COCM e não especificamente nas suas tarefas. Nesse contexto, surge o seguinte questionamento: *Sempre devo estabelecer um COCM para conduzir e coordenar as OCM?*

Em zonas de conflito, normalmente algumas organizações e voluntários tomam a iniciativa de promover ações e atividades para mitigar o sofrimento da população existente na área afetada. Como consequência disso, e antes da chegada do GptOpFuzNav, eles podem estabelecer um local de onde coordenam suas ações. Um COCM em outro local pode não surtir o efeito desejado, pois o previamente utilizado já é de conhecimento da população, a logística para a mudança de local ou se fazer presente em dois lugares pode ser um fator limitador para as organizações e demais envolvidos, haja visto que na maioria das vezes não possuem a mesma capacidade logística dos GptOpFuzNav. Então cabe ao Comandante decidir pela criação de um COCM ou aproveitar a estrutura do local previamente utilizado e incorporar suas capacidades.

Estabelecer um COCM também dependerá da procura das organizações e da população pelos nossos esforços e da necessidade do Comandante. Os envolvidos não devem ser obrigados a utilizar o COCM, mas devem vê-lo como uma ferramenta útil de coordenação. O COCM deve ser facilmente acessível pela população e por quem o compõe.

Caso o Comandante vislumbre a necessidade de se estabelecer um COCM, além dos fatores supramencionados, o local deve oferecer segurança para nossos meios e pessoal, para a população e os demais integrantes e deve ser de conhecimento de todos os componentes do GptOpFuzNav.

Em situações que necessitem maior atenção ao quesito segurança, o COCM pode ser estabelecido de dentro da área de responsabilidade do CASC, devendo ser coordenado com esse componente, de modo que suas atividades e rotina de operação não interfiram na Batalha de Retaguarda, pois além do apoio prestado às OCM, que ocorrerá independentemente da localização do Centro, o fluxo de pessoas e viaturas não pertencentes ao GptOpFuzNav aumentará no interior do perímetro de segurança estabelecido pelo CASC, dessa forma, haverá necessidade de intensificar as medidas de segurança para acesso e circulação no interior desse perímetro. Essa concentração de meios e pessoas pode ocasionar dificuldades a esse componente na manutenção do suporte logístico para o GptOpFuzNav.

Importante ressaltar que o Oficial responsável pelo COCM é o representante do Comandante, porém, ele não define políticas ou operações diretas, mas sim coordena e facilita àquelas decorrentes da decisão do Comando.

Em que pese a organização do COCM depender de alguns fatores, acredita-se que uma composição mínima deveria contar com os seguintes representantes:

- Oficial de Assuntos Civis e Equipes de Assuntos Civis;
- Elemento de Operações Psicológicas;
- Elemento de Comunicação Social;

- Elemento de Inteligência;
- Elemento de Comunicações;
- Elemento do CASC;
- Representantes das Organizações; e
- Líderes locais.

Caso seja julgado necessário, outros representantes poderão integrar o COCM.

Figura 4: População em frente ao COCM durante Operação UNITAS LANT/AMPHIBIOUS 2019



Fonte: O autor.

Respondendo ao questionamento. Estabelecer um COCM não deve ser tratado como mandatário. Atualmente existe uma preocupação muito grande nos nossos adestramentos em sempre estabelecer o Centro. O GptOpFuzNav deve sim, estar preparado para estabelecê-lo e operá-lo.

Coordenação civil-militar em missões da ONU (UN-CIMIC)

Inicialmente gostaria comentar sobre a sigla CIMIC, que pode ser expressa de duas formas na língua inglesa: *Civil-Military Coordination* e *Civil-Military Co-operation*. Ambas são corretas, porém, quando falamos em missões da ONU, o termo considerado é Coordenação Civil-Militar, e para operações da OTAN usa-se o termo Cooperação Civil-Militar.

Esta parte do artigo terá uma abordagem superficial das atividades CIMIC da ONU, visto que o Brasil tem contribuído com tropa e observadores em diversas missões, associado ao aumento e à variedade de organizações participantes em missões de paz da ONU ou apoiando seu mandato.

A Coordenação Civil-Militar – UN-CIMIC é uma função militar que contribui para facilitar a ligação entre os componentes militar e civil, bem como os órgãos humanitários e de desenvolvimento na área da missão a fim de apoiar os objetivos da missão da ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2014, tradução nossa). Possui duas tarefas

consideradas essenciais, a ligação civil-militar e o compartilhamento de informações e a assistência civil, além disso, sempre busca apoiar o processo de obtenção da paz, monitorar os direitos humanos e proteger os civis, frequentemente também facilita o desenvolvimento e a assistência humanitária, apoia o processo eleitoral, Reforma do Setor de Segurança (SSR – *Security Sector Reform*) entre outros.

Ao sermos empregados em missões da ONU, especificamente nas atividades CIMIC, devemos entender também o que NÃO é UN-CIMIC.

a) NÃO é uma doutrina de Operações Cívico-Militares

O treinamento para UN-CIMIC não substituirá a doutrina, mas ajudará a operacionalizar o conceito UN-CIMIC. Abordagens doutrinárias de OCM podem ser aplicadas desde que cumpram o conceito, os princípios e as principais tarefas da UN-CIMIC. Assim como nas OCM, as atividades da UN-CIMIC são desencadeadas por todos os componentes da missão. Os militares de Assuntos Cívicos, além de coordenarem essas atividades, trabalham para fortalecer as condições sociais e cívicas necessárias para consolidar os processos de paz e são uma função central das operações multidimensionais de manutenção da paz.

b) NÃO é “Relações públicas”

Uma percepção equivocada da coordenação civil-militar, cujo principal esforço é na transição, de modo a reduzir a dependência na Força por meio da capacitação e construção da confiança. Nossos contingentes podem realizar atividades de relações públicas, mas não podem chamá-los de atividades “UN-CIMIC”. Lembre-se: “Não é sobre nós; é sobre eles”.

c) NÃO é “conquistar corações e mentes”

Esse tipo de abordagem não costuma ser muito produtiva, pois acaba sendo de curto prazo e tem efeito limitado, ou seja, é mais tática do que estratégica. Essa abordagem pode reforçar em vez de reduzir, a dependência local por serviços da Força e que não temos capacidade para sustentar, podendo acarretar a decepção nas nossas tropas por parte da população. Outro fator é que a Força pode tomar partido do conflito, comprometendo o princípio da imparcialidade da ONU.

d) NÃO é, principalmente, uma ação direta

Ao contrário de muitas doutrinas “cívico-militares”, a UN-CIMIC busca destacar o trabalho de, com e por meio de atores cívicos, empregando sua assistência à população da forma mais indireta do que direta.

e) NÃO é atividade de “Inteligência”

Trata-se do gerenciamento de informações e não com ações de dissimulação ou de disfarce. A suspeita de “Inteligência” pode arruinar o processo de construção de confiança e prejudicar as relações com os civis.

Doutrina

Em que pese estarmos desenvolvendo nossa doutrina, com a previsão de publicação de um manual da série CGCFN nos próximos anos, a nossa Nota de Coordenação Doutrinária (Provisória) – NCD Nº P-001/2016 apresenta os principais conceitos e fundamentos das atividades de AsCiv para os GptOpFuzNav sendo a principal ferramenta para os nossos planejamentos.

A qualificação do nosso pessoal é o aspecto mais importante do desenvolvimento da doutrina, pois a partir desse ponto que vamos atingir o que o CFN planeja para as OCM. O envio de militares para a realização de cursos e intercâmbios em países cuja doutrina e emprego da célula de AsCiv esteja mais solidificada, nos permitirá trazer conhecimento para adaptarmos a nossa realidade e principalmente ao nosso caráter expedicionário de forma a desenvolvermos nossos manuais e procedimentos no terreno, criarmos nossos cursos e introduzirmos o assunto nos currículos escolares de forma a difundi-lo.

Por se tratar de qualificação bem específica, seria interessante a criação de um Grupo de Assuntos Cíveis com capacidade de apoiar os GptOpFuzNav com equipes de Assuntos Cíveis e compor os COCM quando estabelecidos. Esse Grupo poderia ficar subordinado ao Batalhão de Comando e Controle, visto que um dos pontos mais importantes das OCM é o gerenciamento das informações. O Grupo seria constituído por 01 Seção de Comando composta por 04 militares (01 Oficial e 03 Praças) e por 03 EqAsCiv composta por 06 militares cada (01 Oficial e 05 praças). Outra consideração seria a criação da função “Assuntos Cíveis” nos Comandos de Força, subordinada a Seção de Operações de forma a proporcionar assessoramento para os planejamentos e condução dos exercícios, bem como compor o EM dos GptOpFuzNav nas operações.

A criação do Grupo associado a militares exercendo a função nos EM dos Comandos de Força, permitirá um aparelhamento adequado para o cumprimento das tarefas além de facilitar o

planejamento logístico das atividades, face a dificuldade atual em mobiliar a Seção de AsCiv para os exercícios e operações, já que não possuímos militares dedicado ao desempenho da função. Esses equipamentos são basicamente materiais de informática (com possibilidade de acesso à internet), comunicação (incluindo TV para acompanhamento de mídia), expediente (quadro branco, prancheta, papel etc.), barracas, mesa, cadeira etc.

Conclusão

O presente artigo tentou apresentar alguns aspectos da importância das OCM e das atividades de AsCiv para os GptOpFuzNav. Os problemas no campo das Considerações Cíveis que nossas tropas enfrentam e que possam vir a enfrentar são capazes de alterar as demandas do espaço de batalha e interferir diretamente no resultado das operações, assim como ocorreu na Guerra Peninsular.

A apresentação ainda que superficial do tema nos permite identificar a relevância da Estimativa Preliminar de Inteligência para os trabalhos iniciais da Seção de Assuntos Cíveis e como as OCM podem criar um ambiente favorável para o desencadeamento de operações militares. Sua integração com as demais CRI fornece ao Comandante do GptOpFuzNav uma grande quantidade de informações, subsidiando o ciclo decisório a fim de contribuir para que o Estado Final Desejado seja alcançado.

A doutrina está sempre evoluindo e nesse momento de desenvolvimento do tema Assuntos Cíveis e Operações Cíveis-Militares no CFN devemos focar no nosso caráter expedicionário por excelência.

Por fim, sugere-se que, cada vez mais, o tema seja introduzido nos objetivos de adestramento das Forças/Unidades do CFN, de forma a elevar a eficiência do nosso emprego e aumentar a qualidade do assessoramento dos militares que exercerão função na Seção de Assuntos Cíveis durante as operações/exercícios.



Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **NCD P-001/2016**: Atividade de Assuntos Cíveis nos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Rio de Janeiro, RJ, 2016.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.213**: Operações de Informação 1. ed. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior. **EMA-335**: Doutrina de Operações de Informação. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **JP 3-57**: Civil-Military Operations. Washington, D.C., 2018.

GUERRA PENINSULAR. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Peninsular>. Acesso em: 16 out. 2020.

KEEGAN, John. **A Inteligência na Guerra**: Conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda Edição Completa. Tradução a partir do Inglês de S.Duarte. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2006, 448p.

NAÇÕES UNIDAS **United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)**. 2014.



CMG (FN) **Marcelo Vidal** Moreira
marcelo.vidal@marinha.mil.br

O Crescente Logístico nas Operações Anfíbias



O CMG (FN) **Marcelo Vidal** é o atual Comandante do Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais. Oriundo do Colégio Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo o último o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN em 2013. Foi Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais de Salvador. Exerceu também as funções de Chefe do Estado-Maior do Comando do Segundo Distrito Naval, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, instrutor na Escola Naval e no Navio Escola Brasil, Comandante e Imediato do Corpo de Alunos no Centro de Instrução Almirante Silvío de Camargo, Oficial de Estado-Maior e Comandante de Companhia nos Batalhões Riachuelo e Paissandu.

Durante o combate, é na inabilidade logística de manter seus exércitos no campo de batalha que repousa a fraqueza fatal do inimigo. Coragem as forças inimigas têm em larga medida, mas coragem não é o suficiente. Reforços param de chegar, armas, munição e comida chegam ao fim, e a escassez de combustível faz com que a força da mobilidade tática diminua até desaparecer. Nos últimos estágios da Campanha, eles podiam fazer pouco mais do que esperar o avanço aliado varrê-los.

(Dwight Eisenhower)

Introdução

Uma Operação Anfíbia (OpAnf) é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas.

As OpAnf comportam as modalidades Assalto Anfíbio, Demonstração Anfíbia, Incursão Anfíbia, Projeção Anfíbia e Retirada Anfíbia, podendo ser empregadas na tarefa básica do Poder Naval de projetar poder sobre terra, em atividades de emprego limitado da força ou nas atividades benignas.

As Operações Anfíbias têm sido executadas desde que a humanidade se aventurou ao mar. Evidências históricas demonstram que, por volta de 1.200 a.C, o Império Egípcio teria sido atacado por povos das ilhas mediterrânicas e da costa sul da Europa. De acordo com a *Ilíada*, do poeta grego Homero, entre 1.200 e 1.100 a.C, os gregos teriam desembarcado e combatido em Tróia.

Em 490 a.C, ocorreu o desembarque Persa na Ática, com sua derrotada para os gregos na Batalha de Maratona. Em 55 a.C, Júlio César desembarcou as legiões romanas nas Ilhas Britâ-

nicas para conquistá-las. Nos séculos seguintes, essas mesmas ilhas sofreram invasões perpetradas por Anglos, Saxões, Vikings e Normandos.

As Operações Anfíbias que fracassaram ou não ocorreram também marcaram a história. Entre 1274 e 1281, Kublai Khan tentou conquistar o arquipélago japonês e sua derrota interrompeu a expansão mongol para o leste. Os britânicos evitaram um desembarque em suas ilhas em duas ocasiões, derrotando a Invencível Armada Espanhola em 1588, e vencendo as forças francesas e espanholas na Batalha de Trafalgar em 1805.

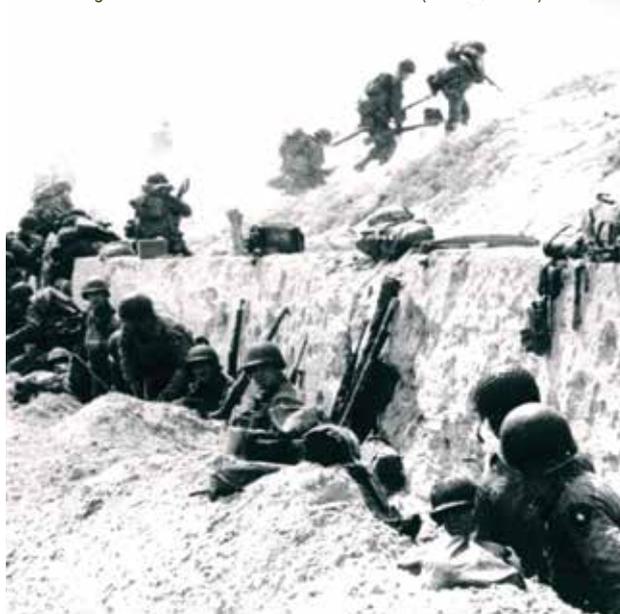
Impossibilitado de invadir as Ilhas Britânicas, Napoleão ampliou seus domínios no Continente Europeu, o que levou a Família Real Portuguesa a mudar-se para o Brasil, após a invasão francesa em 1807. Como consequência desses acontecimentos, em apenas 15 anos, o Brasil tornar-se-ia independente com D. Pedro I, o qual, após abdicar do trono brasileiro em 1831, garantiria a coroa portuguesa para sua filha utilizando-se de um desembarque de tropas no Algarve para conquistar a capital Lisboa e derrotar seu irmão.

Na Primeira Guerra Mundial, o fracasso das Operações Anfíbias realizadas em Galípoli levou a crença de que as Operações Anfíbias não mais seriam realizadas. Porém, com a eclosão da

Segunda Guerra Mundial, a retirada de Dunquerque, a incursão em Dieppe, os assaltos anfíbios realizados no Pacífico em Guadalcanal, Tarawa, Marianas, Filipinas, Iwo Jima e Okinawa, além das operações de codinome *Torch* (no norte da África), *Husky* (na Sicília), *Overlord* (Normandia) dentre outras, foram essenciais para a vitória das Forças Aliadas sobre o Eixo.

As Operações Anfíbias realizadas, posteriormente, nas Guerras da Coreia, das Malvinas e do Iraque demonstraram que as Operações Anfíbias continuam sendo relevantes. Porém, durante toda a história, um desafio permanece para os planejadores militares: como manter tropas armadas, equipadas, alimentadas, com mobilidade e apoio médico a grandes distâncias de seus países?

Figura 1: Assalto Anfíbio em Utah Beach (June 6, 1944).



Fonte: JP3-02 (ESTADOS UNIDOS, 2019a).

Definições

- a) Logística: componente da arte da guerra que tem como propósito obter e distribuir às Forças Armadas os recursos de pessoal, material e serviços em quantidade, qualidade, momento e lugar por elas determinados, satisfazendo as necessidades na preparação e na execução de suas operações exigidas pela guerra.
- b) Logística Militar: conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas.
- c) Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb): apoio proporcionado por parcela de uma Força de Desembarque (ForDbq) ou Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) ao conjunto da Força ou Grupamento, por meio de aplicação das funções logísticas essenciais à sua manutenção em combate.
- d) GptOpFuzNav: organização por tarefas nucleada por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o

conceito organizacional de componentes, que grupa seus elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades.

- e) Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC): componente da Estrutura Básica dos GptOpFuzNav que concentra os meios necessários ao apoio logístico, tendo extrema importância para a efetivação do apoio a ser prestado nos diferentes níveis, para a manutenção das tropas em combate, onde quer que ocorram e pelo tempo que durarem as ações em terra.
- f) Batalha de Retaguarda: conjunto de ações ligadas ao espaço de atuação do CASC, negando ao inimigo o uso desse espaço e provendo sustentação e ininterrupto suporte logístico ao GptOpFuzNav.

O Crescente Logístico

Em uma OpAnf, os GptOpFuzNav partem de um poder de combate inicial zero em terra. A logística requerida para dar suporte a esses GptOpFuzNav abrange amplo e complexo espectro de atividades, sendo imperioso que o esforço logístico para execução do ApSvCmb atinja um crescente a partir do mar.

Isto obriga a que seja prestado um ApSvCmb ininterrupto, com flexibilidade suficiente para fazer frente às demandas inopinadas de itens de suprimento, serviços ou atividades, a partir dos navios onde se encontram embarcados os equipamentos e suprimentos de Assalto, os quais devem ser desembarcados de acordo com uma sequência preestabelecida, até o total desdobramento da estrutura de ApSvCmb planejada e a conclusão da descarga geral.

O processo pelo qual realiza-se o desdobramento progressivo das Organizações de ApSvCmb e de suas respectivas instalações logísticas, até o completo estabelecimento de sua estrutura dá-se o nome de Crescente Logístico.

Estrutura de ApSvCmb da ForDbq

A estrutura de ApSvCmb é composta por instalações de apoio e por recursos logísticos, operados por elementos de ApSvCmb oriundos das diversas Unidades, que são especialmente organizados para prestar o apoio necessário inicialmente a partir de Instalações Logísticas Sumárias (ILS) e, posteriormente, a partir de uma Área de Apoio Logístico (AAPL).

O ApSvCmb ao GptOpFuzNav é prestado por uma organização titulada de Grupamento de Apoio de Serviços ao Combate (GASC), a exceção do apoio específico referente à manutenção de aviação quando ela for desdobrada em terra, situação onde o apoio será prestado por organização por tarefas de ApSvCmb integrante do Componente de Combate Aéreo (CteCA).

O conjunto de serviços através do qual esses apoio é prestado inclui, dentre outros, aqueles relativos aos suprimentos, saúde, transporte, manutenção de campanha, salvamento, coleta

de salvados, serviços de polícia, construção de instalações de campanha, engenharia de construção, apoio ao desembarque, levantamento topográfico, banho, lavanderia, cantina, administração e finanças, assistência religiosa, social e jurídica, processamento eletrônico de dados, assuntos civis, sepultamento e defesa contra ações de guerra nuclear, biológica, química e radiológica (NBQR).

Para tal, o GASC é constituído por um Elemento de Comando, um Destacamento de Praia, até dois Elementos de Apoio de Serviços ao Combate (ElmASC) e por outros elementos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas tarefas.

Coordenação entre as necessidades táticas e logísticas

Durante os momentos iniciais do assalto, os meios navais da ForTarAnf são a principal fonte de suprimentos para a ForDbq. Antes do estabelecimento em terra de tropas de apoio ao desembarque, os itens críticos de combate são fornecidos direto dos navios para as unidades solicitantes em terra, por meio do controle e coordenação exercidos pelo Grupo Tático-Logístico (TAT-LOG), que é uma agência da ForDbq organizada para facilitar o apoio logístico durante o Movimento Navio para Terra (MNT). Normalmente é organizado nos escalões do Comando da ForDbq, do Componente de Combate Terrestre (CCT), do CASC e, em alguns casos, nos das Unidades de Assalto (por superfície e por helicópteros).

As funções do Grupo TAT-LOG são de caráter temporário e o grupo é dissolvido tão logo a organização que representa se estabeleça em terra. Para poder operar adequadamente, seus membros devem estar familiarizados com os Planos da ForDbq, principalmente os de Embarque e Carregamento e o de Desembarque, com as medidas de controle naval e com os meios de desembarque disponíveis.

O seu principal período de atuação é durante a descarga inicial. Nele o Grupo TATLOG auxilia no controle das vagas pro-

gramadas, mantém o comandante da tropa que desembarca informado do andamento do MNT e coordena o atendimento das demandas iniciais do combate, sendo, portanto, de fundamental importância para a manutenção da impulsão da ForDbq nos momentos iniciais do assalto.

Logística baseada em Terra ou em Navios?

A Logística baseada em Terra

A logística baseada em terra obedece a certas condições. A operação deve ter uma dimensão, extensão no terreno e duração que compensem a concentração dos meios logísticos em terra.

Após o desembarque da estrutura de ApSvCmb, as ações de apoio logístico são acrescidas das medidas de Segurança da Área de Retaguarda durante a Batalha de Retaguarda, pois a concentração de suprimentos e equipamentos nas praias tornam as instalações logísticas alvos compensadores para o inimigo realizar ataques contra essas instalações ou ações isoladas em nossas linhas de suprimento, inclusive com a utilização de artefatos NBQR.

Outro aspecto que influencia o desempenho do CASC no Nível Tático é a ocupação de áreas urbanas que apresentam crescimento demográfico de modo assimétrico e desordenado. A presença de comunidades, horizontais ou verticais, próximas ao litoral, com becos e ruelas de desenho irregular, criam para as forças oponentes as condições favoráveis para sua defesa ou atuação clandestina.

Logo, o planejador logístico necessita realizar um minucioso estudo com base em informações provenientes de uma sólida rede de dados, que assegure a seleção de portos, aeroportos, estradas e as vias de transporte que poderão ser usadas para evitar a concentração dos equipamentos e suprimentos desembarcados e as melhores vias para sua distribuição aos elementos de combate.

Figura 2: Área de Apoio de Praia, Inchon, Coreia, 1950.

Fonte: JP-3-02 (ESTADOS UNIDOS, 2019a)



A Logística baseada em Navios

A logística baseada em navios, ou *Sea basing*, é o apoio à Força de Desembarque por meios navais afastados da linha da costa ou em alto-mar. Ela evita a aglomeração em terra de diversas instalações, que podem ser substituídas ou operar a bordo dos navios da ForTarAnf. Isto cria facilidades para, por exemplo, armazenar suprimentos, executar manutenções e reparos, fornecer água potável e oferecer instalações médicas para o apoio de saúde aos feridos em combate.

Além dos fatores clássicos da decisão e de aspectos políticos ligados à operação, a utilização do apoio a partir do mar depende dos fatores de tempo e distância para a pronta transferência para terra dos recursos logísticos necessários e da segurança dos meios navais envolvidos contra ameaças de superfície, submarina e aérea.

Outros aspectos a serem considerados na decisão de se estabelecer o *Sea basing* são as condições das comunicações entre os navios e as tropas em terra. As condições meteorológicas, que podem afetar as operações aéreas, as condições de mar, que poderão afetar o movimento de suprimentos dos navios para as instalações logísticas em terra e a disponibilidade de embarcações de desembarque e viaturas anfíbias que poderão estar voltadas para o atendimento prioritário à transferência de suprimentos para outra força embarcada ou para tropas desdobradas em terra.

Por outro lado, um torpedo, um míssil antinavio ou uma mina podem afundar um navio carregado de suprimentos e equipamentos servindo como base de suprimentos. Na Guerra das Malvinas, o afundamento do Navio Britânico *Atlantic Conveyor*, com helicópteros embarcados, afetou a capacidade das tropas britânicas de realizarem movimentos helitransportados.

A utilização da logística baseada em navios atrelada a um desembarque além do horizonte (*Over the Horizon Operation* – operação iniciada além do alcance radar do inimigo) permite que, durante o movimento navio-objetivo (*ship-to-objective maneuver*) escondam-se as intenções e capacidades da Força Tarefa Anfíbia e da Força de Desembarque, passando com isso a obter-se a surpresa operacional e tática, além do ganho de tempo na chegada aos objetivos, quebrando a coesão mental do inimigo através de uma série de ações rápidas, violentas e inesperadas.

Figura 3: Desembarque além do horizonte.



Fonte: JP-3-02 (ESTADOS UNIDOS, 2019a).

Tais ações, além de deteriorar a situação do inimigo, permitem à ForDbq a redução das medidas de segurança na área de Retaguarda, em virtude da reduzida estrutura desembarcada na praia, facilitando também o reembarque e reutilização da ForDbq.

Todavia, a distância para o objetivo aumenta a vulnerabilidade dos helicópteros e embarcações de desembarque, dificulta o estabelecimento das comunicações, afetando o comando e controle e faz com que o apoio de fogo naval tenha sua aplicação reduzida ou perdida.

A evolução tecnológica e o Crescente Logístico: Tendências e Perspectivas para o futuro

Tendências

- Expansão do campo de batalha: a maior mobilidade das tropas, além do incremento da letalidade e do alcance dos armamentos, acarreta a busca da dispersão cada vez maior das forças no campo de batalha, provocando o aumento do alcance do ApSvCmb.
- Compressão do tempo: O desenvolvimento dos armamentos e dos sistemas de informação aumenta a capacidade de localizar o inimigo, concentrar forças e engajar sobre os alvos, obrigando os decisores a acelerar seu ciclo de *Boyd* (observação, orientação, decisão e ação). A falta de tempo será um desafio, pois a logística necessita de antecipação e planejamento para atender às necessidades operativas.
- Aumento da integração da logística militar com a logística empresarial: muitos conceitos comerciais e civis estão sendo adotados pelas Forças Armadas. A ideia do *just in time* e a terceirização de serviços, que passam a ser prestados por empresas civis contratadas, são alguns dos exemplos.

Apesar de ganhos de eficiência poderem ser adquiridos desta forma, necessitamos manter certa precaução, pois o ApSvCmb é prestado em um ambiente violento e perigoso, onde a fricção, a incerteza e a desordem imperam.

Estoques reduzidos e entrega imediata, em um ambiente em que o transporte dos suprimentos ocorre sob fogo inimigo, certamente não terão a mesma funcionalidade. Da mesma forma, a possibilidade de utilização de navios de transporte e de apoio logístico de empresas privadas, sendo elas estrangeiras, deve ser repensado, pois poderá não se concretizar por ocasião de um conflito armado, afetando a mobilidade e a sustentação de nossa ForDbq.

Perspectivas para o futuro

A adoção de novas tecnologias poderá resultar na substituição da quantidade pela qualidade, reduzindo a quantidade de meios em proveito de meios mais caros em virtude de sua tec-

nologia agregada. Tal fato tornará a função logística manutenção ainda mais crítica, em virtude da necessidade de manter-se os índices de disponibilidade elevados.

O investimento em ciência e tecnologia poderá trazer para o ApSvCmb avanços considerados inimagináveis em poucos anos, como:

- a) a redução da quantidade de sobressalentes a serem transportados pelo CASC, em virtude de sua confecção em impressoras 3D nos navios da ForTarAnf, com o transporte desses sobressalentes e de outros suprimentos por aeronaves, embarcações e viaturas remotamente tripuladas.
- b) novos equipamentos de comunicação que, devido à capacidade de carregamento solar, eliminarão a necessidade de transportar baterias extras.
- c) a produção de água potável, em larga escala, através da purificação da água do mar por osmose reversa.
- d) a utilização de veículos híbridos, utilizando-se de uma combinação de eletricidade e diesel, reduzindo-se o consumo e as necessidades de reabastecimento.

Conclusão

Mais de três mil anos de história comprovam a importância das OpAnf nos conflitos armados. Por ocasião da realização dessas operações, o GptOpFuzNav que nucleia a ForDbq é orientado pela filosofia da guerra de manobra a realizar uma abordagem que enfatize a rapidez, o ponto focal de esforço e a flexibilidade, buscando assim a destruição da coesão mental do inimigo.

O ApSvCmb influencia decisivamente na condução da guerra de manobra, provendo a flexibilidade para evitar o ataque às superfícies do inimigo e a agilidade para explorar suas Vulnerabilidades Críticas (VC), canalizando os recursos para o ponto focal do esforço, tornando-o forte, sem ser pesado, e adaptando-se rapidamente a quaisquer novas alterações.

Nas Operações Anfíbias, o crescimento do poder de combate a partir do zero, a concentração inicial das instalações logísticas e seu posterior afastamento da frente de contato, assim como sua importância para a preservação do poder de combate, fazem dessas instalações alvos compensadores, muitas vezes vulneráveis e, invariavelmente, críticos para o Comandante.

Isso ensina a adoção de um planejamento acurado para decisão sobre a utilização de uma logística baseada em terra, em navios, ou utilizando-se de um conjugado dessas opções. Além disso, cresce de importância o controle inicial do desembarque, realizado através do Grupo TAT-LOG, e a adoção de medidas, por parte do CASC, visando à proteção das instalações e unidades logísticas durante a Batalha de Retaguarda.

Os desenvolvimentos tecnológicos devem ser acompanhados e utilizados, porém com o devido senso crítico, para que as tendências da logística civil sejam avaliadas quanto aos requisitos de prontidão, agilidade, flexibilidade e redundância necessários a um ApSvCmb que operará em um ambiente hostil, onde a fricção, a incerteza e a desordem imperam.

Por fim, as novas tecnologias devem ser utilizadas visando à busca da flexibilidade, agilidade e segurança, auxiliando a concretização do crescente logístico e a sustentação da ForDbq durante todo o combate, minimizando a possibilidade do ApSvCmb limitar a capacidade de operação dos GptOpFuzNav nas OpAnf.



Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-0-1**: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-1-1**: Manual de Operações da Força de Desembarque. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-33**: Manual de Operações do Componente de Apoio de Serviços ao Combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-400**: Manual de Logística da Marinha. Brasília, 2003.

ESTADOS UNIDOS. Joint Chiefs of Staff. **JP-3-02**: Amphibious Operations. Washington, D.C., 2019a.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP-1-0**: Marine Corps Operations. Washington, D.C., 2019b.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP-4**: Logistics. Washington, D.C., 1997.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP-3-40**: Logistics Operations. Washington, D.C., 2016.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **Littoral Operations in a contested Environment**. Washington, D.C., 2017.

HAINES, Barbara; JONES, James A. The Future of Marine Corps. **Marine Corps Gazette**. EUA, 2017.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa, 2014.

SPELLER, Ian; TUCK, Christopher. **Amphibious Warfare: Strategy & Tactics from Gallipoli to Iraq**. London, 2014.

TOLL, Ian W. **The Conquering Tide: War in the Pacific Islands, 1942-1944**. New York, 2015.



CF (CA) **Fábio** Pereira Moraes
braseawarrior@gmail.com

A Contribuição do Controle Naval do Tráfego Marítimo para os Comboios de Acompanhamento



O CF **Fábio** Moraes serve atualmente no Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), como Encarregado da Seção de Organização e Doutrina, além de instrutor e coordenador dos cursos de Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM) e de *Naval Cooperation and Guidance for Shipping* (NCAGS). É oriundo da Escola Naval e Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (EGN). Realizou diversos cursos, dentre os quais destacam-se o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) e o Curso Internacional Nível 1 de *Control Naval para el Transporte Marítimo* (CNTM) no Chile. Já serviu no Comando do 1º Esquadrão de Escolta (ComEsqdE-1), como Encarregado da Seção de Operações; no Centro de Adestramento Almirante Marquês de Leão (CAAML), como Instrutor; e no Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), como Encarregado da Seção de Operações. Possui também Curso de Extensão em Gestão Empresarial pelo Instituto COPPEAD de Administração - UFRJ.

Introdução

As Operações Anfíbias (OpAnf) permanecem sendo, dentre as Operações Navais, a mais complexa, não somente pelos esforços de comando, controle, comunicações, computação, inteligência e interoperabilidade (C4I2), como também pela demanda de uma capacidade logística que se torna ainda mais desafiadora pela distância da Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) de sua base. Diferentemente do que o senso comum possa sugerir, ao se remeter às lembranças do lendário desembarque nas costas da Normandia, durante a Segunda Guerra Mundial, as OpAnf seguem atuais, como bem atestam as mais de 100 operações dessa natureza conduzidas pelas forças navais estadunidenses, somente no período de 1990 a 2017, das quais 79 delas envolveram ajuda humanitária estrangeira, socorro em desastres naturais, evacuações de não-combatentes ou eventos de respostas a crises similares conduzidas em ambientes adversos e de muitas incertezas (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Dentre essas inúmeras incertezas, destaca-se a duração da campanha, que pode ensejar um esforço logístico prolongado que, por sua vez, pode não ser possível se provido somente pelos meios presentes na Área do Objetivo Anfíbio (AOA).

Na Marinha do Brasil (MB), são adotadas seis funções logísticas, quais sejam: Abastecimento, Saúde, Transporte, Manutenção e Salvamento, Pessoal e Desenvolvimento de Bases. No que diz respeito à função Desenvolvimento de Bases, deve-se obser-

var que o conceito de *Base* na logística é mais abrangente que o de *Base Naval* como OM. Conceitualmente, é a função logística que consiste no aproveitamento e na expansão dos recursos e instalações existentes em uma determinada área, com o propósito de apoiar operações militares.

O apoio logístico, durante a realização das operações de Fuzileiros Navais, é uma responsabilidade das organizações por tarefas especialmente constituídas para tal e cada função exige a execução de várias atividades que lhe são peculiares (BRASIL, 2008). Esse apoio deve estar integrado ao Conjugado Anfíbio, genericamente aqui compreendido como uma Força Naval, com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) embarcado juntamente com os meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval (BRASIL, 2020). Contudo, conforme já mencionado anteriormente, em função, por exemplo, da duração da Operação Anfíbia, pode ser necessário um reforço a esse suporte, o que pode ser suprido por meio dos Comboios de Acompanhamento. Eles se constituem em comboios de navios, que não fazem parte da Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), mas que desembarcam tropas e suprimentos na Área do Objetivo Anfíbio (AOA), normalmente após o movimento navio-terra (MNT) (BRASIL, 2015).

Após essa breve noção sobre as Operações Anfíbias e o esforço logístico por elas demandado, a seguir, veremos como está estruturado o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais,

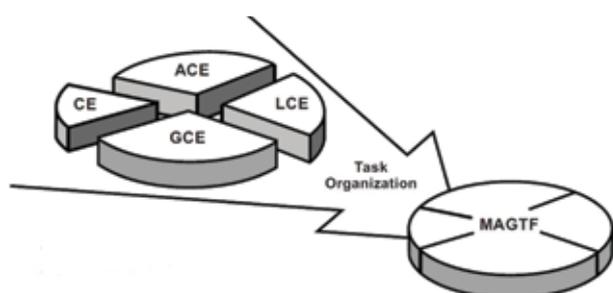
eixo estruturante do Corpo de Fuzileiros Navais e principal ator apoiado pelos comboios de acompanhamento.

O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

O conceito de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) na Marinha do Brasil foi inspirado nas **Marine Air-Ground Task Forces** (MAGTF) dos *US Marine Corps*, o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América. Uma MAGTF é a principal organização para todas as missões do *Marine Corps* nas operações militares em que é empregado. Expedicionárias por natureza, as MAGTF variam em tamanho e capacidade de acordo com suas missões e são especificamente equipadas para um rápido emprego por ar ou mar.

Todas as MAGTF consistem em 4 elementos fundamentais: um *Command Element* (CE), um *Ground Combat Element* (GCE), um *Aviation Combat Element* (ACE) e um *Logistics Combat Element* (LCE). Apesar das MAGTF diferirem em tamanho e capacidades, há procedimentos padrões para organizá-las, bem como para o planejamento e execução de suas operações.

Figura 1: MAGTF Organization.



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2017.

Como uma organização modular, o MAGTF é adaptável à sua missão por meio de organização por tarefas. Essa abordagem de blocos de construção também torna a reorganização uma questão possível. Além de unidades do *Marine Corps*, a uma MAGTF podem ser adjudicados meios de outras forças singulares ou países, tais como batalhões de engenharia ou brigadas de infantaria blindadas.

Uma característica fundamental da MAGTF é a sua capacidade de expansão. A resposta à crise pode exigir uma força maior do que aquela inicialmente empregada. Ser capaz de expandir a força original, em vez de substituí-la por uma maior, permite a continuidade das operações. A estrutura modular da MAGTF facilita a rápida expansão para uma força maior, conforme a situação exigir, simplesmente adjudicando forças, como necessário, às unidades núcleos de cada elemento existente. (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Com características de emprego semelhantes à da MAGTF do *US Marine Corps*, temos, na Marinha do Brasil, o conceito organizacional de GptOpFuzNav. Ele é empregado em qualquer operação ou ação das quais participem tropas de Fuzileiros Na-

vais, sendo válido em qualquer ambiente ou nível de violência do conflito.

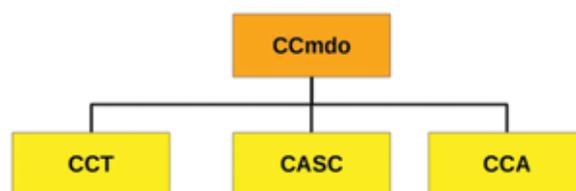
O conceito de GptOpFuzNav permite aliviar o seu comandante da sobrecarga resultante da complexidade das atividades de manobra terrestre, de apoio logístico e daquelas relacionadas com o espaço aéreo de sua responsabilidade, além de facilitar a coordenação e o controle da Força.

Ainda, possibilita maior eficiência, na medida em que, para cada área geral de atuação - comando e controle, manobra terrestre, espaço aéreo e logística – existirá um comandante designado, com seu Estado-Maior, para planejar, coordenar e controlá-las, atendendo ao estabelecido pelo planejamento integrado a nível GptOpFuzNav.

Dessa forma, o comandante do GptOpFuzNav se preocupa com a coordenação geral das ações, interage com os comandos superiores envolvidos na missão e mantém constante acompanhamento da evolução da situação no nível operacional e tático, com vistas ao possível emprego futuro da força.

Independente do seu tipo e semelhantemente a uma MAGTF, a organização dos GptOpFuzNav foi concebida, basicamente, segundo o conceito de componentes, tais como: Componente de Comando (CCmdo), Componente de Combate Terrestre (CCT), Componente de Combate Aéreo (CCA), Componente de Apoio de Serviço ao Combate (CASC) e, em algumas circunstâncias, outros Componentes.

Figura 2: Componentes do GptOpFuzNav.



Fonte: BRASIL, 2020

O CASC concentra os meios necessários ao apoio logístico do GptOpFuzNav como um todo, executando as funções logísticas essenciais à sua operacionalidade, exceto aquelas específicas da aviação. Cabe a ele fazer chegar o apoio logístico até a instalação logística sumária (ILS) de cada componente, de forma que eles tenham condições de executar suas respectivas atividades (BRASIL, 2020). Poderão integrar o CASC, tropas destinadas ao desembarque administrativo de forças amigas ou de apoio, como as que podem ser oriundas, por exemplo, de um comboio de acompanhamento.

Conhecida a estrutura do GptOpFuzNav, em especial identificado o componente responsável pelo seu apoio logístico, o CASC, o qual desempenha as principais ações durante a Batalha de Retaguarda, passaremos a compreender como evoluiu uma estrutura, estabelecida no continente americano, que possui potencial de interação, em proveito de seu apoio, cujas operações se desenvolvem em sua área de interesse. Nesse espaço, embora o Comandante não possa influir, o desenvolvimento dessas operações poderá influenciar diretamente o cumprimento de sua missão.

O Controle Naval do Tráfego Marítimo - Antecedentes

A história recente nos revela que o Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM) foi um requisito operacional. Diante do surgimento de ameaças ao Tráfego Marítimo (TM), do qual se exigiu uma rápida percepção pelas Marinhas, por ocasião do início da Grande Guerra, circunstância na qual foi estabelecida uma estrutura pioneira de monitoramento do TM, foi implementada uma rede de agências em portos aliados, garantindo, dessa forma, uma cobertura em escala mundial.

Ainda assim, nas décadas subsequentes, mais precisamente durante a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos aliados permaneceu sem dominar o conhecimento e a prática necessários para executar, com eficiência, a tarefa da CNTM. E, talvez, o mais relevante nesta discussão: o fato de que o CNTM é iniciado em tempos de paz, ou seja, está permanentemente atuando.

Assim, a Junta Interamericana de Defesa (JID), organização criada durante a 2ª Guerra Mundial, avocou para si a tarefa de estudar a organização e a defesa do tráfego marítimo a nível interamericano. No âmbito da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança do Continente, realizada no Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1947, os governos dos países americanos assinaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Durante a referida conferência, as partes acordaram que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado americano, seria considerado como um ataque contra todos os Estados americanos. Consequentemente, cada uma dessas Partes se comprometeria a ajudar a se contrapor a essa agressão, no exercício do direito imane de legítima defesa individual ou coletiva, com fulcro no artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

O TIAR foi o âmbito no qual a Junta Interamericana de Defesa desenvolveu, em 1959, o Plano de Defesa do Tráfego Marítimo Interamericano (PLANDEFTRAMI). A II Conferência Naval Interamericana Especializada em Controle Naval do Tráfego Marítimo (II CNIE CNTM) aprovou em 1996 e, desse modo, passou a vigorar o Plano de Coordenação de Defesa do Tráfego Marítimo Interamericano (Plano CODEFTRAMI), substituindo o PLANDEFTRAMI. Esse plano dividiu a zona de segurança do TIAR em quatro áreas de coordenação, considerando que a natureza da proteção do tráfego marítimo possui características, essencialmente, de caráter regional.

Figura 3: Áreas Marítimas de Coordenação.



Fonte: CISMAR.

Assim foram criadas as seguintes áreas: Área Marítima do Atlântico Norte (AMAN), Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), Área Marítima do Pacífico Norte (AMPAN) e Área Marítima do Pacífico Sul (AMPAS). Em sua estruturação, contemplaram as áreas marítimas (e fluviais) de responsabilidade dos seguintes países: AMAN (Colômbia, Estados Unidos da América, México e Venezuela); AMAS (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai); AMPAN (Estados Unidos da América, El Salvador, Honduras e México); e AMPAS (Chile, Equador e Peru).

O Plano CODEFTRAMI, constituindo-se na base legal dessa Organização, possui como missão: *coordenar as ações dos países americanos inerentes à direção, controle e proteção do tráfego marítimo continental, a fim de contribuir para garantir o uso das linhas de comunicação marítimas.*

Com o fito de operacionalizar a organização das Áreas Marítimas no cone sul, durante a IV Conferência Naval Interamericana (CNI), realizada em agosto de 1964 no Rio de Janeiro, foi criado o Comitê Interamericano de Defesa do Tráfego Marítimo, a partir do qual surgiu o Subcomitê Regional do Atlântico Sul. Esse subcomitê formulou, entre outras, as seguintes recomendações às Marinhas da AMAS:

- Criar a Junta de Comandantes-em-Chefe das Marinhas da Área Marítima do Atlântico Sul; e
- Instituir na Área Marítima do Atlântico Sul, em tempo de paz, um Coordenador (CAMAS) que se torna o Comandante de Área em tempo de guerra.

Foi assim que, em 19 de julho de 1966, no Rio de Janeiro, ocorreu a primeira reunião dos Comandantes-em-Chefe das Marinhas da AMAS, na qual foi criada a atual estrutura do Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS). Naquela ocasião, foram estabelecidas suas atribuições, nacionalidade e sede do primeiro coordenador (Buenos Aires, 18 de agosto de 1967). Aos países encarregados dessa coordenação, é atribuído um mandato de 2 anos, em regime de rodízio, concorrendo para tal Brasil, Argentina e Uruguai. Atualmente, o Brasil exerce o referido cargo, para o biênio 2020/2021, após o qual o transferirá à Argentina (COAMAS, 2020).

Como decorrência dessa nova organização e seguindo-se a criação do CAMAS, no âmbito da Marinha do Brasil, em 18 de junho 1968, foi criado o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), o qual teve como embrião o Comando Local do Controle Operativo (COLCO Brasil) na Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), criado em 23 de agosto de 1967. Essa criação foi fruto dos ensinamentos colhidos durante os conflitos mundiais, conforme já mencionados, bem como das crises Leste-Oeste, nos anos subsequentes. Na ocasião, o COMCONTRAM incorporou as tarefas de COLCO e de assessorar o CAMAS, juntamente com os COLCO Argentina, Paraguai e Uruguai (COMCONTRAM, 2018). Desde 2018, o Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) herdou este cargo de COLCO Brasil, o qual continua mantendo até os dias atuais.

Uma vez compreendido o histórico do CNTM no continente americano e o contexto das ameaças que motivaram sua evolução, na seqüência, conheceremos a estrutura existente no continente e refletiremos como o referido controle poderia apoiar o emprego dos comboios de acompanhamento em seu trânsito até a Área do Objetivo Anfíbio.

O Potencial de Contribuição do CNTM para os Comboios de Acompanhamento

Como vimos, vários são os exemplos na história contemporânea, em especial durante um conflito armado, em que um dos principais objetivos dos oponentes tem sido impedir a continuação do tráfego marítimo de seus adversários. Dessa forma, faz-se mister manter o fluxo contínuo desse tráfego, importante, não somente para a economia dos países, como também para os esforços de guerra.

Segundo a Doutrina Militar Naval (2017), o Poder Naval é o encarregado pela defesa do tráfego marítimo, cujo efeito desejado é o impedimento ou a dissuasão de quaisquer ações que possam representar ameaça nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e nas linhas de comunicações marítimas onde houver interesses nacionais, em consonância com o direito internacional.

Assim, no caso de uma Operação Anfíbia, com vistas a manter a integridade dos navios empregados em um comboio de acompanhamento que venha apoiá-la, poderá ser desencadeada, entre outras, uma Operação de Defesa do Tráfego Marítimo durante sua travessia até a chegada na Área do Objetivo Anfíbio e atracação em seu destino.

Essa operação caracteriza-se por medidas defensivas e ofensivas, dentre as quais destacam-se: a designação de escoltas para os comboios e grupos de pesca; o emprego de **cobertura**; o esclarecimento de rotas; o desvio tático de comboios/grupos de pesca e de navios independentes; e as contramedidas de minagem em áreas de concentração de tráfego mercante, como portos, canais e estreitos marítimos, os chamados *choke points*.

Figura 4: Operações de Defesa do Tráfego Marítimo.



Fonte: CISMAR.

A Defesa do Tráfego Marítimo compreende o Controle Naval do Tráfego Marítimo e a Proteção do Tráfego Marítimo (EMA, 2017).

A Proteção do Tráfego Marítimo compreende as operações navais e militares clássicas, efetuadas por navios e aeronaves de guerra, como contribuintes ativas para segurança do tráfego de interesse. Podem implicar medidas de proteção direta, como a alocação de forças de escolta para proteção de comboios, ou indireta, como esclarecimento de áreas contíguas ao sentido de avanço do tráfego marítimo.

Na outra vertente da defesa do tráfego, o CNTM é a atividade que contribui para a segurança do tráfego marítimo e compreende o controle dos movimentos dos navios mercantes e pesqueiros, como medida passiva básica para prover a sua segurança. Por extensão, seus procedimentos e organizações são aplicáveis à segurança do tráfego logístico no transporte de cargas militares, a bordo de meios navais ou navios mercantes requisitados.

Esse controle compreende uma ampla gama de medidas simultâneas e variará segundo as diferentes situações táticas, desde um controle inicial de acompanhamento, o qual é exercido de forma permanente, como citado anteriormente, até chegar a um nível de controle totalmente positivo. Ele exige um permanente conhecimento dos navios nos portos e um monitoramento contínuo das posições dos navios no mar, a partir de uma situação de normalidade.

No âmbito do Plano CODEFRAMI, foi concebida uma Organização composta por dois componentes civis, genericamente denominadas de Organização de Direção Civil do Transporte Marítimo (ORGDCM) e a Organização de Direção Civil de Pesca (ORGDCP), além de um componente militar, a Organização de Segurança do Tráfego Marítimo (ORGSEGTRAM).

A Direção Civil do Transporte Marítimo é um termo genérico, compreendendo um conjunto de tarefas que, em síntese, abrangem três aspectos principais:

- Supervisão da política nacional concernente ao transporte marítimo;
- Supervisão das operações portuárias de carga e descarga de navios mercantes; e
- Controle sobre o emprego dos navios mercantes, ou seja, suas cargas e destinos, quando necessário.

As tarefas de direção são destinadas às diversas organizações governamentais relacionadas com as marinhas mercantes, normalmente civis, de acordo com as disposições particulares de cada país. Contudo, a responsabilidade de exercer a direção do transporte marítimo de um país estará a cargo da Autoridade Nacional do Transporte Marítimo (*National Shipping Authority - NSA*), independente do nome oficial permanente da repartição governamental à qual cada país consigne tais funções. Raciocínio análogo é aplicável à Direção Civil da Pesca, cuja autoridade equivalente à NSA é a Autoridade Nacional da Pesca (*National Fishing Authority - NFA*), no que concerne às atividades de pesca no país.

Quanto ao componente militar da Organização retro-mencionada, a Organização de Segurança do Tráfego Marítimo (ORGSEGTRAM) é responsável pelas medidas de controle, a cargo da *Organização do Controle Naval do Tráfego Marítimo* (ORGACONTRAM), e pelas medidas de proteção, proporcionadas pelas forças navais e aéreas, ao referido tráfego marítimo.

Desde a situação de normalidade, os países possuem suas respectivas ORGACONTRAM em funcionamento, já adequadas à sua estrutura orgânica, dispondo de informações constantemente atualizadas sobre o tráfego marítimo de seu interesse. Entretanto, quando da ocorrência de uma situação que afete a segurança do tráfego marítimo interamericano e na eventualidade da ativação da *Fase 2 – Contigência do Plano CODEFRAMI*, a ORGACONTRAM dos países no âmbito interamericano adotará a estrutura geral, conforme a figura 5. O propósito de tal estrutura é proporcionar o estabelecimento de um sistema integrado interamericano, que permita exercer a direção, o controle e a proteção do tráfego marítimo continental, alcançando, assim, as condições adequadas para a sua segurança.

Figura 5: ORGACONTRAM.



Fonte: CISMAR.

Na composição genérica da estrutura da ORGACONTRAM, em caso de acionamento em sua plenitude, estariam contempladas as seguintes autoridades de CNTM: Comandante Superior de Área Marítima (*Major Area Commander - MAC*), Comandante de Área Marítima (*Area Commander - AC*), Autoridade de Controle Operativo (*Operational Control Authority - OCA*), Oficial de Controle Naval do Tráfego Marítimo (*Naval Control of Shipping Officer - NCSO*), Oficiais Informantes de Tráfego Marítimo (*Reporting Officers - REPTOF*), Informantes Consulares de Tráfego Marítimo (*Consular Advisers - CONSA*) e os Oficiais de Ligação do Controle Naval do Tráfego Marítimo (*Naval Control of Shipping Liaison Officers - NCSLO*).

O Comandante do Teatro de Operações (COMTO), como autoridade máxima da ORGACONTRAM brasileira, exerce, normalmente, as funções de MAC e AC. O MAC estabelece a política geral para a aplicação das atividades de Controle Naval do Tráfego Marítimo. No âmbito da AMAS, por exemplo, poderia ser exercido pelo CAMAS, caso o TO se estendesse além dos limites da área de responsabilidade de um país.

O AC conduz, com maior detalhe, as atividades de CNTM em sua área, de acordo com as políticas do MAC e assessora, permanentemente, este último segundo a evolução da situação.

O OCA conduz, em detalhes, as atividades de CNTM na subárea designada, de acordo com as políticas gerais superiores. As atribuições de OCA poderão ser acumuladas pelo próprio AC, se julgado apropriado.

O NCSO é o responsável pelas atividades de controle naval do tráfego marítimo nos portos e terminais situados em sua jurisdição. Normalmente, essa função é desempenhada pelos Capitães dos Portos ou Delegados. Os portos de menor movimento e os terminais são denominados portos dependentes.

Os REPTOF são autoridades que exercem as suas funções em portos nacionais, ou neutros, onde não haja estrutura estabelecida da ORGACONTRAM, estando estabelecidos desde o tempo de paz ou sendo destacados, caso a situação evolua para uma crise ou conflito armado.

O NCSLO é um Oficial de Marinha designado para prestar serviços em Estado-Maior ou sede de um NCSO aliado. É responsável por representar os interesses de seu país em assuntos pertinentes ao CNTM, como membro daquele Estado-Maior.

O CONSA é um Oficial de Marinha, que exerce as suas atividades em portos neutros de interesse, estando estabelecido como membro de um Consulado próprio ou aliado, desde o tempo de paz, ou sendo destacado ao se configurar uma crise/conflito armado.

Inúmeras são as possibilidades de apoio da ORGACONTRAM à travessia de um ou mais comboios de acompanhamento, com vistas à sua navegação segura até a Área do Objetivo Anfíbio e atracação. As formas mais clássicas podem ser o estabelecimento de rotas predeterminadas e/ou de sistema de comboios propriamente dito. Todavia, várias outras medidas podem ser empregadas em apoio a seu trânsito, incluindo estabelecimento de área de controle naval do tráfego marítimo; *briefings* a bordo dos navios do comboio atracados etc.

Compreendido o potencial de contribuição do CNTM e da ORGACONTRAM, veremos, adiante, como poderíamos organizar um modelo de relações de Comando em uma OpAnf, notadamente em caso de emprego de um comboio de acompanhamento.

Relações de Comando

Algumas são as possibilidades de estruturarmos uma Organização por Tarefas para uma OpAnf, conforme o vulto e as dimensões da área de operação. No caso de um comboio de acompanhamento, ele não faz parte da ForTarAnf, porém permite o desembarque de tropas e suprimentos na AOA, normalmente após o MNT. Assim poderiam se constituir em parte de uma Força de Apoio em complemento ao Grupo de Transporte.

Igualmente, dentro de uma concepção de organização de agrupamentos por tarefas correlatas e cadeias de comando

paralelas, poderíamos ter uma outra Força de Apoio, composta por autoridades de CNTM. Assim, poderíamos ter o mesmo COMTO, como autoridade máxima da ORGACONTRAM, por exemplo, como um Comandante Imediatamente Superior (ComImSup) em comum com os Comandantes da ForTarAnf (ComForTarAnf) e da ForDbq (ComForDbq).

Neste caso, o COMTO poderia exercer as funções de MAC, acumulando com AC e, no mesmo nível do ComForTarAnf e ComForDbq, um OCA, como Força de Apoio, caso o TO possuía subáreas. Poderia, ainda, ser constituído um Grupo-Tarefa, composto por NCSO, em portos nacionais, e/ou REPTOF, em portos nacionais ou neutros, orientando as partidas dos navios dos comboios, no mesmo nível, por exemplo, de um Grupo de Transporte. A organização dos comboios contribuiria para as funções logísticas desempenhadas pelo Grupamento de Apoio de Serviço ao Combate (GASC), em especial, a função transporte. Ademais, indiretamente e por consequência, igualmente para as demais funções.

Conclusão

Conforme exposto, as OpAnf continuam sendo as operações com maior grau de complexidade, não só devido aos esforços de C4I2, como pela grande demanda logística, agravada pelo possível prolongamento da campanha. Assim, apoios ao GASC, como os egressos de comboios de acompanhamento, permitem o reabastecimento da ForDbq de tropas e suprimentos na AOA, fortalecendo a batalha de retaguarda e apoiando os elementos em 1º escalão. Contudo, conforme atesta a história, os referidos navios podem constituir-se em alvos preferenciais dos oponentes, ensejando medidas adicionais de segurança providas por meio de Operações de Defesa do Tráfego Marítimo. Neste desiderato, as relações de Comando concebidas na organização de grupamentos por tarefas correlatas e cadeias de comando paralelas potencializam a grande contribuição que o CNTM pode oferecer aos comboios de acompanhamento, qual seja prover sua segurança passiva, por ocasião da travessia até a AOA, através de medidas especiais de controle, fruto de uma doutrina comungada por países do continente interamericano.



Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-01**: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1. ed. . Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-33**: Manual de Operações do Componente de Apoio de Serviços ao Combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1. ed. . Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval (DMN). 1. ed. . Brasília, 2017.

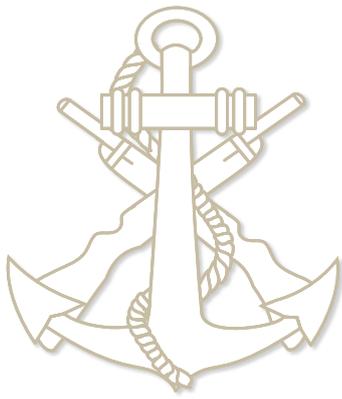
BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. . Brasília, 2015.

COAMAS – COORDENADOR DA ÁREA MARÍTIMA DO ATLÂNTICO SUL. **História y Evolución**. 2020. Disponível em: <<http://www.coamas.org/historia.html>>. Acesso em: 06jul.2020.

COMCONTRAM - Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo. **Carta de Serviços ao Usuário**. Rio de Janeiro, 2018.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP 1-0**: Marine Corps Operations. Washington D.C, 2017. Change 1.





CF (Md) João **Francese** Neto
jfrancesen@gmail.com

A Função Logística Saúde



CF (Md) **Francese** é o atual Diretor da Unidade Médica Expedicionária da Marinha. É oriundo do Corpo de Saúde da Marinha-CIAW, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o C-Sup da EGN, em 2014, o C-Esp-MAVO, no CIAAN, em 2004 e o Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Fator Humano, no CENIPA-FAB, em 2010. Serviu na PNSPA, na função de Chefe do Departamento de Medicina de Aviação, como Chefe do Grupo de Saúde do NaeSPaulo e Chefe de Departamento de Medicina Operativa no CMOpM. Possui, ainda, Curso de Aperfeiçoamento em Ortopedia e Traumatologia pela FAMERP. Destaca em sua carreira a experiência de atuar como Instrutor de Medicina de Aviação dos Cursos do ComForAerNav. É atual Membro da JSD-AE/CPMM.

Introdução

A atividade logística acompanha as atividades beligerantes desde os tempos bíblicos, em que as tropas viabilizavam o transporte de água, dos animais, e até dos armamentos. Na antiga Grécia, Roma e no Império Bizantino, os militares com o título de “**Logísticas**” eram os responsáveis por garantir recursos e suprimentos para a guerra (SILVA, [2013]).

A origem da palavra Logística tem raízes no idioma francês, “**logistique**”, que significa arte de guerrear, de planejar estratégias para vencer o inimigo, o que vai ao encontro com a definição do dicionário Webster’s, em que “logística é o ramo da

Figura 1: “*La logistique est tout ou presque tout dans le domaine des activités militaires, sauf le combat.*”
Antoine Henri Jomini



Fonte: Retrato de George Dawe.
<https://en.wikipedia.org/wiki/Antoine-Henri_Jomini#/media/File:Antoine-Henri_Jomini.jpg>

ciência militar que lida com a obtenção, manutenção e transporte de material, pessoal e instalações” (BRANDALIZE, 2017).

Até o final da década de 1940, a logística era um assunto principalmente militar, desde que Antoine-Henri Jomini (Figura 1), General do Exército de Napoleão, utilizou o termo em sua obra **Préci de L’Art de la Guerre** (1837), defi-

nindo-o como a arte de movimentar exércitos (DA SILVA, 2015). Em seu livro cunhou a seguinte frase: “a Logística é tudo ou quase tudo no campo das atividades militares, exceto o combate” e sintetizou os três ramos da arte da guerra como sendo a estratégia, a tática e a logística, afirmando que caberia ao último a responsabilidade pelo fornecimento dos meios, a serem empregados pelos dois primeiros.

Durante a 2ª Guerra Mundial, a maior operação logística realizada pelo homem, o significado de Logística adquiriu uma amplitude muito maior, em decorrência do vulto das operações militares realizadas, determinando a utilização de quantidades e variedades de suprimentos jamais atingidos anteriormente. Consequentemente, as Forças Armadas aliadas compreenderam que a Logística abrangia todas as atividades relativas à provisão e administração de materiais, pessoal e instalações, além da obtenção e prestação de serviços de apoio. Uniformizou-se, então, a definição de logística como o “conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão de todos os meios necessários à realização de uma guerra” (DIAS, 2011).

Os Fundamentos da Função Logística

Conceitualmente e de acordo com a Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02 (BRASIL, 2016), o Processo Logístico é o conjunto de ações e atividades logísticas que requerem o concurso de diferentes sistemas, atuando de forma convergente e

ordenada para alcançar os objetivos propostos de uma organização. Todavia, diante de uma situação em que os meios alocados pela Logística sejam insuficientes, a Mobilização completará e suplementará as necessidades, daí a exigência de um perfeito entrosamento entre a Logística e a Mobilização.

No planejamento e na execução das atividades logísticas devem ser aplicados os seguintes princípios: previsão; continuidade; controle; coordenação; cooperação; eficiência; flexibilidade; oportunidade; segurança e simplicidade. Podemos dizer que Função Logística é um conjunto de atividades afins, correlatas e de mesma natureza. Assim sendo, são consideradas Função Logística: recursos humanos; saúde; suprimento; manutenção; engenharia; transporte e salvamento.

A Função Logística Saúde, ainda de acordo com a Doutrina de Logística Militar (BRASIL, 2016), é o conjunto de atividades relacionadas com a conservação do pessoal, nas condições adequadas de aptidão física e psíquica, por intermédio de medidas sanitárias de prevenção e de recuperação. Estas atividades, quando bem executadas, garantem a eficiência do poder de combate e contribuem para manter o moral elevado da tropa. São consideradas atividades da Função Logística Saúde: Inteligência Médica; Seleção Médica; Proteção da Saúde; e Tratamento.

Para desenvolvermos a atividade militar com o mínimo de êxito, a Inteligência Médica, que é um importante ramo da Função Logística Saúde, lança mão de uma base ampla de informações, que serão empregadas no planejamento do apoio de saúde no campo operacional. Essas informações, serão subsídios para as decisões do Comando, frente a riscos, ameaças e vulnerabilidades das forças empregadas.

Uma Força bem estruturada deve ter seus alicerces apoiados em um rigoroso processo de Seleção Médica, que consiste na avaliação dos recursos humanos inicialmente designados para comporem suas fileiras, de forma a enquadrá-los em padrões preestabelecidos para aquilo que se pretende. Quando os recursos humanos são bem selecionados, facilitamos o preparo da manutenção da higidez física do combatente.

A Proteção da Saúde está relacionada à conservação e à preservação da saúde geral dos contingentes, mediante a prevenção de doenças e lesões. São exemplos de tarefas dessa atividade: prevenção de acidentes, medicina preventiva, controle do estresse em combate e medicina veterinária.

Por último, e não menos importante, temos o Tratamento, que sem dúvida, é a principal atividade da Função Logística Saúde no teatro de operações e por esse motivo será amplamente dissecado neste artigo. Destina-se a devolver ao combatente as condições psicofísicas que o capacitem a retornar, o mais breve possível, às suas atividades normais, e envolve equipes multidisciplinares, compostas por médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos, veterinários, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e muitos outros. São exemplos de tarefas dessa atividade: primeiros socorros, triagem, internação, tratamento am-

bulatorial, cirurgia de controle de danos, cirurgia reparadora, assistência odontológica, tratamento de pacientes submetidos a agentes Nucleares, Bacteriológicos, Químicos e Radiológicos (NBQR) e evacuação médica.

A Evolução do Tratamento no Ambiente Tático de Guerra

Fatos Históricos

No fim do século XVIII, o Barão Dominique Jean Larrey, principal médico do exército de Napoleão, reconheceu a necessidade dos cuidados pré-hospitalares imediatos. Em 1797, ele observou que a distância das ambulâncias privava os feridos da atenção necessária. Foi autorizado a construir uma carruagem que, o próprio, chamou de “ambulância voadora”. Eram puxadas por cavalos, para que o resgate de guerreiros, lesados no campo de batalha, ocorresse em tempo hábil. Além desta inovação, também introduziu a premissa de que as pessoas que trabalhavam nessas “ambulâncias voadoras” deveriam ser treinadas em cuidados médicos, para que fosse possível atender os pacientes no local do sinistro e durante o trajeto para o Hospital. No início do século XIX, ele estabeleceu os primeiros elementos da teoria básica dos cuidados pré-hospitalares, que continuam sendo usados até hoje. Assim sendo, são conceitos deixados pelo Doutor Larrey: a “ambulância voadora”; o treinamento adequado da equipe médica; movimento no campo de batalha para o resgate e o cuidado do paciente, controle das hemorragias no campo de batalha; transporte para um hospital próximo; provisão de cuidados durante o trajeto; e desenvolvimento de hospitais na linha de frente.

O Barão Dominique Jean Larrey desenvolveu hospitais que estavam próximos das linhas de frente e reforçou o movimento rápido de pacientes do campo até os cuidados médicos. Pouco mais de 60 anos depois, a doutrina criada pelo pioneiro Larrey não foi usada pelo Union Army nos Estados Unidos, no começo da Guerra Civil Americana. Na primeira Batalha de Bull Run, em agosto de 1861, os feridos ficavam deitados no campo de batalha, três mil por três dias, seiscentos por até uma semana (MCSWAIN, 2005). Um ano depois, Jonatham Letterman foi nomeado General Surgeon dos Estados Unidos e criou um serviço médico mais bem organizado. Na Segunda Batalha de Bull Run, foram disponibilizadas 300 ambulâncias e os atendentes recolheram dez mil feridos em 24 horas (ROCKWOOD, 1976).

Em 1891, o médico Nicholas Senn, fundador da Association of Military Surgeons, disse que “o destino dos feridos repousa nas mãos daquele que aplica o primeiro curativo”. Embora o cuidado pré-hospitalar fosse rudimentar naquela época, as palavras ainda são verdadeiras, pois os profissionais socorristas abordam as necessidades específicas dos pacientes na cena do trauma.

Forward Surgical Team (FST) e a Hora de Ouro

O Dr. Charles Rob, um cirurgião vascular de renome mundial que serviu no Corpo Médico do Exército Real Britânico, durante a Segunda Guerra Mundial, foi pioneiro nas primeiras equipes cirúrgicas avançadas – Forward Surgical Team (FST). Ele se destacou com seu espírito de inovação e bravura, trabalhou com a 1ª Divisão Aérea Britânica na campanha do Norte da África. O Dr. Rob fez dois saltos de combate, infiltrando sua equipe cirúrgica avançada. Ele montou sua estrutura de campanha, sob condições muito severas e obteve grande êxito na missão de salvar paraquedistas britânicos feridos, por meio de procedimentos cirúrgicos, nas proximidades das linhas de combate.

Figura 2: Forward Surgical Team na atualidade (FST).



Fonte: O autor.

No fim da década de 1960, o médico R. Adams Cowley concebeu a ideia de um período de tempo crucial durante o qual é importante começar o cuidado definitivo do paciente com lesão traumática crítica. Em uma entrevista, ele disse: “Existe uma **hora de ouro** entre a vida e a morte. Se você apresentar uma lesão crítica, terá menos de sessenta minutos para sobreviver. Você pode não morrer imediatamente, isso pode ocorrer três dias ou duas semanas depois, mas acontece algo em seu corpo que é irreparável”.

A hora de ouro era para ser figurativa e não uma descrição literal de um período de tempo. Um paciente com um ferimento penetrante no coração pode ter apenas alguns minutos até receber os cuidados definitivos antes que o choque causado pela lesão se torne irreversível, mas um paciente com hemorragia interna lenta e continuada por uma fratura isolada de fêmur pode ter várias horas ou mais até chegar aos cuidados médicos definitivos.

Essa necessidade de uma capacidade cirúrgica ágil e móvel, para atuar dentro deste “período de ouro”, tornou-se evidente durante a invasão de Granada em 1983, liderada pelo EUA. Naquela ocasião, a menor unidade do Exército Estadunidense que poderia realizar grandes cirurgias de trauma eram os MASH (Hospital Cirúrgico de Campanha do Exército). Devido ao seu grande peso e tamanho, o primeiro MASH não chegou a Granada até 4 dias após o início da invasão. O Exército começou então a desenvolver o conceito de FST para atender à necessidade de um pequeno centro cirúrgico com mobilidade e

flexibilidade de emprego, que pudesse realizar procedimentos cirúrgicos de trauma, em feridos americanos, a partir do início dos enfrentamentos no campo de batalha.

O Exército dos EUA desenvolveu no início dos anos 90, dois FSTs transportados por via aérea e infiltrados por paraquedas, o 274º Destacamento Médico, em Fort Bragg e o 250º Destacamento Médico Cirúrgico, em Fort Lewis. Seus equipamentos, tais como, barracas, geradores e equipamentos cirúrgicos eram acondicionados em caminhões, para que pudessem ser lançados na zona de combate, a partir de aviões de carga. Esses protótipos de FSTs deram aos paraquedistas feridos acesso imediato a cirurgias que salvam vidas, dentro do conceito da “hora de ouro”, a partir do momento em que os combates se iniciavam. Os FST, com suas cirurgias de emergência, próximas do campo de batalha, possibilitavam aos militares feridos dos EUA, maior capacidade para suportar o transporte aéreo de longa distâncias em direção aos Hospitais de Retaguarda, localizados na Europa e nos EUA.

Cinco Minutos de Platina

Em um ambiente de combate, a hemorragia não controlada é a principal causa de mortes evitáveis. No atendimento tático a vítimas de combate, o uso de torniquete é efetivo para salvar vidas com poucas complicações. Desta forma, as hemorragias de extremidades não aparece mais, entre as principais causas de mortes evitáveis no campo de batalha. O tempo e a velocidade da aplicação são questões centrais, porque a colocação do torniquete antes do início do choque, salva cerca de 20 vezes mais vítimas do que o posicionamento após o início do choque (96% de sobrevivência com o uso antes do início do choque *versus* 4% de sobrevivência após o início do choque). Estudos sobre a dinâmica do sangramento periférico, após o ferimento, evidenciam que 57% dos óbitos por hemorragia poderiam ter sobrevivido se um torniquete tivesse sido aplicado, logo após o momento da lesão.

A aplicação de um torniquete dentro de um prazo fisiologicamente razoável é uma questão crucial. A dinâmica da hemorragia periférica leva rapidamente os mecanismos compensatórios do sistema cardiovascular aos limites de falência. Desta feita, é correto afirmar que vítimas civis com trauma contundente podem ter uma **hora de ouro**, enquanto vítimas com trauma penetrante no campo de batalha geralmente têm apenas **cinco minutos de platina**, para que as intervenções possam salvar vidas.

Torniquete Tático

Relatórios provenientes das linhas de frente das Guerras no Iraque e no Afeganistão, encorajaram as autoridades militares da área de saúde a repensar o papel adequado do torniquete. Como resultado, surgiram torniquetes mais eficientes, práticos e autoaplicáveis. O desenvolvimento decisivo foi a invenção do Torniquete Tático (Figura 3), que foi desenvolvido com o apoio do Comando de Pesquisa e Material Médico do Exército dos EUA. O Torniquete Tático é leve, fácil de usar e possui um

molinete embutido que permite que seja apertado o suficiente para estancar o sangramento arterial. É importante ressaltar que esse tipo de torniquete pode ser aplicado com apenas uma das mãos, para que o combatente com um braço gravemente ferido possa se tratar no campo de batalha sob fogo, sem ter que esperar por ajuda, que pode demorar o suficiente para que a vítima entre em choque hemorrágico.

Figura 3: Torniquete Tático.



Fonte: O autor

Impacto da aplicação correta do torniquete

Os adestramentos focando uso correto do Torniquete Tático (Figura 4) foram disseminados amplamente. Enquanto isso, autoridades militares reuniam informações sobre vítimas, para medir os riscos e benefícios do uso de torniquete. Esses dados foram usados para refinar as práticas de primeiros socorros. As evidências mostraram claramente que a aplicação imediata de torniquetes estava salvando vidas com risco mínimo. Isso dissipou antigas noções de que o uso de torniquetes leva à amputação de membros que poderiam ter sido recuperados. Essas descobertas estimularam ainda mais a pesquisa e o treinamento. Em 2009, os pesquisadores estimaram que o uso de torniquetes no campo de batalha salvou entre 1.000 a 2.000 vidas de militares americanos.

Figura 4: Adestramento com Torniquete Tático.



Fonte: O autor.

MEDEVAC: lições das guerras do Iraque e Afeganistão

Desde os dias do Major Jonathan Letterman e do Exército de Potomac, os médicos militares reconheceram que a evacuação rápida no campo de batalha, diminui o sofrimento e salva vidas. A

evacuação por helicóptero (MEDEVAC) de pacientes gravemente enfermos e feridos durante operações militares veio à tona durante a Guerra da Coreia e se expandiu durante a Guerra do Vietnã.

O helicóptero Bell UH-1 "Huey" (Figura 5), era grande o suficiente para transportar vários pacientes, além de um paramédico para fornecer cuidados básicos de trauma a caminho do hospital. O heroísmo das equipes de "Dustoff", que frequentemente voavam entre as linhas de tiro, tinham o honroso propósito de resgatar soldados, fuzileiros e aviadores feridos. Foram reconhecidos mundialmente por seus atos de bravura. A atuação das equipes de MEDEVAC tinha como foco, proporcionar o tratamento cirúrgico adequado e rápido. Razão pela qual a mortalidade no campo de batalha no Vietnã, foi muito menor em comparação com as guerras em períodos anteriores.

Figura 5: Bell UH-1 "Huey".



Fonte: O autor.

Nas Guerras do Iraque e Afeganistão, os EUA contavam com os equipamentos bélicos condizentes com o avanço tecnológico da época, com helicópteros maiores e mais rápidos, mas essencialmente o mesmo modelo de pessoal usado no Vietnã: um único paramédico militar com proficiência básica de um técnico em emergências. Os ambientes operacionais encontrados no Iraque e no Afeganistão rapidamente expuseram a inadequação dessa abordagem.

Os militares feridos em áreas remotas e acidentadas, que era o padrão mais frequente encontrado no Afeganistão, e na maior parte do Iraque, frequentemente exigiam medidas de suporte avançado de vida, para que chegassem até as instalações de saúde em que atuavam as FST. Nesses locais, os feridos eram submetidos aos procedimentos cirúrgicos de controle de danos e no pós-operatório imediato eram transportados para Escalões superiores da cadeia de evacuação.

Em 2009, o Secretário de Defesa Robert Gates desencadeou outra grande mudança ao exigir que todas as vítimas de combate tenham acesso a cuidados cirúrgicos em uma hora. Em resposta, foram designados destacamentos de enfermeiros de terapia intensiva para as unidades MEDEVAC. Esses enfermeiros, atenderam os objetivos propostos e conseguiram desenvolver com maior efetividade os cuidados críticos em voo dentro das unidades de MEDEVAC.

Um estudo publicado por Russ Kotwal e colaboradores, confirmou a eficácia da "hora de ouro" do secretário Gates.

Eles descobriram que, seguindo a ordem de Gates, o tempo de evacuação de vítimas no Afeganistão caiu de uma média de 90 minutos para 43 minutos. A taxa de mortalidade em combate diminuiu 6%, e o risco de morte entre todos os feridos diminuiu de 13% para 7%. Com base nessas descobertas, a equipe de Kotwal estima que as diretrizes do secretário Gates provavelmente salvou a vida de 359 militares.

O Exército dos EUA, que foi pioneiro na evacuação de helicópteros na Coreia e no Vietnã, pode se orgulhar de seu papel no combate. Após observar os benefícios alcançados no Afeganistão, o Exército tripulou suas aeronaves MEDEVAC com enfermeiras e médicos de aviação treinados para prestarem cuidados intensivos e suporte avançado de vida. Essa inovação e outros avanços no gerenciamento de pacientes em voo, melhoraram o atendimento às vítimas no campo de batalha e criaram um sistema de evacuação médica altamente flexível e eficaz.

O Sistema de Trauma associado à cadeia de evacuação

A experiência militar dos EUA na Coreia e Vietnã demonstrou amplamente os benefícios da evacuação rápida e do acesso precoce aos cuidados cirúrgicos. Os cirurgiões militares que retornavam do sudeste da Ásia defendiam o desenvolvimento de sistemas organizados de trauma em hospitais civis em todo o território americano. Ironicamente, os militares dos EUA não seguiram o exemplo. Como resultado, os EUA iniciaram as guerras no Iraque e no Afeganistão com helicópteros modernos, unidades cirúrgicas móveis e pessoal bem treinado, mas sem um sistema de trauma bem estruturado e organizado.

Tratamento de Trauma, mas não Sistema de Trauma

No final de 2003, o “Surgeon General” do Exército enviou ao Iraque seu Especialista em Trauma, o Coronel John Holcomb, para avaliar o desempenho das equipes cirúrgicas do Exército. O Doutor Holcomb descobriu que, durante os primeiros confrontos, as unidades médicas fizeram um trabalho razoável para atender às necessidades das tropas feridas. Os médicos que atuaram no campo de batalha prestaram assistência no ponto de lesão, chamado de 1º Escalão, sendo que os feridos que necessitavam de cirurgia foram evacuados para as instalações de saúde nas proximidades, que ofereciam capacidade cirúrgica limitada, o 2º Escalão.

No entanto, quando o Exército começou a implantar Hospitais de 3º Escalão, com maior capacidade cirúrgica, não foi feito nenhum esforço para incorporá-los a um sistema organizado de atendimento ao trauma. Como resultado, militares gravemente feridos por vezes não tinham acesso “ao atendimento certo no lugar certo e na hora certa”. As observações do Coronel Holcomb levaram o Exército a enviar uma equipe de enfermeiras para o Iraque para desenvolver e implementar um sistema básico de trauma envolvendo todos os serviços disponibilizados no Iraque: o resultado foi o Joint Theatre Trauma System (JTTS).

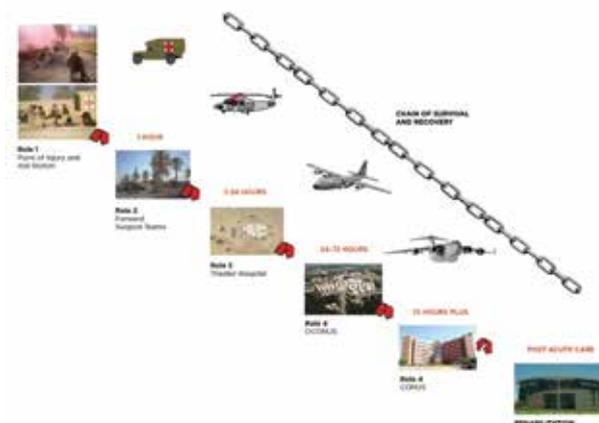
A Inovação: o Sistema de Trauma do Teatro de Operações

Como resultado desses esforços, em novembro de 2004, os militares incorporaram formalmente suas cinco instalações de 3º Escalão no Iraque, compondo um sistema organizado de atendimento. Os enfermeiros iniciaram uma compilação de dados, sobre lesões, tratamento e resultados. Seus esforços, identificaram casos em que as tropas feridas, nem sempre recebiam os cuidados mais adequados, ou não eram enviados aos Escalões mais adequados da cadeia de evacuação. Em resposta, foram elaboradas diretrizes para melhorar e padronizar o atendimento ao ferido no combate.

Essas diretrizes foram transformadas em conduta médica padronizada, o que proporcionou um alinhamento de boas práticas e disseminado entre os profissionais que atuavam nas instalações dos vários elos da cadeia de evacuação. Isso rapidamente colocou todos os hospitais de 3º Escalão em alinhamento com as melhores práticas de seus pares.

Para garantir a conformidade, os profissionais do JTTS (Figura 6) acompanhavam a aderência às diretrizes, compilando os dados sistematicamente. Seus esforços foram traduzidos em uma assistência médica mais eficaz, reduzindo os índices de mortalidade nos campos de batalha, facilitando o acesso a um extenso banco de dados, com valiosas informações, que comprovaram a melhora dos resultados no atendimento aos feridos.

Figura 6: Joint Theatre Trauma System (JTTS).



Fonte: O autor.

Tratamento *in loco* nas instalações de saúde *versus* evacuação

Tratamento nas Instalações de Saúde

O campo de batalha propiciou uma revolução na prática médica militar, como resultado das últimas décadas de operações de combate. Estudos dos registros médicos do campo de batalha levaram a um grande número de novos paradigmas no tratamento *in loco* e na evacuação dos feridos de guerra. A seguir abordaremos alguns destes principais tópicos, todos eles relacionados à experiência e aos relatos de médicos militares dos Estados Unidos da América.

Cirurgia de controle de danos em ambiente operacional

A cirurgia de controle de danos está bem estabelecida em centros civis de trauma e é descrita como a trilogia de cirurgia precoce, estabilização/cuidados intensivos e o retorno à sala de operações para os procedimentos de último ou múltiplos estágios para o reparo cirúrgico definitivo. Esse paradigma reduziu a mortalidade da população de pacientes com lesões abdominais graves e ganhou ampla aceitação no meio científico. Essa abordagem foi descrita para todas as lesões anatômicas no paciente gravemente ferido com risco de descompensação fisiológica.

Uso de hemoderivados

A maioria dos pacientes com trauma não apresentam coagulopatia e não se beneficiariam com o uso de hemoderivados. No entanto, até 25% dos pacientes politraumatizados com hemorragias graves apresentam coagulopatia aguda e a mortalidade nesses pacientes pode chegar a 50%. Durante a última década, a comunidade médica militar dos EUA preconizaram o uso agressivo de produtos sanguíneos, incluindo concentrado de hemáceas, plasma fresco congelado e plaquetas em proporções próximas de 1: 1: 1.

Estudos militares conduzidos durante a guerra do Iraque sugeriram que os pacientes que receberam esses hemoderivados, tinham taxas de mortalidade mais baixas (19% vs. 65%) em comparação com aqueles que não foram submetidos ao tratamento. Resultados semelhantes foram encontrados no ambiente civil, onde uma análise retrospectiva de pacientes que receberam transfusões maciças encontrou uma mortalidade mais baixa (26% vs. 87,5%), comparados com os que não foram transfundidos.

Avaliação tomográfica de lesões por explosão

A prática atual para avaliar e tratar lesões penetrantes no abdômen, flanco e pelve sofreu uma mudança drástica e profunda. Desde a Primeira Guerra Mundial até 2004, um princípio de cirurgia militar era explorar todos os pacientes com lesão abdominal penetrante. O advento da Tomografia Computadorizada (TC), nas instalações de 3º Escalão, permitiu visualizar a posição dos fragmentos metálicos na cavidade abdominal. Beekley e colaboradores, descrevem o sucesso do tratamento não operatório de até 60% dos pacientes estáveis com fragmentos penetrantes no abdômen, na ausência de sinais peritoneais francos no exame físico e sem penetração intraperitoneal ou retroperitoneal dos fragmentos.

Com um *Scanner* de TC disponível, a prática de exploração cirúrgica para todas as feridas abdominais penetrantes foi abandonado. O tomógrafo revolucionou com sucesso o tratamento de feridos com lesões abdominais penetrantes, evitando a morbidade iatrogênica associada a laparotomias exploratórias negativas.

Cirurgia vascular

A revolução na abordagem de lesões vasculares, durante as guerras no Afeganistão e no Iraque, tem como núcleo a união resoluta de pacientes feridos em combate e cirurgiões, logo após o momento da lesão. Esse paradigma foi sustentado por causa de uma combinação de cuidados táticos para vítimas de combate, com o posicionamento estratégico da capacidade cirúrgica avançada e uso da evacuação médica rápida (MEDEVAC) dentro de um sistema de trauma organizado.

Esse modelo de união de um paciente recuperável com um cirurgião, em uma instalação com capacidade cirúrgica, minutos após a lesão, representa uma profunda mudança na maneira como o trauma vascular é gerenciado. Evidências desse novo paradigma são encontradas em estudos epidemiológicos que relatam que a taxa de lesão vascular no campo de batalha moderno é cinco a seis vezes maior que a taxa relatada em guerras anteriores.

Lesões ortopédicas

A abordagem das lesões ortopédicas mudou profundamente desde a Guerra do Vietnã. Estudos retrospectivos mostram que aproximadamente 82% de todos os militares feridos em ação, que não retornam ao serviço, têm, pelo menos, uma lesão na extremidade. Essas lesões representam um impacto significativo nas baixas provenientes dos campos de batalhas.

A cirurgia ortopédica para controle de danos, refere-se a uma abordagem projetada para não colocar os pacientes mais gravemente feridos em risco adicional, por tratamento precoce definitivo e agressivo. A prática comum é a estabilização precoce, rápida e temporária de uma fratura para minimizar a perda de sangue, a estabilização fisiológica e, finalmente, o tratamento ortopédico definitivo em segundo tempo.

Essa abordagem temporária ao controle de danos é uma grande mudança em relação à Guerra do Vietnã, onde as vítimas eram frequentemente tratadas no teatro de operações, e aguardavam por semanas, até serem repatriadas para os Estados Unidos.

Cuidados com queimaduras de combate

Apesar de muitos avanços desde a era do Vietnã, poucos aspectos relacionados ao tratamento da vítima de queimadura, criam um desafio maior para o profissional do que o manejo do paciente queimado, durante as primeiras 24 horas a 48 horas após a lesão. As vítimas militares com queimaduras graves geralmente apresentam outras lesões.

É justamente nesta área, que os militares têm feito grandes progressos no manejo da vítima de queimaduras. Entre as lições aprendidas no início da guerra no Iraque, está o manejo adequado da reposição hídrica do paciente gravemente queimado. Existia uma variabilidade significativa na administração de fluidos, geralmente com resultados devastadores. Essa observação levou

a adoção de uma fórmula simplificada chamada de Regra dos Dez. A taxa inicial de fluido é calculada multiplicando o percentual da área total da superfície de queimadura por 10 mL / h.

Hemodiálise

A aplicação precoce e agressiva da hemodiálise para apoiar pacientes gravemente enfermos em combate, com insuficiência renal, não é um conceito novo. Os primeiros relatórios desse tipo remontam à Guerra da Coreia, e essa terapia é considerada uma das principais revoluções na história do atendimento de vítimas de combate durante esse conflito.

O impacto da lesão renal aguda na mortalidade em pacientes com queimadura esteve entre 80% e 100% nas últimas décadas, mesmo com diálise.

Os resultados foram dramáticos com reduções absolutas na mortalidade hospitalar (em comparação com o controle histórico) de 32% nos pacientes feridos em combate e 24% ao combinar os pacientes civis com os de combate.

Traumatismo Crânio Encefálico (TCE)

O Traumatismo Crânio Encefálico (TCE) continua sendo um dos padrões mais frequentes de lesões, encontradas nos ambientes modernos de conflito.

Em 2003, quando as hostilidades da Operação *Iraqi Freedom* passaram da guerra de transição para a insurgência, ficou evidente que essa nova tática inimiga estava produzindo um grande número de baixas com TCE leve (concussão cerebral).

O uso de solução salina hipertônica foi, em particular, introduzido com a intenção de melhorar o resultado do TCE. A solução salina hipertônica constitui uma opção de fluido particularmente atraente para pacientes com TCE por várias razões. Foi demonstrado ser mais eficaz na diminuição do edema cerebral, em comparação com o manitol, devido ao seu maior coeficiente de reflexão osmótica através da barreira hematoencefálica.

Intervenção cirúrgica em TCE por lesões penetrantes

O manejo adequado dos TCE por lesões penetrantes no ambiente civil sempre foi um assunto de muito interesse e motivo de grandes estudos. Embora alguns grupos tenham proposto os benefícios de políticas agressivas de descompressão crâniana, nos TCE com lesões penetrantes, esses procedimentos apresentam um risco considerável de complicações.

A abordagem neurocirúrgica de pacientes com TCE grave no campo de batalha permanece único, pois, nesse ambiente, as intervenções descompressivas são mais comumente necessárias devido às preocupações com as alterações da pressão intracraniana durante a evacuação aeromédica.

Cirurgia minimamente invasiva

Enquanto a experiência militar levou a muitos avanços no tratamento cirúrgico, os avanços realizados na cirurgia mini-

mamente invasiva se desenvolveram exclusivamente no cenário civil em tempos de paz.

O uso de cirurgia minimamente invasiva na avaliação de trauma penetrante abdominal de baixa energia foi desenvolvido devido à sua potencial vantagem de tempo para recuperação em relação à técnica aberta. A primeira cirurgia minimamente invasiva, registrada com sucesso, foi uma apendicectomia laparoscópica realizada no Hospital da Força Aérea (AFTH) no Iraque em fevereiro de 2006. Após essa operação, a experiência inicial foi seletivamente expandida para incluir a laparoscopia diagnóstica para avaliar a penetração peritoneal na lesão por múltiplos fragmentos, apendicectomia, aderências no intestino delgado e drenagem de hemotórax.

Evacuação

Equipes de cuidados críticos no transporte aéreo

As Equipes de Cuidados Críticos, da Força Aérea dos EUA, revolucionaram a história da medicina militar. Na Guerra do Vietnã, as vítimas foram evacuadas semanas após o ferimento. Em resposta a questões de evacuação de baixas na Somália em 1993, a Força Aérea dos EUA criou as Equipes de Cuidados Críticos no Transporte Aéreo para realizarem as evacuações aeromédicas quando os pacientes gravemente feridos ou com doenças graves eram transportados.

A missão da equipe era gerenciar até três pacientes sob ventilação mecânica de alta complexidade ou até seis pacientes com menor gravidade. A equipe foi projetada para transportar feridos politraumatizados e pacientes enfermos. As equipes eram composta por um médico com experiência em terapia intensiva (medicina de emergência, intensivista, pneumologista, cardiologista ou anestesista), um terapeuta respiratório (fisioterapeuta) e uma enfermeira de terapia intensiva. A equipe cuida do paciente em um Hospital de 2º ou 3º Escalão, e o gerencia até a chegada ao hospital de retaguarda de alta complexidade.

As Equipes de Cuidados Críticos no Transporte Aéreo estavam preparadas para atender pacientes, diagnosticar e tratar complicações, como hipóxia aguda, insuficiência respiratória, pneumotórax e choque. Os voos variam de 1 (no teatro de operações) a 18 horas (voos transatlânticos).

Na Guerra do Vietnã, os pacientes eram evacuados do campo de batalha para um hospital remoto em 21 dias; com as Equipes de Cuidados Críticos no Transporte Aéreo, o movimento médio do transporte dos feridos é de 28 horas e frequentemente é de apenas 12 horas.

As Equipes de Cuidados Críticos no Transporte Aéreo são consideradas uma das contribuições mais importantes para a sobrevivência na Guerra do Afeganistão e na Guerra do Iraque. Nessas duas Guerras, foram executadas aproximadamente 16.000 missões, transportando aproximadamente 8.000 pacientes. A maioria dos pacientes apresentavam lesões traumáticas (40 a 65%), e os demais eram enfermidades clínicas. Aproximadamente 50% são ventilados mecanicamente, 10% receberam infusões com drogas vasoativas e 6% receberam hemoderivados em voo. Hipotensão reversível e hipóxia são as complicações mais comuns durante o transporte aéreo.

Transporte de pacientes com queimaduras

As equipes médicas militares dos EUA capazes de transportar vítimas de queimaduras gravemente feridas incluem as Equipes de Cuidados Críticos da Força Aérea e a Equipe de Voo para Transporte de Queimados do Exército. Ambas as equipes são capazes de transportar vítimas com queimaduras graves de forma autônoma e usam rotineiramente os recursos de transporte da aeronave de transporte tático C17 *Globemaster III*.

Desde 2003, as vítimas gravemente doentes e feridas são transportadas com segurança e rapidez, geralmente chegando ao centro médico dos EUA em não mais que 3 a 4 dias após a lesão. Essa mudança revolucionária no atendimento precoce definitivo fornecido no USAISR Burn Center, alavanca os avanços tecnológicos, que aumentam as capacidades médicas durante o transporte. Com essas tecnologias, a Equipe de Voo para Transporte de Queimados do Exército pode fornecer suporte ventilatório, monitoramento avançado, infusão de fluidos de última geração e testes clínicos em laboratório. Essa capacidade de monitoramento clínico, laboratorial e sinais vitais, definitivamente pode poupar muitas vidas.

Cuidados de enfermagem no transporte aéreo de feridos

Na Segunda Guerra Mundial, as enfermeiras de voo se destacaram entre os componentes das equipes de saúde e no sistema de evacuação de pacientes, por meio de aviões. Foram amplamente empregadas até as Guerras da Coreia e do Vietnã.

Antes de 2010, os médicos das unidades de aviação e os profissionais de saúde dos hospitais de campanha, eram responsáveis por realizar a evacuação dos feridos, que haviam sido submetidos recentemente aos procedimentos cirúrgicos de controle de danos. Os enfermeiros e médicos, eram selecionados para as missões, com base em sua experiência e treinamento. Para aqueles que necessitavam de cuidados mais especializados durante a remoção, eram acompanhados por uma enfermeira ou um médico, esse profissional de saúde era removido do hospital, por vezes, desfalcando as equipes por vários dias. O desfalque das equipes cirúrgicas de controle de danos, se mostrou particularmente problemática no Afeganistão, deixando as instalações de saúde próximas das linhas de combate com poucos profissionais.

Em 2010, o Corpo de Enfermagem do Exército dos EUA, dedicou uma equipe de enfermeiros à missão de prestar apoio especializado no transporte de feridos para os Hospitais de 3º Escalão. A adoção desta prática no conflito com o Iraque, proporcionou ao Corpo de Enfermagem, uma oportunidade única de colaborar com apoio de saúde, fora dos domínios dos Hospitais. Esta nova doutrina foi amplamente implantada em 2006. Foram empregados enfermeiros e enfermeiras da Marinha, da Força Aérea e do Exército dos EUA, realizando a remoção aérea dos pacientes do Nível II ao III e entre instalações do Nível III.

Conclusão

Do ponto de vista histórico, os avanços da assistência médica no tratamento de vítimas de combate durante a última década têm sido monumentais. Como Churchill observou com perspicácia, há mais de meio século, a maioria das evidências de combate são dados observacionais retrospectivos: “As teias de aranha da teoria e das hipóteses foram varridas por observações simples e definições precisas”, pois não podemos aplicar a rigorosa ciência. O método necessário para avançar em muitas dessas áreas, passa pela análise acurada dos registros proveniente dos campos de batalha.

Cabe ressaltar que, a Marinha do Brasil e o Corpo de Fuzileiros Navais, em relação ao apoio de saúde ao combate, estão no caminho certo. Muitas dessas inovações, tecnologias e capacidades, que otimizam os cuidados de feridos em combate, foram incorporadas em nossa doutrina.

Podemos citar como exemplo, a implementação da Unidade Avançada de Trauma (UAT), com sua mobilidade e flexibilidade, permite a disponibilização de tratamento cirúrgico de controle de danos, próximo da linha de combate. A adoção dos conjuntos individuais de primeiros socorros, está em fase final de implantação e disponibilização. A nossa doutrina de cadeia de evacuação, também está em sintonia com os melhores padrões.

As últimas aquisições de meios, com capacidade de atuar como Navio de Recebimento e Tratamento de Baixas (NRTB) com pujante capacidade hospitalar, aeronaves modernas e espaçosas, barracas leves e resistentes com finalidade hospitalar, veículos blindados de socorro, possibilitam um apoio logístico de saúde robusto às atividades de combate.

No campo de capacitação pessoal, não podemos deixar de mencionar, que nossos profissionais de saúde, provenientes do Hospital Naval Marcílio Dias e da Escola de Saúde da Marinha, que frequentemente são empregados nas atividades de saúde do setor operativo, são dotados de experiência cirúrgica e de manejo de pacientes graves. O que confere maior segurança e alento aos nossos combatentes. Adicionalmente, as medidas de enfrentamento da Pandemia de COVID-19 trouxeram à tona a questão afetas ao tema NBQR. A despeito do importante papel assumido pelas Forças Armadas nas medidas de prevenção e combate ao Coronavírus, a reflexão sobre o tema desperta a tomada de ações para que possamos avançar nesta importante área de atuação.

A evolução da nossa expertise nas atividades beligerantes, depende da dinâmica entre a adoção de doutrinas modernas e eficazes, preparo do pessoal e aquisição de meios. Temos que assumir o propósito de estar sempre em sintonia com as melhores práticas. O intercâmbio de pessoal militar, exercícios multinationais e a troca de experiências, principalmente com as Nações de grande potencial bélico, é uma opção para que possamos evoluir na arte da guerra.



Figura 8: Adestramento da Equipe Cirúrgica da MB na Unidade Avançada de Trauma (UAT) do CFN.

Fonte: O Autor



Referências

BEEKLEY, Alec C. et al. Selective nonoperative management of penetrating torso injury from combat fragmentation wounds. *Journal of Trauma and Acute Care Surgery*, v. 64, n. 2, p. S108-S117, 2008.

BLACKBOURNE, Lorne H. et al. Military medical revolution: deployed hospital and en route care. *Journal of Trauma and Acute Care Surgery*, v. 73, n. 6, p. S378-S387, 2012.

BRANDALISE, Loreni. *Administração de materiais e logística*. Porto Alegre: Simplissimo Livros Ltda, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. *MD42-M-02: Doutrina de Logística Militar*. 3. ed. Brasília, 2016.

DA SILVA, Renaud Barbosa. *Logística em organizações de saúde*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DIAS, Cleidson; LEITE, Eduardo. Gerenciamento da logística no varejo. *Negócios Em Projeção*, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2011.

KELLERMANN, Arthur L.; ELSTER, Eric (Ed.). *Out of the Crucible: how the US military transformed Combat Casualty Care in Iraq and Afghanistan*. Washington, DC: Government Printing Office, 2018.

KOTWAL, Russ S. et al. The effect of a golden hour policy on the morbidity and mortality of combat casualties. *JAMA surgery*, v. 151, n. 1, p. 15-24, 2016.

McSWAIN NE Jr. Prehospital care from Napoleon to Mars: the surgeon's role. *Journal of the American College of Surgeons*, v. 200, n. 4, p. 487-504, 2005. Disponível em: <[https://www.journalacs.org/article/S1072-7515\(04\)01546-7/fulltext](https://www.journalacs.org/article/S1072-7515(04)01546-7/fulltext)>. Acesso em: 05 out. 2020.

SILVA, Adriano Pereira. et al. Logística de Mercado. *Faef Revistas Científicas Eletrônicas*, [2013]. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/PJRyLKitFoR0iPy_2013-5-3-12-13-10.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

ROCKWOOD JR, Charles A. et al. History of emergency medical services in the United States. *Journal of Trauma and Acute Care Surgery*, v. 16, n. 4, p. 299-308, 1976.

STINGER, Harry; RUSH, Robert. The Army Forward Surgical Team: Update and Lessons Learned, 1997 - 2004. *Military Medicine*, Volume 171, Issue 4, April 2006, Pages 269 - 272.



CC (FN) Rafael da Silva **Maia**
maia.rafael@hotmail.com

A Função Logística Recursos Humanos



O CC (FN) Rafael da Silva **Maia** serve atualmente no Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais como Oficial de Gabinete. É oriundo da Escola Naval e cursou em 2009 no CIASC o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais, e em 2019, na Escola de Guerra Naval, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Serviu no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais, no Gabinete do Comandante da Marinha e na Companhia de Polícia, como Comandante; ocasião na qual contribuiu para a elaboração do Manual de Recursos Humanos para o Apoio de Serviços ao Combate – CGCFN-331.

Introdução

Tendo sido apresentado para as Américas no fim do século XIX pelo estrategista naval Almirante Alfred T. Mahan, foi apenas no contexto da Primeira Guerra Mundial que o **termo Logística** passou a ser utilizado para o suprimento e o transporte de tropas. Já a Segunda Grande Guerra trouxe o grande marco para a Logística na evolução da Doutrina Militar, por conta das transformações tecnológicas apresentadas pela sofisticação dos meios e das dimensões dos Teatros de Operações, que tomaram todo o planeta.

Nos dias atuais o termo ganhou profundidade de abrangência, passando a envolver diversas Expressões do Poder Nacional, englobando também o Desenvolvimento, e não mais apenas a Segurança Nacional e a Defesa. A então Logística Nacional aparece relacionando atividades de previsão e provisão dos recursos e meios necessários para o planejamento e a execução da Estratégia Nacional de Defesa.

No nível dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, a Logística de Apoio de Serviços ao Combate acontece na Área de Retaguarda. Essa área é uma das divisões do campo de batalha, que além da Batalha de Retaguarda, trava ainda a Batalha Aproximada (com maior intensidade de ações dos Elementos de Combate e de Apoio ao Combate) e a Batalha Profunda (com destaque para a atuação dos apoios de aviação).

Este artigo tem como foco discorrer sobre a Função Logística Recursos Humanos, considerando suas ações desenvolvidas na Área de Retaguarda. Serão, ainda, abordadas generalidades conceituais e considerações sobre a Mobilização de Efetivos e a Reserva.

Fundamentos

Inicialmente, é preciso que seja estabelecida a diferença entre Logística e Apoio de Serviços ao Combate. A primeira liga-se com a continuidade da movimentação e manutenção de Forças, em tempos de paz ou de conflitos; já a segunda expressão, pode ser conceituada como o suporte dado pelo Componente de Apoio de Serviços ao Combate a um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais com a utilização das Funções Logísticas.

Figura 1: Diferença entre Logística e Apoio de Serviços ao Combate.

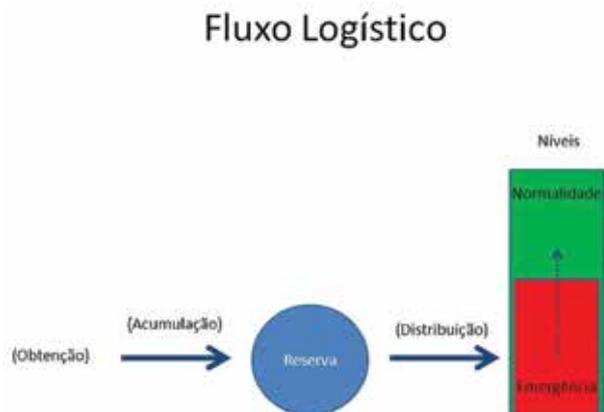


Fonte: O autor

Nesse contexto, o planejamento logístico de uma Força de Desembarque deve considerar a utilização de seus meios orgânicos para atender às demandas por meio de suas Funções Logísticas ou com apoios externos à Força. O planejamento estabelecerá os níveis a serem considerados em normalidade e emergências. Assim, tanto o estoque de material quanto a reserva de pessoal devem ser mantidos tendo esses níveis como

índices reguladores do fluxo logístico. A essa tarefa de manutenção de estoques e reservas dá-se o nome de acumulação, etapa intermediária entre a obtenção e a distribuição.

Figura 2: Fluxo Logístico a partir dos níveis de estoque.



Fonte: O autor

Especificamente sobre a função Recursos Humanos são consideradas as seguintes atividades:

- Levantamento de Necessidades, Procura e Admissão;
- Preparação;
- Administração;
- Bem-Estar; e
- Manutenção do Moral.

Para uma eficiente execução desta Função Logística são fundamentais a precisão e a confiabilidade das informações, e uma busca pela sinergia entre os diversos escalões objetivando a economia de meios, sejam materiais ou de pessoal.

Considerando especificamente o nível do Apoio de Serviços ao Combate, os Recursos Humanos levantados como necessários já são colocados à disposição do Comando que determinou as necessidades. Esses recursos podem ser reais ou potenciais. Os reais estariam efetivamente sob mão do comandante, já os potenciais são aqueles que seriam recebidos de outros Comandos sob demanda.

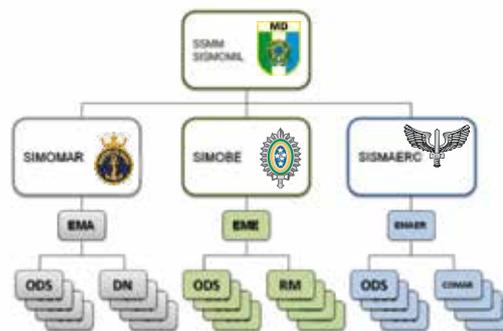
Mobilização e Gerenciamento de Efetivos

A mobilização de efetivos é uma das tarefas do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL), parcela da Expressão Militar do Poder Nacional que compõe o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). O SISMOMIL é uma integração entre os sistemas de mobilização das Forças Singulares e o Ministério da Defesa.

O sistema de mobilização da Marinha é o SIMOMAR (Sistema de Mobilização Marítima) e é decomposto em diferentes níveis, a iniciar pelo Estado-Maior da Armada (EMA), que especificamente para fins de mobilização, assume a designação de Órgão de Direção Central (ODC) do sistema; e os Órgãos de Direção

Setorial da Marinha, para esse mesmo fim de mobilização passam à nomenclatura de Órgãos de Direção Setorial Líderes dos Sistemas (ODSL). Para o Corpo de Fuzileiros Navais, o ODSL é o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN).

Figura 3: O Sistema de Mobilização Militar.



Fonte: BRASIL, 2015, p. 31/38.

As demandas por Recursos Humanos em combate são elevadas. Necessidades em virtude de baixas, reforços e aberturas de novas frentes de batalha acontecem durante toda a campanha, entretanto, os efetivos disponíveis na Força são limitados. E uma vez que surjam demandas que ultrapassem as capacidades logísticas existentes, a obtenção desses recursos acontece pela Mobilização Nacional. De acordo com Doutrina Básica de Mobilização Nacional (BRASIL, 2016), temos o seguinte conceito sobre Mobilização Nacional:

Conjunto de atividades empreendidas pelo Estado, ou por ele orientadas, desde a situação de normalidade, completando e complementando a Logística Nacional, com o propósito de capacitar o Poder Nacional a realizar ações estratégicas, no campo da Segurança Nacional, para fazer face a uma situação de emergência, decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma Hipótese de Guerra.

De forma resumida, a Mobilização Nacional tem como objetivo alocar recursos e meios das diversas Expressões do Poder Nacional para a condução de um conflito armado. Em adição, as contendas da atualidade não necessariamente são antecedidas por longos períodos de tensão política e não há mais as declarações formais de guerra, por exemplo; sem contar a existência cada vez maior de atores não-estatais, exigindo prontidão permanente por parte da mobilização, mesmo em tempos de paz. Nesse contexto, deve haver a preocupação de formação e cadastramento de reservas aptas de maneira constante.

Para um eficaz gerenciamento de efetivos, é necessária a manutenção de uma consciência situacional sobre pessoal atualizada, sendo medidas as condições de prontidão e a projeção de demandas futuras, quantitativas e qualitativas, para que os recursos humanos com as competências adequadas sejam providos. As tarefas principais do gerenciamento de efetivos são:

- Determinação das necessidades: essa tarefa ocorre ainda no planejamento, definindo competências, quan-

tidades, prazos e localizações em que os recursos humanos devem estar disponíveis;

- Procura e Admissão: tarefa que visa dotar a Força com as competências necessárias e planejadas para o cumprimento da missão. Mesmo essas tarefas não sendo exclusivas do Apoio de Serviços ao Combate, este deve manter a consciência situacional no que diz respeito a Pessoal, para que as demandas sejam atendidas; e
- Controle de Efetivos: manutenção do acompanhamento sobre movimentações e mudanças de situações de cada recurso humano, compreendendo, ainda, a recepção, a designação e os recompletamentos.

A reserva e sua prioridade de emprego

Na Marinha do Brasil, a reserva mobilizável é integrada por militares da reserva remunerada, até o momento de suas reformas, e militares da reserva não-remunerada que tenham deixado o Serviço Ativo em um período de até cinco anos anteriores à respectiva data de mobilização. Estes últimos reservistas devem apresentar-se todos os anos aos Distritos Navais responsáveis pela região de suas residências. Em caso de efetiva mobilização, inicialmente serão convocados os reservistas remunerados e, em um segundo momento, os reservistas não-remunerados. O Comandante da Marinha é quem detém a autoridade para acionamento dessa reserva para fins de exercícios e manutenções de cadastro, e o Presidente da República é aquele autorizado para acionamento no caso de emprego real.

Em termos de prioridade de emprego, esses reservistas seriam empenhados em unidades operativas e de apoio logístico. No âmbito do Corpo de Fuzileiros Navais, o Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais é o responsável por gerenciar esse efetivo e por planejar a preparação do pessoal, para que estejam aptos a serem incorporados ao setor operativo. Essa preparação deve ser acompanhada simultaneamente pelo setor do material, visto que esses novos recursos humanos gerarão uma demanda de material em termos de equipagens, armamento e tudo o mais que é dotado para o serviço ativo.

Para um parâmetro comparativo com outros Corpos de Fuzileiros Navais, tomamos o exemplo do *United States Marine Corps (USMC)*, no qual a reserva, conhecida como *USMC Reserve*, é responsável por prover unidades e militares prontos para o serviço ativo em tempos de guerra ou quando necessário para a Segurança Nacional. A estrutura dessa reserva, organizada em destacamentos subordinados aos Comandos de Força de tropas operativas de mais altos escalões, é um espelhamento da estrutura operativa do *USMC*. Esse modelo organizacional traz como um de seus pontos positivos, a possibilidade de uma preparação mais específica e individualizada, com a criação, desde os momentos iniciais, de laços táticos e sensação de pertencimento, cultivando uma identidade para esse novo grupo.

Até este ponto, foi apresentado o conceito de reserva mobilizável, que se propõe a trazer de volta para as fileiras, um efetivo que já não se encontrava mais em atividade, aumentando, assim, o Poder de Combate em termos de pessoal, ou restabelecendo o Poder de Combate degradado ao longo da campanha. Uma vez que o efetivo necessário já se encontra em condição de ser empregado, passa-se ao recompletamento de pessoal a cargo do Apoio de Serviços ao Combate. Esse recompletamento é uma série de ações relacionadas a obtenção, recebimento, processamento, instrução e distribuição do pessoal a ser designado para o preenchimento dos claros existentes, oriundos de baixas ou de novas necessidades levantadas durante a campanha.

O recompletamento é responsabilidade do Comando, a quem cabe estabelecer os Centros de Recompletamento. A tropa designada para recompletar ou substituir aquela que se encontra já na Área de Operações deve apresentar-se ao Componente de Apoio de Serviços ao Combate com seus equipamentos e armamentos orgânicos.

Deve ser dada preferência ao recompletamento por fração constituída, e, para o nível subunidade, caso o número de claros seja elevado, a critério do Comando, em lugar de recompletamento, haverá a substituição de toda a subunidade. Dada a complexidade dos recompletamentos, estes devem ser feitos nas Zonas de Reunião das frações a serem recompletadas ou quando elas estiverem em suas bases de apoio.

O recompletamento envolve:

- Determinação das necessidades de recompletamento, presentes e futuras;
- Planejamento e coordenação da obtenção dos elementos para o recompletamento;
- Distribuição dos recursos humanos, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Comando, com foco nas Operações (o Oficial de Pessoal consultará o Oficial de Operações quanto à prioridade imposta pela situação tática e proporá ao Comandante a distribuição do pessoal pelos claros);
- Supervisão do processamento e da movimentação do recompletamento; e
- Elaboração de recomendações relativas às tarefas, composição e localização das unidades de recompletamento de pessoal.

Figura 4: Composição da Reserva Mobilizável.



Fonte: O autor.

Conclusão

Apesar de todos os avanços tecnológicos, continuam sendo os recursos humanos as peças decisivas para as campanhas militares. São os recursos humanos que efetivamente operam o material e são também aqueles que derradeiramente conquistam os objetivos. A logística, essencialmente sabida como a movimentação, o suprimento e a manutenção das forças militares, prescinde de pessoal adequado em quantidade e qualidade para suas operações. Mais ainda, a logística é responsável por prover o pessoal capacitado a ocupar os claros deixados durante a campanha, de forma que o Poder de Combate seja mantido, e para isso, é necessário que seja feito da forma correta a seleção, a mobilização, a preparação e a inserção desse pessoal no Teatro de Operações.

Os recompletamentos e as operações de substituição são complexas e, por conseguinte, carecem de adestramento em todos os níveis; desde os níveis político-estratégicos, que pensam as Expressões do Poder Nacional em questões de mobilização, até os níveis mais táticos das tropas a serem efetivamente substituídas ou recompletadas no terreno.

Dessa forma, é interessante que os assuntos ligados à Função Logística Recursos Humanos sejam rotineiramente discutidos, estudados e exercitados em todos os níveis. E que sejam adicionados aos debates os outros pontos além da questão do gerenciamento dos efetivos em si, como a Justiça e Disciplina, Assuntos Mortuários, Assistência Religiosa e Atividades de Manutenção do Moral.



Referências

ALMEIDA, Nélio de. Divisão do Campo de Batalha e Batalha Profunda. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, RJ, n. 49, 2018.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-331: Manual de Recursos Humanos para o Apoio de Serviços ao Combate**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-33: Manual de Operações do Componente de Apoio de Serviços ao Combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-M-01: Doutrina de Mobilização Militar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD42-M-02: Doutrina de Logística Militar**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Doutrina Básica de Mobilização Nacional**. Brasília, DF, 2016.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP 1-2: Campaigning**. Washington, DC, 1997.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 3-40: Logistic Operations**. Washington, DC, 2016.

THORPE, George C. **Pure Logistics: the science of war preparation**. Washington, DC: National Defense University Press., 1986.





Capitão-Tenente (FN) **Esley** Rodrigues de Jesus Teixeira
esley.rodrigues@me.com

As Funções Logísticas Manutenção, Transporte, Suprimento e Salvamento



O CT (FN) **Esley** serve atualmente no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo. É oriundo de Escola Naval. Cursou o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais em 2016, o Curso de Especialização em Logística (ILOS). Serviu durante boa parte da sua carreira no Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais, onde foi Comandante da Companhia de Manutenção e da Companhia de Transporte, tendo sido, também, oficial de Estado-Maior. É, também, cursado no MBA em Finanças Corporativas pela FGV e Mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela PUC-Rio. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos (Linha de Pesquisa Política e Estratégia Marítimas) da Escola de Guerra Naval (PPGEM-EGN).

Introdução

O Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb) é definido como:

apoio proporcionado por parcela de uma Força de Desembarque (ForDbq) ou Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) ao conjunto da Força ou Grupamento, por meio de aplicação das funções logísticas essenciais à sua manutenção em combate¹, (BRASIL, 2008b, p. 2-1).

O elo com a logística operacional (conjunto de sistemas e plataformas de apoio logístico, incluindo o gerenciamento do ciclo de vida dos meios²) é consubstanciado por um componente específico, geralmente nucleado no Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais (BtlLogFuzNav), em conjunto com diversos destacamentos oriundos de Organizações Militares que contribuam para sua missão (ESTADOS UNIDOS, 2018).

Dentre as funções logísticas³, quatro se destacam seja pela maior tangibilidade do serviço às partes interessadas, seja pela

dificuldade de se integrá-las com os demais meios disponíveis nas Forças Singulares⁴ (BRASIL, 2002). As funções logísticas suprimentos (considerando-se a miríade de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais partícipes em uma Operação Anfíbia, a mais complexa das operações militares, sem considerar os meios do exército e da aeronáutica envolvidos, o esforço do oficial de abastecimento⁵ já parece hercúleo, mesmo observando-se sistemas de retaguarda que realizem o embarque e carregamento de meios de forma célere), transporte (que compreende aéreo, marítimo ou terrestre, integrando uma diversidade de modais e pontos de embarque e desembarque⁶) e manutenção e salvamento (abarcando desde as atividades preventivas às corretivas, refletindo-se em um complexo gerenciamento do ciclo de vida operativa do meio) compreendem boa parte do esforço do Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC), independente da missão do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav).

⁴Procedimentos da função saúde estão em consonância com resoluções nacionais e internacionais de parâmetros médicos. A forma como serão realizados salvamentos, manutenção e suprimentos estão diretamente relacionados aos meios disponíveis, cuja falta de padronização torna a atividade um intrincado jogo envolvendo todos os meios, de todas as Forças envolvidas.

⁵Função geralmente assumida pelo Comandante da Companhia de Abastecimento do BtlLogFuzNav, não se confundindo com a de Oficial de Logística.

⁶A constante melhoria dos meios de transporte representa a maior dificuldade de gerenciamento dos meios de transporte, necessidade de formação de recursos humanos na operação de diversos meios, e integração (física e sistêmica) destes ativos.

¹Item 0201 do CGCFN-33 - Manual de Operações do Componente de Apoio de Serviços ao Combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. (BRASIL, 2008b, p. 2-1).

²Item 1004 do MCTP 3-40B - Tactical-Level Logistics.

³O item 1.2 do MD-40-M-02 elenca sete funções logísticas: transportes, recursos humanos, engenharia, manutenção, salvamento, suprimento e saúde. (BRASIL, 2002).

É impossível considerar a atuação dessas quatro funções de maneira estanque. O que se espera é que o CASC atue integrado, servindo como elo com a logística operacional (que, no nosso caso, está fisicamente representado pelo Comando do Material de Fuzileiros Navais – CMatFN) e estratégica (Ministério da Defesa), permitindo não apenas a perenidade dos suprimentos no campo de batalha, mas também a adequada prestação dos serviços. A tarefa de prestar adequadamente o ApSvCmb torna-se mais confusa quando os meios utilizados oferecem, graças à sua não padronização ou fabricação alienígena, cadeias de suprimentos não interconexas e relativamente sensíveis às oscilações econômicas e cambiais. A integração das funções logísticas é uma consequência do estabelecimento de uma Base Industrial de Defesa capaz de atuar de forma perene, promovendo a permanência e mobilidade necessárias aos GptOpFuzNav.

É imperativo que se trate do ApSvCmb, sobretudo do transporte, manutenção, salvamento e suprimentos como operações que se dão, de forma geral, na área de retaguarda, como profere o MCTP 3-30: *“the area extending forward from its rear boundary to the rear of the area assigned to the next lower level of command”* (ESTADOS UNIDOS, 2018, p. 1)⁷. As Operações da Área de Retaguarda (OpARTgd) têm como único propósito prover suporte ininterrupto à Força como um todo⁸, protegendo “as instalações logísticas e de comando e controle de forma a prover liberdade de ação e sustentabilidade ao poder de combate da ForDbq”⁹. Nesse contexto se enquadram as funções: transporte, manutenção, salvamento e suprimentos. Longe de estarem limitadas à ARTgd, estas funções são essenciais em toda a cadeia de suprimentos, refletindo-se diretamente na perenidade do ApSvCmb. Apesar de eminentemente técnicas, ações defensivas podem vir a ser necessárias para garantir a perenidade do ApSvCmb.

O presente artigo tem por objetivo aprofundar os conhecimentos dos combatentes anfíbios nessas funções, tendo por foco o estudo de sua execução dentro do CASC. Para tanto, o trabalho é dividido em cinco tópicos, além desta introdução. Na primeira seção, serão apresentados conceitos modernos. Na segunda, apresentar-se-ão as medidas de coordenação existentes entre as necessidades táticas e logísticas no campo de batalha. No terceiro tópico, o trabalho versa sobre a integração das funções logísticas e, no quarto, apresenta-se a interdependência com as demais atividades na DEFAR. No último tópico, conclui-se o trabalho apontando-se a importância de tais funções, bem como a importância de uma BID para sua adequada execução, permitindo que o GptOpFuzNav possam usufruir de mobilidade, flexibilidade e versatilidade intrínsecas ao Poder Naval.

Conceitos modernos

A capacidade expedicionária está diretamente ligada às habilidades de abastecimento. Suprimentos de rotina, planejados e de longo prazo possuem um papel essencial no desenho da

cadeia de suprimentos, da mesma forma que a capacidade de recebimento, controle, estocagem, distribuição, reutilização e/ou destinação. De certa forma, em uma operação, o gerenciamento do Ciclo de Vida dos ativos de combate continua ocorrendo, de maneira a beneficiar os militares da Batalha Aproximada, ao mesmo tempo que se mantém a impulsão do ataque. E, por expedicionária, deve-se ter em mente que apenas a permanência e prontidão podem defini-la, posto que o fluxo perene de suprimentos é essencial.

O ApSvCmb começa bem antes do desembarque, estando relacionado à logística tática, operacional e estratégica, marcando a constante importância da manutenção a cadeia de suprimentos, e do controle de qualidade inerente aos fornecedores. Exatamente por isso o bom arranjo da logística tática também é favorável ao gerenciamento da cadeia de suprimentos. A definição das classes de suprimentos¹⁰, dos métodos de abastecimento e da política de manutenção são essenciais ao bom andamento do ApSvCmb. No USMC, as funções da logística tática (que não se confunde com o apoio de serviços ao combate¹¹) se resumem a suprimentos, transporte, manutenção, saúde, engenharia e outros serviços com recursos disponíveis¹².

A função suprimentos no ApSvCmb deve manter o adequado nível de estoques (iniciais e ao decorrer da operação), sendo responsável por *“procurement, distribution, maintenance while in storage, and salvage of supplies, including the determination of kind and quantity of supplies”*¹³ (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 1-2). Com seis sub funções (determinação de necessidades, aquisição, estoque, distribuição, salvamento e alienação) os suprimentos são divididos em 10 classes, cada uma com respectivas subclasses, o que permite uma melhor atuação das subfunções. Um ponto importante do suprimento no ApSvCmb é o suprimento interforça (*Interservice Support*), coordenados entre o CmtGptOp e as demais forças envolvidas através de memorandos de entendimentos e acordos de apoio interforças¹⁴, podendo envolver também o suporte da OTAN e/ou da nação anfitriã¹⁵. No que tange à organização dos elementos de apoio de serviço ao combate, o que se observa é uma grande similaridade com a nossa doutrina, contando com um sistema de abastecimento de água e combustível (SAAC em português, e *Amphibious Assault Fuel System - AAFS*, em inglês¹⁶), que possui

¹⁰O item 4.3.1 do MD42-M-02 define 10 classes de suprimentos (material de subsistência, material de intendência, combustíveis e lubrificantes, material de construção, armamento e munição, material de engenharia e cartografia, material de comunicações, eletrônica e de informática, material de saúde, material Naval, de moto-mecanização e de aviação, e materiais não incluídos nas demais classes). O item 1004 do MCWP 4-11.7 também define dez classes, além de subfunções das classes, permitindo maior definição e facilidade nas atividades de catalogação, o que se reflete em todos os pontos da cadeia.

¹¹Esta diferença é explicada no §3º do Cap. 1 do MCTP 3-40B. Tactical -Level Logistics

¹²MCDP-4, p. 51.

¹³MCWP 4-11.7, p. 1-2.

¹⁴MCWP 4-11.7, p. 4-1.

¹⁵MCWP 4-11.7, p. 4-2.

¹⁶MCWP 4-11.6, p. 3-1.

⁷Joint Publication (JP) 1-02, DOD *Dictionary for Military and Associated Terms*.

⁸ESTADOS UNIDOS, 2018. MCTP 3-30C.

⁹Item 11.7.3 do CGCFN-1-1.

inclusive um laboratório tático de combustível¹⁷, que os permite ter um programa de controle de qualidade¹⁸

Uma das definições da manutenção é

The routine recurring work required to keep a facility (plant, building, structure, ground facility, utility system, or other real property) in such condition that it may be continuously utilized, at its original or designed capacity and efficiency, for its intended purpose. (ESTADOS UNIDOS, 2008, p. 1-1).

Suas subfunções abrangem inspeção e classificação, ajuste, teste e calibragem, reparo (que abarca canibalização e troca seletiva), modificação, restauração, refabricação, salvamento e evacuação¹⁹. Seguindo a mesma linha da função suprimentos, a manutenção segue uma doutrina bastante similar à nossa, valendo-se de equipes móveis de manutenção e instalações similares em um assalto anfíbio.

A função transporte é caracterizada pelas subfunções de transporte motorizado, movimentação de materiais, apoio ao embarque e ao desembarque, transporte de carga e de passageiros, entrega aérea e operações de portos e terminais²⁰. É interessante observar que funções de apoio ao desembarque (ApDbq) e de operação de terminais e portos são assumidas pelo Batalhão de Transporte, constando inclusive em sua Organização Administrativa²¹, permitindo o controle único de toda a cadeia de suprimentos e dos ativos envolvidos no transporte de recursos (humanos e materiais) necessários ao cumprimento da missão. Uma grande diferença, ressalte-se, e provável consequência da utilização peremptoriamente expedicionária e do tamanho do USMC, é a existência de Batalhões de Suprimentos (que conta com as companhias de suprimentos, munição e saúde²²), Manutenção e Transporte (companhias de Apoio, apoio ao desembarque e transporte motorizado²³).

Integração e Coordenação entre necessidades táticas e logísticas

O principal desafio do planejador logístico no ApSvCmb é realizar suas atividades sem perder a consciência situacional do desenrolar do combate nas Batalhas Aproximada e Profunda²⁴. A consciência é mantida sobretudo pela função de combate comando e controle. Essa imprescindível coordenação mantém os operadores logísticos em condição de alerta adequado, garantindo um nível de serviço em consonância com a evolução da batalha, o que permite que o apoio de serviços ao combate seja realizado de maneira aceitável. O logístico é capaz, assim,

de prever as necessidades logísticas das tropas que estão se engajando, das que estão se preparando para o engajamento, e do esforço necessário ao reembarque quando do fim da missão.

É na que se estabelece tanto o grosso do ApSvCmb quanto importante parte da segurança que soe haver em operações de fuzileiros navais, cujo objetivo, a conquista da Cabeça de Praia (CP) deve nutrir tanto as tarefas do ComForDbq quanto de seus subordinados. A logística tática, aplicada ao campo de batalha, não deve desguarnecer-se de sua intrínseca integração, devendo haver, portanto, contínua e crescente capacidade de integração entre as funções transporte, manutenção salvamento e suprimento, o que se reflete na capacidade de comando, computação, comunicações, controle, inteligência e informações (C⁴I²). Essencial ao ApSvCmb, o C⁴I² permeia todas as atividades da logística, desde a estratégica ao ApSvCmb.

Tal qual o nível decisório, a logística é dividida entre a estratégica (coordenada pelo Ministério da Defesa), a operacional (no nível do Comando das Forças Singulares) e a tática. Com efeito, a logística estratégica possui graves complexidades quanto a escopo e escala que acabam por refletir-se na tática, correndo no caminho inverso da manobra e movimento²⁵. Talvez seja este o grande desafio do oficial que se depara com a logística tática: a adequada e fidedigna previsão de necessidades²⁶. Um correto procedimento de previsão de demanda torna-se essencial ao sucesso dos serviços, sejam de manutenção e suprimentos (cujos níveis de estoque determinam o nível de serviço oferecido), seja o de transporte ou salvamento (posto que o número de viagens será diretamente proporcional ao desgaste/depreciação da viatura, utilização de suprimentos de Classe III e fadiga dos recursos humanos, dentre outros fatores relevantes). Operadores logísticos que atuam nessas funções precisam estar familiarizados aos processos preditivos, quebrando-se o paradigma de que apenas o nível operacional e estratégico deve se preocupar com o nível de estoques e os estoques em trânsito.

O C⁴I² constitui-se em ferramenta imprescindível ao ApSvCmb. O acompanhamento contínuo e permanente do nível dos estoques dos componentes da Força de Desembarque, além de ser uma preocupação do oficial de logística, deve ser uma preocupação do oficial de suprimentos do CASC, cuja tarefa principal é manter em níveis aceitáveis todos os pontos de apoio. Este controle é muito melhor executado quando a função de combate Comando e Controle é constituída por equipamentos e facilidades que proporcionem informações atualizadas automaticamente, garantindo que as perdas e as sobras sejam evitadas de modo a aproveitar-se as capacidades de carga da ForDbq (e da ForTarAnf) em sua plenitude. Os estoques integrados representam uma verdadeira

²⁵A falta de aquisições no nível estratégico impossibilitará a distribuição de suprimentos entre as Forças Singulares, e destas para as peças de manobra na linha de frente, independente de onde estarão posicionados os exércitos, do planejamento prévio e da manobra requerida.

²⁶Essas necessidades, obviamente, estão diretamente relacionadas aos anseios do Poder Nacional. Ocorre que países com cultura e natureza mais bélica confrontam-se com dificuldades logísticas bem menores que aqueles que devem, por querelas político-sociais, ater-se a problemas além da esfera militar e política internacional.

¹⁷MCWP 4-11.6, p. 3-6.

¹⁸MCWP 4-11.6, p. 7-1.

¹⁹MCWP 4-11.4, p. 1-3.

²⁰MCWP 4-11.3, p. 1-2.

²¹MCWP 4-11.3, p. 3-4.

²²MCWP 4-11.7, p. 5-4.

²³MCWP 4-11.3, p. 2-1.

²⁴Item 1.5 do CGCFN-30.

simbiose das funções logísticas, permitindo que o serviço chegue a um nível ótimo.

Uma sugestão para a melhoria do gerenciamento dos sistemas de comando e controle da logística seria a larga utilização de *Radio Frequency Identifiers (RFID)* que permitem que a localização de ativos (sejam eles viaturas ou cargas) seja feita na hora exata (*just-in-time*), o que facilita o cálculo dos suprimentos existentes na Área de Apoio de Praia (AApP), Área de Apoio de Serviços ao combate (AApSvCmb) ou em Instalações Logísticas Sumárias (ILS). Também permite que o estoque em trânsito seja monitorado. Da mesma forma, a implantação de códigos de barras (que podem ser gerados por pacotes de suprimentos, além dos existentes em cada unidade de estocagem - *stock keeping unit – SKU*). Sendo assim, cada SKU, predeterminado através da previsão da demanda, seria “compensado” em pacotes de suprimentos cuja saída e entrada nos pontos de distribuição seria monitorada *just-in-time* pelo Centro de Operações Logísticas (COL)²⁷. Com esses códigos de barras, o operador logístico no centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro, ou no Comando do Material de Fuzileiros Navais, teria a visão do existente em cada ponto do sistema de distribuição, contribuindo no gerenciamento da cadeia de suprimentos.

Figura 1: Manutenção de viaturas operativas em campanha, realizada pela EqMovMnt.



Fonte: O autor.

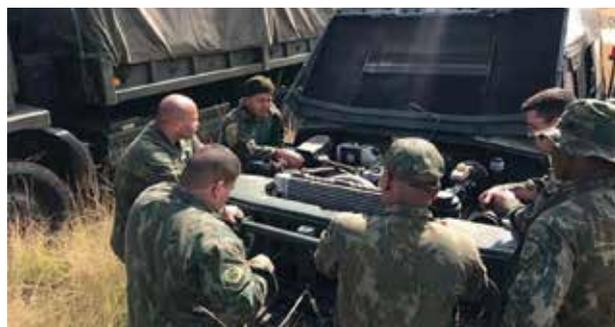
Da mesma forma, o controle da função logística transporte (terrestre, aéreo e marítimo) através de um sistema de posicionamento global (*global positioning system – GPS*) proporcionaria ao oficial de transportes maior flexibilidade no gerenciamento de seus meios. Como os pontos do serviço de transporte requerem uma grande capacidade de intermodalidade (praias de desembarque, zonas de desembarque, portos, aeroportos, terminais de carga...), o controle por GPS é uma necessidade para uma tropa expedicionária por excelência, já que pode verificar sua posição atualizada. A localização constante dos ativos de transportes, somada às capacidades de comunicação e

²⁷De acordo com o item 5.8 da CGCFN-30, o COL “é responsável pelo planejamento dos aspectos operacionais necessários para prover o Apoio Logístico aos demais componentes e ao Comando do GptOpFuzNav”.

à possibilidade de replicação remota de sensores de controle (temperatura, rotações por minuto, nível de combustível, por exemplo) junto ao COL possibilitam uma profunda integração entre as funções transporte e suprimentos, além de permitirem um alarme antecipado para a manutenção corretiva. Isso permite que suprimentos já não mais existentes nos estoques em terra sejam requeridos para o ponto inicial da cadeia. O Sistema de Abastecimento da Marinha é informado da necessidade de aquisição desses suprimentos, no intuito de manter o nível de estoques (seja no CTecCFN, seja nos PDist). Os salvamentos de viaturas, aeronaves e embarcações realizando o movimento navio para terra ou navio para navio também seriam feitos de forma mais célere.

A dependência de ativos alienígenas em nosso portfólio de ativos bélicos nos lega gargalos na cadeia de suprimentos, o que, não raro, torna seu gerenciamento impossível de ser executado (movimentos cambiais e alianças regionais podem inviabilizar suprimentos estratégicos que não possuam similares nacionais). A dificuldade de realizar a manutenção dos meios é determinante para o sucesso da missão, vez que o abandono do meio diminui o poder de combate a níveis inaceitáveis²⁸. Os principais sinistros observados devem ser considerados durante o levantamento de necessidades, o que influenciará diretamente a capacidade de atendimento dos suprimentos, o nível de carga (de viaturas, aeronaves e navios) e o gerenciamento dos estoques e postos de distribuição. Além disso, cabe ao Oficial de Inteligência do CASC o levantamento das facilidades logísticas que possam auxiliar na manutenção dos ativos.

Figura 2: Faina de salvamento de viaturas, utilizando-se dois ativos motorizados (VtrSOC e VtrCavMec/Srbq).



Fonte: O autor.

²⁸A importância da função logística manutenção pode ser observada em diversos eventos da história das guerras, mas dois nos chamam atenção. O primeiro foi o caso da tempestade sofrida por Horatio Nelson antes do início de sua perseguição a Napoleão Bonaparte, que acabou por culminar na Batalha de Albuquer (Keegan, 2004). Não fossem seus marinheiros extremamente profissionais e determinados, Nelson precisaria ter regressado à Inglaterra, permitindo que Napoleão tomasse o Egito e cortasse o fluxo de suprimentos entre a Índia e o Mediterrâneo (o *mare nostrum* inglês desde a queda dos holandeses no fim do século XVII). O segundo, mais terrestre, nos remonta às Guerras de Unificação Alemã do fim do século XIX, quando a capacidade industrial alemã mostrou-se mais competente que a dos demais poderes continentais europeus da época, sobretudo da Áustria e da França (Clark, 2008). A Primeira Grande Guerra também é um exemplo dessa diferença, sobretudo na capacidade de manutenção dos armamentos pesados por parte dos alemães (MacMillan, 2013).

A integração entre as funções transporte, manutenção, salvamento e suprimentos envolvem um complexo sistema de abastecimento, cujos pontos de ligação precisam manter uma perene comunicação, desde o nível estratégico ao ApSvCmb. Essa cadeia, onde quer que seja gerenciada, deve ter sistemas de C⁴I² padronizados, que permitam informações *just-in-time*, seja do Comandante do CASC, seja do Oficial de Logística da ForDbq, seja do operador logístico que coordena a estocagem do material no CTecCFN. A implantação de tecnologias como *RFID*, código de barras, repetidoras de sensores de veículos (aéreos, marítimos e terrestres) e *GPS* possibilita a prestação de um serviço de maior nível e com maiores economias de escopo. Com efeito, o controle do nível de cada SKU garante o controle de todos os estoques da cadeia (tanto os fixos quanto os em trânsito), permitindo maior confiabilidade nos serviços da Batalha de Retaguarda.

Claro está, portanto, que a dependência externa em materiais de guerra consiste em uma desvantagem estratégica que deve ser combatida através do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID). Urge que, para que garantamos uma participação mais assertiva do CFN no cenário internacional, os meios de transporte e de C⁴I² sejam projetados, produzidos, testados e vendidos pela indústria nacional, de forma autóctone, através da parceria com Universidades (ensino e pesquisa), centros de pesquisa e desenvolvimento, empresas de engenharia (projeto), empresas industriais (produção) e empresas de serviços (logística) (Amarante, 1990). Se efetivamente planeja-se essa assertividade no sistema internacional²⁹, faz-se mister que a BID seja desenvolvida, proporcionando a diminuição da dependência logística em relação aos fornecedores externos, a evolução técnico-científica e a produção de novas tecnologias de uso dual.

Interdependência com as atividades da Defesa de Área de Retaguarda (DEFAR)

Compilando os eixos estruturantes do Corpo de Fuzileiros Navais, uma Operação Anfíbia, realizada através da constituição de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, é cumprida

²⁹A atuação em amplo espectro e a necessidade de realizar integração entre diversos países com intuito de conter o terrorismo transnacional deu guarida à assinatura de um documento conjunto (USMC, USN e USCG) que fornece a decisão de um protagonismo levado por uma cooperação estratégica dos Estados Unidos. O aumento das rivalidades internacionais, o recrudescimento de políticas protecionistas e o atual movimento de *retrenchment* da diplomacia dura de Trump talvez abram o caminho para maior participação de outros países não só na agenda da segurança global, como também na regional, cujo foco parece ser de maior exequibilidade (Wright, 2020). Entretanto, é interessante notar que, como os poderes marítimos de outrora, é impossível cumprir com a negação do uso do mar, com a contribuição para a dissuasão e com a projeção de poder sem que se confie em poderoso poder anfíbio, ou seja, o poder terrestre intrinsecamente ligado ao poder naval (ALLISON, 2020).

com sucesso através do conceito de Guerra de Manobra³⁰, e, para tanto, precisa garantir que o rápido avanço seja constantemente protegido. Seja em uma OpAnf, seja em outras operações, a DEFAR é essencial ao bom desempenho seja da logística, seja da manobra. Uma vez ativado o Plano de Segurança e Defesa Local³¹, é de grande relevância que medidas sejam tomadas a fim de que sejam mitigados problemas concernentes à atuação do inimigo.

Os gerentes das funções logísticas ora abordadas devem empreender ações que permitam: i) contribuir para a defesa de suas instalações considerando o apoio mútuo e o controle de danos (CD)³²; ii) garantir a fluidez os suprimentos, sobretudo das Estradas Principais de Abastecimento (EPA); e iii) considerar a integração entre meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais na DEFAR, mantendo a imprescindível integração entre suas funções logísticas. Os parágrafos abaixo aprofundarão os temas ora abordados.

Figure 3: Características das viaturas influenciam o cumprimento das missões em decorrência do terreno, permitindo maior ou menor mobilidade, o que influenciará no nível dos suprimentos na cadeia que se estende desde os navios até a ILS.



Fonte: O autor.

Conforme preconizado nos manuais militares, cabe às agências sua respectiva segurança. As companhias de manutenção (CiaMnt), abastecimento (CiaAbstc) e transporte (CiaTrnp) devem garantir esta segurança das instalações com seus próprios recursos, e esses devem estar dentro do planejamento do CASC, seja em decorrência do apoio mútuo necessário à defesa de toda a AApP/AApSvCmb, seja no

³⁰De acordo com o item 2 do anexo B da CGCFN-30, a Guerra de Manobra constitui-se em “engajamentos assimétricos, evitando-se as superfícies e explorando-se as brechas deixadas pelo adversário, com o emprego de armas combinadas e forte orientação no inimigo, focando sua coesão mental e sistêmica.” A Guerra de Manobra, apesar de ser um conceito relativamente novo (teorizada no século XIX, durante as Guerras Napoleônicas), é utilizada largamente. Melhores exemplos são a Blitzkrieg (Guerra Franco-Prussiana e Segunda Grande Guerra – Deighton, 2014), e os combates contemporâneos dos Estados Unidos (FRAVEL, 2019).

³¹De acordo com o item 4.8.2.3 do MD30-M-01, “Devem ser preparados planos para a defesa da área de retaguarda, a fim de conter a ameaça inimiga. (...) A defesa bem sucedida ou a destruição das forças inimigas na área de retaguarda depende da capacidade de as forças amigas reagirem rapidamente e da eficiência das comunicações.” A denominação Plano de Segurança e Defesa Local está contido no item 0317 da CGCFN-33.

³²De acordo com o item 4.8.2.7 do MD30-M-01, “tropas de emprego especializado (apoio ao combate e apoio logístico) devem ter seu emprego prioritário na segurança de suas próprias instalações”.



Figura 4: Comboios operativos: influência do terreno e das possibilidades do inimigo do-sarão, dentre outros aspectos, a capacidade defensiva, modal e período de realização.
Fonte: O autor.

intuito de garantir a economia de meios. A defesa da AAP ou da AAPsVcmb é realizada geralmente pela Companhia de Comando e Serviços (CiaCmndoSv) do BtlLogFuzNav, dispendo de armamento pesado (possui em sua dotação 2 SeqMtrP), o que, dependendo do terreno e das possibilidades do inimigo, torna-se inadequado. Desta forma, destacamentos de tropas de combate (mormente infantaria e blindados) precisam ser colocados em apoio direto a DEFAR, permitindo maior versatilidade no cumprimento de suas tarefas.

Faz-se mister que se observe o efetivo dos elementos que executam e operam as funções logísticas. Tomemos o exemplo do elemento de manutenção: a CiaMnt, realizando reparo de todos os equipamentos comuns a qualquer GptOpFuzNav até segundo escalão (2ºEsc), contando com suas equipes móveis de manutenção (EqMovMnt), terá de prever, em sua organização, elementos que garantam sua segurança, seja durante o movimento das EqMovMnt, seja durante as manutenções na Área de Manutenção. Sendo assim, apenas ter à sua disposição elementos de outras organizações militares partícipes da operação cujos meios demandam manutenções específicas não se constitui em uma solução adequada. O planejador deve ter em mente a necessidade de prover a segurança das instalações, com camuflagem dos postos de distribuição (PDistr) e das áreas de manutenção e estacionamento de viaturas e equipamentos, a disciplina de luzes e ruídos (o que se pode conseguir limitando-se o trabalho das EqMnt até o pôr do sol a depender das possibilidades do inimigo e do nível de segurança estabelecido), políticas de proteção das comunicações (utilização de redes por fio como telefones de campanha³³), utilização de armamento antiaéreo e estabelecimento de sentinelas e patrulhas.

Iha Aproximada é mais complexa, por não depender apenas do terreno e das possibilidades do inimigo, exigindo a interligação acima descrita entre os diversos elementos da cadeia de suprimentos. Consideremos apenas os movimentos entre a e as ILS, quando interligadas através de EPA. Um comboio de abastecimento de rações, que trafegue por um ambiente com guerrilheiros e possibilidades de atuação da aviação inimiga, enfrenta no mínimo duas limitações ao cumprimento da missão (ataques aéreos, atuação dos guerrilheiros). Buscando mitigar essas ameaças, o planejador deverá prever não apenas a escolta habitual, mas também cobertura aérea junto ao componente de combate aéreo (CCA). Havendo possibilidade, o oficial de suprimentos, no intuito de manter a continuidade da cadeia de suprimentos, deve contar com o apoio de aeronaves, através do Centro de Apoio Logístico de Helicópteros³⁴ (MOURA, 2013), uma vez que o caminho pode ter sido obstruído e a EPA pode estar inutilizada.

De qualquer maneira, as vias de transporte rodoviário acabam sendo a principal forma de escoamento de tropas de nossa natureza, tornando sua manutenção de vital importância à função logística suprimentos. Tanto viaturas de transporte não especializado, quanto aquelas que transportam suprimentos a granel tendem a ficar vulneráveis durante o transporte, uma vez que, fora da Área de Estacionamento, é mais difícil manter a camuflagem, e, dependendo das possibilidades do inimigo, pode se tornar um alvo fácil. Com isso, o que se espera é que o controle de trânsito, realizado sob a coordenação da Companhia de Polícia, e as patrulhas ofereçam condições adequadas de execução dos comboios de suprimento e da atuação das equipes móveis de manutenção.

A fluidez dos suprimentos da para os elementos na Bata-

Neste cômputo, nos deparamos com a necessidade de obser-

³³De acordo com o item 1.8 do CGCFN-6102.

³⁴Flash Doutrinário nº 17, 2013



Figura 5: Aproveitamento do terreno para a camuflagem de viaturas.
Fonte: O autor.

varmos a integração entre as diversas possibilidades de meios à disposição. A defesa antiaérea, patrulhas, fogo naval, artilharia e aeronaves constituem verdadeira barreira aos inimigos ainda dispostos dentro da CP, cuja neutralização é essencial ao bom desempenho do ApSvCmb. Mais uma vez, a função de combate Comando e Controle reveste-se de importância, dada a multimodalidade de meios dispostos e a necessidade de efetiva integração.

Conclusão

Apesar das diferentes capacidades tecnológicas que se apresentam, o ApSvCmb é prestado de forma bastante similar, seja nos GptOpFuzNav, seja nas *Marine Air-Ground Task Forces*. Integração necessária, a coordenação entre as funções logísticas legadas pelas necessidades táticas, e a interdependência com as demais funções logísticas e de combate em prol do sucesso da DEFAR são as características e dificuldades enfrentadas por planejadores e operadores logísticos, cujas limitações estarão materializadas tanto nas possibilidades do inimigo e do terreno quanto no desenho da cadeia de suprimentos, desde as indústrias que produzem e transformam os insumos até o material a ser entregue ou consertado. A utilização dessa cadeia está diretamente ligada à capacidade de previsão de demanda e de gerenciamento dos estoques, aumentando a importância dos elementos de comando e controle (facilidades que permitem melhorias operacionais e economias de escopo consideráveis), e de controle de qualidade (integração entre o Oficial de Suprimentos e os laboratórios de testagem de água e combustível de bordo é essencial).

Funcionando como uma compilação em pequena escala dos Batalhão de Transportes, Manutenção e Suprimento do USMC, o BtlLogFuzNav não possui, contudo, as capacidades de ApDbq e

operação de portos e terminais, cabendo à Companhia de Apoio ao Desembarque essas funções³⁵. As funções de saúde também acabaram por ser desmembradas do BtlLogFuzNav. A construção de uma Base Industrial de Defesa é componente essencial ao melhor desenvolvimento dessas funções atreladas que são aos níveis da Pirâmide Científico-Tecnológica Inovativa de Defesa. O maior número de exercícios e operações reais acabarão por moldar esta BID, permitindo que todos os pontos da cadeia sejam desenhados de acordo com as necessidades do campo de batalha. A padronização de meios (um desafio constante no parque de material bélico nacional, cujas raízes remontam ao início da motomecanização do Exército Brasileiro durante a I Guerra Mundial³⁶), suprimentos e procedimentos devem sempre focar a capacidade expedicionária, diretriz que nos foi imposta pela Estratégia Nacional de Defesa. A BID é de fundamental importância no desenvolvimento da maior integração entre as diversas funções de combate, sobretudo logística e comando e controle. Esta última, refletida na capacidade de C⁴I², traduz-se no grande cérebro do gerenciamento da cadeia de suprimentos e, por conseguinte, na coordenação do ApSvCmb. A fluidez dos suprimentos por toda cadeia influencia a entrega, a capacidade de estocagem, a rapidez e o nível de serviços. A capacidade de gerenciamento de frotas e coordenação multimodal facilita a resolução de problemas logísticos, permitindo que o salvamento e a manutenção sejam realizados de forma ótima frente às diversas demandas.

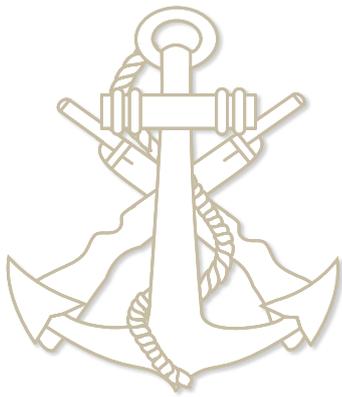
³⁵De acordo com o item 5.1 da Nota de Coordenação Doutrinária nº 08 do CDDCFN.

³⁶Os primeiros caminhões não seguiam uma fonte comum, cabendo a construtores aliados (americanos, ingleses e franceses) o mercado de veículos militares. Como exemplo, cite-se que os caminhões Ford-T norte-americanos e os carros de combate franceses Renault-17 da Companhia de Carros de Assalto (Andrade, Leite e Migon, 2016).



Referências

- ALLISON, Graham. *The New Spheres of Influence: Sharing the Globe With Other Great Powers*. Foreign Affairs, vol. 99, n. 2, March/April. Congers, NY, 2020.
- AMARANTE, José. C. Albano. Texto para Discussão: A Base Industrial de Defesa Brasileira. Brasília: Ipea, 1990.
- ANDRADE, Israel; LEITE, Alexandre; MIGON, Eduardo. Plataforma Terrestre Militar. In ABDI-IPEA. **Mapeamento da Base Industrial de Defesa**. Brasília: ABDI-IPEA, 2016. cap 5. p. 335-398.
- BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **NCD nº 08: Grupo de Apoio ao Desembarque Administrativo**. Rio de Janeiro, 2019.
- BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-1-1: Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2008a.
- BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-30: Manual de Operações dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-33: Manual de Operações do componente de apoio aos serviços de combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2008b.
- BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-6102: Manual de Comunicações de Campanha**. Rio de Janeiro, 2008c.
- BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas**, vol. 1. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-02: Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas**. Brasília, DF, 2008d.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-40-M-02: Doutrina de Logística Militar**. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 899/MD que aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID**. Brasília, DF, julho, 2005.
- BRASIL. **Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional**. Doutrina Básica de Mobilização Nacional. Brasília, DF, 1987.
- CLARK, Christopher. **Iron Kingdom: The Rise and Downfall of Prussia, 1600-1947**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2008.
- DEIGHTON, Len. **Blitzkrieg: From the Rise of Hitler to the Fall of Dunkirk**. New York: William Collins Ed., 2014.
- ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Joint Publication (JP) 1-02: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington, D.C., 2015.
- ESTADOS UNIDOS. . Marine Corps. **MCTP 3-30C: Rear Area Operations**. Washington, D.C., 2016a.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCTP 3-40B: Tactical-Level Logistics**. Twentynine Palms, Ca, 2016b.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCTP 3-40B: Tactical-Level Logistics**. Twentynine Palms, Ca, 2018.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 4-11.3: Transportation Operations**. Washington, D.C. 2001.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 4-11.4: Maintenance Operations**. Washington, D.C. 1998.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 4-11.7: MAGTF Supply Operations**. Quantico, VA, 2016c.
- FERREIRA, José; SARTI, Fernando. **Diagnóstico: Base Industrial de Defesa Brasileira**. Campinas, SP: ABDI, NEIT-IE-UNICAMP, 2011. 54p.
- FRAVEL, M. Taylor. **Active Defense: China's Military Strategy since 1949**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.
- KEEGAN, John. **Intelligence in War: The value - and limitations - of what the military can learn about the enemy**. New York: Vintage Books, 2004.
- MACMILLAN, Margareth. **The War That Ended Peace: The Road to 1914**. New York: Random House, 2013.
- MOURA, Álvaro Francisco de Souza. O grupo tático-logístico. **Flash Doutrinário**, Rio de Janeiro, n. 17, 2013.
- WRIGHT, Thomas. The Folly of Retrenchment: Why America Can't Withdraw. **Foreign Affairs**, New York, vol. 99, n. 2, mar./apr. 2020.



CMG (RM1-FN) **Paulo Roberto Pinto Martins**
prpmartins59@gmail.com

As possibilidades de contribuição com aeronaves na logística de sustentação



CMG (RM1-FN) **Paulo Martins** serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Experiências Adquiridas; é tutor da linhas de pesquisa de Meios Aéreos. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Aperfeiçoamento de Aviação para Oficiais (CAAVO/1985), o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS/1999) da EGN e o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM/2005) da EGN. Serviu: no 1º BtlInfFuzNav – Batalhão Riachuelo – como CmtPelMrt81mm e Oficial de Estado-Maior; no 1º Esquadrão de Helicópteros de Instrução como Instrutor, Chefe dos Departamentos de Manutenção e de Instrução; e como Oficial de Estado-Maior na Força Aeronaval, na Tropa de Reforço e da Força de Fuzileiros da Esquadra. Comandou o Grupo de Fuzileiros Navais de Natal, e o Centro de Instrução e Adestramento de Brasília (CIAB). Foi Observador Militar na *United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM). Possui também o MBA em Gestão Internacional pela COPPEAD/UFRI.

Introdução

Figura 1: Aeronave KC-390 – Millennium da FAB.



Fonte: SG Bianca FAB.

Dentro do contexto da Logística de Sustentação¹, quando se trata de abastecimento suplementar transportado à Área do Objetivo Anfíbio (AOA), em proveito de uma Força de Desembarque (ForDbq) (ou Reabastecimento²), é muito comum, por diversos motivos, pensarmos somente em Comboio de Acompanhamento. Porém, esse tipo de abastecimento é também previsto para ser

¹Logística de Sustentação: é realizada por organizações externas ao Grupamento Operativo observando a cadeia logística prevista para a Operação, distribuindo os recursos aos órgãos responsáveis pelo nível da campanha.

²É uma das fases do planejamento do abastecimento (BRASIL, 2008, p. 6-2).

feito por aeronaves. Aproveitando que, nos dias atuais e cada vez mais, há uma maior integração das Forças Armadas (FA), com isto, fruto do incremento da interoperabilidade durante as operações militares. Deste modo, aqui nasce uma primeira pergunta: **por que não aproveitamos o vetor aéreo para facilitar a logística de Sustentação a uma ForDbq?**

Outro ponto digno de nota é que esse abastecimento suplementar visa, doutrinariamente, a “apoiar as operações subsequentes em terra” (BRASIL, 2008, p. 6-3). Com isto, vem a segunda pergunta à mente: **por que deixar o reabastecimento aéreo somente nas ações subsequentes em terra?**

Dito isto, este artigo procurará reforçar a importância dos meios aéreos no citado Reabastecimento, procurando, também, discutir sobre a possibilidade de abastecimento suplementar não somente no apoio às operações subsequentes em terra, mas durante o apoio inicial requerido pelo desembarque e ações em terra, associadas à conquista e à manutenção da Cabeça de Praia (CP), ou seja, também no “Abastecimento Inicial”³.

Para tanto, iniciaremos comentando as características das Aeronaves (Anv) que hoje têm melhores condições de prover os abastecimentos mencionados dentro da FA brasileiras.

³Compreende os níveis de suprimentos (...) a fim de prover o apoio inicial requerido pelo desembarque e ações em terra, associadas à conquista da CP (BRASIL, 2008, p. 6-2).

Ressalta-se, ainda, que o presente artigo levará em conta somente um dos grandes grupos nos quais o Apoio Aéreo (ApAe) está dividido: o Apoio Logístico (ApLog) por aeronaves. Portanto, o Apoio Aéreo Ofensivo (ApAeOf)⁴ não será abordado no presente texto.

Todas as Anv a seguir possuem a capacidade de transporte de carga e tropa; lançamento de carga e paraquedistas; pouso de assalto (infiltração e exfiltração aéreas; e descarregamento de combate); e evacuação aeromédica (EVAM).

	C-130H - Hércules* Figura 2	KC-390** - Millennium Figura 3	C-105 - Amazonas*** Figura 4
Comprimento	29,80 m	35,2 m	24,45 m
Envergadura	40,4 m	35,02 m	25,81 m
Altura	11,6 m	11,84 m	8,60 m
Teto operacional	10.060 m (33.000 ft)	10.973 m (36.000ft)	9.100 m (29.900 ft)
Carga útil máxima	19 Ton. Até 86 soldados (Sd); ou 64 paraquedistas (Pqdt); ou 74 macas e 2 atendentes; ou 6 paletes. Pode transportar todos os blindados (Bld) do acervo do CFN, exceto o CLAnf e o SK-105 (a não ser que se separe a torreta).	23 Ton (distribuída) ou 26 Ton (concentrada) Até 80 Sd; ou 66 Pqdt; 74 macas e 7 atendentes; ou 7 paletes; ou 2 containers; ou 01 helicóptero S-70A <i>Black Hawk</i> . Pode transportar todos os Bld do acervo do CFN	9.250 Kg de carga útil Até 70 Sd; 44 Pqdt; 24 macas, 5 paletes de 2,24 m x 2,74 m ou 3x veículos leves.
PMD****	69,75 Ton	87 Ton	23,2 Ton
Alcance Máximo	3.800 km (no PMD)	2815 km ou 2110 km (com carga distribuída ou concentrada, respectivamente)	4600 km (com carga total)
Veloc. Máx. de cruzeiro	540 km/h	870 km/h	480 km/h
Pista Máx Dcl	1.200 m	1.100 m	670 m

*Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lockheed_C-130_Hercules>. Acesso em: 24 out.2020. Disponível em: <<https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/aeronaves-em-exposicao/55-avioes/391-c-130>>. Acesso em: 24 out.2020.

**Disponível em: <<https://journalofwonder.embraer.com/br/pt/103-infografico-tudo-sobre-o-kc-390>>. Acesso em: 24out.2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Embraer_C-390_Millennium>. Acesso em: 24 out.2020.

***Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/EADS_CASA_C-295>. Acesso em: 24 out.2020.

****PMD = **Peso máximo de decolagem** (em inglês: *Maximum Take-Off Weight, MTOW*) é o peso máximo com o qual uma determinada aeronave pode alçar voo com segurança. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/MTOW>>. Acesso em: 23 out. 2020.

Características das aeronaves de transporte

A seguir são apresentadas as principais características de três Anv do acervo da FAB capazes de permitir que um abastecimento suplementar seja realizado para uma ForDbq⁵.

⁴CGCFN-34.1 - O ApAeOf é a utilização do ApAe para ações que, direta ou indiretamente, imputarão perdas ou dificuldades às forças inimigas. O ApAeOf contribuirá, juntamente com as outras armas de apoio, para que o comandante apoiado obtenha e mantenha a iniciativa das ações no campo de batalha, podendo ser usado para intervir no combate, tanto em operações ofensivas quanto defensivas (BRASIL, 2020, p. 2-1).

⁵Existem outras Anv da FAB que poderiam ser empregadas no apoio a uma ForDbq, como os C-98 Caravan, C-95 Bandeirante, Boeing 767, entre outros, todas pertencentes aos Esquadrões de Transporte daquela Força. Sem contar com um eventual emprego dos aviões do Grupo de Transporte Especial (GTE) como: VC-1A (Airbus A-319), VC-1 (Embraer Lineage 1000), VC-99B (Embraer Legacy 600) etc.

Ressalta-se que, apesar de só apresentarmos as supracitadas Anv, em tese, existem outras possibilidades que não podem ser descartadas, como, por exemplo, Anv civis que poderão ser utilizados em complemento à capacidade das FS, seja por contratação ou mobilização, obviamente dentro das condições de tempo e espaço delimitadas naquela missão, visando reduzir as eventuais carências identificadas.

Não se pode deixar de mencionar, pelo menos em tese, o aproveitamento das futuras Anv *Grumman KC-2 Turbo Trader*, que estão para serem incorporadas ao acervo da MB em breve. Inclusive, estas últimas, apesar de terem menor capacidade de transporte que as Anv da FAB mencionadas acima, poderão permitir o abastecimento suplementar a partir de navios-aeródromo e/ou de aeródromos próximos à Área de Operações (AOp) ou ao Teatro de Operações (TO).

Figura 2: Aeronave C-130 – Hercules da FAB.



Fonte: <https://www2.fab.mil.br/musal/images/imagens_musal/aeronaves/c_130/plus/c130_02.jpg>.

Figura 3: Aeronave KC-390 – Millennium da FAB.



Fonte: <<https://www.tecmundo.com.br/aviao/41332-embraer-kc-390-o-futuro-do-transporte-aereo-militar-brasileiro.htm>>.

Figura 4: Aeronave C-105 – Amazonas da FAB.



Fonte: <<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/35610>>.

Aproveitamento da Aviação no Apoio Logístico à ForDbq

Sabedores das capacidades, mesmo que de forma genérica, de algumas Anv prontas para o emprego quando determinado, podemos já inicialmente inferir que, em situações propícias, nada impede que, por exemplo, meios da FAB contribuam com as ações realizadas para prover diversas classes de suprimentos, equipamentos e sistemas de armas e contingentes aos Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Em outras palavras, podem contribuir no esforço de parcela de uma ForDbq ou GptOpFuzNav ao conjunto da Força ou Grupamento, esforço este que é conceituado como Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb) (BRASIL, 2008, p. 1-1).

Por outro lado, temos que atentar nas limitações das Anv quanto ao seu raio de ação, sensibilidade às condições meteorológicas e até mesmo disponibilidade dela própria e do “pacote”⁶ da qual ela está fazendo parte, pois uma Anv de transporte, por exemplo, muito raramente voará sozinha para cumprir suas tarefas.

⁶Voo de pacote, de forma simplificada, significa o envolvimento de várias Anv e esquadrões numa missão com diversas ações simultâneas (reabastecimento, alarme aéreo antecipado, caça, transporte etc.). Em inglês é denominado *Composite Air Operation* – COMAO.

Então, em face das limitações imediatamente acima comentadas, pode-se chegar ao raciocínio que aeronaves não seriam, a princípio, os meios mais apropriados para efetivar os ApLog que dependessem, entre outros, de horários precisos ou ações imediatas.

Por conseguinte, isso nos leva a descartar, ou pelo menos a não recomendar, o emprego de Anv que venham de “fora da AOA” no apoio logístico ao desembarque das unidades de assalto e dos equipamentos e suprimentos essenciais que visam a conquista dos objetivos iniciais da ForDbq, ou abordando de outro modo, para recompletar as Cargas Prescritas Individuais (CPI), Cargas Prescritas das Unidades (CPU) e os Suprimentos Emergenciais. Esse tipo de apoio tem que ser eminentemente seletivo e relativamente previsível, podendo-se afirmar que as “entregas” deverão ser relativamente garantidas dentro de um tempo determinado, o que não se recomenda o uso de vetores aéreos que estejam fora da Área de Interesse (BRASIL, 2015, p. 33/288) do ComForDbq.

Por outro lado, pode-se aventar a possibilidade de haver uma necessidade de suprimentos cuja descarga possa ser mandatória, no menor tempo possível, se possível com rapidez, e que, por algum motivo, não puderam ser embarcados nos navios da Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf). Neste caso, a aviação de “fora da AOA” poderia contribuir com o esforço logístico, sem deixar de se levar em conta outras limitações do ApAe como um todo, além daquelas já citadas, como: restrições de carga útil e dependência de infraestruturas próprias.

Sem querer esgotar todas as possibilidades de ApLog por Anv em proveito de uma ForDbq, ainda nas fases de conquista e consolidação de uma CP, pode-se citar, na hipótese de não se ter locais próprios para pouso: o lançamento de cargas específicas em posições tais como, próximas a uma ou mais áreas de Apoio Logístico (AApL)⁷. Em contrapartida, no caso de se poder utilizar

⁷São aquelas áreas estabelecidas em terra, destinadas a concentrar suprimentos, equipamentos, instalações e pessoal, necessários ao ApSvCmb proporcionado a um GptOpFuzNav. Podem ser: Área de Apoio de Praia (AApP); Área de Apoio de Zona de Desembarque (AApZDbq); Área de Apoio de Serviços ao Combate (AApSvCmb); e Instalação Logística Sumária (ILS) (BRASIL, 2008, p. 2-1).



Figura 5: Momento exato do lançamento de cargas para a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), de um C-130 da FAB.

Fonte: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/voos>>.

campos de pouso dentro da CP, poderá também ser realizado: transporte de pessoal e/ou cargas diversas; descarregamento de combate; e, dependendo da gravidade dos ferimentos, Evacuação Aeromédica (EVAM).

No caso particular da possibilidade de se realizar EVAM, nada impediria que se pudesse realizar o transporte de enfermos para Hospitais Intermediários de Retaguarda⁸ e/ou o próprio Hospital de Retaguarda⁹, aliviando ou agilizando a norma ou política de evacuação¹⁰ estabelecida, permitindo às Unidades manterem, ou pelo menos não restringirem, sua mobilidade e liberdade de ação, além de elevar o moral da tropa.

⁸Hospitais Intermediários de Retaguarda: é uma instalação hospitalar convencional localizada próxima da AOA. Pode ser um hospital localizado no próprio país, num país aliado, ou, ainda, conquistado em território inimigo (BRASIL, 2008, p. 2-24).

⁹Hospital de Retaguarda: corresponde ao último elo da cadeia de evacuação. Normalmente é designado um dos hospitais pertencentes à MB (BRASIL, 2008, p. 2-24).

¹⁰Política de evacuação: é uma decisão por meio da qual é determinado o número máximo de dias de permanência de uma baixa para tratamento na instalação de saúde sob um determinado Comando (BRASIL, 2008, p. 2-22).

Conclusão

É cada vez maior e necessária a interoperabilidade entre as FA brasileiras, para conduzir no sentido de NÃO se descartar a utilização de aeronaves para facilitar a Logística de Sustentação a uma ForDbq. Até porque, mesmo sem deixar de lado as limitações que os vetores aéreos possuem, não há como negar que eles dão flexibilidade e agilidade às atividades logísticas para que se desenvolvam integradas e coordenadas com as ações táticas planejadas.

E por fim, não se pode deixar de citar a grande contribuição das “aeronaves que vêm de fora da AOA”, obviamente dependendo da cada situação em particular, realizar reabastecimentos aéreos não somente nas ações subsequentes em terra, o que já está previsto em nossa doutrina, mas também no que é conceituado como Abastecimento Inicial a uma ForDbq.

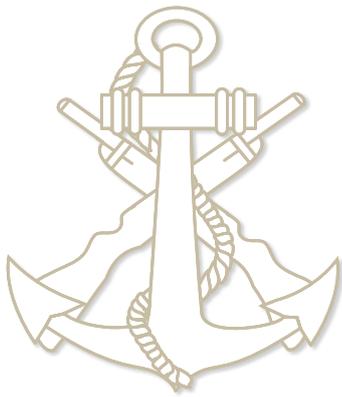


Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. CGCFN-33: Manual de Operações do Componente de Apoio de Serviços ao Combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1. ed. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. CGCFN-34.1: Manual de Apoio Aéreo de Fuzileiros Navais. 1. ed. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF, 2015.



CC (FN) **Raphael** Correia Lopes
raphamaneus@hotmail.com

A logística de sustentação aplicada às operações de Fuzileiros Navais



CC (FN) **Raphael** serve atualmente no Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio Grande, como Imediato. É oriundo da Escola Naval e realizou o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2019. Serviu por 6 anos no Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e por 3 anos no Comando do Material de Fuzileiros Navais. É Mestre em Logística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Introdução

O termo “la logistique” ficou conhecido por meio dos trabalhos do teórico militar Barão Antoine Henri Jomini, baseado em sua experiência como staff de Napoleão. O trabalho de Jomini, *Sumário da Arte da Guerra* de 1836 (*Precis de L'art de la guerre*), dividiu a Guerra em cinco áreas: estratégia, grande tática, logística, engenharia e táticas menores; e sua definição de logística é a arte prática de movimento dos exércitos (JOMINI, 1836).

O conceito de Jomini abrangia os transportes, a estrutura organizacional, o reconhecimento, a inteligência para a movimentação e o abastecimento das tropas e determinava que a logística não era apenas apoio da arte da guerra, mas em si um campo distinto para sustentar e movimentar as Forças Armadas.

No século XX, com a própria evolução da arte da guerra em que a Logística aprimora-se, mas não podemos falar da Ciência Logística, pois como a guerra, ela é uma arte. Ballou (1993) faz um interessante resumo da Logística “adormecida”, considera a Logística muito rudimentar antes de 1950 e só ganhando força no pós-guerra.

Segundo Bowersox e Closs (2001), a incorporação da Logística por parte das empresas é o que vai criar a Logística Empresarial a partir dos anos 50 e que hoje contribui como Vantagem Competitiva nas empresas que atuam globalmente, mas sem o amadurecimento do passado, da coleção interminável de pensadores, que aqui e ali desfilaram na História suas teorias e práticas, a logística não poderia ser concebida como é hoje.

O objetivo deste trabalho é apresentar a logística de sustentação aplicada às operações de fuzileiros navais, incorporando

sugestões de aprimoramento trazidas de exemplos da logística empresarial, principalmente, no que se refere à tecnologia de processamento das informações. Tal objetivo, advém do fato que a logística “nasce” no meio militar, entretanto com o passar do tempo as empresas desenvolvem-na de tal forma, que urge a necessidade de estudos buscando o aprimoramento da doutrina para que se aumente a eficácia e eficiência, no caso em tela da logística do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Após essa seção de introdução, o trabalho está estruturado em apresentar uma fundamentação teórica na segunda seção. A terceira seção realizará uma análise da importância da logística de sustentação nas operações. A última seção apresentará uma conclusão e sugestões de trabalhos futuros.

Fundamentação Teórica

De acordo com o Manual de Logística da Marinha (BRASIL, 2003):

Logística é a componente da arte da guerra que tem como propósito obter e distribuir às Forças Armadas os recursos de pessoal, material e serviços em quantidade, qualidade, momento e lugar por elas determinados, satisfazendo as necessidades na preparação e na execução de suas operações exigidas pela guerra.

Para que o emprego dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais busquem cumprir uma missão estabelecida, o esforço logístico realizado é agrupado em funções logísticas, definidas no Manual de Logística da Marinha (BRASIL, 2003),

são eles: Recursos Humanos, Saúde, Suprimento, Manutenção, Engenharia, Transporte e Salvamento. Cabe ressaltar que o Manual Básico do Combatente Anfíbio (BRASIL, 2020a) considera desenvolvimento de bases como função logística, ela consiste no aproveitamento e na expansão dos recursos e instalações existentes em uma determinada área, com o propósito de apoiar operações militares.

A Marinha do Brasil não trata abastecimento como uma função logística específica, integrando um conceito mais abrangente, que engloba a função logística suprimento, parte da função logística transporte, além de se relacionar estritamente com a função logística manutenção. Assim abastecimento é o conjunto de ações realizadas no sentido de prever, prover, controlar e distribuir as diversas classes de suprimentos, equipamentos e sistemas de armas para os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), visando mantê-los em plenas condições de operacionalidade (BRASIL, 2020a). Desta maneira, entende-se que a atividade abastecimento está inserida na proposta de ciclo logístico da Força e, assim, em sua logística.

A Área de Retaguarda (ARtg) é a parte do espaço geográfico de uma força destinada ao desdobramento de sua reserva e da maior parte dos elementos de comando, apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate (BRASIL, 2020b). As tropas que operam na área de retaguarda visam proteger as instalações logísticas e de comando e controle de forma a prover liberdade de ação e sustentabilidade ao poder de combate da Força de Desembarque (ForDbq). As ações do Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC) na Área de Retaguarda (ARtg) devem ser caracterizadas pelo intenso patrulhamento e controle de trânsito que permitem proteger sua capacidade de apoiar a ForDbq como um todo.

A logística abrange todas as atividades necessárias para deslocar e sustentar as forças em ação, devendo seu conceito de emprego, portanto, estar sempre coordenado com o da operação como um todo. No nível tático, essa função se traduz no Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb). De modo geral, uma logística confiável e ininterrupta gera poder de combate e possibilita ao comando obter e manter a iniciativa das ações e explorar, tempestivamente, as oportunidades.

Na Guerra de Manobra, esta função de combate deve ser executada de forma pró-ativa, de forma que as Unidades em combate recebam adequado apoio logístico, independente de solicitações prévias (BRASIL, 2020a). Esse apoio, no entanto deve ser criterioso, para não sobrecarregar as Unidades com excesso de suprimentos, dificultando sua mobilidade e nem

deixar que lhes falte apoio nos momentos críticos do combate. Daí surge o termo Logística de Sustentabilidade, quando principalmente, através do apoio logístico vindo da área de retaguarda, as tropas em 1º escalão possam ser sustentadas no combate, com suprimentos, transporte, manutenção e re-complementamento de pessoal.

Suprimentos são todos os itens necessários para equipar, manter e fazer operar uma unidade militar, incluindo comestíveis, água potável, fardamentos, equipamentos, armamentos, munições, combustíveis, sobressalentes e máquinas de todas as espécies. Quanto à natureza, são classificados por Símbolos de Jurisdição (SJ), de acordo com suas características físicas e o setor técnico da MB que os controlam (BRASIL, 2020c). Segundo a publicação SGM-201 (BRASIL, 2012a), equipagem é um conjunto de suprimentos (itens de material, equipamento ou unidade e respectivos acessórios), organizado para fins de abastecimento, normalmente portátil, que deve existir em determinado setor da Organização Militar (OM) para atender a um serviço específico.

O material do SJ OSCAR (O) compreende: viaturas operativas (VtrOp), motocicletas, material de engenharia de combate, paraquedas, instrumentos musicais, equipamentos de uso específico do CFN, entendidos como equipamentos operativos de uso individual ou coletivo pelos militares (BRASIL, 2012b). Enquadram-se, ainda, como SJ OSCAR HOTEL (OH) e OSCAR NOVEMBER (ON) os componentes não eletrônicos e os eletrônicos, respectivamente, dos equipamentos pertencentes ao SJ OSCAR. Deve-se considerar o material de uso exclusivo ou preponderante do CFN identificados como os novos SJ OSCAR ALFA (OA), OSCAR DELTA (OD), OSCAR FOXTROT (OF), OSCAR KILO (OK), acrescentando-se, também, os SJ OSCAR X-RAY (OX), OSCAR YANKEE (OY) e OSCAR ZULU (OZ) descritos no Anexo A da SGM-201. As instruções pertinentes ao controle desses novos SJ são estabelecidas em Instruções Permanentes do Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatMarInst).

Segundo o CGCFN-31.10 (BRASIL, 2020c), na ocasião em que os suprimentos são colocados sob o controle dos GptOpFuzNav, assumem uma classificação segundo seu emprego operativo, sendo seus itens distribuídos por cinco classes, de acordo com suas características de emprego ou consumo. As classes são identificadas através de algarismo romanos de I a V. Entretanto, a Doutrina de Logística Militar (BRASIL, 2016) através do Sistema de Classificação Militar, agrupa todos os itens de suprimento, conforme a finalidade de emprego, em dez classes, a Tabela 1 apresenta o comparativo entre as duas publicações.

Tabela 1: Classes de suprimento

CGCFN-31.10		DOCTRINA DE LOGÍSTICA MILITAR	
CLASSE	SUPRIMENTO	CLASSE	SUPRIMENTO
I	Itens de subsistência, incluindo água e rações operacionais	I	Material de Subsistência

continua

CGCFN-31.10		DOCTRINA DE LOGÍSTICA MILITAR	
CLASSE	SUPRIMENTO	CLASSE	SUPRIMENTO
II	Itens de natureza geral, constantes de Listas de Dotação, tais como: armamentos, viaturas operativas, roupas especiais, ferramentas, suprimentos e equipamentos de saúde, etc.	II	Material de Intendência
III	Itens relativos a combustíveis e lubrificantes, exceto de aviação	III	Combustíveis e Lubrificantes
III-A	Itens relativos a combustíveis e lubrificantes de aeronaves	IV	Material de Construção
IV	Itens de natureza geral, não constantes de Listas de Dotação, como materiais de construção e de fortificações de campanha	V	Armamento e Munição
V	Itens relativos a munição para armamentos de todos os tipos, exceto de aviação	VI	Material de Engenharia e de Cartografia
V-A	Itens relativos à munição de uso específico em aeronaves	VII	Material de Comunicações, Eletrônica e de Informática
		VIII	Material de Saúde
		IX	Material Naval, de Motomecanização e de Aviação
		X	Materiais não incluídos nas demais classes

Fonte: O autor.

Logística de sustentação nas operações de Fuzileiros Navais

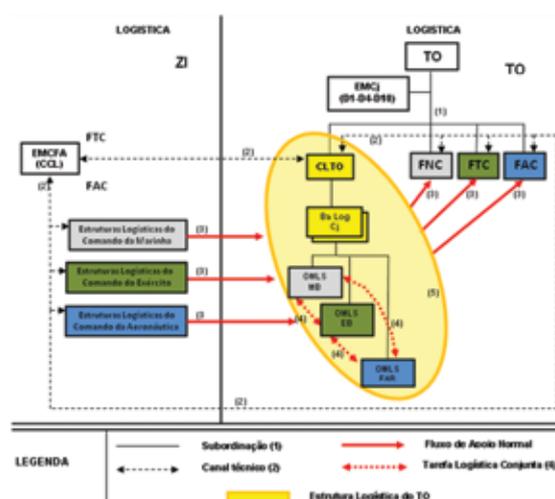
Desde o tempo de paz, as FA são responsáveis pela logística singular. Para tal, seu preparo deverá estar condicionado a um eficiente planejamento dos recursos logísticos com vistas às Hipóteses de Emprego (HE). No planejamento logístico, deve-se buscar o desenvolvimento da sinergia necessária entre as FA, operações interagências e a Base Industrial de Defesa (BID), por meio do envolvimento da iniciativa privada na preparação e na manutenção dos meios militares, desde a situação de normalidade, de maneira a reduzir ao máximo os obstáculos inerentes à transição para a situação de crise (BRASIL, 2011). Por sua destacada e importante atuação na solução de complexos problemas de apoio às forças militares, a Logística condiciona a manobra, ocupa posição de relevo no quadro das operações e é considerada como um dos fundamentos da arte da guerra. Todavia, diante de uma situação em que os meios alocados pela Logística sejam insuficientes, a mobilização completa e suplementa as necessidades, daí a exigência de um perfeito entrosamento entre a logística e a mobilização.

O Comandante Operacional exerce a autoridade sobre a logística dentro do Teatro de Operações (TO). Para tal, emite diretrizes e ordens visando ao cumprimento da sua missão. Na Logística Operacional busca-se otimizar o fluxo logístico entre a Zona do Interior (ZI) e o TO, racionalizando o emprego dos meios logístico, em particular no que se refere ao transporte estratégico, estabelecendo prioridades, responsabilidades e cronogramas. Pode-se, ainda, definir os meios civis a serem mobilizados ou contratados

para o atendimento das necessidades das forças no TO. Outro aspecto relevante é que deve-se evitar a interferência entre os movimentos logísticos e táticos dentro do TO. Essas ações demandam uma coordenação entre o TO e as FS.

O Comandante do TO (ComTO) estabelece a organização para o apoio logístico dentro do TO, sendo de sua responsabilidade a coordenação e a integração do apoio às suas forças subordinadas (singulares e/ou conjuntas) e, quando determinado, à população civil. Em linhas gerais, a estrutura do apoio logístico no TO segue o modelo esquematizado na Figura 1. O ComTO pode delegar a autoridade operacional sobre a logística dentro do TO ao Comandante do Comando Logístico do TO (CLTO).

Figura 1: Estrutura simplificada do Apoio Logístico (Ap Log) na ZI e no TO.



Fonte: Doutrina de Operações Conjuntas 3º Volume (BRASIL, 2011).

Visando a coordenação entre as FS e o ComTO o Ministério da Defesa (MD) possui em sua estrutura o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) para priorizar e coordenar a logística nas operações conjuntas. Para esse fim, esse centro pode se valer do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD) como ferramenta de Tecnologia da Informação (BRASIL, 2016). No nível estratégico, a Logística Conjunta deve integrar e coordenar as capacidades nacionais, do MD, das FS e componentes funcionais, multinacionais, operações interagências e outras, com as necessidades táticas do Comando Conjunto.

No nosso entendimento a existência de um CLTO no TO está condicionada aos fatores da decisão. As soluções possíveis abrangem um amplo espectro de arranjos distintos. Para o entendimento desse espectro podemos resumir em três diferentes situações. Na primeira situação o CLTO teria comando e controle sobre toda a logística executada dentro do TO, assim as FS, que são as responsáveis por dar suporte a logística para suas parcelas de forças adjudicadas ao ComTO, ligam-se ao CCLM do MD, que mantém estreito contato com o CLTO, de modo a fazer chegar às suas Forças Componentes (FCte), essa situação corresponde a um extremo do espectro. Numa segunda situação, podemos imaginar que, fruto da análise da missão, o ComTO decidiu não estabelecer um CLTO, nesse caso as coordenações necessárias seriam feitas com o Estado-maior do ComTO, nessa situação as FS, desde a ZI, ligariam-se diretamente às suas FCte para entrega de seus fluxos logísticos, logicamente respeitando as diretrizes e coordenando com o ComTO e o CCLM do MD, essa situação corresponde ao outro extremo do espectro. Uma terceira situação seria quando o CLTO exercesse diferentes graus de comando e controle sobre a logística dentro do TO, provocada por especificidades em alguma função logística, ou por contingências de alguma parcela da área do TO ou até por conta da logística diferenciada voltada para alguma força específica, como exemplo uma força naval no mar, quando não se espera interferência com as demais porções do TO. Nesses casos as FS poderiam se ligar diretamente ou não, com suas FCte dentro do TO. Evidentemente nessa situação tanto o CLTO quanto o CCLM deveriam ser informados de todos os movimentos entre a ZI e o TO, essa situação estaria no meio do espectro.

É interessante observar que o Comando da FS que está na ZI e tem por necessidade encaminhar a sua logística para as FC dentro do TO, essa logística se encontra no nível da Logística Estratégica, um patamar diferente da Logística Operacional. A diferenciação desses níveis é particularmente notável quando observamos a fase da obtenção, quando ela é realizada na ZI, na sua Base Industrial de Defesa (BID), fica claro seu posicionamento no nível estratégico. A logística de sustentação pode transcender a própria ZI, à medida em que o Comando da FS tenha capacidade de fazer aquisições além da sua BID, ela pode resultar de contratações que estão fora do próprio País. Exemplo disso foi o fornecimento, durante a operação de paz no Haiti – MINUSTAH, de coletes balísticos adquiridos em Israel, pelo Comando-Geral do CFN, e entregues diretamente na Área de Operações.

O Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb) pode ser conceituado como o apoio proporcionado por parcela de uma Força de Desembarque (ForDbq) ou Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) ao conjunto da Força ou Grupamento, por meio de aplicação das funções logísticas essenciais à sua manutenção em combate (BRASIL, 2008). É, pois, um caso especial da logística militar, cabendo a ele prover o apoio sob as condições de combate, influenciando, assim, diretamente o cumprimento da missão desses GptOpFuzNav. Esse apoio inclui, normalmente, os serviços de: abastecimento; saúde; transporte; manutenção de campanha; coleta de salvados; polícia; construção de instalações de campanha; engenharia de construção; apoio ao desembarque; banho; lavanderia; cantina; administração e finanças; assistência religiosa, social e jurídica; processamento eletrônico de dados; assuntos civis e sepultamento. O ApSvCmb é portanto, uma particularidade do apoio logístico na Marinha do Brasil, desenvolvido especificamente nos GptOpFuzNav, dadas as peculiaridades do combate terrestre de caráter naval, a eles pertinentes.

A estrutura de ApSvCmb é composta de instalações de apoio e recursos logísticos, operados por elementos de ApSvCmb oriundos das diversas Unidades da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), os quais são especialmente organizados para prestar esse apoio a partir de uma área de Apoio Logístico (AapL), essas áreas estabelecidas em terra, são destinadas a concentrar suprimentos, equipamentos, instalações e pessoal, necessários ao GptOpFuzNav. Dependendo das circunstâncias e da natureza da operação realizada, podem ser de quatro tipos: Área de Apoio de Praia (AapP); Área de Apoio de Zona de Desembarque (AApZDbq); Área de Apoio de Serviços ao Combate (AApSvCmb); e Instalação Logística Sumária (ILS).

Para o ApSvCmb, a função abastecimento compreende o conjunto de ações realizadas no sentido de prever e prover, para os GptOpFuzNav e seus componentes, o material necessário para mantê-los em condições de plena eficiência. A utilização dos níveis de suprimento leva em consideração, antes de mais nada, a possibilidade de se estabelecer uma relação consumo/tempo. Como tal, são sempre expressos em termos de dias e indicam a autonomia de suprimentos que pode ou deve ser mantida. Basicamente, os níveis de suprimentos se destinam a atender à demanda prevista num determinado espaço de tempo. Os níveis de suprimentos abrangem duas situações: quando se refere à determinada ação operativa, é denominado Nível de Abastecimento; quando associado à administração logística, é denominado Nível de Estocagem dos Depósitos.

A distribuição dos suprimentos numa área de operações pode ser realizada segundo dois processos: Distribuição por ponto, onde o elemento apoiado vai buscar seus suprimentos na instalação responsável pelo fornecimento do item; e Distribuição por Unidade; a agência responsável pela instalação de distribuição é também responsável pela entrega dos suprimentos.

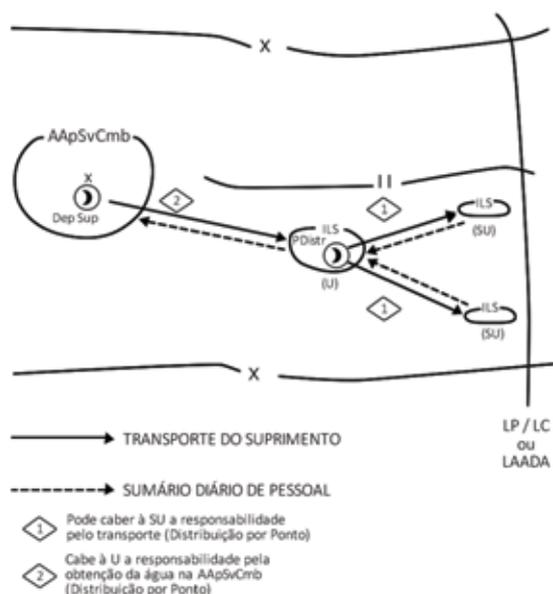
Como função logística, o transporte é, primordialmente, um serviço. Embora esteja notadamente presente na fase da dis-

tribuição, em verdade participa, em menor ou maior grau, de todo o processo logístico como atividade fundamental para o esforço logístico. No que diz respeito ao ApSvCmb, duas ações distintas estão englobadas no transporte: a movimentação, tática e/ou administrativa, de pessoal, equipamentos e suprimentos na área de operações; e a operação e o controle dos meios de transporte.

A função logística Recursos Humanos tem por propósito prever e prover os efetivos necessários ao emprego dos GptOpFuzNav. Implica a determinação de necessidades, em termos quantitativos e qualitativos, a obtenção quando insuficientes, a preparação e a distribuição dos efetivos. No tocante ao ApSvCmb, essa função engloba duas grandes atividades: a distribuição e a administração. A distribuição inclui todas as ações relacionadas ao controle de efetivos, recompletamento e movimentação interna do pessoal. A administração é destinada a gerenciar os efetivos com o propósito de manter as condições psicossociais adequadas ao serviço em combate.

Nas operações de Fuzileiros Navais os suprimentos são classificados em Carga Prescrita (Individual e da Unidade) e Suprimentos da Força (SupFor). Estes últimos são estocados na AApSvCmb e transportados exclusivamente pelos meios da própria Força. O Comandante do GptOpFuzNav é o responsável pelo abastecimento inicial e pelo reabastecimento de todas as classes de suprimentos, assim como também pela sua distribuição para as ILS, sendo elas um conjunto de recursos para o ApSvCmb organizados em bases mínimas, nos escalões Unidade e Subunidade, de forma a garantir um apoio contínuo, cerrado, e preservar a mobilidade. Um modelo de distribuição de suprimentos é apresentado na Figura 2.

Figura 2: Distribuição de suprimentos.



Fonte: CGCFN-33 (BRASIL, 2008).

No nível operacional, a distribuição dos suprimentos é controlada pelo Sistema de Informações Gerenciais do Abastecimento (SINGRA), ele é o sistema de informações e de gerência de

material que se destina a apoiar as fases básicas das funções logísticas suprimento, transporte e manutenção relacionadas ao Abastecimento, prevendo e provendo os recursos de informação (regras, informações e tecnologia) necessários ao desempenho das atividades técnicas e gerenciais de Abastecimento.

Entretanto no nível tático não há nenhum sistema de tecnologia da informação disponível no Corpo de Fuzileiros Navais que seja empregado no Teatro de Operações. Os controles de suprimentos e apoios são realizados em planilhas de Excel, elas são úteis mas existem formas de otimização que podem facilitar e melhorar o desempenho do apoio, uma delas pode ser obtidas através da pesquisa operacional.

A aplicação da pesquisa operacional pode ocorrer através da programação linear, que por sua vez, auxilia as empresas na busca de tempos e recursos visando sempre a redução de custos e melhores resultados, levando em consideração todas as restrições envolvidas no processo que será otimizado. Isto pode ser utilizado na busca de um sistema de roteirização, segundo Enomoto (2005):

[...]a empresa tem como objetivo a otimização do processo geral de conversão de custos, para maximizar o aproveitamento dos recursos de transporte, identificando as melhores rotas que permitam redução do tempo e distância, ajudando na redução de gastos proporcionando uma forte parceria com foco no atendimento aos clientes[...]

O que, no caso do trabalho em tela, seriam os militares na linha de frente.

Com relação ao controle do material, uma solução seria o emprego de WMS (Warehouse Management System) que aumentaria a precisão das informações de estoque, a velocidade e qualidade das operações, além de melhorar a produtividade do pessoal. Nesse caso, a utilização de código de barras nos produtos a serem utilizados no apoio pode ser usado para aprimorar qualquer processo que envolve controle de material. Por suas próprias características, o sistema é ideal para operações com um grande número de itens. É a forma mais racional de gerenciamento do controle de fluxo e estoques de materiais.

Ao contrário dos sistemas tradicionais que processam as informações no final do dia ou a cada período de tempo, o código de barras permite o acesso às informações on-line, uma grande vantagem. Outro benefício considerável é a possibilidade de se poder trabalhar com o controle físico do estoque, em vez do controle estatístico.

Conclusão

A logística evoluiu bastante desde o século XIX até os dias atuais, a melhor logística é aquela que funciona e seu grande propósito é entregar o produto certo, no lugar certo, na hora certa. Para isso, é fundamental que exista uma coordenação

competente entre os vários elementos que rodeiam a cadeia de logística, e assim seja prestado um serviço de qualidade priorizando a entrega dos produtos nos prazos combinados.

Gerenciar o moderno conceito de logística é gerenciar basicamente dois fluxos: o fluxo físico de materiais e o fluxo de informações. De nada adianta realizarmos uma logística de movimentação e armazenagem garantindo que o produto encontra-se estocado no paiol, mas sem a informação de onde ele está. De nada adianta “soltar” a carga, colocando o caminhão na estrada, e quando questionado pela localização da carga ou caminhão, não possuir tal informação. O fluxo físico de materiais agrega valor. É ele que coloca o produto no lugar certo, na hora certa, na quantidade correta solicitada. Esse fluxo deve estar em perfeita sintonia com o fluxo de informações. Com isso, urge de importância o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação, de forma que sejam empregados no nível tático do combate.

A logística de sustentação empregada atualmente nas operações de fuzileiros navais tem os princípios bem sedimentados, entretanto é possível evoluir sobremaneira para que esteja alinhada com os princípios da logística moderna. Em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o CFN provê a oportunidade no aperfeiçoamento dos oficiais, a especialização em logística. Tal fato pode ser considerado um primeiro passo na busca pela modernização da logística, principalmente no nível tático.

Concluindo, este trabalho buscou apresentar a logística de sustentação aplicada as operações de fuzileiros navais, através de seus fundamentos e sugestões de modernização práticas, para que possa servir de base para estudos futuros em prol do CFN, lembrando sempre que Logística é a ciência dos detalhes e aplicada da forma adequada é poder de combate.



Referências

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**: Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 1993.

BOWERSOX, Donald J. e CLOSS, David J. **Logística Empresarial**: O processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Marinha. Secretaria-Geral. **SGM-201**: Normas para Execução do Abastecimento. Brasília, 2012a.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 0-1**: Manual Básico do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2020a .

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 1-1**: Manual de Operações da Força de Desembarque. Rio de Janeiro, 2020b.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-12**: Normas para Administração do Material do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2012b.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 31.10**: Manual Básico do Combatente Anfíbio. Rio de Janeiro, 2020c.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-33**: Manual de Operações do Componente de Apoio de Serviços ao Combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008.

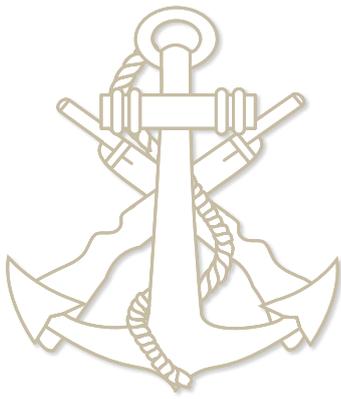
BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-400**: Manual de Logística da Marinha. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-30-M-01**: Doutrina de Operações Conjuntas (3º Volume). Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-42-M-02**: Doutrina de Logística Militar. Brasília, 2016.

ENOMOTO, Leandro M. **Análise da Distribuição Física e Roteirização de um Atacadista do Sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Itajubá. 2005.

JOMINI, Baron. **The Art of War**. A New Edition, with Appendices and Maps. Translated from the french by Capt. G.H. MENDELL, and Lieut. W.P. CRAIGHILL, U.S. ARMY. Originally published in 1862. Extraído do “The Project Gutenberg EBook of The Art of War, by Baron Henri de Jomini - www.gutenberg.net”.



CMG (Ref-Fn) Wilson Luiz de **Lima Neves**
Wilsonln9@hotmail.com

CMG (FN) **Leonel** Mariano da Silva Júnior¹
leonel@marinha.mil.br

A Mobilização aplicada às Operações de Fuzileiros Navais



CMG(Ref-FN) **Lima Neves** presta Tarefa por Tempo Certo no Comando-Geral do CFN, como Assessor de Mobilização Marítima e Militar e de Ciência, Tecnologia e Inovação. É oriundo da Escola Naval (1977) e realizou os seguintes cursos de carreira: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (1985); Curso Especial Avançado de Operações Anfíbias (CIASC - 1986); Curso de Comando e Estado Maior – CCEM (EGN - 1995); e Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE (ESG – 2002). Quando na ativa, exerceu suas funções mais relevantes na FFE, onde comandou Cias de Fuzileiros (1984 a 1987) e o GERR-OpEsp (BtlOpEspFuzNav – 1988/1989, no CPesFN (Chefe dos Departamentos de Praças e de Oficiais) e no CGCFN (Chefe do Departamento de Material). Exerceu os Comandos do 1º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (2000) e do então Centro de Ades-
tamento da Ilha da Marambaia – CADIM (2004/2005).



O CMG (FN) **Leonel** serve atualmente no Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Material. É oriundo da Escola Naval. Realizou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores em 2013 e o Curso Especial de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica em 2015. Além de ter servido no Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais quatro vezes, inclusive comandando em 2018, serviu, entre outras OM, no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como Encarregado da Escola de Engenharia, Instrutor do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Chefe do Departamento de Instrução, e no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra como Oficial de Logística. Coursou também Gestão de Catástrofes na Unidade Militar de Emergências da Espanha.

O desenvolvimento do conceito de mobilização

Para alcançar e manter seus interesses políticos, os povos antigos desenvolviam artesanalmente diversos tipos de armas, estocavam alimentos e recrutavam homens para formar e manter exércitos. Ainda no início do século passado, as nações atentaram para a importância das atividades de Mobilização, em decorrência do desgaste gerado por um conflito de longa duração – a Primeira Guerra Mundial – que revelou a necessidade de políticas que minimizassem os inevitáveis improvisos logísticos, ocasionados por constantes revisões e novos planejamentos.

Ao ter início a Segunda Guerra Mundial (2ª GM), com os ensinamentos do conflito anterior, os países buscaram mais rapidamente passar da estrutura de paz para a de guerra, visando se contrapor a agressão sofrida. Atualmente, em cenários difusos, com a indefinição de ameaças claras, a multiplicidade

de missões e formas de atuação, os variados níveis de intensidade dos conflitos e os diversificados ambientes operacionais, caracteriza-se um quadro de incertezas e imprevisibilidades, impondo que as Forças Armadas (FA) se mantenham em condições permanentes de pronto emprego.

Hoje, os países com expressivo Poder Nacional, para obterem o efeito de dissuasão, mantêm, com custos extremamente elevados, Forças Armadas com grandes efetivos e, consequentemente, uma vasta e altamente dispendiosa logística. Já as nações menos favorecidas resta valer-se da sua capacidade de mobilização, para alcançar esse mesmo objetivo. Portanto, a capacidade de mobilização de um país contribui com o fator dissuasório, em maior ou menor grau, de acordo com a expressão dessa capacidade. No entanto, é preciso que essa capacidade esteja sempre sendo fortalecida e validada por meio de ações efetivas e permanentes, desde muito antes do início dos conflitos.

¹Também participou da elaboração do artigo do CF (FN) Vanderli Nogueira Cordeiro Junior – E-Mail: vanderli@marinha.mil.br.

Figura 1: Desfile das Forças Armadas Chinesas.



Fonte: <https://www.resumopb.com/noticia/desfile-militar-marca-os-90-anos-do-exercito-chines.html>

No Brasil, a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, dispõe sobre a Mobilização Nacional e criou o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB. A citada lei ainda definiu Mobilização Nacional como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira. O desenvolvimento de tal Sistema permite assegurar a capacidade dissuasória e operacional das FA, na medida em que confere elasticidade na expansão do poder combatente das mesmas, com o aumento célere dos recursos humanos, materiais e de serviços, para complementar a Logística Militar nas situações motivadoras em que o País estiver envolvido.

Como sistema integrante da Mobilização Nacional, há a Mobilização Militar, responsável pelo planejamento, orientação e execução de atividades, desde a situação de normalidade, que visam dotar as FA de todos os recursos logísticos (pessoal, material, instalações e serviços) necessários para enfrentar situações de emergência, decorrentes de ameaças à soberania nacional, à integridade territorial ou aos interesses nacionais, dentro ou fora do território brasileiro, complementando as funções da logística militar.

Figura 2: Estrutura Organizacional do SISMOMIL.



Fonte: BRASIL, 2015, p. 31/38.

Dentro dessa mesma ótica, a MB criou o Sistema de Mobilização Marítima (SIMOMAR), como um subsistema específico da Mobilização Militar, formado pelo conjunto de atividades sis-

têmicas realizadas rotineiramente na MB, relativas à previsão das necessidades de complementação das diversas funções logísticas e ao planejamento antecipado de seu atendimento, para fazer frente a uma situação de emergência decorrente da efetivação de uma Hipótese de Emprego (HE) ou na iminência de sua concretização.

A estrutura do SIMOMAR é composta por cinco níveis de direção setorial. No primeiro, está o Órgão Central de Direção (OCD), que é o EMA. No segundo nível, estão os Órgãos de Direção Setorial Líderes (ODSL), no terceiro vêm os ODS. No quarto nível vêm as Diretorias Especializadas (DE) e, no quinto, os Órgãos Regionais (OR). Utiliza-se o conceito de Símbolos de Jurisdição para definir as responsabilidades logísticas de cada ODS. Além disso, cada uma das funções logísticas tem um ODSL. O DGPM é o ODSL para as funções logísticas Recursos Humanos e Saúde e o DGMM para Manutenção e Engenharia. O CGCFN é o ODSL para as funções logísticas Recursos Humanos, Manutenção e Engenharia, dentro da esfera do CFN. O CON e o DGN são os ODSL para Salvamento e Atividades Marítimas, respectivamente. O SGM é o ODSL para as funções logísticas Suprimento e Transporte.

Conceitos importantes relativos ao assunto

Serão detalhados, a seguir, alguns conceitos que balizarão o desenrolar deste artigo, visando traçar um paralelo entre as operações a cargo do Poder Naval, descritas na Doutrina Militar Naval (DMN), e as ações de mobilização, com o objetivo de fundamentar os exemplos apresentados. Da DMN, extraímos primeiramente, como relevante a este artigo, a identificação, como um dos princípios da guerra (preceitos filosóficos decorrentes de estudos de campanhas militares que orientam e subsidiam os chefes militares no planejamento e na condução da guerra), o princípio da prontidão, que se define como a capacidade de pronto atendimento das FA para fazer face às situações que podem ocorrer em ambiente de combate. Portanto, abrange a capacidade de mobilização de pessoal e material para complementar meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais existentes.

Consta ainda da DMN que, para cumprir a sua missão, o Poder Naval deverá estar capacitado a realizar as seguintes tarefas básicas: controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão. Derivadas dessas tarefas, estão as Operações de Guerra Naval, nas quais se inserem as Operações Anfíbias (OpAnf), operações que introduzem em terra Forças de Desembarque (ForDbq), constituídas por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), nas seguintes modalidades: assalto, incursão, projeção, demonstração e retirada anfíbia. Outras das Operações de Guerra Naval com participação normalmente relevante de GptOpFuzNav, e de interesse para este artigo, são as Operações Ribeirinhas (OpRib), realizadas por uma Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib), com o

propósito de obter e manter o controle de parte ou toda uma área ribeirinha, ou para negá-la ao inimigo.

Um entendimento importante é que a Mobilização Marítima deve complementar a Logística. Para isso, está dividida em duas fases, a fase do preparo e a de execução, sendo a primeira a que deve demandar maiores esforços, pois dela muito vai depender o sucesso das operações navais em execução. É na fase do preparo que devem ser visualizadas e determinadas soluções para as carências de pessoal, material e serviços. Na fase de execução, a lista de carências será tão maior ou menor, quanto maior ou menor forem as atividades de mobilização na fase anterior. Relewa mencionar que, para cada HE, em todos os escalões, haverá um Plano de Mobilização e um Plano de Desmobilização.

A mobilização aplicada às operações de Fuzileiros Navais

qualquer que seja a Operação de Guerra Naval que um GptOpFuzNav tenha que realizar, sempre será um componente do Conjugado Anfíbio. Assim, em termos de Mobilização, para a realização de uma das Operações de Guerra Naval, deve se considerar atender às carências de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Incluem-se aí, obviamente, os meios necessários ao movimento navio para terra (MNT). Como exemplo, numa OpAnf, para atender à função logística transporte, podem ser mobilizadas aeronaves civis de transporte de pessoal e de carga, navios mercantes (graneleiros, petroleiros, navios *Roll-On/Roll-Off*, multipropósitos, portacontêineres, frigoríficos, navios de passageiros e outros). Analogamente, nas OpRib, podem ser empregadas embarcações de transporte de passageiros fluviais (regionais) para transporte de tropa, balsas para transportes de viaturas, barças com empurradores, transportando o trem logístico ou servindo como Bases de Combate Flutuantes e embarcações de hospedagem como navios-hospitais, entre outros. Para isso, na fase do preparo, devem ser planejadas as modificações necessárias nesses meios.

Um exemplo ocorreu na Operação *Overlord*, desembarque aliado na Normandia durante a 2ª GM, dos 5.300 navios e embarcações em ação, cerca de 25% apenas eram navios de

Figura 3: Navio mercante britânico adaptado durante a Guerra das Malvinas.



Fonte: <https://projetosalternativosnavais.wordpress.com/2016/01/19/porta-avioes-auxiliar-mercante/>

guerra. Outro caso emblemático foi o do Conflito das Malvinas em 1982, em que o Reino Unido utilizou 45 navios mercantes para transporte de tropa e/ou material até a região do arquipélago no Atlântico Sul

Podemos citar, ainda, dois exemplos marcantes durante a 2ª GM. O primeiro foi inglês, com a construção de um grande número de Corvetas classe *Flowers*, baseada num antigo projeto de baleeiro do século XIX, escolhido por ser econômico no consumo de combustível, extremamente barato, fácil de construir e modificar para as necessidades da guerra. Esses baleeiros foram armados com Canhão de 40mm, seis metralhadoras antiaéreas e quarenta cargas de profundidade, além de outras modificações internas, para emprego em Patrulha Costeira.

O segundo exemplo foi norte-americano, com a construção dos *Liberty Ships*, navios cargueiros de 10 mil toneladas, muito fáceis e rápidos de construir. Desta forma, buscava-se construir uma quantidade de navios que superasse a capacidade dos meios inimigos em afundá-los. De um total de quase três mil construídos, apenas duzentos foram afundados. O protótipo foi construído em 244 dias. Mais tarde, o tempo médio de construção baixou para 42 dias, mas, em novembro de 1942, um *Liberty Ship* foi construído em quatro dias e quinze horas. Eram empregadas cerca de trinta mil peças padronizadas e pré-fabricadas fora das dezenas de estaleiros que faziam a montagem, enquanto os alemães, à época, só produziam 13 submarinos por mês. Isso só foi possível porque os norte-americanos já haviam projetado tal classe, durante a fase do preparo para a mobilização.

Figura 4: *Liberty Ship* construído em 4 dias e 15 horas.



Fonte: <https://historiasdomar.com/o-incrivel-navio-feito-em-apenas-quatro-dias/>

Em apoio à função logística saúde, podem ser requisitados desde sofisticados equipamentos de exames, como RX, tomógrafos, respiradores e outros, como até mesmo a utilização de instalações hospitalares civis.

De igual modo, quanto à função logística manutenção, podem ser mobilizadas instalações fabris e de manutenção, como oficinas mecânicas e metalúrgicas, na própria área de opera-

ções, aproveitando-se do maquinário existente para o reparo de viaturas, armamento ou outras equipagens militares. Pode-se ainda adaptar um navio mercante como Navio Oficina.

Já com relação à função logística suprimento, um exemplo seria a instalação em navios petroleiros de um Sistema de Reabastecimento no Mar, para auxiliar no abastecimento dos navios ou bombear combustível para a Área de Apoio Logístico em terra. Como as demais adaptações envolvendo meios ou instalações mobilizáveis, o tempo e custos das ações para passagem da fase de preparo à execução serão significativamente reduzidos, com o planejamento e ações prévias, ainda durante a sua construção.

À parte do emprego do Poder Naval, como decorrência da pandemia da COVID-19, verificou-se necessário que os Sistemas de Mobilização estejam em condições também de apoiar o transporte estratégico de itens críticos, necessários em longo prazo, para as bases de operações, com meios navais, aéreos e terrestres, contribuindo com a sustentação logística das Forças, no que se incluíam os GptOpFuzNav. Nesses casos, seria mais provável o emprego em larga escala do modal marítimo, tendo em vista sua maior capacidade.

Aspectos relevantes nos processos de obtenção de meios de Fuzileiros Navais

A experiência demonstra que parcela significativa dos valores empregados em obtenção de meios e equipamentos para o CFN é utilizada para aquisição no exterior. O material dos GptOpFuzNav, por se tratar de uma tropa expedicionária, anfíbia e leve, necessitando de sistemas de combate com alta confiabilidade, tem que atender a estritos requisitos operacionais, que levam a compras de meios no exterior mas trazem dificuldades para reparo e manutenção desses mesmos meios. A relativamente pequena escala das aquisições realizadas pelo CFN também dificulta sobremaneira a viabilização de um processo completo de desenvolvimento científico-tecnológico de determinado meio.

Figura 5: Novos CLANf adquiridos nos EUA pelo CFN.



Fonte: <https://tecnodefesa.com.br/corpo-de-fuzileiros-navais-recebe-20-novos-clanf-ram-rs/>

Desta forma, avulta de importância que, na condução de processos de obtenção, defina-se condições que possibilitem minimizar tais óbices. Considerando que, para prevenir altos níveis de indisponibilidade em combate, exige-se, normalmente, um esforço de manutenção considerável, o atendimento ao requisito de menor esforço possível de manutenção é especialmente ressaltado. Reforça essa necessidade o fato de que a substituição de viaturas importadas, em combate, é de difícil consecução.

Ainda para contribuir para o fornecimento de sobressalentes e itens críticos aos meios dos GptOpFuzNav, os processos de obtenção deverão buscar garantir a catalogação de sobressalentes, graxas e lubrificantes no Sistema de Abastecimento da Marinha, possibilitando a realização das manutenções previstas para cada OM dentro de seu respectivo escalão de manutenção. No intuito de possibilitar o apoio adequado a todas as fases do ciclo de vida das viaturas, é recomendável nos contratos a inclusão de uma cláusula de catalogação, em conformidade com o Acordo OTAN de Padronização (STANAG 4177), com o fornecimento dos respectivos NATO Stock Number (NSN), competindo ao fabricante ou seu representante providenciar a catalogação, a suas expensas, no “National Codification Bureau” (NCB) do país, dos fabricantes originais dos itens de suprimento antes da entrega do meio. Deverá ser avaliada, ainda, a inclusão no contrato da celebração de um Acordo de Compensação, a fim de gerar benefícios, de natureza comercial, industrial ou tecnológica para a MB, como, por exemplo, garantir a nacionalização de equipamentos ou fornecimento de sobressalentes, observando-se os dispositivos legais que regulam tais acordos.

Conclusão

No passado, as ações de mobilização consistiam, na quase totalidade, do recrutamento de tropas e dos recursos materiais necessários a prontificação das forças, quando em vias de entrarem em estado de guerra, constituindo sinal de escalada durante manobras de crise. Mais recentemente, as declarações de guerra caíram em desuso e reforçou-se a necessidade da manutenção do estado de prontidão pelas forças.

Dada a improbabilidade dos recursos disponíveis atenderem a todas as necessidades, torna-se importante antecipar o planejamento das ações de pronta-resposta das Forças Navais, incluindo aí os GptOpFuzNav, de forma a minimizar as limitações. Assim, é necessário, bem antes da iminência de um conflito, manter-se atualizada a determinação das carências logísticas, conhecer-se as suas fontes de obtenção, a burocracia e as implicações políticas inerentes aos processos de aquisição de materiais e atribuir-se prioridades à variada gama de ações a empreender. Paralelamente, esses conhecimentos poderão ser de grande valia ao planejamento de longo prazo da MB.

Os exemplos apresentados, ao longo deste artigo, são mostra dos benefícios que a adequada capacidade de mobilização, antevista durante a fase do preparo, poderá trazer à condução dos conflitos armados, facilitando a execução das ações. Es-

pecialmente quanto aos GptOpFuzNav, a preparação de meios rapidamente mobilizáveis, bem como a preocupação, durante a obtenção de seu material, com possíveis necessidades críticas

durante os conflitos, facilitarão sobremaneira sua capacidade de atuar como a Força Expedicionária por excelência do nosso país.



Referências

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-401: Manual de Mobilização Marítima**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-D-01: Diretriz Setorial de Mobilização Militar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-M-01: Doutrina de Mobilização Militar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-M-02: Manual de Mobilização Militar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-P-01: Política de Mobilização Militar**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **SISMOMIL: Sistema de Mobilização Militar**. Brasília, 2014.

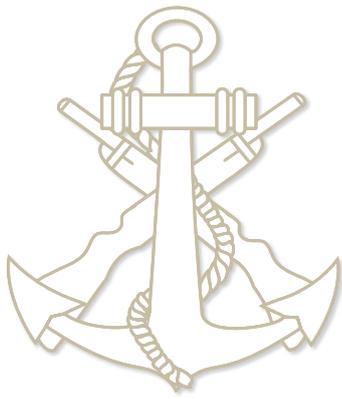
CAIAFA, Roberto. Corpo de Fuzileiros Navais recebe 20 novos CLANF RAM/RS. **Tecnologia e Defesa**. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/corpo-de-fuzileiros-navais-recebe-20-novos-clanf-ram-rs/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

FRANÇA, Carlos Custódio. O Poder Marítimo: a mobilização da Marinha do Brasil. In: **Seminário de Mobilização Militar, IV**, 2012. Brasília, 2012.

HISTÓRIAS DO MAR. Disponível em: <<https://historiasdomar.com/o-incrivel-navio-feito-em-apenas-quatro-dias/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

PROJETOS ALTERNATIVOS NAVAIS. Disponível: <<https://projetosalternativosnavais.wordpress.com/2016/01/19/porta-avioes-auxiliar-mercante/>>. Acesso em: 01 out. 2020.





CC (FN) William Monteiro da **Silva Gois**
williamfenix@yahoo.com.br

O Grupo de Apoio ao Desembarque Administrativo (GRADA) - Operação Rio Branco 2019



CC (FN) **Silva Gois** serve atualmente no Comando da Tropa de Reforço, como Adjunto de Operações. É oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais em 2012. Já serviu no 2º BtlInfFuzNav – Batalhão Humaitá, como Oficial de Estado-Maior, Comandante de Cia e Comandante de Pelotão, no 6º e 15º Contingente do GptOpFuzNav Haiti e Comandou a Companhia de Polícia de 01 de julho de 2019 a 02 de julho de 2020.

Introdução

Sob coordenação do Comando de Operações Navais (ComOpNav), como parte da Operação Rio Branco 2019, foi realizado no período de 20 de setembro a 02 de outubro de 2019 ações com tropas e meios que visava a tomada e controle de um porto de interesse para desembarque de uma tropa da Força Terrestre Componente (FTC). O Exercício Conjunto envolveu militares da Marinha do Brasil (Comando em Chefe da Esquadra - ComemCh, Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra - ComFFE e Comando do 5º Distrito Naval - Com5ºDN) e do Exército Brasileiro (14ª Brigada de Infantaria Motorizada - 14ªBdalnfMtz¹).

A ação consistia em realizar o transporte de parcela da 14ªBdalnfMtz, em navio da Marinha do Brasil, até região já conquistada por meio de uma Operação Anfíbia (OpAnf), com o posterior desembarque administrativo, em porto de interesse, sob a coordenação de um Grupo de Apoio ao Desembarque Administrativo (GRADA), composto por militares do ComFFE.

O navio empregado foi o Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Saboia” (NDCCAlteSaboia) e o porto de interesse escolhido para o desembarque administrativo foi o Porto de São Francisco do Sul - SC, local no qual o GRADA

¹A 14ª Brigada de Infantaria Motorizada (14ª Bda Inf Mtz), também conhecida como Brigada “Silva Paes”, é uma das Brigadas do Exército Brasileiro. Sua sede localiza-se em Florianópolis (SC). Está subordinada à 5ª Divisão de Exército, sediada em Curitiba (PR).

desenvolveu suas tarefas. Sua composição consistia em destacamentos pertencentes às Organizações Militares (OM) do Comando da Tropa de Reforço (ComTrRef), além de militares pertencentes a 14ªBdalnfMtz.

Neste contexto, e por tratar-se de um assunto pouco difundido, este artigo discorrerá sobre alguns conceitos e características do GRADA, bem como o desenvolvimento sucinto de suas atividades durante a Operação Rio Branco 2019.

Algumas considerações

Segundo a Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) nº 08/2019 do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), um Desembarque Administrativo (DbqAdm) ocorre quando uma força, após ser transportada para sua área de operações por meios marítimos e/ou aéreos, precisa desembarcar sem que haja algum tipo de oposição ou, caso ocorra, exista tropa interposta que lhe proporcione a segurança necessária, exemplo que podemos visualizar quando de uma operação terrestre que sucede uma operação anfíbia. Nesse caso, a força é embarcada nos meios de transporte pelo método de carregamento administrativo, o qual explora a máxima utilização dos espaços de tropa e de carga disponíveis a bordo sem levar em conta as considerações táticas do seu futuro emprego.

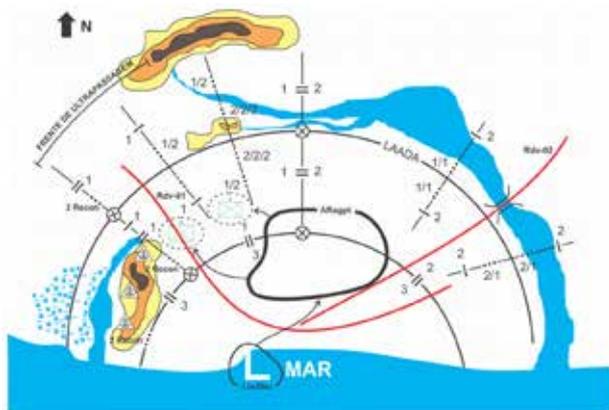
Nas OpAnf realizadas no contexto de Operações Conjuntas, a Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf)/Força de Desembarque (ForDbq) poderá receber a tarefa de apoiar o DbqAdm de

uma tropa da FTC que prosseguirá no cumprimento de missão específica. Nesse caso, será necessária a **constituição de um GRADA**, que é uma organização por tarefas constituída no âmbito da ForDbq e composta por integrantes das Forças participantes da operação, inclusive elementos da FTC e, se necessário, da Força Aérea Componente (FAC) (BRASIL, 2019).

O GRADA tem a responsabilidade de coordenar e controlar todas as atividades que permitam a evolução da Força Terrestre (ForTer) proporcionando áreas para o DbqAdm e reunião dos meios, visando a reorganização imediata da tropa que desembarca (Área de Reorganização - AReorg), e posterior reagrupamento para o combate como um todo (Área de Reagrupamento - ARagpt) (BRASIL, 2019).

Por fim, cabe observar que durante todo o DbqAdm a Força apoiada ficará sob controle operacional do ComForDbq e somente após a conclusão do reagrupamento é que o ComForTer reassumirá o comando integral da sua Força e passará a coordenar com o ComForDbq/ComForTarAnf as medidas necessárias para o prosseguimento no cumprimento da missão que lhe for atribuída (BRASIL, 2019).

Figura 1: Esquema para a execução do Desembarque Administrativo.



Fonte: NCD 08/19 - Grupo de Apoio ao Desembarque Administrativo.

O GRADA na Operação Rio Branco

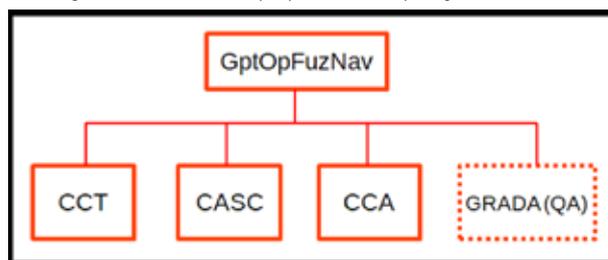
Como parte da Operação Rio Branco 2019, foi realizado, no porto de São Francisco do Sul - SC, o DbqAdm de uma Companhia originada do 62º Batalhão de Infantaria², Unidade pertencente a 14ªBdInfMtz. Este desembarque foi coordenado e controlado por um GRADA, cujas principais características serão apresentadas a seguir.

Constituição

Por ocasião do planejamento, o GRADA, ativado Mediante Ordem (MdtO), constituiu um novo elemento organizacional dentro da estrutura do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), a partir de destacamentos revertidos do Componente de Apoio de Serviço ao Combate (CASC) (situação fictícia, pois fisicamente este componente não foi constituído) e elementos provenientes da 14ªBdInfMtz.

¹O 62º Batalhão de Infantaria está localizado na cidade de Joinville - SC, à Rua Ministro Calógeras nº 1200, Bairro Atiradores.

Figura 2: Estrutura do GptOpFuzNav na Operação Rio Branco.



Fonte: O autor.

Tarefas

De acordo com a diretiva do exercício em vigor foram atribuídas ao GRADA as seguintes tarefas:

- MdtO assumir o controle e operar o porto de São Francisco do Sul;
- Coordenar o DbqAdm da 14ªBdInfMtz;
- Realizar, tão logo possível, o reconhecimento da ARagpt da 14ªBdInfMtz;
- Guiar os elementos da 14ªBdInfMtz até a ARagpt; e
- Prover o apoio coordenado com a 14ªBdInfMtz, de acordo com as suas possibilidades.

Neste sentido, podemos observar que todas as tarefas do GRADA concentram-se em torno do apoio ao desembarque administrativo, em uma sequência lógica, que aborda inicialmente o controle do porto, uma rápida reorganização da Força que desembarca de maneira a reconstituir sua condição operacional, sendo, tão logo possível, encaminhada para a Área de Reagrupamento onde serão tomadas medidas necessárias à recuperação inicial da capacidade de combate.

Apesar de sua forma aparentemente simples esse conjunto de tarefas envolve uma gama de ações envolvendo diversos elementos com funções específicas.

Neste contexto, destaca-se a tarefa de controle e operação do porto de São Francisco do Sul a qual empregou o maior esforço do GRADA. Como atribuições desta tarefa foram desenvolvidas a organização e operação do local de desembarque, o estabelecimento de uma área de reorganização (no interior do próprio porto) para concentração da parcela da 14ªBdInfMtz que desembarcaria, e o provimento de segurança aproximada do local de desembarque, bem como o controle de acesso, de trânsito e segurança de todo o porto.

Estrutura e Composição

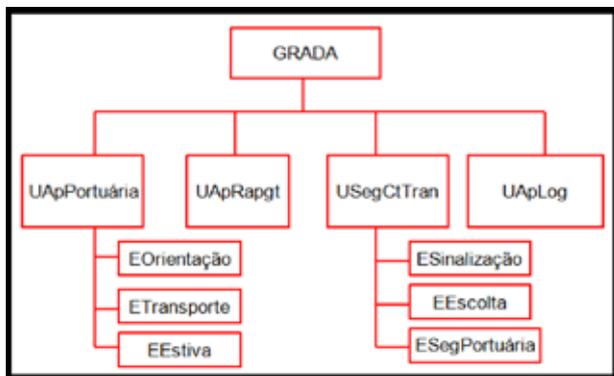
A NCD nº08 do CDDCFN prevê alguns elementos na composição básica do GRADA, tais como:

- a) a Companhia de Apoio ao Desembarque (CiaApDbq) ou Elemento de Apoio de Serviços ao Combate (ElmASC);
- b) Destacamento de Ligação da ForTer;
- c) Destacamento de Pelotão de Polícia (PelPol), da Companhia de Polícia (CiaPol);

- d) Pelotão(ões) de Polícia do Exército (PeIPE) da ForTer, de acordo com a necessidade;
- e) Destacamento de Apoio Portuário de uma Base Naval (operadores portuários e de equipamentos de carga e descarga);
- f) Destacamento de Apoio Aeroportuário da FAC (controladores aéreos, operadores de terminais aeroportuários e de auxílio ao descarregamento das aeronaves);
- g) Destacamento da Companhia de Apoio de Engenharia (CiaApEng) do Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais (BtlEngFuzNav);
- h) Destacamento de Engenharia da ForTer, se necessário;
- i) Unidade(s) de Defesa Antiaérea da ForTer, incluindo Equipes de Ligação com o Componente de Combate Aéreo, de acordo com a necessidade; e
- j) Destacamento de Apoio Logístico da ForTer, incluindo, sobretudo, recursos para manutenção, apoio de saúde, manuseio e distribuição de suprimentos, e controle de recursos humanos, os quais integrarão as Instalações Logísticas Sumárias (ILS) desse Grupo distribuídas pelas áreas de reorganização e de reagrupamento.

Baseando-se nesta composição básica e visando o cumprimento das tarefas mencionados no item “Tarefas” o GRADA foi estruturado conforme organograma a seguir:

Figura 3: Estrutura do GRADA (Operação Rio Branco 2019).



Fonte: O autor.

Ao Comando do GRADA cabia toda coordenação e controle, sendo constituído por destacamento de várias unidades do ComFFE, bem como, de destacamento de ligação da 14ªBdaInfMtz. Encontrava-se nucleado em torno do Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais (BtlLogFuzNav).

A Unidade de Apoio Portuária (UApPortuária), através de seus três elementos: Orientação, Transporte e Estiva, cabia reconhecer as instalações e os equipamentos do porto de São Francisco do Sul que poderiam ser utilizado a favor do DbqAdm. Preparar as instalações a serem operadas pelo GRADA no controle do desembarque, tais como: os escritórios de controle, que ficariam responsáveis pela checagem de todo pessoal, viaturas e cargas desembarcadas, e a AReorg, local de concentração ini-

cial das frações da 14ªBdaInfMtz a fim de compor sua condição operacional. Além disso, também seria responsável por operar os equipamentos de carga do porto em proveito do DbqAdm. A UApPortuária estava nucleada em torno da Companhia de Apoio ao Desembarque (CiaApDbq).

A Unidade de Segurança e Controle de Trânsito (USegCtTran), através de seus três elementos: Sinalização, Escolta e Segurança Portuária, cabia estabelecer a segurança de pontos sensíveis e aproximada dos locais de desembarque, estabelecer a defesa do porto e a respectiva defesa antiaérea, em coordenação com o Componente de Combate Aéreo (CCA) fictício. Além disso, deveria controlar o trânsito no interior do porto e no itinerário até a ARagpt, bem como deveria guiar as unidades da 14ªBdaInfMtz da AReorg para a ARagpt. A USegCtTran estava nucleada na Companhia de Polícia (CiaPol).

A Unidade de Reagrupamento cabia reconhecer, estabelecer a segurança e orientar e balizar a 14ªBdaInfMtz no interior da ARagpt. Também encontrava-se nucleada em torno da CiaApDbq.

A Unidade de Apoio Logístico cabia prover apoio logístico e de engenharia ao GRADA e apoio logístico limitado as unidades da 14ªBdaInfMtz, através de instalações logísticas sumárias (ILS) localizadas nas AReorg e ARagpt. Encontrava-se nucleada em torno da Companhia de Abastecimento do BtlLogFuzNav.

Cabe ressaltar, que a título de planejamento, todas as Unidades e o Comando do GRADA possuíam destacamentos da 14ªBdaInfMtz que tinham por finalidade apoiar a coordenação e o controle do DbqAdm, prover apoio a defesa do porto e defesa antiaérea do porto e prover apoio logístico.

Execução

Em 22 de setembro o GRADA iniciou as atividades no porto de São Francisco do Sul visando o desembarque de parcela da 14ªBdaInfMtz. Nessa ocasião, foram realizados diversos levantamentos, principalmente, quanto às capacidades do porto de auxiliar o desembarque. Nesse ponto, pode-se observar a existência de uma estrutura mínima que poderia auxiliar na manutenção de viaturas (oficina), bem como, equipamentos de força que poderiam auxiliar no desembarque dos meios e cargas.

Figura 4: Militares pertencentes a UApPortuária realizando trabalho de estiva



Fonte: O autor.



Figura 5: Operador de guindaste do porto realizando demonstração de operação por meio de dispositivo remoto.
Fonte: O autor.

Este último item nos chamou mais atenção por conta da complexidade de operacionalização desses meios que dependeria de pessoal habilitado (os equipamentos de força encontram-se bastante informatizados e com inúmeras funcionalidades).

Os pontos sensíveis do porto também foram levantados e esses passaram a integrar o plano de defesa do porto.

Ensaio e simulações foram realizados com todos os componentes do GRADA, enquanto se aguardava o desembarque. Testes com as comunicações e o estabelecimento das redes que seriam guarnecidas foram intensamente realizados, para tirar todas as dúvidas sobre o fluxo de informações que deveria fluir durante o exercício e dar conhecimento a todos os componentes de como executar o que foi planejado.

O DbqAdm ocorreu no dia 27 de setembro e contemplou, como mencionado anteriormente, o desembarque de uma Companhia (pessoal e material) pertencente ao 62º BI que estava embarcada no NDCCAItéSaboia.

Figura 6: Desembarque de pessoal da 14ªBdInfMtz.



Fonte: O autor.

Figura 7: Desembarque de meios da 14ªBdInfMtz.



Fonte: O autor.

Enquanto os meios da Companhia eram desembarcados e concentrados na Área de Reunião de Viaturas, o pessoal foi orientado a deslocar-se do cais direto para AReorg, local onde receberam orientações do processo final do desembarque e como se daria seu deslocamento até a ARagpt.

Figura 8: Briefing aos militares da 14ªBdInfMtz na AReorg.



Fonte: O autor.



Figura 9: Início de deslocamento da 14ªBdaInfmTzda AReorg para ARagpt.

Fonte: O autor.

Em seguida, após o término do desembarque e posterior reorganização a Companhia embarcou em suas viaturas e foi escoltada/guiada até a ARagpt de onde passou a conduzir suas ações.

Cabe ressaltar que apesar do desembarque ter envolvido apenas uma companhia o planejamento foi realizado com base em todo o efetivo da 14ªBdaInfmTz o que demandaria 18 navios da classe do NDCC Alte Saboia para a realização do desembarque como um todo.

Conclusão

Especificamente com relação à Operação Rio Branco, por ocasião do DbqAdm, não foram verificados maiores problemas visto que o efetivo a desembarcar era reduzido o que facilitou a coordenação e o controle, além de possibilitar um rápido traslado da companhia para a ARagpt.

Todavia, cabe destacar neste ponto, o conhecimento adquirido pelos militares componentes do GRADA face ao desenvolvimento das tarefas de apoio ao DbqAdm, dos quais destacamos:

1. Coordenação e controle do DbqAdm – esta tarefa envolveu o estabelecimento de toda uma estrutura para a coordenação e controle do desembarque e foi desenvolvida por meio de ações em ordem sequencial, se-

gregando inicialmente pessoal e material para posterior concentração em áreas específicas;

2. Manobra com equipamentos portuários – o contato com agentes portuários permitiu aos nossos militares operarem equipamentos de força, o que nos alertou para a qualificação necessária para operá-los; e
3. Estabelecimento da defesa do porto – dentro do sistema defensivo foi possível verificar os inúmeros pontos sensíveis no porto que careciam de atenção por ocasião do estabelecimento do dispositivo defensivo.

Como podemos verificar o GRADA é uma organização por tarefa constituída temporariamente para prover o apoio ao DbqAdm, auxiliando, assim, a força que desembarca para, tão logo possível, recuperar sua capacidade de combate. Para isso, deve dispor de pessoal e meios específicos, conforme podemos constatar por conta da sua constituição básica, para a execução de suas tarefas na qual é de extrema importância que estejam incluídos destacamentos da força apoiada.

Por fim, verifica-se a necessidade de maior exploração deste assunto, principalmente no âmbito do CFN, de maneira a difundir e desenvolvê-lo ainda mais, além também de possibilitar uma melhor interoperabilidade entre as Forças.



Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. NCD 08-19: Grupo de Apoio ao Desembarque Administrativo. Rio de Janeiro, 2019.



CF (FN) **Maurício** Corrêa de Souza
mauricio.souza@marinha.mil.br

A Guerra Fria e a Crise no Arcabouço Teórico Militar dos EUA: uma Mudança de Paradigma na Guerra



O CF (FN) **Maurício** serve no CDDCFN como Assessor de Avaliação e Apoio ao Adestramento. Oriundo do Colégio Naval, graduou-se em Ciências Navais pela Escola Naval em 2000. Concluiu, dentre outros: Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do CFN (CIASC), MBA em Finanças Corporativas e Mercado de Capitais (UFF), Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (EGN), Curso de Gestão Empresarial (COPPEAD, UFRJ), *Command and Staff College (Marine Corps University)* e *Master of Military Studies (Marine Corps University)*. Dentre suas comissões, destacam-se: BtlEngFuzNav, como Comandante de Pelotão de Pioneiros; CiaApDbq, como Oficial de EM; GCM, como Ajudante de Ordens do CM; e Escola Naval, como Comandante de Batalhão. Participou ainda da MINUSTAH: em 2006 no GptOpFuzNav-5ºContingente e em 2013 no JMAC.

O fim da Segunda Guerra Mundial (II GM) deu origem a um período de conflito indireto entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) conhecido como Guerra Fria. As duas superpotências que emergiram da II GM protagonizaram uma disputa para aumentar sua influência sobre outros países e propalar seus respectivos sistemas político-econômicos. No entanto, a competição multifacetada entre capitalismo e socialismo evoluiu em diversas vertentes, tais como ideologia, tecnologia, liberdades sociais e capacidades militares. Este último curso, combinado com as tecnologias emergentes à época, desafiou a política de defesa dos EUA e suas consagradas estratégias militares, engendrando uma crise no modelo vigente que resultou em uma mudança de paradigma da Ciência Normal.¹ Destarte, a era da Guerra Fria não representou apenas uma disputa entre dois sistemas político-econômicos, mas também uma crise no arcabouço teórico militar dos EUA que conduziu a uma mudança de paradigma na guerra, resultante de dois fatores principais: o advento da bomba nuclear e a Guerra da Coreia.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, autores visionários e líderes militares anunciaram que o poder aéreo deveria conduzir a estratégia militar.² As décadas de 1920 e 1930

representaram os anos dourados do pensamento estratégico sobre o ar, e teóricos e oficiais advogaram por um papel mais central do poder aéreo que excederia seu mero apoio à Marinha e ao Exército. Em face do poder do bombardeio estratégico, os autores mais dogmáticos chegaram a acreditar que o Exército e a Marinha haviam se tornado obsoletos.³ A II GM provou que o poder aéreo era capaz de desempenhar esse papel fundamental, como ocorreu na Batalha da Grã-Bretanha em 1940, na qual o controle aéreo – a batalha aérea independente – foi vital para a sobrevivência do Reino Unido, em lugar do tradicional controle marítimo. No entanto, a invasão alemã à Polônia e à França evidenciou que a aviação também era crucial no apoio às forças terrestres – blitzkrieg.⁴ No curso da evolução do pensamento do poder aéreo, um evento perturbador chamou a atenção dos estrategistas ao apresentar “um novo tipo de guerra.”⁵

¹Kuhn, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*, 3rd ed. *The University of Chicago Press*, 1996. p. 10, 111

²Desde 1919, Hugh Trenchard desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da doutrina aérea britânica e no futuro da Força Aérea Real, razão pela qual o Marechal é considerado seu pai. O General italiano Giulio Douhet escreveu o primeiro livro dedicado ao papel da aviação: *Il dominio dell'aria* (1921). Nos Estados Unidos, o General Billy Mitchell, autor do livro *Winged Defense* (1924), foi o principal defensor de uma Força Aérea independente.

³McFarland, Stephen L. *The Air Force in the Cold War: Birth of a New Defense Paradigm*, *Air & Space Power Journal* 10, no. 3, 1996, p. 5

⁴O italiano Amedeo Mecozzi, oposição a Douhet, defendia a existência de dois corpos de aviação distintos para realizar bombardeios estratégicos e apoio às forças terrestres. O alemão Hans Ritter, autor do livro *Der Luftkrieg* (1926), expôs a relativa eficiência do bombardeio diante da defesa aérea. O americano Willian C. Sherman escreveu o livro *Air Warfare* (1926), uma síntese equilibrada sobre aspectos estratégicos e táticos, longe do unilateralismo de outros autores. Na URSS, enquanto Alexander Lapchinski criticava Douhet, o Major Ivanov argumentava sobre a importância de operações aéreas independentes com objetivos estratégicos.

⁵McFarland, Stephen L. *The Air Force in the Cold War: Birth of a New Defense Paradigm*, *Air & Space Power Journal* 10, no. 3, 1996, p. 6

Figura 1: Bombardeio aéreo.



Fonte: Disponível em: <https://c.files.bbc.co.uk/ADA1/production/_97594444_b29-bombing-keystone.jpg>. Acesso em: 07 out. 2020.

Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, o lançamento de duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki levou o Imperador Japonês à rendição, mas também promoveu um debate sobre a natureza das futuras guerras, iniciando uma era controversa na defesa nacional dos EUA.⁶ Em primeiro lugar, a ideia de que um bombardeio nuclear estratégico terminaria uma guerra em minutos tornou a mobilização de um exército um movimento inadequadamente lento. Em segundo lugar, a Marinha dos EUA não poderia mais desempenhar seu papel de primeira linha de defesa, pois se tornaria incapaz de proteger a pátria. Esses dois fatores desafiaram não apenas a primazia da Marinha e a importância do Exército dos EUA, mas também sua própria existência.⁷ Ironicamente, a II GM também provou a necessidade de aumentar a capacidade das Forças de operar conjuntamente.⁸ Contudo, os limites de cada Força nesse novo tipo de guerra precisavam ser esclarecidos.

Por exemplo, a Marinha, o Exército e o governo discordaram sobre a criação de uma Força Aérea independente.⁹ Em 1949, o General Omar Bradley, oficial do Exército estadunidense e Chefe do Estado-Maior Conjunto, previu que “operações anfíbias em larga escala nunca mais ocorreriam”, desafiando a própria existência do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA.¹⁰ Em suma, vários aspectos daquilo que Thomas Kuhn¹¹ chamaria de ciência normal militar estavam em jogo, e a incerteza provocou uma crise no modelo vigente. Para encontrar uma solução – ou uma nova teoria para substituir o paradigma anterior nas palavras de Thomas Kuhn – o governo dos EUA adotou várias medidas, tais como a Lei de Segurança Nacional de 1947, que estabeleceu um comando militar unificado subordinado ao Secretário de Defesa

⁶Idem.

⁷Ibidem, p. 7

⁸Ibidem, p. 14

⁹McFarland, Keith D. *The 1949 Revolt of the Admirals, Parameters Journal of the US Army War College XI*, no. 2, 1981, p. 53

¹⁰Heinl, Robert D. *The Inchon Landing: A Case of Study in Amphibious Planning*, *Naval War College Review LI*, no. 2, 1998, p.118

¹¹Kuhn, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*, 3rd ed. *The University of Chicago Press*, 1996, p. 77

e criou a Força Aérea independente.¹² Enquanto teóricos e estrategistas debatiam a estrutura ideal para orientar o preparo e o emprego das forças armadas dos EUA, em suporte à sua política de defesa nacional, uma guerra interna e pragmática por recursos ganhou destaque entre as Forças.¹³

Figura 2: Diagrama de Kuhn.



Fonte: Kuhn, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*, 3rd ed. *The University of Chicago Press*, 1996, p. 77.

Juntamente à Lei de Segurança Nacional e à forte pressão para reduzir o orçamento de defesa após o término da II GM, o Presidente Truman emitiu a Ordem Executiva 9877, definindo a missão de cada Força. Porém a imprecisão do documento corroborou a disputa entre elas.¹⁴ Em março de 1949, para implementar um grande programa de austeridade e unificar os serviços, Truman nomeou Louis A. Johnson, um político pró-Força Aérea, como o novo Secretário de Defesa.¹⁵ Em menos de um mês, Johnson tomou várias decisões sobre priorização de políticas de informação pública e investimentos, incluindo o cancelamento da construção do novo super porta-aviões da Marinha, privilegiando o Bombardeiro Estratégico B-36. A decisão retirou da Marinha a possibilidade de lançar bombas atômicas de seus aviões e desencadeou a Revolta dos Almirantes, episódio histórico que culminou em uma intervenção do Congresso dos EUA.¹⁶

Após meses de audiências perante o Comitê da Casa das Forças Armadas e a troca de acusações ferozes entre a Marinha, de um lado, e as outras Forças e o Secretário de Defesa, do outro, a investigação do congresso resultou na aposentadoria forçada de vários oficiais da Marinha; em uma profunda queda no moral dos líderes navais; na permanência de um “Secretário de Defesa

¹²McFarland, Keith D. op. cit., loc. cit.

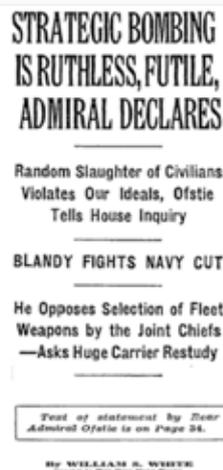
¹³McFarland, Stephen L. *The Air Force in the Cold War: Birth of a New Defense Paradigm*, *Air & Space Power Journal* 10, no. 3, 1996, p. 12

¹⁴McFarland, Keith D. *The 1949 Revolt of the Admirals, Parameters Journal of the US Army War College XI*, no. 2, 1981, p. 53; *Executive Order 9877, Executive Orders: Harry S. Truman - 1945-1953*, Harry S. Truman Presidential Library & Museum, <https://trumanlibrary.org/ExecutiveOrders/Index.Php?Pid=847&St=&St1=>.

¹⁵McFarland, Keith D. op. cit., p. 55

¹⁶Ibidem, p. 56; McFarland, Stephen L. *The Air Force in the Cold War: Birth of a New Defense Paradigm*, *Air & Space Power Journal* 10, no. 3, 1996, p. 8

Figura 3: Bombardeio estratégico é implacável e fútil.



Fonte: *The New York Times*.

anti-Marinha”; e na intensificação do “caso de amor da nação com a Força Aérea”, que conseguiu manter a responsabilidade pelo bombardeio estratégico.¹⁷ No entanto, apesar de todos esses intensos debates e disputas, muitas questões relativas ao papel das Forças em apoio à segurança nacional perante os desafios das guerras futuras, especialmente contra a URSS, permaneceram sem respostas convincentes. Como a arquitetura interna não conseguiu resolver o enigma, um evento exógeno da Guerra Fria trouxe de volta o equilíbrio e realinhou os vetores em direção à solidez doutrinária.

Figura 4: Revolta dos Almirantes.

BRADLEY ACCUSES ADMIRALS OF 'OPEN REBELLION' ON UNITY; ASKS 'ALL-AMERICAN TEAM'

FALSITIES ALLEGED

He Asserts 'Fancy Dans' Owe Public Retraction to Chiefs, Johnson

DEFENSE CALLED HARMED

Gen. Vandenberg Defends B-36 at House Inquiry—Says It Deters Soviet Aggression

Excerpts from Bradley and Vandenberg Testimony Page 4.

By WILLIAM S. WHITE

WASHINGTON, Oct. 19.—Gen. Omar N. Bradley, the country's highest military officer, denounced the Navy's complaining admiral today as man in "open rebellion" against civil authority who had done "infinite harm" to the United States and its world position. He rebuked them, as some of them sat in white, steel ships

DEPLORES AIRING OF GRIEVANCES



Gen. Omar N. Bradley, chairman of the Joint Chiefs of Staff, testifying before the House Armed Services Committee.

Fonte: *The New York Times*.

Quando a Coreia do Norte atacou a Coreia do Sul em junho de 1950, a Marinha, os Fuzileiros Navais e o Exército dos EUA enfrentavam a ameaça de extinção.¹⁸ A perda de importância e a política orçamentária austera de Truman, que favoreceram a Força Aérea, resultaram em um Exército reduzido e despreparado.¹⁹ No entanto, após o anúncio da Doutrina Truman em 1947 — um “programa de apoio militar e econômico para as nações que lutavam contra o expansionismo comunista” — e a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(OTAN) em 1948, a agressão comunista exigia uma resposta contundente. Como o presidente Truman não estava interessado em um confronto direto com a URSS ou mesmo com a China, devido ao risco de uma escalada termonuclear, ele impôs várias restrições aos comandantes militares — embora alguns oficiais defendessem um ataque nuclear contra o *heartland* soviético. Contudo, o número insuficiente de bombas atômicas e o desenvolvimento da capacidade nuclear soviética começaram a evidenciar as limitações da estratégia nuclear.²⁰ Consequentemente, o orçamento da defesa saltou de US\$ 13 para US\$ 47,8 bilhões e as forças convencionais recuperaram importância no pensamento estratégico americano.²¹

Entre a II GM e a Guerra da Coreia, o governo dos EUA considerou a Marinha e o Exército impotentes ante à única ameaça verdadeira para os EUA: a URSS.²² No entanto, após os primeiros 60 dias de guerra e a queda de 30.000 bombas em solo coreano, o poder aéreo sozinho não foi suficiente para resolver o conflito.²³ Nesse contexto, o Comandante Geral do Extremo Oriente General Douglas MacArthur concebeu a Operação Chromite, um Assalto Anfíbio ao porto de Inchon para o qual ele não possuía nem navios nem tropas. Depois de vencer batalhas domésticas nos campos político e estratégico e reunir 230 navios — incluindo 34 da Marinha Japonesa — e 71.000 militares da Marinha, do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, MacArthur executou seu plano e reverteu o curso da guerra.²⁴ Uma década após o início da Guerra da Coreia, a Marinha já possuía 14 porta-aviões e 16 grupos aéreos.²⁵ Para o Corpo de Fuzileiros Navais, a Batalha de Inchon também contribuiu para o desenvolvimento dos “conceitos de envolvimento vertical, mobilidade aérea, forças expedicionárias navais, suprimentos e equipamentos marítimos pré-posicionados, e a importância da prontidão operativa em tempo de paz.”²⁶ A doutrina do Exército dos EUA não evoluiu muito entre a II GM e a Guerra da Coreia, nem mesmo durante o conflito. No entanto, as experiências de combate que a Guerra da Coreia forneceu constituiriam o ponto de apoio para o desenvolvimento e a implementação de planos, políticas e doutrina nos anos seguintes.²⁷ Além disso, outro resultado estratégico da guerra foi o “estabelecimento de grandes guarnições em solo estrangeiro em tempo de paz,” especialmente na Coreia do Sul e na Europa, para, respectivamente, manter o armistício e impedir a expansão do comunismo, estabelecendo uma nova missão para o Exército dos EUA.²⁸ A Força Aérea também provou ser fundamental para o sucesso do esforço conjunto e conseguiu manter sua independência e a responsabilidade pelo bombardeio estratégico.

²⁰Ibidem, p. 9, 11

²¹McFarland, Stephen L. *The Air Force in the Cold War: Birth of a New Defense Paradigm*, *Air & Space Power Journal* 10, no. 3, 1996, p. 12

²²McFarland, Stephen L. *The Air Force in the Cold War: Birth of a New Defense Paradigm*, *Air & Space Power Journal* 10, no. 3, 1996, p. 7

²³Kopets, Keith F. Omar Bradley Was Right, *Marine Corps Gazette*, 2003, p. 3

²⁴Ibidem, p. 2

²⁵McFarland, Stephen L. op. cit. p. 11

²⁶Kopets, Keith F. op. cit. p. 1

²⁷Carter, Donald A. *The U.S. Army Before Vietnam: 1953 - 1965*, *Center of Military History, United States Army*, p. 9

²⁸Idem.

¹⁷McFarland, Keith D. op. cit., p. 61, 62

¹⁸Ibidem, p. 62

¹⁹Carter, Donald A. *The U.S. Army Before Vietnam: 1953 - 1965*, *Center of Military History, United States Army*, p. 8

Embora nos anos que se seguiram à Guerra da Coreia, o Presidente Dwight D. Eisenhower não acreditasse mais em tropas convencionais – em função da ameaça nuclear – a guerra funcionou como um laboratório para as novas teorias, especialmente aquelas baseadas na supremacia do poder aéreo sobre os poderes terrestre e marítimo. Ainda assim, a guerra fez o que Almirantes, Generais e políticos não puderam fazer após a II GM: recuperou o prestígio do Exército, da Marinha e dos Fuzileiros Navais no preparo e emprego estratégico das Forças Armadas estadunidenses em apoio à defesa nacional.

Portanto, além da habitual caracterização como uma disputa entre dois sistemas político-econômicos, a era da Guerra Fria ostenta um grande significado para a estratégia militar, pois ao questionar o arcabouço conceitual sobre o preparo e emprego

da Forças Armadas dos EUA com teorias promissoras sobre a combinação de poder aéreo e capacidade nuclear, este período da história exigiu uma profunda redefinição na organização, doutrina e equipamentos das Forças. Essa mudança de paradigma na guerra se consolidou na Guerra da Coreia, a qual revelou, na prática, que o Exército, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA precisavam de evolução, e não de extinção. Provou, ainda, que apesar de a Força Aérea dos EUA possuir um papel fundamental a desempenhar nas guerras futuras, as outras Forças não poderiam, em hipótese alguma, ser desconsideradas, acentuando a importância das operações conjuntas. A recuperação do equilíbrio entre as Forças foi fundamental para permitir que as forças armadas dos EUA se adaptassem para enfrentar as guerras revolucionárias dos anos vindouros.



Referências

CARTIER, Donald A. *The U.S. Army Before Vietnam: 1953 –1965*. Washington, DC: Center of Military History, United States Army, 2015.

COUTEAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Traduzido pela Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

ESTADOS UNIDOS. The White House. *Executive Order 9877*, July 26, 1947. Harry S. Truman Presidential Library & Museum. Disponível em <<https://www.trumanlibrary.gov/library/executive-orders/9877/executive-order-9877>>. Acesso em 04 mar, 2020.

FLOYD, Kennedy, Jr. The Creation of the Cold War Navy, 1953-1962. In: *In Peace and War: Interpretations of American Naval History*, ed. Kenneth J. Hagan and Michael T. McMaster. Praeger Security International, 2008. p. 243-260.

GRAY, Colin S. *Airpower for Strategic Effect*. Air University Press, p. 157-165, 2012.

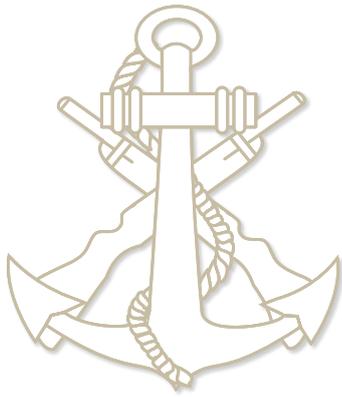
HEINL, Robert D. "The Inchon Landing: A Case of Study in Amphibious Planning." *Naval War College Review* LI, no. 2, p. 117-134, 1998.

KOPETS, Keith F. 'Omar Bradley Was Right.' *Marine Corps Gazette*. Quantico, VA, p. 1-11, August 2003.

KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 3 ed. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1996.

MCFARLAND, Keith D. The 1949 Revolt of the Admirals. *Parameters, Journal of the US Army War College* XI, n. 2, p. 53-63, 1981.

MCFARLAND, Stephen L. The Air Force in the Cold War: Birth of a New Defense Paradigm. *Air & Space Power Journal* 10, no. 3, p. 4-15, 1996.



Capitão de Corveta (FN) **Michel Melo** da Silva
michel.melo@marinha.mil.br

Atuação do CFN em resposta ao apelo da representação diplomática na Bolívia: prontificação em 12 horas



O CC(FN) **Michel Melo** é o atual Comandante da Companhia de Polícia do Batalhão Naval. Oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais, em 2012, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Infantaria, da EsAO do Exército Brasileiro, em 2011, e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários, da EGN, em 2014. Já serviu como Encarregado do Curso de Formação de Soldados do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais na Namíbia, serviu também no Comando-Geral do CFN e no 1º BtlInfFuzNav – Batalhão Riachuelo, foi instrutor no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo e integrou o 5º Contingente do GptOpFuzNav Haiti. Possui ainda o Curso Especial de Técnica de Ensino.

Com o advento da globalização, o rápido fluxo de informações tornou-se uma característica crescente na humanidade, fazendo com que a população mundial presencie acontecimentos em tempo real, ainda que ocorram em locais entremeados por distâncias continentais. A escalada de poder, ascensão e queda de regimes ditatoriais e a divergência de ideologias, sejam elas políticas, econômicas ou religiosas, fizeram eclodir inúmeras manifestações em diferentes países, muitas dessas levadas a cabo de forma violenta. Em alguns locais onde se deflagraram conflitos, os níveis de violência atingiram patamares que colocaram em risco a vida de representantes do Brasil no exterior, como no Haiti (2004) e na Líbia (2011). Em ambos os casos, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) garantiu a segurança das Embaixadas e a proteção física do Corpo Diplomático.

A rede Diplomático-Consular do Brasil é uma das maiores do mundo, contando com 223 representações no exterior. Dessa forma, não se deve negligenciar a probabilidade crescente da ocorrência de risco à integridade física dos representantes brasileiros no exterior, ocasionado de maneira repentina, seja

¹Também participaram da confecção desse artigo o 1º Ten (FN) Renan Pereira Dantas, Oficial de Operações e Instrução da CiaPolBtlNav e o 1º Ten (FN) Pablo Ferreira Cardoso, Chefe do Destacamento de Segurança de Embaixada na Bolívia.

pela condição geral de segurança de um país acreditado, de divergências da Política Externa Brasileira com a Política Interna daquele, ou mesmo por conflitos gerados pela atuação de outros atores da Política Internacional.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) elenca entre seus objetivos a defesa dos interesses nacionais, pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior (BRASIL, 2008, p. 29). Ademais, reforça a relevância da diplomacia como ferramenta para a manutenção da segurança nacional, ao dizer que a atuação do Estado brasileiro com relação à defesa tem como fundamento a obrigação de garantir o nível adequado de segurança do País, tanto em tempo de paz quanto em situação de conflito. “À ação diplomática na solução de conflitos soma-se a estratégia militar da dissuasão” (BRASIL, 2008, p. 33). Por fim, outorga ao CFN o status de tropa em permanente condição de pronto emprego com capacidade de atuar em qualquer lugar do mundo, sendo assim, a força de caráter expedicionário por excelência (BRASIL, 2008, p. 70).

A Companhia de Polícia do Batalhão Naval (CiaPolBtlNav) é a Organização Militar (OM) da Marinha do Brasil responsável pela qualificação e treinamento de militares que compõem os Destacamentos de Segurança das Embaixadas do Brasil no Ex-

terior. Além da atividade de ensino, capacitando militares para as atividades de segurança, ela também é, por excelência, responsável pela atividade operacional, garantindo a segurança de autoridades nacionais e estrangeiras, quando solicitado pelo Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (ComGerCFN). Essas duas atividades, ensino e operacional, desempenhadas na CiaPolBtlNav, fazem dela a referência nacional na atividade de segurança e proteção de autoridades, fato corroborado através da grande procura por outros órgãos dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal pelos cursos lá ministrados.

Em 2019, eclodiram inúmeros protestos ao redor do mundo: Líbano, Haiti, Venezuela, Chile e Bolívia, entre outros. Diante disto, em outubro do mesmo ano, o Comandante da CiaPolBtlNav apresentou ao ComGerCFN a sugestão de se criar, internamente, um Destacamento Emergencial de Segurança de Embaixadas, composto de vinte militares, capacitados e em condições de atuar prontamente, com material específico e previamente segregado.

As manifestações que ora ocorriam em alguns países apresentavam características multicausais – políticas, sociais e econômicas, podendo exigir pronta resposta do CFN para a

garantia da segurança das Embaixadas do Brasil em qualquer lugar do globo. Na Cidade de La Paz, Bolívia, uma onda de insatisfação crescente com o início de um possível quarto mandato do então Presidente Evo Morales, somada a reacomodação das relações de poder em boa parte dos países do subcontinente que passaram a ter governos de centro-direta, além da insatisfação das classes média e baixa da população boliviana, que não se sentiram beneficiadas com o crescimento econômico dos últimos anos, levaram a uma onda violenta de protestos e insegurança política. Tais fatos fizeram com que o chefe da missão diplomática brasileira acreditado no país, Embaixador OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, solicitasse reforço para a manutenção da segurança da embaixada e proteção física do corpo diplomático sediado em La Paz.

Imediatamente após o início dos protestos no subcontinente Sul-Americano, o ComGerCFN decidiu ativar o Destacamento Emergencial de Segurança de Embaixadas e selecionou, no dia 14 de novembro de 2019, às 11h, seis militares, sendo o mais antigo o 1ºTen (FN) PABLO FERREIRA CARDOSO, para comporem o reforço do Destacamento de Segurança da Embaixada da Bolívia. A previsão do embarque era no dia seguinte.

Figura 1: Reforço com o Comandante da CiaPolBtlNav antes do embarque para a Bolívia.

Fonte: CiaPolBtlNav.



Após a seleção dos militares, o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) e a CiaPolBtlNav solicitaram à Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) o material necessário para complementar a dotação estimada para resposta a demanda apresentada. Ato contínuo, foi realizada uma escolta, incluindo os batedores, para o transporte do referido material para a CiaPolBtlNav. Em paralelo, foram confeccionadas diversas relações necessárias ao embarque, dentre elas: peso e cubagem do material do voo, material a ser transportado por volume padrão, armamentos com os seus respectivos números ONU. Às 23h do mesmo dia, ou seja, exatamente 12h após a seleção feita pelo ComGerCFN, o pessoal e todo o material estavam em condições de embarcar.

Figura 2: Destacamento de Segurança da Embaixada com o Adido-Naval.



Fonte: CiaPolBtlNav.

No dia seguinte, 15 de novembro, por solicitação do Embaixador do Brasil na Bolívia, a missão de transporte de militares e materiais foi postergada por razões de ordem administrativa, operacional e logística em relação aos acertos e providências com as respectivas autoridades daquele país. Às 09h do dia 21 de novembro, os seis militares embarcaram na aeronave C-130 com destino a La Paz.

Figura 3: Chefe do Destacamento de Segurança da Embaixada com o Embaixador.



Fonte: CiaPolBtlNav.

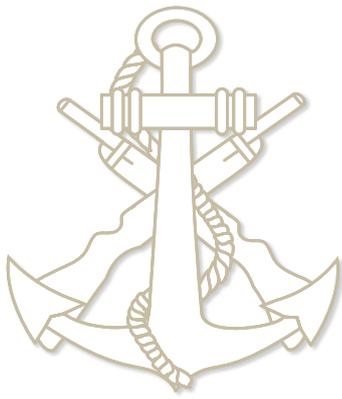
Destarte, diante da grande complexidade e volatilidade das relações de poder na política internacional, que sob certas circunstâncias podem gerar períodos de violência em alguns países, torna-se importante existir um mecanismo permanente de pronto emprego para a garantia da segurança das missões diplomáticas brasileiras no exterior. Assim, o CFN, segundo a

END, é a força que deve estar permanentemente adestrada, preparada e pronta para atuar sob essas circunstâncias em qualquer parte do planeta. Ademais, sendo a CiaPolBtlNav a unidade por excelência especializada na atividade de segurança de embaixadas e proteção de autoridades, a manutenção perene de pessoal capacitado em condição permanente de prontidão dessa OM, mostrou-se, como no recente caso da embaixada da Bolívia, um excelente mecanismo para garantir um dos Objetivos Nacionais de Defesa.



Referências

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2008.



CT (QCCA) Willian **Sathler** Lino Soares
williansat@hotmail.com

Aplicação de *software* de predição de área de cobertura de sinais de radiofrequência em VHF no apoio ao planejamento da guerra eletrônica em operações do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil



CT **Sathler** serve atualmente no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), como Coordenador do Curso de Aperfeiçoamento Avançado em Guerra Eletrônica e professor militar. É engenheiro eletricitista formado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Avançado em Guerra Eletrônica em 2018 e atualmente cursa mestrado em engenharia de telecomunicações na Universidade Federal Fluminense (UFF). Serviu na Fragata Rademaker (F 49) como ajudante de divisão. Recentemente foi transferido do Quadro complementar para o Corpo da Armada.

Introdução

Os RCM (Reliability Centred Maintenance) são largamente utilizados em operações militares ao redor do mundo e desempenham papel fundamental no comando e controle das ações empregadas em combate. Contudo o uso desses rádios pode gerar resultados indesejáveis, pois o inimigo pode utilizar as emissões eletromagnéticas produzidas por tais equipamentos para obter informações de seu interesse, como a localização do rádio transmissor utilizando a técnica de triangulação (KUCUKOZYIGIT, 2006).

O CFN está sendo constantemente empregado para garantir a segurança pública nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro e em missões de paz como a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH). Desta maneira é de fundamental importância realizar um PGE adequado para garantir a segurança dos militares envolvidos e o sucesso da operação.

O CFN não utiliza SPACSRF, para verificar a comunicação em determinado local envia equipes para realizar o reconhecimento por rádio. Assim, operações reais em locais com a presença de inimigos, os militares envolvidos nessa operação correm risco de vida. O uso dessa ferramenta pode ser uma alternativa a essa prática.

O artigo aborda a utilização de SPACSRF como ferramenta a ser empregada no Plano de Guerra Eletrônica. Tendo em vista que utilizando esse *software* se pode determinar a potência de

transmissão adequada a ser empregada, permitindo realizar o devido controle para que a área de cobertura do sinal rádio não atinja uma área maior que a necessária, dessa forma se pode diminuir a chance do inimigo obter a localização do rádio transmissor utilizando a técnica de triangulação.

Para realizar essa análise foi empregado o SPACSRF VE2DBE, em que se utilizou os parâmetros de RCM empregados pelo CFN para realizar as simulações, o único parâmetro que foi alterado nas simulações foi a potência de transmissão. Dessa forma se analisou a variação da área de cobertura com a potência de transmissão. Para observar a possibilidade de o inimigo obter a localização do rádio transmissor utilizando a técnica de triangulação, pontos foram inseridos nos resultados das simulações e foi possível notar que ao se utilizar elevada potência de transmissão a chance de o inimigo obter a localização aumenta.

As contribuições deste trabalho são: apresentação de SPACSRF como ferramenta de PGE em operações militares realizadas pelo CFN; e utilização de SPACSRF como alternativa ao reconhecimento rádio em situações que envolva risco à vida dos militares.

Objetivos

O objetivo deste artigo é analisar simulações de propagação de sinais de radiofrequência na faixa de VHF emitidos por RCM

empregados pelo CFN através do *software* VE2DBE, a fim de verificar a variação da cobertura do sinal transmitido com a variação da potência de transmissão utilizada pelo RCM.

Ao término, seremos capazes de verificar a utilidade de SPACSRF para realizar o controle da potência de transmissão para adequar a área de cobertura do sinal transmitido à necessidade de comunicação e constatar as vantagens que a utilização dessa ferramenta agrega ao PGE de operações militares envolvendo o CFN, como a diminuição da probabilidade do inimigo obter a localização do rádio transmissor através da técnica de triangulação.

Referencial Teórico

Localização de Fontes Emissoras

A triangulação é uma técnica empregada para obter uma aproximação da localização de fontes emissoras e usa dois ou mais Sistemas Receptores de Sinal (SRS) em diferentes localizações. Cada um desses SRS deve saber a Direção de Chegada (DC) do sinal de interesse e devem possuir uma referência angular, tipicamente o norte verdadeiro, (ADAMY, 2009). Como esquematizado pela Figura 1.

Tendo em vista que a obstrução do terreno ou alguma outra condição pode fazer com que dois SRS não possuam o sinal desejado, é prática comum utilizar três ou mais SRS. Como visto na Figura 1, os vetores DC dos SRS formam um triângulo. Idealmente, todos os vetores DC deveriam passar pela localização do emissor e o triângulo formado ser pequeno o suficiente para indicar a posição do emissor (ADAMY, 2009).

Figura 1: Geometria da triangulação.



Fonte: Adamy (2009, p. 188).

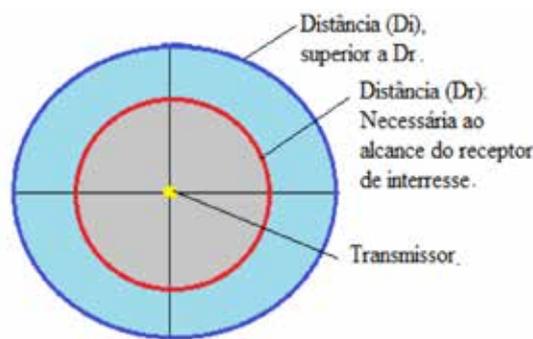
Os SRS devem normalmente se posicionar distante um do outro, suas localizações devem ser conhecidas e as informações coletadas dos vetores DC devem ser comunicadas para um centro único de análise para a informação da localização do emissor ser calculada (ADAMY, 2009).

Controle da Potência de Transmissão

O ponto chave para o controle da potência de transmissão é a localização dos Rádio Receptores de Interesse (RRI), quando essa informação é conhecida é importante utilizar somente a potência necessária.

A Figura 2 ilustra esse fato, “Dr” considerando a distância entre o transmissor e o RRI e “Di” uma distância superior a . Ao utilizar uma potência de transmissão maior, o sinal transmitido abrange uma área maior, no caso uma área azul. Porém utilizando uma potência de transmissão menor o sinal fica disponível em uma área menor, no caso a área cinza. Para aplicações militares, o sinal ficar disponível em uma área menor é algo desejável do ponto de vista da guerra eletrônica, pois diminui a chance do inimigo conseguir detectar o sinal.

Figura 2: Relação entre a potência de transmissão e a área de cobertura.



Fonte: O autor.

Pode-se concluir que caso se tenha a Dr localização dos RRI é importante controlar a potência de transmissão para que o sinal possua uma relação de sinal com ruído baixo em distâncias maiores que dificulte a interceptação do sinal por forças inimigas. Porém, caso não se tenha essa localização o controle da potência de transmissão irá depender da necessidade, sendo recomendado não transmitir com potências muito elevadas. Esse controle da potência de transmissão é uma Medida de Guerra Eletrônica (MGE), que se enquadra como Medida de Proteção Eletrônica (MPE), pois é uma ação para a proteção (BRASIL, 2017).

Predição da Área de Cobertura e o *Software* VE2DBE

Segundo George (1982) a propagação de rádio em um ambiente terrestre é um fenômeno cujas propriedades são difíceis de prever. Isto é particularmente verdadeiro em VHF, UHF, e SHF, onde a desordem de colinas, árvores e casas e a atmosfera em constante mudança fornecem obstáculos de dispersão com tamanhos da mesma ordem de grandeza do comprimento de onda.

O *software* VE2DBE é uma ferramenta que permite realizar simulações da área de cobertura do sinal rádio, levando em conta o terreno (CONDÉ, 1988). A Figura 3 apresenta uma predição da área de cobertura gerada pelo VE2DBE, na região da Restinga da Marambaia - RJ, considerando uma antena omnidirecional, frequência de 52 MHz, tamanho da antena de 3,7 metros e potência de transmissão de 30 *Watts*. O sinal vermelho se refere a um sinal forte e o sinal azul se refere a um sinal de menor intensidade. A simulação é realizada sobre uma imagem de satélite sendo possível visualizar regiões montanhosas, regiões planas, áreas urbanas, rodovias vegetação intensa, praias e o mar.

O *software* VE2DBE usa informações sobre o terreno digital e um modelo matemático para simular as transmissões de rádio entre dois pontos fixos (link de rádio) ou entre um transmissor fixo e um móvel (cobertura de rádio). A informação digital do terreno compreende três bases de dados: elevação do solo, cobertura do solo e densidade populacional (CONDÉ, 1988). O *software* utiliza o modelo de propagação Longley-Rice (CONDÉ, 1988), que foi projetado para realizar a predição da cobertura para frequências na faixa de 20MHz a 20GHz e leva em consideração condições de relevo, clima e curvatura do solo (AMARAL, 2012).

Para realizar uma simulação no *software* VE2DBE é preciso definir os seguintes parâmetros: a localização geográfica, tamanho da antena, tipo da antena (Omnidirecional, Elipse, Cardio e Yagi), ganho da antena, frequência de operação e potência de transmissão. Os dados referentes aos parâmetros do ambiente e do sistema são sugeridos através de um banco de dados presente no *software*.

Figura 3: Predição da propagação do sinal de rádio pelo *software* VE2DBE.



Fonte: Elaborado pelo autor através do *software* VE2DBE.

Metodologia

O *software* de predição de área de cobertura de sinais de radiofrequência VE2DBE foi utilizado com o objetivo de simular as áreas de cobertura geradas com diferentes valores de potência de transmissão de rádios empregados pelo CFNMB. O objetivo das simulações é verificar a variação da área de cobertura com a potência de transmissão e analisar como essa variação da área de cobertura influencia a obtenção da localização da fonte emissora através da técnica de triangulação.

Foi realizada uma entrevista com três oficiais que servem no Batalhão de Comando e Controle (BtlCmndoCto) e que trabalham diretamente com os RCM, com propósito de verificar se o CFN utilizam *software* de predição de área de cobertura e identificar como a utilização dessa ferramenta pode melhorar o planejamento das operações militares realizado por essa força.

Com os resultados obtidos pela análise das simulações realizadas pelo SPACSRF VE3DBE e as informações obtidas pela entrevista aos oficiais foi possível chegar às considerações finais.

Resultados

A área escolhida para realizar as simulações foi a da Restinga da Marambaia, pois de acordo com a entrevista é uma área muito empregada pela MB para realizar exercícios militares.

Foi utilizado os parâmetros da antena empregada nos RCM, que possui tamanho de 3,7 metros e é o modelo utilizado nos RCM modelos PRC 950 e PRC980 que operam com até 50 *Watts* de potência de transmissão. A frequência adotada nas simulações foi de 52 MHz e para esse valor de frequência o ganho da antena é de -1,3 DBi. Esse modelo de RCM foi escolhido, pois foi indicado na entrevista como um dos modelos mais utilizados pelo CFN.

A primeira simulação de área de cobertura foi realizada adotando potência de transmissão de 5 *Watt*. O *software* VE2DBE gerou o resultado apresentado na Figura 4. Foram inseridos três pontos, que representam os SRS. Dessa maneira é possível notar que os SRS não obtiveram os vetores DC, não conseguindo obter a localização da fonte transmissora. Além disso, é possível notar que nas regiões montanhosas nos arredores da Restinga existe sinal de intensidade forte, que poderia ser um ponto estratégico para o inimigo posicionar os SRS.

Na Figura 5 é apresentado o resultado gerado pelo *software* VE2DBE para uma potência de transmissão de 50 *Watts*. É possível observar que com esse valor de potência é possível obter os vetores DC e conseguir a localização da fonte emissora através de triangulação com os SRS localizados nos mesmos pontos considerados na simulação com potência de transmissão de 5 *Watts*. Também é observado um aumento da área de cobertura do sinal de radiofrequência.

Figura 4: Simulação com frequência 52 MHz e potência de transmissão de 5W.



Fonte: O autor.

Figura 5: Simulação com frequência 52 MHz e potência de transmissão de 50 W.



Fonte: O autor.

Conclusão

Ao analisar as simulações para as potências de transmissão de 5W e 50 W foi possível constatar que aumentando a potência de transmissão aumenta-se a área em que o sinal fica disponível. Também se verifica que para regiões montanhosas ao entorno da Marambaia o sinal de rádio se encontra forte, desta forma é uma área que poderia ser utilizada pelo inimigo para posicionar seus SRS e obter a localização do rádio transmissor.

Os resultados obtidos das simulações mostram que o emprego de *software* de predição da área de cobertura pode ser utilizado para ajudar no planejamento de GE (Guerra Eletrônica) para que se possa definir os valores de potência de transmissão a ser utilizado nos RCM em uma operação militar. Com esse

controle é possível diminuir a probabilidade de que forças inimigas possam detectar o sinal transmitido, obter a localização do transmissor e realizar ataques aos militares envolvidos na operação através da obtenção da localização deles através da técnica de triangulação.

De acordo com a entrevista o CFNMB não utiliza SPACSRF e o emprego desse recurso tecnológico poderia contribuir para evitar que militares sejam enviados para a realização de testes de verificação de comunicação rádio evitando o risco de perda de vidas humanas em situações de conflito. Tendo em vista que os SPACSRF fornecem de maneira satisfatória a área de cobertura de sinais de radiofrequência emitidos pelos RCM, sendo uma boa alternativa ao envio de militares para realizar essa função.



Referências

ADAMY, D.L. **Tactical Battlefield Communications Electronic Warfare**. Boston: Artech House, 2009.

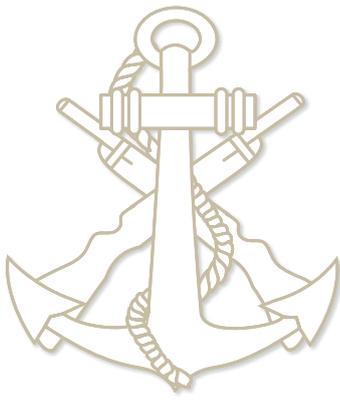
AMARAL, Cristiano Torres. **Uma Análise do Modelo de Propagação Longley – Rice sob a perspectiva de Ambientes Urbanos Localizados em Área de Clima Tropical**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa, Marinha do Brasil, Estado Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CONDÉ, R. **RADIO MOBILE ONLINE**. 1988. Disponível em: <http://www.ve2dbe.com/rmonline.html> . Acesso em: 16 de Abr. 2018

KUCUKOZYIGIT, A. C. **Electronic Warfare (EW) Historical Perspectives and its Relationship to Information Operations (IO) - Considerations for Turkey**. 2006. 169 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas) - Naval Postgraduate School, California, 2006. Disponível em: < <https://calhoun.nps.edu/handle/10945/2642> >. Acesso em 18 Dez. 2017

SAARNISAARI, H. **Future Military Mobile Radio Communication Systems from Electronic Warfare Perspective**. IEEE Xplore, Oulu, 2017. Disponível em: < <http://ieeexplore.ieee.org/document/7956494/> >. Acesso em 17 Fev. 2018.



Capitão Tenente (FN) Leone Novo **Freitas**
freitas.leone@marinha.mil.br

A Sinergia entre Pelotão de Metralhadoras Pesadas e o Pelotão de Mísseis Anticarro potencializando as capacidades dos Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais



O Capitão Tenente (FN) **Freitas** serve atualmente no 1o Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, como Oficial de Operações, onde também exerceu as funções de Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia e Oficial de Logística, além de integrar o 17º Contingente do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais – Haiti. Foi instrutor no CAOCFN e no C-ApA-CFN, no CIASC. É oriundo do Colégio Naval, cursou o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (CEMOI), obtendo a primeira colocação em ambos, além de realizar o curso da *Expeditionary Warfare School*, do USMC.

Introdução

O Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav) é a unidade que nucleia o Componente de Combate Terrestre (CCT) de uma Unidade Anfíbia (UANf), podendo integrar o CCT de uma Brigada Anfíbia (BANf) ou ainda disponibilizar uma Companhia de Infantaria de Fuzileiros Navais (CialInfFuzNav) para constituir o núcleo de um Elemento Anfíbio (ElmAnf). Através de seu Estado-Maior e suas subunidades, o BtlInfFuzNav contribui significativamente para manter e ampliar a capacidade de combate dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), contando com meios de comando e controle, de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate, que lhe proporcionam autonomia e flexibilidade. Em termos de apoio ao combate, especificamente o apoio de fogo, devido a sua importância para a manobra, deve ser dimensionado para atender tanto às necessidades específicas das peças de manobra da Unidade, ou seja, suas CialInfFuzNav, como às do próprio CCT. A Companhia de Apoio de Fogo (CiaApF) é a subunidade que presta o apoio de fogo orgânico do BtlInfFuzNav, possui em sua organização uma Seção de Comando e três pelotões: o Pelotão de Morteiros 81mm (PelMrt81mm), o Pelotão de Mísseis Anticarro (PelMAC) e o Pelotão de Metralhadoras Pesadas (PelMtrP), sendo os dois últimos os objetos de estudo do presente artigo. Os pelotões da CiaApF apoiam, preferencialmente, de forma centralizada o BtlInfFuzNav como um todo, ou, se a situação exigir, de forma descentralizada, em proveito das CialInfFuzNav (BRASIL, 2011).

Neste artigo, serão analisados aspectos da organização, meios e doutrina de emprego do PelMAC e do PelMtrP do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e do *United States Marine Corps* (USMC), Corpo de Fuzileiros Navais Americano, sobretudo a maximização das capacidades destas frações quando empregadas sinergeticamente.

Organizações e capacidades

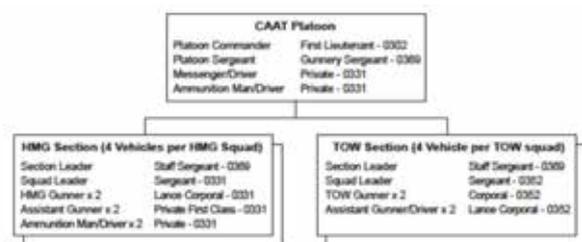
A organização básica do PelMAC compreende três seções, cada qual constituída de duas peças de míssil anticarro (MAC). A Seção de Mísseis Anticarro (SeçMAC) é a unidade básica de emprego dessa arma. A principal tarefa desse pelotão é a proteção anticarro do GptOpFuzNav, apoiando pelo fogo as peças de manobra do BtlInfFuzNav. Seus alvos designados são, preferencialmente, as viaturas blindadas inimigas, podendo bater posições de metralhadoras, pequenas fortificações, postos de observação e outros alvos de interesse que requeiram precisão e grande poder de destruição. Da mesma forma, o PelMtrP tem em sua organização básica três seções de MtrP (SeçMtrP), cada qual constituída de duas peças de MtrP. O PelMtrP tem o seguinte emprego tático: apoio de fogo, defesa antiaérea de ponto, com o uso do reparo antiaéreo, complementar a defesa anticarro, contra viaturas sem blindagem ou viaturas com blindagem leve, e apoiar ou nuclear frações que executem tarefas de reconhecimento e segurança como escoltas de comboios, segurança de

flancos, defesa da área de retaguarda (DEFAR) e esclarecimento motorizado (BRASIL, 2011).

Similarmente, o USMC possui nas estruturas de seus Batalhões de Infantaria uma CiaApF (*Weapons Company, nomenclatura original*), composta de uma Seção de Comando, m PelMrt81mm (*81-mm Mortar Platoon*), um PelMAC (*Antiarmor Platoon*) e um PelMtrP (*Heavy Machine Gun Platoon*). Havendo algumas diferenças nas organizações dos pelotões, seus armamentos e a maneira como essas frações são empregadas. Em sua composição, o PelMAC possui como armamentos o *Fire-and-forget* Missil Anticarro FGM-148 Javelin e o Missil Anticarro BGM-71 TOW (*Tube-launched, Optically tracked, Wire-guided*). Já o PelMtrP é composto por Metralhadoras Browning .50 M2 e por Lançadores de Grandas 40mm MK-19 (ESTADOS UNIDOS, 2014).

Como resultado da análise da missão, os Comandantes frequentemente utilizam a versatilidade da CiaApF, fazendo mudanças semipermanentes na organização dela, visando potencializar as capacidades do PelMAC e do PelMtrP. Essa potencialização se dá através da constituição de dois *Combined Antiarmor Team (CAAT) Platoons*, podendo ser traduzido, literalmente, como Pelotões de Equipes Anticarro Combinadas (para simplificar o entendimento do artigo, será utilizada a nomenclatura Pelotão CAAT). Esse pelotões são constituídos a partir da combinação de elementos e equipamentos do PelMAC e do PelMtrP, incluindo seus Veículos Automóveis Multipropósitos de Alta Mobilidade (*High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle - HMMWV*), conforme Figura 1. Cabe ressaltar que as funções individuais exercidas pelos militares nesses pelotões não constam nas Tabelas Mestras de Força de Trabalho (TMFT) dos Batalhões de Infantaria, entretanto, as possibilidades de emprego destas frações estão presentes nas publicações do USMC.

Figura 1: Organização do Pelotão CAAT.



Fonte: MCWP 3-11.1 - *Infantry Company Operations* (ESTADOS UNIDOS, 2014).

Possibilidades de emprego

O foco principal desta concepção é a sinergia entre os sistemas que compõem os pelotões. Desta maneira, as metralhadoras e lançadores de granadas proporcionam proteção para os mísseis anticarro, engajando as forças adversas e os veículos blindados leves, enquanto os mísseis anticarro proporcionam proteção para as metralhadoras, engajando os médios e pesados carros de combate.

As principais vantagens dos Pelotões CAAT residem na alta mobilidade, manobrabilidade, no poder de fogo e na capacidade

de comunicações. Com o passar do tempo e a partir de experiências em combate e em adestramentos, os militares que compõem esses pelotões vem se especializando, agregando capacidades para o cumprimento de tarefas adicionais às intrínsecas do PelMAC e do PelMtrP. Os militares passaram a ser capacitados a conduzirem fogos de tiros curvos, apoio aéreo aproximado e apoio de fogo naval, outrossim, essas frações também se tornaram aptas a realizarem reconhecimentos detalhados em proveito da manobra do Batalhão, bem como serem empregadas como peças de manobras, realizando ataques secundários e contribuindo para uma maior flexibilidade no planejamento de operações de qualquer natureza.

Na ofensiva, essas frações podem apoiar pelo fogo uma manobra tática ofensiva e podem ser empregadas integrando as Forças de Segurança em uma Marcha para o Combate, buscando estabelecer e manter o contato com o inimigo, provendo proteção ao grosso, enquanto ele permanece com o seu deslocamento contínuo. Exemplo prático dessa possibilidade ocorreu em março de 2003, durante a ofensiva no Iraque, quando o 1º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais do 2º Regimento, empregou um Pelotão CAAT como Ponta de Vanguarda na Marcha para o combate realizada para o ataque e posterior conquista da cidade de Nassíria (ANDREW JUNIOR, 2012). Além dessas tarefas, os pelotões podem conduzir reconhecimento de Zonas Reunião, objetivos, dispositivos inimigos, pontos de passagem, bem como confirmar ou negar a trafegabilidade de itinerários, contribuindo, de maneira geral, para a manutenção do ritmo de batalha adequado da Unidade. Na defensiva, podem realizar emboscadas, mobiliar Postos Avançados de Combate (PAC), ser empregados em áreas de engajamento, prover apoio aos postos de observação e reforçar uma força de contra-ataque (ESTADOS UNIDOS, 2014).

Figura 2: Pelotão CAAT sendo empregado na Batalha de Nassíria.



Fonte: *The Battle of An-Nasiriyah*.

Particularmente, em Operações Militares em Áreas Urbanas (OMAU), devido a sua eficaz manobrabilidade e aos equipamentos termais e de visão noturna disponíveis, os Pelotões CAAT podem trazer vantagens nos reconhecimentos das localidades, permitindo progressão em ruas estreitas, nos reconhecimentos dos objetivos que, por vezes, não possuem detalhamento nas cartas e imagens satélites, nos reconhecimentos dos dis-

positivos inimigos e dos obstáculos lançados. Além disso, podem proporcionar transporte para os elementos que realizarão reconhecimento de líderes e para as equipes de caçadores do Pelotão de Reconhecimento e Vigilância (PelRecVig). Como únicas frações de reconhecimento motorizadas orgânicas, esses pelotões podem proporcionar rápida transmissão de dados para o Comando do Batalhão. Os Pelotões CAAT foram largamente empregados nas guerras do Iraque e do Afeganistão, com isso, a partir de lições aprendidas nesses combates, algumas outras possibilidades de emprego vem sendo eficazmente desenvolvidas, como por exemplo: o estabelecimento de força de reação; a segurança de área de retaguarda; o estabelecimento de postos de controle de trânsito; a evacuação de feridos e operação de aeronaves remotamente pilotadas em proveito dos reconhecimentos (SWISHER, 2005).

Conclusão

Ao analisar os meios empregados, a organização e as tarefas intrínsecas dos PelMAC e PelMtrP do CFN e do USMC,

pode-se perceber grande similaridade. Contudo, parcela dos meios empregados atualmente pelo nosso CFN não possibilitariam empregar concepções como as dos Pelotões CAAT em nossos BtlInfFuzNav, principalmente, pela limitação das capacidades das viaturas leves e seus reboques que transportam os meios da CiaApF. Recentemente, estudos vem sendo conduzidos, no âmbito do CFN, visando a obtenção de Viaturas Blindadas Leves Sobre Rodas 4x4 (VtrBldLSR 4x4), com isso, além de outras Unidades, os BtlInfFuzNav também passarão a contar com esses meios em suas dotações, sendo imperativo maximizar as capacidades que essas viaturas proporcionarão, não as empregando somente para o transporte de pessoal, sistemas de armas e munições, como são feitas atualmente pelos pelotões da CiaApF. Portanto, pode-se pensar na sinergia entre os pelotões e nas possibilidades de emprego apresentadas no presente artigo, que contribuirão para potencializar as capacidades dos BtlInfFuzNav, dos CCT e, conseqüentemente, dos GptOpFuzNav.



Referências

ANDREW JUNIOR, Rod. *The Battle of An-Nasiriyah*. 1. ed. EUA: Create Space Independent Publishing Platform, 2012.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. *CGCFN-0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. *CGCFN-1-5: Manual de Operações Terrestres de Caráter Naval*. Rio de Janeiro, 2008a.

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. *CGCFN-311: Manual de Apoio de Fogo aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2011.

ESTADOS UNIDOS. United States Marine Corps. *MCDP 1-0: Marine Corps Operations*. Washington, DC, 2011.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. *MCWP 3-11.4: Infantry Company Operations*. Washington, DC, 2014.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. *MCTP 3-01C: Machine Guns and Machine Gun Gunnery*. Washington, DC, 2016.

SOKOL, Blair J. *Case for Employing the Mobile Assault Company Concept Through the Spectrum of Warfare*. 1. ed. EUA: Biblioscholar, 2012.

SWISHER, Tyler B. *CAAT in Deliberate Urban Attacks*. 2005. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Expeditionary Warfare School, Quantico, 2005.

Figura 3: Integrantes de um Pelotão CAAT da 13th MEU em adestramento.

Fonte: USMC.





CF (FN) Ricardo Parreiras de **Bragança** Oneto Araujo
braganca.03@hotmail.com

Forças de Fuzileiros Navais no Século XXI: a transição do USMC



CF (FN) **Bragança** é atualmente Oficial de Ligação do CFN junto ao “*Marine Corps Combat Development Command*” (MCCDC) do USMC. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2017. Serviu no 1ºBtlInfFuzNav, como Comandante de Pelotão e Imediato de Companhia; e no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais como Comandante de Pelotão, das 2ª e 3ª Companhias e Oficial de Estado-Maior. Compôs o 5º Contingente do GptOpFuzNav – Haiti e serviu ainda no Gabinete do Comandante da Marinha, como Assessor de Relações Institucionais. Comandou a Companhia de Polícia do Batalhão Naval (CiaPolBtlNav). Possui também Pós-Graduação em Gestão Empresarial pelo Instituto COPPEAD, UFRJ.

Figura 1:



Fonte: O autor.

Introdução

O período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) trouxe questionamentos sobre a pertinência da manutenção de investimentos em diversos setores militares. Segundo analistas e assessores políticos, o futuro dos orçamentos militares se resumiria a investimento na dissuasão nuclear.

Um setor possivelmente fadado ao desinvestimento seria aquele academicamente denominado “tropas de elite”, dentre as quais se destacam os Fuzileiros Navais (FN). De maneira geral, ainda que existam diversas variações entre os países que possuam esse tipo de capacidade, são forças de projeção de poder, diferenciadas em equipamento mas principalmente em recursos humanos. Versáteis e expedicionárias por natureza, as também

denominadas tropas anfíbias não mais teriam papel frente aos bombardeiros estratégicos de longo alcance.

Mas a marcha inexorável do tempo trouxe, ainda no século passado, a certeza de quão diferenciados são os poucos países que dispõem de forças de FN críveis e com real capacidade expedicionária, proporcionada pelos meios navais formando o binômio denominado “conjugado anfíbio”. Os FN foram empregados com destaque nos mais diversos papéis e tarefas: da guerra convencional às guerras de guerrilha por todo o mundo.

A chegada do novo milênio trouxe ainda mais desafios. O espectro do uso da força vem sendo ainda mais demandante. Das operações com uso de “zero” violência, dentre as quais as Operações de Ajuda Humanitária e de Defesa Civil até a possibilidade remota (mas não inexistente) de Operações em ambientes com risco NBQR (Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico) na guerra total. Entre um e outro extremo, possibilidades infinitas: guerras localizadas, projeções de força pontuais, ações em apoio à segurança pública, ajuda no combate à proliferação de vírus, etc. Entretanto existe um aspecto que sempre fará com que os FN se diferenciem de outras unidades militares: sua versatilidade ou capacidade de adaptação. São adestrados para realizar operações tão complexas, que outras se tornam possíveis seguindo a mesma sistemática de planejamento, variando a intensidade e o grau de uso da força.

É sobre as perspectivas futuras de emprego do USMC que passa-se a discorrer.

O “United States Marine Corps” (USMC)

O ano de 2018 trouxe uma nova “National Defense Strategy” (NDS) para os Estados Unidos. O foco anterior em contrainsurgência e contraterrorismo passaria a segundo plano. A prioridade passou ao “4 + 1 Approach”: China, Rússia, Irã e Coreia do Norte, nessa ordem, seguidos pelo denominado “transnational violent extremism”. Mas dentre as ameaças listadas, não existe dúvida, de forma ostensiva, de qual a principal: a China.

Após o autodenominado “século da humilhação”, entre 1842 (derrota na Primeira Guerra do Ópio) e a Revolução Comunista de 1949, o país passou a buscar francamente ascensão no concerto das Nações. Lentamente, como no tradicional jogo chinês de “Go”, onde em um tabuleiro dezenas de peças de igual valor procuram cercar territórios e não confrontar-se entre si, sua estratégia é de longo prazo. Diferem, portanto, da mentalidade tipicamente ocidental cujo paralelo é o jogo de xadrez: busca-se a destruição física do oponente em curto espaço de tempo.

Os chineses foram se fortalecendo inicialmente na vertente econômica, mas logo passaram a investir em força de modo a se tornarem uma potência militar completa até 2035. A força seria necessária para respaldar o próximo capítulo: a expansão política, econômica e cultural (que, no entanto, já vem ocorrendo de maneira concomitante). O país, que já foi eminentemente terrestre por milênios, percebeu que, na verdade, a saída para seu crescimento reside no mar. Pelo mar passam bilhões de dólares em comércio e os cabos submarinos por meio dos quais encontram-se a ponto de dominar a tecnologia 5G na maior parte do Planeta. O mar é parte fundamental no jogo. Algumas peças precisariam ser colocadas em partes do tabuleiro antes não visualizadas: os Mares do Sul e do Leste da China.

The traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned, and great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests. It is necessary for China to develop a modern maritime military force structure commensurate with its national security and development interests, safeguard its national sovereignty and maritime rights and interests, protect the security of strategic (sea lines of communication) and overseas interests (...) so as to provide strategic support for building itself into a maritime power. (GINGRICH, 2019)¹.

Para os EUA a ameaça passou a ser tão clara, que passaram a designar a China de “peer adversary” ou adversário equivalente em termos de Poder Nacional.

Assim, nos anos seguintes à NDS, as Forças Armadas dos EUA reestudaram seus problemas militares e planejaram suas mudanças de rumo a fim de adaptarem-se. No caso particular

¹Secretário-Geral Xi Jinping, orientações ao Ministério da Defesa, 2015. Trecho retirado do livro - Trump vs. China (GINGRICH, 2019).

do USMC e da Marinha dos Estados Unidos (US Navy), surgiu um conceito partilhado por ambas as Forças que passou a ser o farol: as “Littoral Operations in a Contested Environment” (LOCE). O documento, assinado pelo “Commandant of the Marine Corps” (CMC) e pelo “Chief of Naval Operations” (CNO), tem o seguinte propósito:

The purpose of this concept is to describe “naval operations in the littoral environment in light of emerging threats” in order to provide a unified framework for Navy-Marine Corps innovation. It places a renewed emphasis on fighting for and gaining sea control, to include employing sea-based and land-based Marine Corps capabilities to support the sea control fight. (ESTADOS UNIDOS, 2017).

O problema militar residiria claramente na expansão física da China no Pacífico, ponto focal das principais linhas de comunicação marítimas mundiais. A estratégia defensiva chinesa “Anti-Access/Area Denial” (A2/AD) emprega a utilização de armamentos cada vez mais sofisticados e de maior alcance. Em outro domínio, o informacional, o salto tecnológico chinês fez com que se tornassem mestres na guerra cibernética. Os EUA passam a ver sua liberdade de navegação, pilar do seu desenvolvimento por décadas, em risco, particularmente com a ocupação de diversas ilhas e criação de arquipélagos artificiais além horizonte.

A análise comparativa de forças levou o USMC e a US Navy a uma conclusão: com suas doutrinas em voga seriam derrotados em um confronto com a China no Indo-Pacífico. Os enormes meios navais e anfíbios, que por longos anos foram garantia de poder incontestável, tornaram-se enormes alvos compensadores. As forças navais dos EUA precisariam adaptar-se ao novo tabuleiro. **Mas como conseguir projetar poder sobre o adversário sem expor suas forças?**

No âmbito naval, novos conceitos de emprego altamente descentralizado de meios e forças foram desenvolvidos, sendo o principal a “Composite Warfare” (CW). O USMC não tardou a desenvolver sua ferramenta: as “Expeditionary Advanced Base Operations” (EABO), que para implementação demandaram um redesenho geral ora em curso denominado “Force Design 2030”.

Figura 2: “Expeditionary Advanced Base Operations” - EABO (LOCE, 2017).



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2017.

O “Force Design 2030” pretende revolucionar a maneira do USMC realizar a guerra anfíbia no teatro do Pacífico, perante a estratégia e as capacidades A2/AD desenvolvidas pela China.

The Marine Corps will be trained and equipped as a naval expeditionary force-in-readiness and prepared to operate inside actively contested maritime spaces in support of fleet operations. (ESTADOS UNIDOS, 2019).

Nesse sentido e valendo-se das características do teatro Indo-Pacífico, o qual conta com centenas de ilhas e litorais acessíveis, está sendo estruturado o conceito dos “Marine Littoral Regiments” (MLR), como sendo uma força de FN composta por frações capazes de edificar, com agilidade, diversas EABO dentro da “Weapons Engagement Zone” (WEZ) adversária, para degradar o ciclo “Observation, Orientation, Decision, Action” (OODA) do comandante inimigo.

The effectiveness of the MLR will be its ability to conduct Expeditionary Advanced Base Operations or EABO. EABO is a form of expeditionary warfare that involves the employment of mobile, low-signature, operationally relevant, and relatively easy to maintain and sustain naval expeditionary forces from a series of austere, temporary locations ashore or inshore within a contested or potentially contested maritime area in order to conduct sea denial, support sea control, or enable fleet sustainment.

(...) the MLR is uniquely structured to maneuver and persist inside a contested maritime environment where its primary mission will be to conduct sea denial operations as part of a larger Naval Expeditionary Force. (ESTADOS UNIDOS, 2020).

Os MLR devem ser altamente letais e capazes de operar, por tempo curto e limitado, mas suficiente, dentro do alcance do armamento inimigo. Também deverão ser capazes de persistir, ou seja, de se manterem operacionais e com foco na missão durante o *OPTEMPO* estabelecido para a missão. Nesse contexto, serão mobiliados com capacidades antissuperfície (ASUP), de Guerra Eletrônica (GE), Comando/Controle (C2), Cyber, antiaérea (AAe), logísticas, Informações (Oplnfo), dentre outras.

Em resumo, os MLR devem:

- NEGAR: ao inimigo o uso dos “Key Maritime Terrain” (KMT);
- DEGRADAR: a capacidade de atuação inimiga;
- POSSIBILITAR: o funcionamento das “Key Maritime Lines” (KML) e as operações da US Navy;
- ADAPTAR-SE: ser capaz de atuar por tarefas, em diversos cenários e rapidamente;
- MOVER-SE: ter alto grau de mobilidade nos KMT;
- SUSTENTAR-SE: ser leve, eficiente e autossuficiente; e
- DEFENDER-SE: evitar detecção e ataques.

Os MLR serão projetados em terra a partir dos “Light Amphibious Warships” (LAW), os quais disporão de aeronaves de asa rotativa. Os LAW serão concebidos com capacidades que facilitem o ágil lançamento e o recolhimento dos MLR por viaturas e carros de combate/veículos anfíbios. Cada LAW apoiará um robusto Pelotão de Fuzileiros Navais (PelFuzNav), peça central da descentralização prevista no conceito EABO.

A figura abaixo apresenta um conceito de LAW, derivado de um projeto de uma empresa australiana:

Figura 3: “Light Amphibious Warships” (LAW)



Fonte: O autor.

Os MLR deverão realizar as seguintes tarefas:

Conduct Expeditionary Advanced Base Operations (EABO)	O conceito envolve principalmente o posicionamento rápido em locais não defendidos
Command and Control Distributed Forces	O MLR deverá estar apto a atuar com Pelotões dispersos até 100km
Support Maritime Domain Awareness	Ter capacidade de vigilância por meio de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP)
Support Anti-Surface Warfare	Contará com Baterias de MSS (antínvio) e Lançadores Múltiplos de Foguetes (LMF)
Support Anti-Air Warfare	Terá capacidade de ressuprir os F-35 operando de terra (armamento, combustível e reparos)
Plan and Direct Shore Based Tactical Logistics	Coordenar a logística a partir do mar, mas também a partir de terra
Conduct Fires	Ser capaz de conduzir fogos com precisão
Support Operations in the Information Environment	Atuar no ambiente informacional
Maneuver and Persist in Key Maritime Terrain	Resiliente, será capaz de atuar na WEZ

Em resumo, o futuro próximo do USMC é retomar sua vocação anfíbia e atuar em proveito da Negação do Uso do Mar ao inimigo, bem como no Controle de Áreas Marítimas no vital Oceano Pacífico por meio de PelFuzNav reforçados por diversas capacidades e com enorme mobilidade para desembarcar, atacar o inimigo e retirar-se para nova posição.

As principais ferramentas a serem dotadas serão os MSS, LMF, novos armamentos antiaéreos (AAe) de defesa de área e, em futuro próximo, os mísseis de cruzeiro; todos a partir de

viaturas. Além dos armamentos, novos sensores, capacidade de empregar F-35 a partir de pistas precárias em terra e as capacidades plenas de atuação no ambiente informacional.

A formação dos *Marines* sofrerá profunda remodelagem, a fim de permitir modificação de postura individual. Entende-se que a guerra do futuro exigirá muito mais de cada um. Assim, deverá ser formado e adestrado com certos atributos da área afetiva similares àqueles forjados nos militares de Operações Especiais tais como maior capacidade de decisão sob *stress*, capacidade adaptativa, maturidade, experiência e liderança.

Mas como abordado no início deste documento, a força expedicionária, que é o USMC, certamente continuará a ser demandada para tantas outras formas de projeção nos demais Teatros de Operações pelo mundo, no entanto passando a contar com silhueta mais enxuta, tecnológica e resiliente.

Conclusão

Conclui-se que a perspectiva futura de emprego do USMC permanece voltada ao mar. A própria China, milenarmente terrestre, debruça-se para o Indo-Pacífico e constrói uma das Marinhãs de águas azuis mais fortes do Planeta.

O USMC deve buscar novas alternativas para enfrentar um futuro próximo onde grandes esquadras se tornam altamente compensadores perante os novos domínios da guerra. A descentralização e o emprego de frações menores pode ser um caminho a ser trilhado.

O emprego de frações altamente descentralizadas, mas empregando militares cada vez mais demandados em termos de capacidade decisória em ambiente informacional degradado e o emprego de armamentos altamente sofisticados como mísseis e foguetes de precisão parece ser o futuro das forças anfíbias.

Figuras 5 e 6: À esquerda: a viatura remotamente pilotada JLTV ROGUE dotada de reparo duplo do novo MSS "Naval Strike Missile" da US Navy (alcance 100 MN) é a prioridade nº 1 do USMC para os exercícios fiscais 2020/2021. À direita: LMF HIMARS lançando foguetes guiados por GPS a partir do USS ANCHORAGE com alvo a 43 milhas.



Fonte: O autor.

Figura 7: A partir do colapso do tratado de armamento de alcance longo/intermediário com a Rússia em 2019, o USMC decidiu pela aquisição de sistemas móveis de lançamento dos BGM-109 Tomahawk com alcance superior a 1.000 MN.



Fonte: O autor.

Independente do azimute a ser trilhado, o alicerce continuará a ser a formação rigorosa dos soldados-marinheiros e sua vocação anfíbia, sem jamais prescindir dos atributos da área afetiva como a liderança. É exatamente isso que continuará a permitir aos Fuzileiros Navais a atuação nas mais variadas gamas de missões, na vanguarda dos interesses nacionais.



Referências

BARBOSA JÚNIOR, Ilques. A importância do Atlântico Sul para a segurança nacional e integração regional. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, ago./ dez. 2007, p.43-93.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, 2020. 195 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_brancocongressonacional.pdf>.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. EMA-305: Doutrina Militar Naval. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*: v.129, abr.-jun. 2009. Rio de Janeiro, 2009. 320p. Alte renato

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. *The National Defense Strategy of 2018*. Washington, DC, 2018. 11p.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. *Littoral Operations in a Contested Environment*. Washington, DC, 2017. 36p.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. *38th Commandant of the United States Marine Corps: Commandant's Planning Guidance*. Washington, 2019.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. *Force Design 2030*. Washington, 2020.

GINGRICH, Newt. *Trump vs. China: Facing America's Greatest Threat*. New York: Center Street Hachette Book Group, 2019. 407p.

Foi Destaque na Âncoras e Fuzis

Âncoras e Fuzis

Ano V / Nº 21 - 05 de setembro de 2003

PELOTÃO DE FUZILEIROS NAVAIS DE TABATINGA

Dando continuidade à ampliação da presença da Marinha na Amazônia Ocidental, instalou-se na cidade de TABATINGA, em 31 de julho de 2003, ocupando novas instalações, construídas especificamente para este fim, na área do agudamento da Capitania Fluvial de Tabatinga, o Pelotão de Fuzileiros Navais do Batalhão de Operações Ribeirinhas, com o efetivo de 45 militares.

Fazendo parte da Força de Emprego Rápido - FER, sua tarefa é contribuir para a ampliação da capacidade de realização de patrulha fluvial, inspeção naval e de operações ribeirinhas na área de fronteira em cooperação com os meios navais e aeronavais estacionados na região, além de prover a guarda e proteção às instalações navais e outras de interesse da Marinha na área.

Para o transporte terrestre o pelotão possui duas Vlr 2 1/2 Ton TNE LAK e para os deslocamentos fluviais utiliza-se das Lanchas de Assalto Rápido - LAR, orgânicas dos navios patrulha-fluvial estacionados na área. Para a execução de movimentos aéreos o pelotão é apoiado por um helicóptero, do Esquadrão HU-3, que também permanece na região.



Como em Uruguai- na- RS, na década dos anos 80, mais uma vez os Fuzileiros Navais são chamados à fronteira. Com disciplina, lealdade, perseverança e, principalmente, espírito de corpo, cumprirão com êxito a missão de guarda e defesa-la.

Âncoras e Fuzis

Ano V / Nº 22 - 05 de novembro de 2003

BATALHÃO DE CONTROLE AEROTÁTICO E DEFESA ANTIÁEREA

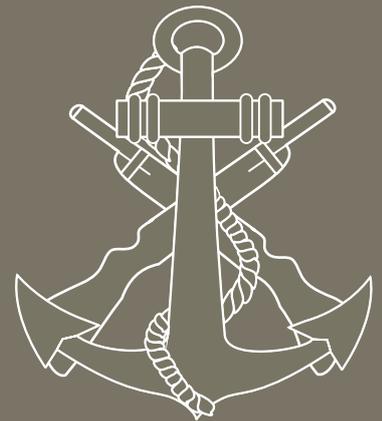
Foi ativado em 28 de julho de 2003 o Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiáerea (BHC/Anta/DAAe), subordinado ao Comando da Divisão Anfíbia, passando a ocupar as instalações da antiga Companhia de Comando da OM do CPN, passando a ocupar a última etapa da reestruturação da Força de Fuzileiros da Esquadra. Esta nova OM do CPN passa a reunir numa só Unidade os meios de busca e vigilância do espaço aéreo, de defesa de ponto contra vetores aerospaciais, assim como os meios de comunicações empregados na coordenação e controle do apoio aerotático, em proveito dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.

Sua finalidade é melhor explorar a terceira dimensão do combate, preenchendo lacunas advindas da não existência de um núcleo de comando permanentemente constituído para o Componente de Combate Aéreo. Esta unidade centralizará o controle do apoio aerotático, exercendo sua coordenação com a defesa antiáerea, contribuindo, desta forma, tanto para otimizar o emprego desse importante apoio, quanto para minimizar, quiçá anular, engajamentos frutíferos.

Para compor o BHC/Anta/DAAe, foi incorporada, em sua estrutura organizacional, a antiga Bateria de Artilharia Antiáerea e criada a Companhia de Controle Aerotático, que serão responsáveis pela atividade fim da OM, sendo criada também a Companhia de Comando e Serviços que será responsável pelas atividades de apoio à Unidade.

O distintivo do Batalhão está apresentado ao lado. Seu campo azul representa o céu e o verde a terra, locais de atuação do Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiáerea, e as peças de artilharia e o míssil representam os armamentos utilizados na defesa antiáerea dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. No cordão de vermelho, surge o escudo da bravura, denodo e intrepidez, predicados dos Fuzileiros Navais do Brasil, os fuzis e a âncora de ouro, assim dispostos, constituem seu próprio distintivo.

Sem dúvida, o novo Batalhão encarará importantes tarefas a desempenhar e grandes desafios pela frente. Boa sorte! Artilheiros Antiáereos, "O Sol é o CZA".



Âncoras e Fuzis

Ano VI / Nº 23 - 15 de março de 2004

Destacamento de Segurança de Embaixada

No dia 26/IV, por solicitação do Ministério das Relações Exteriores ao Ministério da Defesa, o Comandante da Marinha determinou o acionamento de um Destacamento de Segurança de Embaixada devido à situação conturbada que se observava na República do Haiti. Deste modo, foi constituído um Grupo-Tarefa integrado por duas Unidades-Tarefa para embarcar em uma aeronave C-130 (Hércules) da FAB, na Base Aérea do Galeão, ainda na madrugada do dia 27/IV, precisamente às 27:50:00 FEV, para realizar movimento aerotransportado até o Aeroporto Internacional de Porto Príncipe. Uma Unidade-Tarefa foi incumbida de deslocar-se para a Embaixada e demais instalações do Brasil naquela cidade, onde deveria realizar a segurança de suas áreas e do Corpo Diplomático acreditado naquele país. A outra Unidade-Tarefa foi destinada a prover a segurança dos nacionais não combatentes que regressaram ao Brasil, além de ficar em condições de reforçar a primeira Unidade-Tarefa, caso o poder de combate desta não fosse suficiente para atender situações emergenciais, o que veio a se concretizar.



Este episódio emblemático, cuja proficiência do destacamento demandou apenas dezesseis horas, vem confirmar o crescimento da presença dos nossos militares no cenário internacional, e demonstra mais uma vez o elevado grau de profissionalismo, dedicação, prontidão, entusiasmo e espírito de corpo dos Fuzileiros Navais. BRAVO ZULU!

Âncoras e Fuzis

Ano VI / Nº 25 - 05 de julho de 2004

ADSUMUS

Em 1958, às vésperas do aniversário de 150 anos do Corpo de Fuzileiros Navais, a Sra. Violeta Telles Ribeiro, esposa do Almirante-de-Esquadra (FN) Leônidas Telles Ribeiro, sentindo a necessidade de "dar ao glorioso homenageado de presente, algo que marcasse de maneira expressiva esta data tão significativa" elaborou uma mensagem, da qual reproduzimos, a seguir, uma parcela:

"... Há 150 anos cooa no peito de cada Fuzileiro Naval sua divisa... "aquí estamos!"

Há 150 anos está gravado em cada coração fuzileiro seu lema. "aquí estamos!"

"AQUI ESTAMOS" — ADSUMUS!

"Adsumus" ... exprime a presença da força para salvaguardar a liberdade.

"Adsumus" ... significa a ordem para manter a autoridade.

"Adsumus" ... simboliza o sacrifício para o bem comum.

"Adsumus" ... traduz o heroísmo no combate.

"Adsumus" ... é a resposta quando a pátria chama.

"Adsumus" ... é o dever cumprido.

Fuzileiros! ADSUMUS ... É este o vosso lema.

Que presente mais expressivo poderão receber o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, do que a perpetuação daquilo que de há muito está gravado em cada coração fuzileiro? Receberá sua palavra de ordem: ADSUMUS."

Em 1983, a Sra. Violeta enviou uma carta para o eminente Chefe Naval Almirante (FN) Sylvio de Camargo, onde explicava o significado e a grafia correta do lema. Em recente consulta efetuada ao Colégio São Bento, seus professores de latim corroboraram com o constante da referida carta, informando que a palavra "Adsumus" vem do verbo latino intransitivo "adsum" e significa em seu sentido próprio o ato de estar presente, estar entre, estar junto. Em seu sentido figurado exprime a idéia de tomar parte, participar, ajudar, favorecer, estar apto ou pronto para. Por extensão, significa, também, o sentimento de permanente prontidão para toda e qualquer atividade ou missão que venha ser cometida a nós Fuzileiros Navais. Pode assumir uma entonação amistosa, de quem se dispõe a ajudar, ou agressiva e enérgica, de quem adverte e se dispõe a repelir qualquer afronta ou agressão. Todas essas idéias estão condensadas na mais fiel tradução de nosso lema: **AQUI ESTAMOS**.

Hoje, podemos detectar que traços desse sentimento certamente deviam permear nossos antecessores, que aqui chegaram em 1808, acompanhando o traslado da Família Real Portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. A Brigada Real de Marinha, quando chamada a comparecer, prontamente se fez presente. E no dia 07 de março, toda a Brigada aqui estava, pronta para prestar os serviços que se fizessem necessário à Família Real.

Com o decorrer dos anos, esse sentimento pôde ser acendrado. Sucessivas gerações compartilharam desse espírito e puderam clamar "aquí estamos" cada vez que a Marinha ou a Nação lhes solicitava o apoio. Os alceceres bem assentados da disciplina e da lealdade, aliados à continuidade administrativa de suas lideranças, permitiram ao Corpo manter, ao longo de décadas, essa invulgar capacidade de prontidão.

Após quarenta e seis anos, podemos notar o quão feliz e acertada foi a decisão de se adotar essa divisa para o CFN. Dentro do espírito de preservação de nossa preciosa memória é que publicamos uma cópia da carta da Sra. Violeta. Essa é, também, uma forma de homenagear aquela talentosa senhora, que, convivendo, como esposa, e acompanhando a vida profissional de um de nossos melhores exemplos de Fuzileiro Naval, o Almirante Leônidas Telles Ribeiro, pôde consubstanciar em um lema, todo o sentimento de várias gerações de Fuzileiros Navais e com ele dar um presente de duração eterna ao CFN.

Nota da Redação: ADSUMUS se escreve como uma só palavra, tendo incorreta a grafia Ad Sumus.

Presente ao Sr. Almirante Sylvio de Camargo

At mesmo tempo se vêem unido, e à sua estimada família, pelo aniversário de um longo ano, quer saldar uma velha dívida, se seja, lembrar e significar a a grafia do nome ADSUMUS, que nasceu na marcha MORDE DEUS do Corpo de Fuzileiros do CFN.

O verbo latino intransitivo, "adsum, ader, adesse, adfui" quer dizer: eu sou, estou presente, estar presente, estar perto, estar entre, estar junto de. Em sentido figurado significa: defender, favorecer, auxiliar, participar, auxiliar alguém, tomar parte.

No presente letra do nome MORDE DEUS está bem entendido em significado:

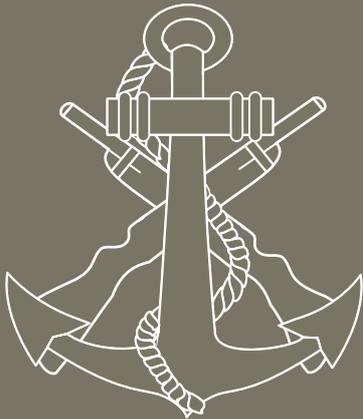
ADSUMUS é nosso lema
Com ordem e determinação
Nada e nada lutar até a vitória ...

No nome, ADSUMUS quer dizer: estar presente para o que tem a ver; estar presente, acompanhando a fuzil, vigilância na paz e na guerra, pela pátria dando a vida, estando junto e presente, e no fim de batalha - honrar os mortos! Como tão naturalmente e engrandecido o Professor JOÃO DE CAMARGO na letra de um versículo, invocando o sentido próprio e o sentido figurado do termo. Dependendo estas que o ADSUMUS seja um lema de acerto, expressão de disponibilidade, incentivo de participação na árdua tarefa de construção de paz, sem fúria e não queira das batalhas.

Deixando que a sua presença entre os seus e os seus a muitas almas, serviu-lhe em espírito adepto.

Violeta Telles Ribeiro

Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1983

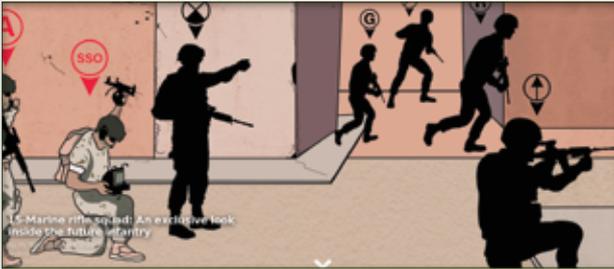


Artigos em Destaque

O Grupo de Combate a 15 Fuzileiros: um olhar exclusivo para dentro da futura Infantaria

15 Marine rifle squad: An exclusive look inside the future Infantry

Nome do Autor



Os articulistas tratam dos experimentos, ora em curso, sobre a nova configuração dos Grupos de Combate (GC) do USMC. Um assunto que não é novo, ainda no início de 2018 foi anunciada a decisão de se alterar a constituição dos GC para 12 militares (as Esquadras de Tiro sendo reduzidas para 3 marines e a inclusão de um Auxiliar do Cmt GC e um Operador de Sistemas). Pouco

depois disso, e em meio a diversas críticas, o USMC emitiu uma declaração dizendo que novos experimentos seriam conduzidos com uma nova organização de 15 marines (voltando as ET para 4 militares e mantendo a inclusão das duas novas funções).

O presente artigo confirma que a 26 MEU será a primeira MAGTF a cumprir um deployment com os GC do seu CCT a 15 militares. Traz uma rápida consideração sobre a constituição dos GC chineses e russos, bem como do US Army que tem uma composição de 9 militares (2 ET a 4 militares e um SG Cmt GC).

Além disso, aborda que um dos focos prioritários do Aux do Cmt GC será gerenciar o Apoio de Fogo e as Comunicações e o Operador de Sistemas ficará encarregado de gerenciar os drones, os sistemas de detecção dos Artefatos Explosivos Improvisados e o sistema de Guerra Eletrônica, tudo a fim de amenizar a carga do Cmt GC para que esse possa manobrar apropriadamente suas peças de manobra.

Referência

SOUTH, Todd; SNOW, Shawn. 15-Marine rifle squad: An exclusive look inside the future infantry. *Marine Corps Times*. 7 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.marinecorpstimes.com/news/your-marine-corps/2019/08/09/15-marine-rifle-squad-an-exclusive-look-inside-the-future-infantry/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.



SAAB exibirá o radar Giraffe 1X 3D de produção na DSEI 2019¹

Nome do Autor



O artigo informa que a SAAB exibiria pela primeira vez um padrão de produção em série do Giraffe 1X, na exposição DSEI,

o radar de estado sólido Giraffe 1X 3D. O artigo informa que o Giraffe 1X é um radar 3D compacto e leve de alto desempenho, perfeito para a função de defesa aérea em terra, bem como para aplicações civis, como proteção de aeroportos e locais, além de aplicações navais. Também possui capacidade para vigilância aérea simultânea, contra-foguetes, artilharia/morteiros e contra sistema aéreo não tripulado.

Em outra novidade, o equipamento estaria instalado em um veículo *Supacat Jackal*, buscando demonstrar a pequena área ocupada e a baixa massa do radar e que ele poderia ser implantado rapidamente onde quer que a necessidade ditasse.

O articulista informa, ainda, que o Giraffe 1X pode ser conectado em rede ou operado totalmente independente.

Referência

PADILHA, Luiz Padilha. SAAB exibirá o radar Giraffe 1X 3D de produção na DSEI 2019. *Defesa Aérea e Naval, Indústria de Defesa*. 09 set. 2019. Disponível em: <<https://www.defesaareanaval.com.br/defesa/saab-exibirao-radar-giraffe-1x-3d-de-producao-na-dsei-2019>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

¹A *Defense and Security Equipment International (DSEI)* é uma feira de armas realizada a cada dois anos em London Docklands, com a presença de representantes de empresas de armas e delegações militares de todo o mundo.



Para combater a ameaça da China, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA declara sua principal prioridade: Os Sistemas de Mísseis Antinavio

To combat the China threat, US Marine Corps declares ship-killing missile systems its top priority

Nome do Autor



O artigo informa que o USMC está empenhado em colocar mísseis antinavio móveis no Pacífico, atendendo às suas ambições de adquirir capacidade para destruir navios, em apoio à Marinha, sendo esta a sua principal prioridade de modernização, em meio ao esforço para se reorientar como uma extensão do poder naval.

Explica que os fuzileiros americanos estão adotando pelo menos dois sistemas antinavio para serem operados de terra. O

primeiro é o Sistema de Interdição Expedicionária da Marinha e do USMC (NMESIS), que usa o Sistema de Foguetes de Artilharia de Alta Mobilidade dos Marines (HIMARS), montado sobre uma versão operada remotamente do Veículo Tático Leve Conjunto (JLTV, sigla em inglês) e lança o novo míssil Naval Strike Missile da Marinha (Kongsberg / Raytheon). A segunda é uma versão lançada em solo do míssil Tomahawk, possibilitada pela recente retirada dos EUA do Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermediário¹. A Marinha, juntamente com a Raytheon, vem desenvolvendo uma versão antinavio do seu venerável míssil de cruzeiro, o “Maritime Strike Tomahawk”, para atingir um alvo em movimento.

De acordo com o Comandante-Geral do USMC Gen. Berger “achamos que precisaremos operar no futuro como uma força naval integrada e isto significa que o USMC deve assumir um papel que não tivemos nos últimos 20 anos. Precisamos é de fogos de precisão de longo alcance para uma pequena unidade, uma série de unidades que podem estar em navios ou na costa colocando a força naval dos adversários em risco.”

Os Fuzileiros Navais querem poder espalhar suas forças em pequenos grupos em torno das ilhas do Pacífico e negar a liberdade de manobra à frota chinesa.

Referência

LARTER, David B. To combat the China threat, US Marine Corps declares ship-killing missile systems its top priority. DEFENSE NEWS. 05 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.defensenews.com/naval/2020/03/05/to-combat-the-china-threat-us-marine-corps-declares-ship-killing-missile-systems-its-top-priority/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

¹O INF foi um pacto de 1987 com a ex-União Soviética que proibiu mísseis balísticos e de cruzeiro nucleares e convencionais lançados do solo com alcance de 500 a 5.000 quilômetros.

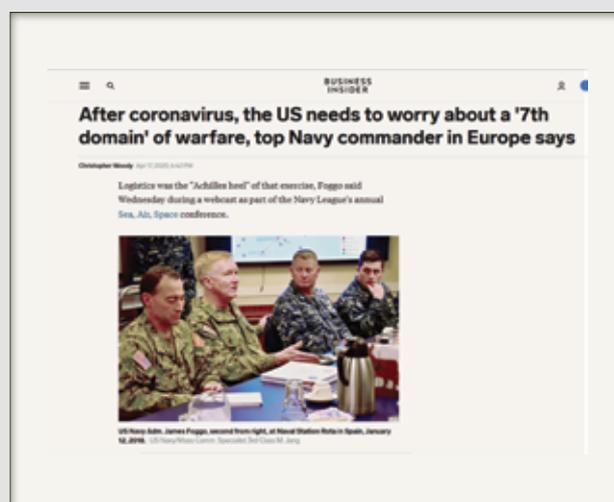


Após o corona vírus, os EUA precisam se preocupar com um ‘sétimo domínio’ da guerra, afirma o principal comandante da Marinha na Europa

After coronavirus, the US needs to worry about a ‘7th domain’ of warfare, top Navy commander in Europe says

Nome do Autor

Reproduzindo uma entrevista com o almirante James Foggo, chefe das Forças Navais dos EUA na Europa e na África, o artigo coloca que a pandemia de coronavírus atrapalhou as operações



continua

militares dos EUA, interrompeu movimentos de tropas e está cortando exercícios. As tropas dos EUA também têm apoiado autoridades civis e, em alguns casos, trabalhando ao lado de agentes de saúde locais para dar respostas às necessidades da população. Ficou claro que os militares no futuro terão que levar em conta questões de saúde pública ao avaliar ameaças, de acordo com o almirante.

Referindo-se a um exercício da OTAN que supervisionou, o Trident Juncture, ocorrido na Noruega e arredores, no final de 2018, o almirante disse que a logística foi o “calcanhar de Aquiles” daquele exercício e acrescentou que “Na época, eu disse que a logística era o sexto domínio na guerra, além de terra, ar, mar, espaço e cyber”, já “agora estou opinando sobre um sétimo domínio, e esse sétimo domínio [...]. É a biosfera em que operamos e acho que teremos que levar isso em conta em nossos preparativos para dissuasão e defesa no futuro.”

A pandemia “nos surpreendeu”, mas reconheceu que outros previram algo parecido. “Gates (Bill), eu tenho que dar crédito a ele. Ele disse que, além de fazer jogos de guerra e exercícios de mesa, devemos fazer alguns exercícios, e acho que ele está certo, mas acho que precisamos incorporar isso ao nosso processo normal de planejamento e ao processo normal de exercícios”. O artigo traz o alerta do almirante quando diz que “Vamos ter

que planejar com antecedência como proteger a força contra algo como o coronavírus até obtermos uma vacina [...]. E além disso, haverá um próximo coronavírus.”

Finalmente o artigo traz, também, uma advertência da professora de direito internacional na Yale Law School e ex-funcionária do Departamento de Defesa, Oona Hathaway: “Assim como os ataques do 11 de setembro levaram a uma reorientação da política de segurança nacional em torno de uma missão de contraterrorismo, a crise do COVID-19 pode e deve levar a uma reorientação da política de segurança nacional” lembrando que está se falando de orçamentos e proiridades governamentais.

Referência

WOODY, Christopher. After coronavirus, the US needs to worry about a '7th domain' of warfare, top Navy commander in Europe says. **BUSINESS INSIDER**. 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/coronavirus-brings-7th-warfare-domain-top-navy-officer-europe-says-2020-4>>. Acesso em: 18 jul. 2020.



Forças Armadas da Suécia lançam mísseis antinavio RBS-15 em exercício

Nome do Autor



O Artigo informa que as Forças Armadas Suecas realizaram um exercício naval na área de testes e treinamento de Härnösand, num cenário de exercício avançado que envolveu o disparo simultâneo de mísseis antinavio RBS-15 de plataformas aéreas, marítimas e terrestres.

O míssil RBS-15 é do tipo fire and forget e tem alcance de mais de 200km. O míssil pode acompanhar waypoints por GPS e a altitude de voo pode ser alterada várias vezes. Segundo o fabricante, o RBS15 Mk3 é extremamente resistente a contramedidas e também pode engajar alvos terrestres. É produzido em conjunto pela Saab e a Diehl Defence GmbH & Co e serve a diversas forças nacionais além da Suécia.

A reportagem traz um impressionante vídeo do impacto no alvo de um míssil, assim como várias imagens do exercício.

Referência

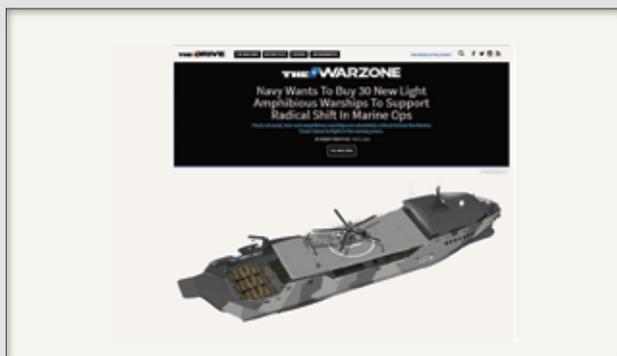
PODER NAVAL. Forças Armadas da Suécia lançam mísseis antinavio RBS-15 em exercício. **PODER NAVAL**. 9 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2020/05/09/video-forcas-armadas-da-suecia-lancam-misseis-antinavio-rbs-15-em-exercicio/>>. Acesso em: 18jul. 2020.



Marinha quer comprar 30 novos navios de guerra anfíbios leves para apoiar mudanças radicais nas operações navais.

Navy Wants To Buy 30 New Light Amphibious Warships To Support Radical Shift In Marine Ops

Nome do Autor



O artigo fala sobre o desejo da Marinha dos EUA de comprar uma nova classe de navios de guerra anfíbios leves que seriam

significativamente menores e mais baratos de operar do que as frotas atuais. Eles serão um componente crítico de como apoiar os novos planos, ainda em evolução do USMC sobre como conduzir as futuras operações expedicionárias e distribuídas.

Oficiais da Marinha disseram, em um *briefing* para representantes da indústria de defesa, que esperam comprar entre 28 e 30 navios anfíbios leves (*Light Amphibious Warships – LAW*), para fazer face às ameaças em evolução no ambiente marítimo global, fazendo com que as Forças Navais reavaliem/ajustem seus CONOPs [conceitos de operação] de forma a enfrentarem os novos desafios associados à manutenção da presença naval avançada e permitir operações de controle e negação no mar.

A Marinha ainda está em uma fase de coleta de informações, mas já possui alguns requisitos importantes para qualquer projeto potencial do LAW, como por exemplo: o navio deve ser capaz de “abicar na areia, cascalho, xisto, pedra pequena e rampas marinhas criadas pelo homem”, como um barco de desembarque tradicional.

Referência

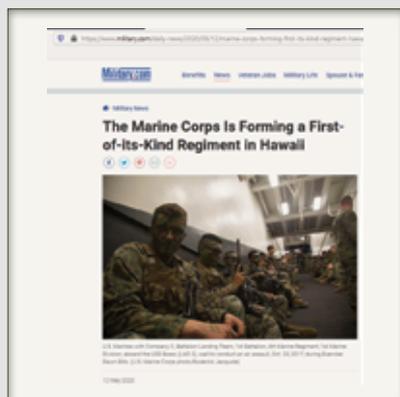
TREVITHICK, Joseph. Navy Wants To Buy 30 New Light Amphibious Warships To Support Radical Shift In Marine Ops. *The Drive*, WAR ZONE. 05 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.thedrive.com/the-war-zone/33299/navy-wants-to-buy-30-new-light-amphibious-warships-to-support-radical-shift-in-marine-ops>>. Acesso em: 20 jul. 2020.



O Corpo de Fuzileiros Navais está formando um regimento pioneiro no Havaí

The Marine Corps Is Forming a First-of-its-Kind Regiment in Hawaii

Nome do Autor



Um novo *Marine Littoral Regiment* (MLR) organização dos Fuzileiros Navais Americanos que está sendo desenvolvido visando as novas propostas estratégicas está sendo implantado no Havaí – o primeiro desse tipo. Essa organização representa uma grande mudança que acontece no Pacífico Ocidental, onde o

USMC se prepara para uma guerra de mísseis de alta tecnologia.

Esse novo direcionamento impõe que, em vez de treinar para missões de contra insurgência de baixa tecnologia no Afeganistão e no Iraque, que definiram o Corpo por quase duas décadas, os *Marines* se tornem especialistas em capacidades de movimento navio-para-terra em condições austeras.

A primeira unidade com sede no Havaí deve ter entre 1.800 e 2.000 fuzileiros navais. Faz parte das mudanças radicais que o Corpo de Fuzileiros Navais quer fazer na próxima década. Como disse o Comandante-Geral David Berger “o Corpo de Fuzileiros Navais está em um ponto de inflexão e precisamos mudar”. **Pre-vedo entrar no que ele chama de ‘operações de bases avançadas expedicionárias’**, ou EABO, um conceito adotado para distribuir fuzileiros navais altamente móveis pelas ilhas do Pacífico e armados com mísseis avançados que podem ajudar a Marinha afundando navios em pontos de estrangulamento contestados.

O MLR “utilizará várias embarcações de desembarque pequenas, mas de longo alcance, como seu principal método de mobilidade tática e em todo o teatro.”

Referência

COLE, William. The Marine Corps Is Forming a First-of-its-Kind Regiment in Hawaii. *Military.com*. 12 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.military.com/daily-news/2020/05/12/marine-corps-forming-first-of-its-kind-regiment-hawaii.html>>. Acesso em: 20 jul. 2020.



Difundindo o Conhecimento

1ª Semana do Conhecimento do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas

Figura 1: Folder do Evento



Fonte: O autor.

Figura 2: Intervenção do Comandante.



Fonte: 1º BtlOpRib.

A 1ª Semana do Conhecimento foi uma atividade interna realizada, no período de 13 a 16 de julho de 2020, a bordo do 1ºBtlOpRib e contou com a participação de militares de todas as Subunidades. O evento, que abordou os temas Operações Ribeirinhas, Segurança Orgânica, Liderança, Comando e Controle na região Amazônica e Guerras de 4ª Geração, transcorreu da seguinte forma:

- Cada Subunidade ficou responsável por um tema e deveria elaborar três apresentações, de até 30 minutos cada, sendo uma proferida por um Oficial, uma por um Suboficial ou Sargento e a última por um Cabo ou Soldado;
- Na semana que antecedeu o evento, o Comandante da OM teve acesso a uma prévia das apresentações e pôde passar orientações adicionais aos palestrantes, sendo a principal delas de que não fossem como uma aula, mas sim uma troca informal de experiências, baseada em aprendizados ao longo de suas carreiras ou ensinamentos colhidos de livros ou artigos acadêmicos;
- Já no decorrer do evento, ao término de cada apresentação era observado um intervalo e, posteriormente, um período de debates. Após os debates, o Comandante fazia suas considerações e trazia para os participan-

tes notícias atualizadas sobre os rumos da Instituição e qual seria o papel do 1ºBtlOpRib nesse processo; e

- Finalmente, observou-se a seguinte programação:

A 1ª Semana do Conhecimento materializou uma das ações previstas para o atingimento da Meta nº 2 do Comando - Desenvolvimento, em termos de Técnicas, Táticas e de Procedimentos (TTP), das capacidades de Operações Ribeirinhas, de Liderança e de Segurança Orgânica e, também, permitiu explorar aspectos da Meta nº 1 - Valorização do Pessoal, pois criou um espaço onde cada militar pudesse oferecer o seu melhor, mitigando o medo e a vergonha de falar em público; estimulou o desenvolvimento dos militares, permitindo que se tornem mais bem preparados e pessoas melhores; criou um espaço para ouvir as opiniões e incluir a tripulação nos processos de tomada de decisão; e mostrou como cada militar pode contribuir direta ou indiretamente com a missão da OM.

Inicialmente, o evento havia sido pensado para toda tripulação, entretanto, por conta da necessidade de adoção das medidas protetivas previstas nos protocolos de enfrentamento à COVID-19, teve que ter o seu público-alvo reduzido.

13 JUL	14 JUL	15 JUL	16 JUL
Palestra sobre Guerras de 4ª Geração: “Entendendo as Gerações das Guerras” 2ºSG-FN-IF GUIMARÃES	Palestra de OpRib: “Planejamento e Execução das OpRib” 1T (FN) FRANCISQUINI	Palestra de C2: “Comando e Controle” 1T (FN) FREITAS	Palestra SegOrg: “Teoria e Conceitos Básicos da Segurança Orgânica” 1T (QC-FN) SALOMÃO

continua

13 JUL	14 JUL	15 JUL	16 JUL
Palestra sobre Guerras de 4ª Geração: "Guerra de 4ª Geração" CT (AFN) MARCO	Palestra de OpRib: "Meios Empregados nas OpRib" 2ºSG-FN-IF J. PAULO	Palestra de C²: "Comunicações: A arma do Comando" 3ºSG-FN-CN GREK	Palestra SegOrg: "Estudo de casos" CB-IF CATANHEDE
Palestra sobre Guerras de 4ª Geração: "Guerra Cibernética" SD-FN AMORIM	Palestra de OpRib: "Conhecimentos Necessários ao Operador Ribeirinho" CB-IF CLEMENTE	Palestra de C²: "Comunicações na Região Amazônica" CB-FN-CN JÚNIOR	Palestra SegOrg: "Emprego da SegOrg no 1ºBtlOpRib e na vida civil" 3ºSG-FN-IF CRESPO
	Palestra de Liderança: "A importância do exercício da liderança para Pequenas Frações atuando de forma descentralizada" CB-FN-IF MARCONDES	Palestra de Liderança: "A importância da liderança para o Graduado, como eventual substituto do CmtPelFuzNav" 2ºSG-FN-IF FERNANDO	Palestra de Liderança: "Lições sobre liderança, baseadas no livro Este Barco Também é Seu" CT (AFN) CARDOSO

Figura 2: O Comandante da OM, CF (FN) André Guimarães e os palestrantes do evento.



Fonte: 1º BtlOpRib.

■ Difundindo o Conhecimento

Figura 3: Entrega do Certificado ao SD-FN AMORIM, que proferiu a palestra “Guerra Cibernética”.



Fonte: 1º BtlOpRib.

Figura 4: Entrega do Certificado ao 3ºSG-FN-IF CRESPO, que proferiu a palestra “Emprego da SegOrg no 1ºBtlOpRib e na vida civil”



Fonte: 1º BtlOpRib.



1ª SEMANA DO CONHECIMENTO

Conhecendo quem Conhece



Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe

CT (FN) Marcos Paulo de Oliveira Vasconcelos
mpov_23@hotmail.com

São Tomé e Príncipe é um país africano, insular e descontinuo, localizado no golfo da Guiné, com um território de aproximadamente 1000 km². Desde 2014, o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais em São Tomé e Príncipe (GAT-FN STP) contribui na formação de militares e na estruturação de uma Unidade valor Companhia, subordinada à Guarda Costeira do país.

Dentre as várias tarefas atribuídas ao GAT-FN STP 2019, destacou-se a supervisão do 1º Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais, conduzido exclusivamente por militares santomenses. Destarte, para realização do curso, o desafio era a formação dos instrutores, que foi feita por meio da criação

do Curso de Preparação de Instrutores Fuzileiros Navais (C-Prep-Inst FN STP), preparado com base em um conceito que conjugou as disciplinas de técnica de ensino e incremento de práticas no terreno, as quais tiveram como objetivo melhor preparar os militares para atividade de instrução.

O Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, ao longo dos últimos seis anos, compartilha seu conhecimento técnico-profissional e valores essenciais, contribuindo para a consolidação dos laços de amizade do Brasil com esse país amigo, mediante o fortalecimento de sua soberania e na proteção de suas riquezas.

Também participaram do intercâmbio o SO-FN-CN Samuel Alves de Souza e o 1ºSG-FN-IF Eder Dutra Ramos.



Intercâmbio junto ao *United States Marine Corps (USMC)* na *Special Purpose Marine Air Ground Task Force South Command (SPMAGTF-SC)* como Adjunto do Oficial de Operações

CC (FN) Luiz Roberto dos Santos Carneiro Junior
roberto.carneiro@marinha.mil.br

O intercâmbio na Special Purpose Marine Air Ground Task Force South Command (SPMAGTF-SC) foi conduzido no período de 10 de abril a 04 de dezembro de 2019. A SPMAGTF-SC é uma força-tarefa estabelecida dentro da Área de Responsabilidade do Comando Sul Militar dos EUA (SOUTHCOM), destinada a conduzir, prioritariamente, assistência humanitária em resposta a desastres.

Após preparação e certificação em Camp Lejeune, na Carolina do Norte nos EUA a SPMAGTF foi desdobrada na Base Aérea de Soto Cano, em Honduras. Nessa fase a força-tarefa

manteve seu nível de adestramento e permaneceu em condições de responder, limitadamente, a crises humanitárias e desastres naturais.

Na função de Ajudante do Oficial de Operações do Componente de Comando, o oficial representante da MB e do CFN teve a oportunidade de participar de diversos exercícios, dentre eles: UNITAS no Brasil, Exercício de Assistência Humanitária na Colômbia, Subject Matter Expert Exchange de Inteligência (SMEE) no Brasil, além dos adestramentos e exercícios na Base de Soto Cano.





Intercâmbio junto à *Brigada Anfíbia Expedicionária do Cuerpo de Infantería de Marina (CIM)* da Armada do Chile

CT (FN) **Vitor Rodrigues de Moura**
vitor.moura@marinha.mil.br

O intercâmbio junto à *Brigada Anfíbia Expedicionária* do Chile, realizado no período de 05 de fevereiro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020, tem o propósito de trocar conhecimentos e experiências operacionais e de exercícios.

Após a apresentação ao Batalhão nº 21 "MILLER", o militar assume a função de Oficial de Adestramento dentro da Seção de Operações e tem a oportunidade de acompanhar o excelente programa de adestramento da Armada do Chile e participar de diversos adestramentos, manobras e exercícios, tais como: adestramento de tiro de precisão com os *francotiradores*; mer-

gulho; Manobra e Exercício em *Pichicuy* e *Puerto Aldea* (clima desértico); exercício operativo "Clima Frio" na Isla Dawson e Estágio de Montanha em *Los Andes*, na Escola de Montanha do Exército do Chile.

Seu plano de adestramento coordenado pelo *Centro de Entrenamiento de la Armada (CENTARM)* e seus conhecimentos profissionais, além de proporcionar a oportunidade de planejar e adestrar em distintos ambientes operacionais, constituem especial motivação para o intercâmbio, promovendo o estreitamento dos laços entre o CFN e o *Cuerpo de Infantería de Marina (CIM)*.



Intercâmbio junto ao *Commander Amphibious Task Group (COMATG)* e o curso *Amphibious Warfare* no *Maritime Warfare Centre (MWC)*.

CF (FN) **Alexander de Oliveira Pereira**
alexpereira77@gmail.com

O *Commander Amphibious Task Group (COMATG)* é a organização da *Royal Navy* que, juntamente com 3 *Commando Brigade Royal Marines* (3 Cdo Bde), compõe a *Joint Expeditionary Force* do Reino Unido. Assumindo respectivamente as funções de ComForTarAnf e ComForDbq durante as Operações Anfíbias, o COMATG e o 3 Cdo Bde dividem as instalações do *Royal Marines Barracks Stonehouse*, em Plymouth - RU.

O intercâmbio, conduzido no período de 24 de fevereiro a 12 de abril de 2019, permitiu o acompanhamento das atividades de planejamento do Estado-Maior do COMATG e do 3 Cdo Bde durante os exercícios *Southeast Sword* e *Joint Warrior*, onde foram realizadas duas Incursões Anfíbias e um Assalto Anfíbio.

Adicionalmente, entre os dias 16 e 22 de março, foi realizado o curso *Amphibious Warfare* no *Maritime Warfare Centre (MWC)*, em Fareham. Na ocasião foram abordados os aspectos doutrinários constantes no manual BRd 4487 Vol 2.2 - *Amphibious Warfare*.

Sendo assim, a participação neste intercâmbio constituiu-se em uma excelente oportunidade para adquirir conhecimentos, principalmente na área de planejamentos das OpAnf, além de contribuir para o estreitamento de laços entre a *Royal Navy* e a Marinha do Brasil.





Intercâmbio junto à Armada Paraguuaia

CC (FN) **Jonatha** Sant'Ana da Silva
jonathafuznav@hotmail.com

Iniciado em 1997, o Intercâmbio Naval conta com um CC (FN) e com um SG/SO-FN, tendo como propósito a troca de conhecimentos e o estreitamento dos laços entre a Marinha do Brasil e a Armada Paraguuaia. Nessa etapa, os militares estiveram em Assunção no período de 10 de fevereiro de 2018 a 20 de fevereiro de 2020 e participaram do apoio às instruções e aos adestramentos no *Comando de Institutos Navales de Enzeñanza* (CINAE) e no *Comando de Infantería de Marina* (COMIM).

No CINAE, foram ministradas aulas para os cursos de carreira: cursos de formação e aperfeiçoamento de Sargentos, curso de capacitação de Guardas-Marinha e curso de aperfeiçoamento de Oficiais.

No COMIM, as instruções foram voltadas para os cursos de combate: Curso Avançado de Infantaria, Curso de Comandos Anfíbios e Curso de Natação de Combate. Além disso, também participaram de adestramentos e exercícios operativos.

O intercâmbio ainda contribuiu com palestras no Seminário de Liderança do CINAE e também apresentou a Marinha do Brasil e o Emprego da Força Naval Componente nas Operações Conjuntas na *Escuela de Comando y Estado Mayor del Ejército*.

Também participou do evento o 1ºSG-FN-IF Anderson Luiz Caffaro Alves.



Curso *Command and Staff College* (CSC) da *Marine Corps University*, Quantico, VA - EUA

CF (FN) **Maurício** Corrêa de Souza
mauricio.souza@marinha.mil.br

Realizado no período de 09/jul/2018 a 05/jun/2019, na *Marine Corps University* (MCU), em Quantico, VA – EUA, o *Command and Staff College* (CSC) tem por missão prover treinamento e educação ao nível de pós-graduação a fim de desenvolver pensadores críticos, resolvedores de problemas inovativos e líderes éticos que servirão como comandantes e oficiais de EM em forças singulares e conjuntas, organizações interagências, intergovernamentais e multinacionais, enfrentando ambientes cuja segurança se mostra complexa e incerta. O USMC espera que seus Oficiais desenvolvam pensamento crítico, maior sensibilidade cultural com relação a povos de outras nações e melhor integração entre as forças e agências federais. Portanto, também realizaram o curso Oficiais da Marinha, do Exército, da Força Aérea, da Guarda Nacional e da Guarda Costeira norte-americanas, além de profissionais do Departamento de Estado (DoS), do Escritório Federal de Investigações (FBI), da Agência Nacional de Inteligência Geoespacial (NGA), entre outras agências federais e Oficiais de 30 nacionalidades.

O CSC possui 4 grandes áreas de ensino: *Security Studies*, *War Studies*, *Leadership* e *Warfighting*. A metodologia de ensino do CSC é a condução de seminários em que são discutidos os assuntos constantes da bibliografia previamente informada. A avaliação é realizada por meio de observação diária da contribuição do aluno às discussões; produção de ensaios analíticos escritos; apresentações orais; e desempenho nas visitas aos campos de batalha, nos exercícios práticos e de planejamento.

A MCU oferece um programa voluntário de Mestrado em Estudos Militares, sob a supervisão da *Southern Association of Colleges and Schools*, instituição que credencia as universidades dos estados do Sul dos EUA. O CF (FN) Maurício concluiu com êxito o programa de Mestrado e recebeu o título de *Master of Military Studies*. Além disso, graduou-se no CSC como *Distinguished Graduate*.





Curso *Command and Staff College (CSC)* da *Marine Corps University, Quantico, VA - EUA*

CF (FN) Leandro **Marinho** Moreira
leandro.marinho@marinha.mil.br

O curso *Command and Staff College (CSC)* – curso equivalente ao C-EMOS – tem por objetivo capacitar Oficiais Superiores no amplo entendimento da guerra, espectro do conflito e a prática da arte operacional em um contexto multinacional, conjunto e interações com foco na liderança e no pensamento crítico para resolução de problemas complexos. O CSC é ministrado como um programa de nível de pós-graduação da *Marine Corps University* e tem suas disciplinas agrupadas em quatro grandes blocos: Liderança (*Leadership*), História da Guerra (*War Studies*), Segurança Nacional (*National Security Studies*), e Planejamento Militar (*Warfighting*).

O método socrático adotado no CSC é fundamentado na preparação individual do aluno que antecede aos encontros coletivos (palestras) e seminários nos respectivos *Conference Groups (CG)*. A abordagem dos temas realizada por meio de debate nos pequenos grupos permite uma significativa troca de percepções e pontos de vistas entre alunos e professores expandindo o entendimento e a análise crítica do material estudado.

Dentre os sete prêmios acadêmicos ofertados pelo curso, o CF(FN) Marinho recebeu o prêmio “Brigadier A. W. Hammett Award”, destinado à melhor monografia dentre os Oficiais-Alunos Internacionais, com seu trabalho intitulado “*Road to Venezuelan Crisis: A Systemic Analysis from Clausewitz’s Trinity Perspective*”. A turma 2019-2020 do CSC foi composta por 212 alunos. Além de oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (USMC), participaram também oficiais das demais forças irmãs (Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Costeira), oficiais de 30 países aliados (IMS), e civis oriundos de diversos órgãos e agências governamentais dos EUA. A participação de um oficial do CFN no CSC representa uma extraordinária oportunidade de enriquecimento profissional e pessoal. Os conhecimentos obtidos e as amizades consolidadas são de amplo interesse para o desenvolvimento da doutrina do CFN, bem como favorecem a interoperabilidade com o USMC.



Fórum de Leituras do CFN

Os seguintes militares apresentaram suas resenhas no Fórum de Leituras do CFN, em 15 de outubro de 2019, como coroação de um amplo trabalho de avaliação de diversas resenhas oferecidas por todos os militares do CFN.



O CC (FN) Daniel Marques **Rubin** resenhou o livro Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira de MATTOS, Carlos de Meira.



O CC (FN) **Henrique Cesar** de Castro Silva resenhou o livro Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional de GUIMARÃES, Samuel Pinheiro.



O CT (FN) Bruno Henrique **Manfrim** Cruz resenhou o livro Conflito nas Malvinas de DUARTE, Paulo de Queiroz.



O CT (FN) **Diego da Silva** Oliveira resenhou o livro Guerra Cibernética: A próxima ameaça e o que fazer a respeito de CLARKE, Richard A e KNAKE, Robert K.

Destaque em Monografia da Escola Naval



Aspirante FN-409 Igor de Oliveira **Lage**

O Asp (FN) Igor Lage apresentou, no ano de 2019, o Trabalho de Conclusão de Curso para graduação na Escola Naval cujo tema foi “O Emprego das Operações Psicológicas em Apoio ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais em Operações de Garantia da Lei e da Ordem”, a partir de temas sugeridos pelo Comando de Desenvolvimento Doutrinário do CFN. Pela relevância do assunto e pela qualidade do trabalho o Aspirante, hoje já Guarda-Marinha, foi escolhido para integrar a presente seção.

O Trabalho aborda o surgimento de novas variáveis enfrentadas pelas forças militares e especificamente os fatores psicossociais que devem ser analisados segundo a ótica do Corpo de Fuzileiros Navais. Busca apresentar os antecedentes das Operações Psicológicas para em seguida explanar os conceitos mais atuais. Mostra seu emprego por parte das tropas e por parte de criminosos, durante as GLO. De posse desses conceitos, evidencia que o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, eixo estruturante do CFN, está particularmente organizado para o emprego das Operações Psicológicas.



Decida N^o 51: Ponte Rio Capimpuba

(Proposta do Leitor)

Ramon **Lucena** dos Santos
Capitão Tenente (FN)
Oficial de Operações do BtlLogFuzNav

Ordem de Defesa

1. Situação: Omitido

2. **Missão:** Desembarcar por He na ZPH-1, atacar, conquistar e manter o Obj 4 (Ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q(60-36)), acolher a 1^a CiaFuzNav(-)(Ref) na junção e reverter à subordinação da 1^a CiaFuzNav(-)(Ref), após a junção, a fim de assumir o controle da ponte da estrada que demanda Faz. S. Maria sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q(60-36).

3. **Execução:** Este PelFuzNav desembarcará por He na ZPH-1, atacará, conquistará e manterá o Obj 4 (Ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q(60-36)) em dispositivo circular com um GC para defender a frente compreendida entre a estrada N-S (inclusive) e a ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q (60-36) (inclusive), um GC para defender a frente compreendida entre a ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q (60-36) (exclusive) e a estrada S-N (inclusive) e um GC para defender a retaguarda. Estabelecerá dois Pvig a E da ponte sobre o Córrego FUNDO.

a) 1^oGC/1^oPel/1^aCiaFuzNav(-) (Ref)

- (1) Defender o setor a W da estrada N-S na frente compreendida entre a estrada N-S (inclusive) e a ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q(60-36) (inclusive);
- (2) Estabelecer Pvig a S da ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q(60-36);
- (3) Acolher a 1^a CiaFuzNav(-)(Ref) na junção; e
- (4) Reverter à subordinação da 1^a CiaFuzNav(-)(Ref), após a junção.

b) 2^oGC/1^oPel/1^aCiaFuzNav(-) (Ref)

- (1) Defender o setor a W da estrada S-N na frente compreendida entre a ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q(60-36) (exclusive) e a estrada S-N (inclusive);
- (2) Estabelecer Pvig a N da ponte sobre o Córrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q (60-36);
- (3) Acolher a 1^a CiaFuzNav(-)(Ref) na junção; e
- (4) Reverter à subordinação da 1^a CiaFuzNav(-)(Ref), após a junção.

c) 3^oGC/1^oPel/1^aCiaFuzNav(-) (Ref)

- (1) Defender o setor a E ;
- (2) Acolher a 1^a CiaFuzNav(-)(Ref) na junção; e
- (3) Reverter à subordinação da 1^a CiaFuzNav(-)(Ref), após a junção.

d) 1^aSeqMtrL

- (1) Defender o setor a W do PCot 936 na frente compreendida entre a crista topográfica do PCot 968 e a trilha que se estende na direção W-E até a ponte.

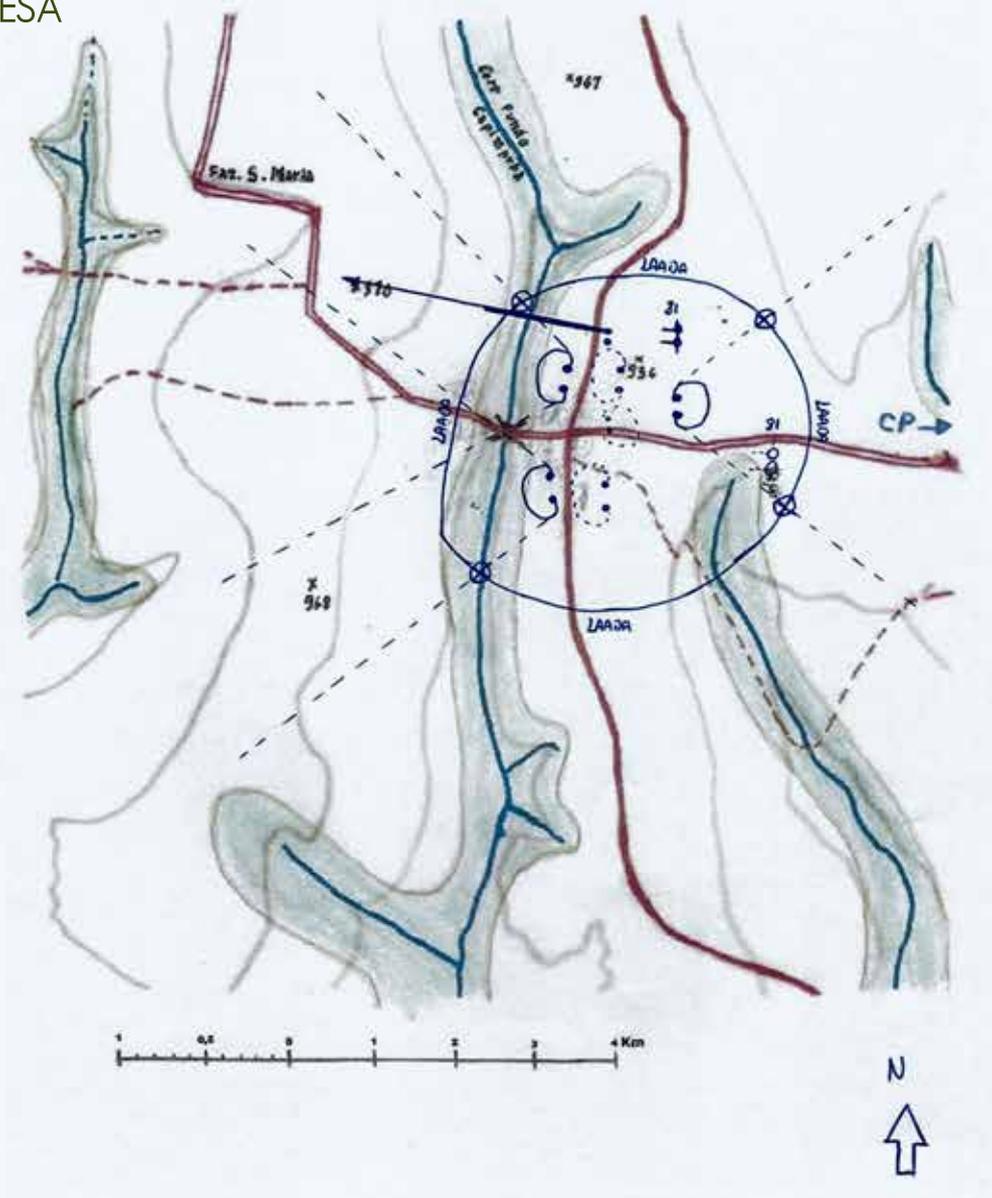
e) 1^aSeqMrt81mm

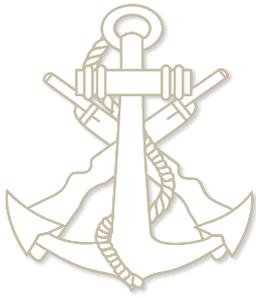
- (1) Realizar o apoio ao conjunto com PrioF para o 2^oGC/1^oPel/1^aCiaFuzNav(-)(Ref).

- | | |
|---|--|
| <p>f) Dst1°GSocCia</p> <p>(1) Ficar ECDreceber e realizar triagem de feridos e baixas para posterior evacuação.</p> <p>g) DstPelCom</p> <p>(1) Ficar ECD de operar a rede tática.</p> <p>h) EIOF</p> <p>(1) Realizar a orientação para pouso do He.</p> | <p>i) GAA</p> <p>(1) Ficar ECD realizar apoio de orientação para Ataque Aéreo.</p> <p>x) Instruções para coordenação</p> <p>(1) Condições de alerta mínimas: 66%;</p> <p>(2) Todas as SU realizar trabalhos de OT.</p> |
|---|--|

CALCO
DE
DEFESA

Croqui da Região da Ponte sobre o Rio CAPIMPUBA





Decida N° 51: Ponte Rio Capimpuba

(Proposta por Âncoras e Fuzis)

Análise dos Fatores da Decisão

Missão:

O Comandante do Pelotão recebeu as seguintes tarefas: desembarcar por He na ZPH-1; atacar, conquistar e manter o Obj 4 (Ponte sobre o Corrego FUNDO ou CAPIMPUBA Q(60-36); acolher a 1ªCiaFuzNav(-)(Ref) na junção; e reverter à subordinação da 1ªCiaFuzNav(-)(Ref), após a junção. O propósito dessas tarefas é: rapidamente garantir sua integridade da ponte (Obj 4). O movimento heltransportado facilitará essa rapidez. A ponte deve ser mantida pelo pelotão até que a Cia FuzNav possa cerrar para a posição e realizar a junção assumindo as tarefas de manter a ponte.

Inimigo:

Há informes de que uma CiaInf inimiga estaria em deslocamento a pé, na direção W-L, sendo essa a principal ameaça para o nosso Pel. Todavia, elementos remanescentes das tropas de AMARELO estariam circulando em pequenas patrulhas e executando ações típicas de OpEsp, também teriam capacidade para produzir danos consideráveis em instalações, em decorrência da possibilidade de possuírem explosivos de uma mineradora. Portanto é necessário impedir a aproximação física desses elementos à ponte.

Terreno:

A região da ponte possui relevo pouco movimentado. O vale do Corrego CAPIMPUBA é pouco pronunciado. A distância das elevações que dominam a ponte, tanto por L quanto por W são muito grandes, tropas que ocupem esse terreno poderiam ser facilmente desbordadas permitindo, ao inimigo, incidência direta sobre a ponte, além de não oferecer terreno que permita apoio mútuo. Essas elevações possuem pouca dominância sobre a ponte, o terreno entre a ponte e suas cristas topográficas se eleva constantemente ao longo da distância já mencionada proporcionando razão em ampla faixa desse terreno, faixa essa que não possui muitas dobras, não oferecendo muitos abrigos. Na proximidade do vale, tanto por L quanto por W, existem matas ciliares que oferecem boas cobertas, além das quais o terreno apresenta uma macega bem menos densa, típica de cerrado que oferece menos coberturas facilitando a observação sobre todo o terreno no entorno da ponte. Por W há duas Vias de Acesso (VA) que demandam a ponte desde os PCot 970 e PCot 968, por

L a VA que demanda a ponte provém do PCot 936. A região além dos PCot mencionados permite a montagem e desembarcar de ataque, sendo importante poder batê-las com fogos.

Meios:

Nosso Pel está reforçado de uma SeçMtrL capaz de bater faixas do terreno com grandes razâncias; de uma SeçMrt81mm que pode bater alvos observados até 4.000 m; e um GAA capaz de orientar fogos de aviação sobre alvos observados.

Tempo Disponível:

Aproveitando-se a rapidez, conferida pelo HE, no deslocamento para a posição, poderemos dar início a preparação da posição defensiva o quanto antes. O informe sobre o deslocamento da CiaFuz inimiga nos impõe rapidez para ocupação do Obj, de forma a alcançarmos a posição antes que o inimigo incida nela.

Decisão:

Este Pel desembarcará por HE na ZPH-1; atacará e conquistará a região da ponte (Obj4); defenderá a região da ponte num dispositivo de defesa circular e de contra-encosta, com o 1ºGC voltado para NW; o 2ºGC voltado para SW; e o 3ºGC votado para L; a SeçMtrL ficará em apoio geral com prioridade de fogos para o 1ºGC; a SeçMrt81mm ficará em apoio geral com prioridade de fogos para a ET do PCot 970; o 3ºGC destacará uma ET que ocupará um PO na região do PCot 970 para manter observação sobre o terreno a W dos PCot 970 e 968; a ET do PCot 970 será apoiada pelo OA do Mrt81mm e o GAA; o 3ºGC manterá a segurança aproximada da ponte; o Pel acolherá a 1ªCiaFuzNav(-)(Ref) com o 3ºGC na estrada que demanda a ponte por L.

a) 1º GC:

- desembarcar por HE;
- atacar e conquistar a porção NW do Obj 4; e
- defender a porção NW do Obj 4.

b) 2º GC

- desembarcar por HE;
- atacar e conquistar a porção SW do Obj 4; e
- defender a porção SW do Obj 4.

c) 3º GC

- desembarcar por HE;
- atacar e conquistar a porção L do Obj 4;
- defender a porção L do Obj 4;
- manter a segurança aproximada da ponte; e
- após estabelecer a defesa, destacar a 1ª ET para ocupar o PO na Região de PCot 970.

d) SeçMtrL

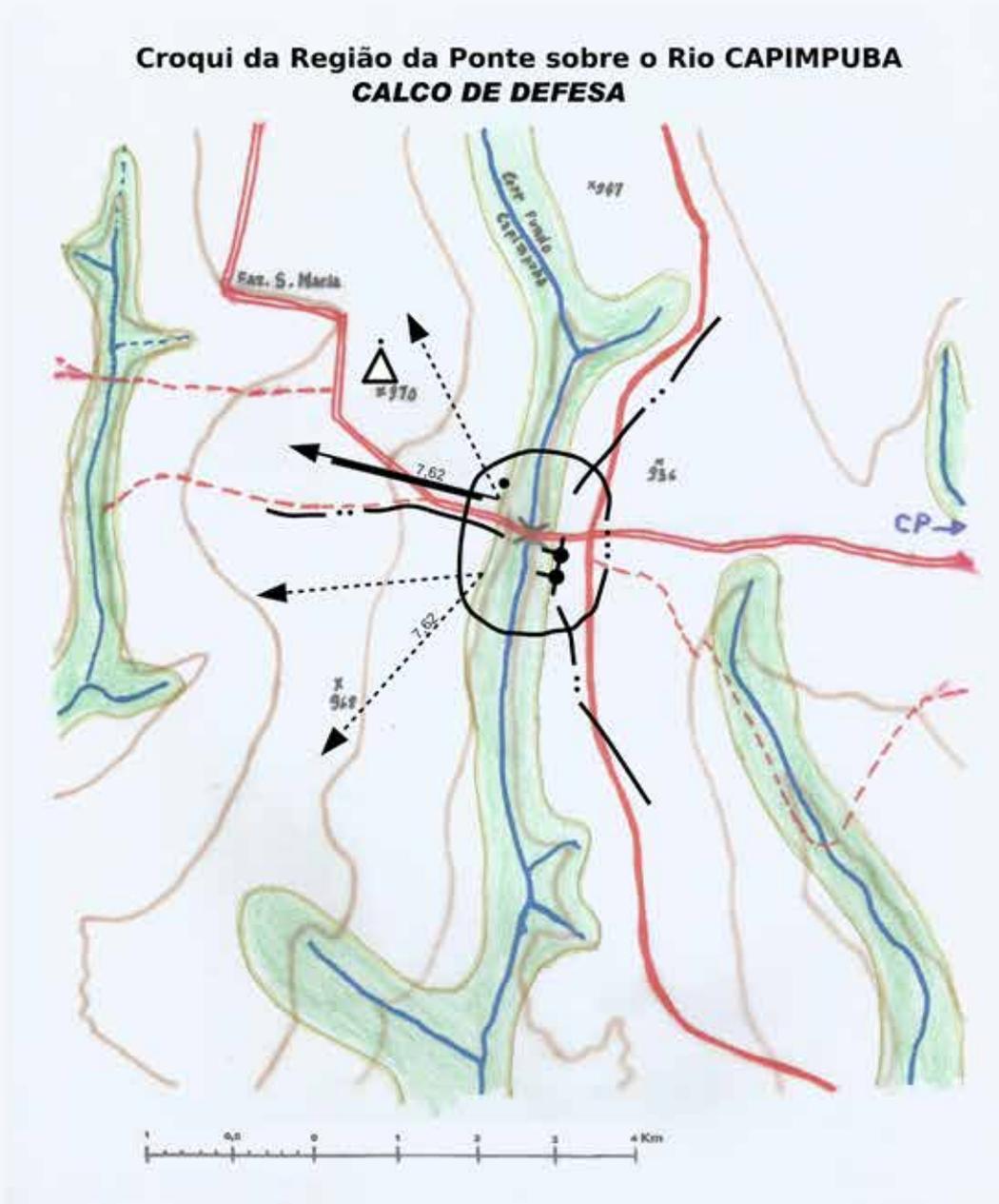
- desembarcar por HE; e
- ficar em apoio geral ao Pel com prioridade de fogos para o 1º GC.

e) SeçMrt81mm

- desembarcar por HE; e
- ficar em apoio geral ao Pel com prioridade de fogos a ET do PCot 970.

f) 1ª ET, 3ºGC

- após estabelecimento da defesa assumir o PO na Região de PCot 970;
- acolher o OA Mrt81mm e GAA; e
- FCD observar movimento de tropa a W de PCot 970 e PCot 968 e dar alerta antecipado.





Decida Nº 52: Projeção Anfíbia

CC (FN) Fernando **Bellard** Abdo
CT (FN) Leone Novo **Freitas**

Situação Geral

Uma UAnf foi ativada para executar uma Projeção Anfíbia no litoral de LARANJA, autorizada para apoiar a estabilização do país. Após o desembarque sem oposição a UAnf ocupou a Cidade de ALEXANDRIA capital de LARANJA. Além da UAnf, desembarcou, administrativamente, uma Brigada do Exército que já está ocupando outras cidades no interior do país. Após 20 dias decorridos do desembarque o ComForTarAnf considerou cumprida a sua missão por ter estabelecido uma Força em terra e ter apoiado o desembarque administrativo de uma tropa do Exército, juntamente com suprimentos necessários para sua sustentação por até 6 meses. As tropas da UAnf, agora como um GptOpFuzNav ficaram ocupando parcela da cidade e subordinadas ao Comando Conjunto da operação LARANJA.

Passada uma fase de aparente tranquilidade, com uma evolução favorável da estabilização, colocou-se em marcha um processo eleitoral. Nesse período identificou-se alguns grupos que passaram a atuar como gangs contra a população local. Embora a maioria da população local apoie a presença das tropas, as facções criminosas vem incrementando suas ações na tentativa de minar o processo eleitoral e a missão como um todo.

Situação Particular

Estamos na manhã de D + 35 e, depois de um grande esforço para preparação, chegou o dia das eleições para o governo de LARANJA. O Sr. é o Comandante de um Pelotão que faz parte do CCT do GptOpFuzNav. Seu Pelotão é composto por 42 Fuzileiros Navais (Três Grupos de Combate de 13 homens), além de 4 Atiradores de Precisão e 2 Enfermeiros (sendo uma do sexo feminino). 4 (quatro) VtrBldSR PIRANHA estão em Apoio Direto às suas ações.

Seu Pelotão recebeu a missão de prover segurança às instalações da Escola Estadual Professor FERNANDO FREITAS (EPPFF), localizada na porção leste da comunidade.

Outras informações pertinentes:

- Há uma equipe com capacidade de executar tarefas de Polícia Judiciária Militar à disposição do Comando do GptOpFuzNav;
 - O Tribunal Eleitoral de LARANJA, apesar das suas restrições, se comprometeu a dar o apoio necessário ao Comando do GptOpFuzNav; e
- As seguintes Regras de Engajamento (ROE) se aplicam:
1. A força necessária e proporcional está autorizada para controlar distúrbios e dispersar turbas que ameacem a estabilização e a ordem pública.
 2. Os civis podem ser abordados se aparentarem constituir ameaça às forças militares, às pessoas protegidas, às instalações públicas ou às propriedades designadas como objetivo da missão. Se algum civil configurar-se em ameaça, poderá ser detido ou apreendido; devendo ser encaminhado às autoridades policiais do Governo Provisório.
 3. Está autorizado o uso da força para deter pessoas que estejam cometendo atos criminosos graves, devendo ser empregada a força mínima necessária. Atos criminosos graves incluem homicídio, agressão grave, estupro, incêndio criminoso e roubo.
 4. Esgotadas todas as técnicas razoáveis de uso gradual da força, o uso de força letal está autorizado (como último recurso), para evitar a perda de vida humana, incluindo a de civis na violência civil.
 5. A força letal não está autorizada para desarmar civis, impor toques de recolher ou interromper saques, a menos que a situação se enquadre no item anterior, com risco iminente de perda de vida humana.
- O complexo escolar é constituído por um ginásio e um prédio, onde funcionará uma Zona Eleitoral. O perímetro da EPPFF é cercado por um “alamedado”, em condições bem degradadas. Há apenas uma entrada no complexo, localizada a oeste, adjacente à “Padaria do Vô”.
 - Com exceção das ruas ALFA e BRAVO, que são mais amplas, as demais vias no interior da comunidade conseguem acomodar, de forma bem limitada, dois veículos em mão dupla.

- O Sr. recebeu da Inteligência um “carógrafo” com elementos-chave da sua Área de Responsabilidade (líderes comunitários, colaboradores, integrantes da facção criminosa dominante, entre outros).

A seguinte sequência de eventos ocorre:

1. Por volta das 08h30, nas primeiras horas de votação, uma pequena turba de moradores locais, incentivados pela facção criminosa dominante, se aglomera na entrada da escola, promovendo protestos pacíficos, porém impedindo o acesso de eleitores ao interior da mesma. Nesse momento, o Sr. possui todo o Pelotão na região da escola.
2. Às 10h00, um GC (a 4 ET) do seu Pelotão, apoiado por 2 VtrBldSR PIRANHA, mobiliza dois check-points, o CP1 na esquina da Rua ALFA com a Rua BRAVO e o CP2 na esquina da Rua ALFA com a Rua DELTA. Às 10h30, o Comandante do GC reporta pelo rádio que foram encontradas 2 pistolas e 20 pacotes de cigarro (cada um com 24 maços) no porta-malas de um veículo. O carro

pertence ao Sr. ZÉ DO ROLO, líder comunitário, que está acompanhado de sua esposa. O Comandante do GC pergunta, pelo rádio, como proceder.

3. Às 13h30 aguarda-se a chegada do candidato JOÃO DA VILA, extremamente popular na comunidade, para votar na EEPFF. Quando o candidato chega, uma multidão exultante empurra a linha de alambrado em toda a lateral oeste, próxima da entrada, na tentativa de tirar fotos e chegar perto do candidato. O candidato possui sua própria segurança particular, que aparentemente estão bem armados.

Pedidos

Com base nos fatores da decisão, como Comandante do Pelotão, decida como o Sr. procederá em cada um dos eventos acima, descrevendo, se for o caso, as ordens que o Sr. transmitiria ao seu Pelotão. Lembre-se de que esses eventos ocorreram em sequência.



Decida Comandante!

AGUARDANDO
PROPAGANDA



Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais
Rua Magno Martins, S/Nº - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21911-000